



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Julio Cesar Vieira

**As paisagens literárias nos romances “Maria Altamira”, “O mapeador de ausências” e
“História da chuva”:** as narrativas de desastres socioambientais na perspectiva da História
Ambiental

Florianópolis
2026

Julio Cesar Vieira

**As paisagens literárias nos romances “Maria Altamira”, “O mapeador de ausências” e
“História da chuva”:** a narrativa de desastres socioambientais na perspectiva da História
Ambiental

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor em História Global

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coorientadora: Profa. Dra. Roberta Barros
Meira

Florianópolis
2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC. Dados inseridos pelo próprio autor.

Vieira, Julio Cesar

As paisagens literárias nos romances "Maria Altamira", "O mapeador de ausências" e "História da chuva" : a narrativa de desastres socioambientais na perspectiva da História Ambiental / Julio Cesar Vieira ; orientadora, Eunice Sueli Nodari, coorientadora, Roberta Barros Meira, 2026.

250 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. História. 2. História Ambiental. 3. Desastres socioambientais. 4. Literatura. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Meira, Roberta Barros. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Julio Cesar Vieira

As paisagens literárias nos romances “Maria Altamira”, “O mapeador de ausências” e “História da chuva”: a narrativa de desastres socioambientais na perspectiva da História Ambiental

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 27 de maio de 2026, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (presidente)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

Profa. Dra. Lise Fernanda Sedrez
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Universidade da Região de Joinville (UNIVILE)

Prof. Dr. Jó Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em História Global pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Flavia Florentino Varella
Data: 21/06/2026 09:56:33-0300
CPF: ***.718.756-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação
Profa. Dra. Flávia Florentino Varella



Documento assinado digitalmente
Eunice Sueli Nodari
Data: 21/06/2026 08:46:24-0300
CPF: ***.495.240-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Orientadora



Documento assinado digitalmente
ROBERTA BARROS MEIRA
Data: 21/06/2026 10:03:30-0300
CPF: ***.015.927-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Coorientadora

Florianópolis, 2026

AGRADECIMENTOS

Imagina-se que o trabalho dos escritores é sempre um exercício solitário e muitas vezes essa concepção é estendida ao trabalho dos pesquisadores. No entanto, uma pesquisa científica, assim como a escrita de um romance, só é possível a partir do contato com o mundo, com pessoas que conscientes ou não disso, contribuem imensamente para a elaboração do trabalho. No decorrer dos quatro anos de duração desta pesquisa, muitas destas pessoas contribuíram para que eu pudesse construir um olhar sensível e atento ao meu entorno e acerca do tema que investigo. Muitas delas, inclusive, estão há muito mais tempo nesse esforço.

Registro meu agradecimento aos meus pais, os primeiros que acreditaram na importância da minha educação e formação, não poupando esforços para que os meus objetivos fossem alcançados. A persistência deles me orientou em momentos em que as dúvidas sobre os caminhos a serem seguidos pairavam sobre minha mente. A conclusão desta etapa da minha formação é a minha mais sincera demonstração de agradecimento pela dedicação empreendida. Agradeço a Moroni de Almeida Vidal, que desde as primeiras versões do projeto de pesquisa que se tornaria este trabalho, dedicou horas do seu tempo para realizar leituras e releituras do que havia escrito, com apontamentos sempre dedicados a melhorar o desenvolvimento desta pesquisa. Também agradeço pelos inúmeros momentos em que com sua sensibilidade, me auxiliou para que eu pudesse lembrar meu encanto pela pesquisa.

Desde o meu ingresso no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, tive o privilégio de entrar em contato com profissionais competentes e apaixonados pelo seu ofício. Agradeço a cada professor e professora com quem tive a oportunidade de aprender e com quem tive contribuições significativas para a pesquisa que era desenvolvida. Estendo o agradecimento aos colegas, mestrandos e doutorandos, que fizeram parte desses momentos e à equipe administrativa do PPGH, com quem pude em muitos momentos sanar as mais diversas dúvidas.

Em 2022, quando defendi minha dissertação de mestrado, tive o privilégio de ouvir os comentários e contribuições da Professora Doutora Eunice Sueli Nodari, uma referência nos estudos de História Ambiental. Nos meses seguintes, ela se tornaria minha orientadora do doutorado. Agradeço imensamente todo o tempo que dedicou para direcionar e aperfeiçoar este trabalho. Mas, principalmente, agradeço por tornar essa trajetória mais leve e tranquila, mantendo sempre uma postura acolhedora e sensível, sempre atenta ao bem-estar dos seus orientandos e orientandas. Do mesmo modo, agradeço à Professora Doutora Roberta Barros

Meira, que durante a pesquisa, tornou-se coorientadora. Com sua sensibilidade e conhecimento, contribuiu para o enriquecimento do trabalho, com reflexões, provocações e indicações de leituras. Minha gratidão às professoras por dedicarem seu tempo para leituras e releituras do trabalho e por acreditarem desde o primeiro momento, no potencial desta discussão.

Em 2025, apresentei a parte inicial da pesquisa para a banca de qualificação, que contribuiu sobremaneira para que pudesse realizar ajustes importantes no que havia sido realizado até aquele momento e com contribuições para a sequência do desenvolvimento do trabalho. Desse modo, manifesto meu agradecimento ao Professor Doutor Alfredo Ricardo Silva Lopes e à Professora Doutora Lise Fernanda Sedrez, que aceitaram o convite para compor a banca e dedicarem seu tempo e conhecimento para a leitura. No decorrer da pesquisa, tive contato com os autores das obras literárias analisadas na tese, que confiaram no potencial desta pesquisa, por isso agradeço à Maria José Silveira, Mia Couto e Carlos Henrique Schroeder. Os seus olhares sensíveis para o mundo também foram inspiradores para a escrita da tese.

Uma pesquisa apenas é aprimorada com a possibilidade de diálogos e trocas com outros pesquisadores, que compartilham das alegrias e angústias inerentes ao processo. Por esse motivo, agradeço às muitas reuniões dos grupos de pesquisa que tive o privilégio de participar e aos colegas que compartilhando suas leituras e trabalhos, inspiraram o desenvolvimento deste. Meu agradecimento ao grupo Estudos em Circulação de Saberes, Natureza e Agricultura (Cana) e Cultura e Sustentabilidade Cults) da Universidade da Região de Joinville (Univille) e ao Grupo de Estudos do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (Labimha/UFSC).

Agradeço às agências que, acreditando na valorização da ciência, financiaram essa pesquisa. Inicialmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Programa de Demanda Social. Posteriormente, a bolsa da Cátedra UNESCO Memorial concedida pelo Centro Brasileiro de Estudos da América Latina da Fundação Memorial da América Latina, onde durante alguns meses tive a oportunidade de expandir o olhar da pesquisa para a perspectiva de migrantes e refugiados ambientais no contexto de Joinville, sob a orientação da Professora Doutora Elizabete Sanches Rocha da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Meu agradecimento também ao Programa de Assistência Financeira Estudantil do Ensino Superior de Santa Catarina – UNIEDU e ao Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), que financiaram esta pesquisa até sua conclusão.

Por fim, agradeço aos professores que compuseram a banca de defesa da tese, pelo aceite do convite e pelas contribuições ao trabalho.

Uma história começa em qualquer lugar e em qualquer momento. Há sempre algo que entrelaça de tal maneira as histórias do mundo e as de cada um de nós que o começo depende apenas do ponto de vista pelo qual você escolhe ver e desembaralhar os nós, as malhas, os vazios.

(SILVEIRA, Maria José. Maria Altamira)

Eu regresso sempre à Beira quando escrevo. Todos os meus livros, sejam de poesia, sejam de prosa, eu volto à minha infância que é esta cidade.

(COUTO, Mia. Sou autor do meu nome).

É assim, ou mais ou menos assim: são os livros que nos encontram.

(SCHROEDER, Carlos H. História da chuva)

RESUMO

Desastres socioambientais são assim definidos por serem o resultado de fatores ambientais combinados com a atividade humana em um cenário de vulnerabilidade. Esta tese busca compreender como narrativas literárias podem ser mobilizadas pela História Ambiental para pensar casos de desastres socioambientais em âmbito global. A escolha das fontes literárias se apoia nas reflexões de Donald Worster (2024), uma vez que narrativas literárias podem demonstrar os significados que são atribuídos à natureza pela mente humana. O objetivo da tese é analisar três obras literárias pela perspectiva da História Ambiental, discutindo os entrelaçamentos entre história e literatura e a noção de paisagem literária como manifestação da natureza histórica do lugar e da relação humana com a imaginação. O estudo abrange os romances: “Maria Altamira”, da escritora brasileira Maria José Silveira, publicado em 2020. Esta obra tematiza dois casos de desastres, primeiramente o terremoto de Ancash, ocorrido na costa do Peru, em 1970 e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada na bacia do rio Xingu, próxima ao município de Altamira, no Pará. “O mapeador de ausências” do escritor moçambicano, Mia Couto, é a segunda fonte analisada. Publicado em 2020, o romance narra a chegada do ciclone tropical Idai no sul moçambicano em março de 2019. “História da chuva” do escritor brasileiro Carlos Henrique Schroeder, publicado em 2015, é a terceira fonte e narra as consequências na vida íntima do narrador após a perda de um amigo nas inundações ocorridas no Vale do Itajaí em novembro de 2008. A análise das fontes literárias é realizada a partir da epistemologia da História Ambiental, com a observação da interação entre natureza e humanidade e da metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) através da seleção das fontes, da codificação dos temas e contextos narrados e da interpretação das obras como objetos de comunicação. Utiliza-se a metodologia da História Oral para a produção de entrevistas orais com os autores, com o objetivo de capturar aspectos da criação literária e de suas vidas pessoais que não são expostos nas narrativas.

Palavras-chave: História Ambiental; Desastres socioambientais; Literatura.

ABSTRACT

Socio-environmental disasters are defined as the result of environmental factors combined with human activity in a vulnerable context. This thesis seeks to understand how literary narratives can be mobilized by Environmental History to analyze cases of socio-environmental disasters on a global scale. The selection of literary sources is based on the reflections of Donald Worster (2024), since literary narratives can demonstrate the meanings attributed to nature by the human mind. The objective of this thesis is to analyze three literary works from the perspective of Environmental History, discussing the interconnections between history and literature and the notion of literary landscape as a manifestation of a site's historical nature and the human relationship with the imagination. The study covers the following novels: "Maria Altamira," by Brazilian author Maria José Silveira, published in 2020. This work addresses two disaster scenarios: first, the Ancash earthquake, which occurred off the coast of Peru in 1970, and the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant, located in the Xingu River basin near the municipality of Altamira in Pará. "The Cartographer of Absences" by Mozambican writer Mia Couto is the second source analyzed. Published in 2020, the novel narrates the arrival of Tropical Cyclone Idai in southern Mozambique in March 2019. "History of the Rain" by Brazilian writer Carlos Henrique Schroeder, published in 2015, is the third source and narrates the consequences on the narrator's personal life following the loss of a friend in the floods that occurred in the Itajaí Valley in November 2008. The analysis of literary sources is carried out from the epistemology of Environmental History, observing the interaction between nature and humanity, and using the methodology of Content Analysis (Bardin, 2011) through the selection of sources, the coding of narrated themes and contexts, and the interpretation of the books as objects of communication. The Oral History methodology is used to produce oral interviews with the authors, with the aim of capturing aspects of literary creation and their personal lives that are not exposed in the narratives.

Keywords: Environmental History; Socio-environmental disasters; Literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro Maria Altamira	58
Figura 2 – Contracapa do livro Maria Altamira	58
Figura 3 – Mapa das divisões hidrográficas do Brasil (Mesorregião Bacia do Xingu).....	71
Figura 4 – Tuíra Kayapó com o facão no rosto do diretor da Eletronorte.....	74
Figura 5 – Mapa da localização do Rio Xingu e Municípios	83
Figura 6 – Homem acenando próximo de sua casa após a passagem do Idai	120
Figura 7 – Folha pré-impressa com a denúncia de Alberto	132
Figura 8 – Relato sobre a prisão e desaparecimento de Paqueleque	133
Figura 9 – Ordem de detenção de Tomás Lucas Manuel	134
Figura 10 – Telegrama anexo ao processo de Tomás Lucas Manuel.....	135
Figura 11 – Fachada da Fundação Fernando Leite Couto, em Maputo.....	138
Figura 12 – Fernando Couto e o filho Fernando na delegação do jornal Notícias, s/d	140
Figura 13 – Mia Couto e os pais, Fernando Couto e Maria de Jesus em São Cosmado	142
Figura 14 – Capa da primeira edição de Vozes Anoitecidas	145
Figura 15 – Registro da destruição da Igreja de Macuti (Beira)	152
Figura 16 – Mapa das Divisões Geográficas Intermediárias de Santa Catarina.....	177
Figura 17 – Mapa da Hidrogeologia Regional do Rio Itajaí-Açu	178
Figura 18 – Heinz Schroeder com o neto, Carlos Henrique	194
Figura 19 – Casa da Cultura de Braço do Trombudo	196
Figura 20 – Casa da Cultura de Braço do Trombudo	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Capacidade instalada e volume útil: grandes hidrelétricas brasileiras.....	89
Tabela 2 – Lista de ocorrências de ciclones em Moçambique (1971-2025)	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
AEMO	Associação dos Escritores Moçambicanos
AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
AIM	Agência de Informação de Moçambique
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APCA	Associação Paulista de Críticos de Arte
CAEM	Comissão de Auxílio aos Estudantes Moçambicanos
Cb	Cumulonimbus
CEEIBH	Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CENOE	Centro Nacional Operativo de Emergência
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DGS	Direção-Geral de Segurança
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
Eletrosul	Centrais Elétricas do Sul do Brasil
ENAMMC	Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas
Eneram	Estudos na região Amazônica do Brasil
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
Fitub	Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GEE	Gases do Efeito Estufa
GEFA	Grupo Extemporâneo de Formas Animadas
GLGRC	Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades
HO	História Oral
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE	Instituto Nacional de Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
IRN	International Rivers Network
ISA	Instituto Socioambiental
Iser	Instituto de Estudos da Religião
IUEE	Imposto Único sobre Energia Elétrica
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Manu	Mozambique African National Union
MFA	Movimento das Forças Armadas
MGM	Movimento Gravitacional de Massa
MME	Ministério de Minas e Energia
MMI	Escala Mercalli Modificada de Intensidade
MMTACC	Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade
MPDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Rodovia Transamazônica pelo Xingu
MP-RS	Ministério Público do Rio Grande do Sul
MXVPS	Movimento Xingu Vivo para Sempre
NAPA	Programa de Ação Nacional de Adaptação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONM	Organização das Mulheres de Moçambique
PAM	Programa Alimentar Mundial
PARPA	Plano de Ação para a Redução da Pobreza
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PERH/SC	Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDA	Post-Disaster Needs Assessment
PNE	Plano Nacional de Eletrificação
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Renamo	Resistência Nacional Moçambicana
RH	Região Hidrográfica

RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAP	Serviço de Ação Psicossocial
SCAR	Sociedade Cultural Artística
SETSAN	Secretaria Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique
TSM	Temperatura da Superfície do Mar
UC	Unidade de Conservação
UDENAMO	União Nacional Democrática de Moçambique
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNAMI	União Nacional de Moçambique Independente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UHE	Usina Hidrelétrica
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 “UMA HISTÓRIA QUE MARIA NÃO QUERIA OUVIR”: O DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DE BELO MONTE ATRAVÉS DO DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA.....	33
2.1 DESFIGURAÇÕES DE MUNDO: POR UMA NOÇÃO DE DESASTRE	33
2.2 UM SONHO DE ESCRITORA: OS PERCURSOS DE MARIA JOSÉ SILVEIRA E A PUBLICAÇÃO DE “MARIA ALTAMIRA”	47
2.3 DA GIGANTE NACIONAL AO DESASTRE: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	70
3 “COMO SE NUNCA ANTES TIVESSE VISTO O VENTO”: A CHEGADA DO CICLONE IDAI EM MOÇAMBIQUE NAS PALAVRAS LITERÁRIAS DE MIA COUTO.....	105
3.1 A HISTÓRIA DO QUE FICOU PARA TRÁS: O CICLONE IDAI (2019) E A PRODUÇÃO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE	105
3.2 A LUTA DE INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE	121
3.3 O INVENTOR DE ESQUECIMENTOS: A TRAJETÓRIA DO ESCRITOR MIA COUTO	137
3.4 “NATURAL NÃO TREME”: O ROMANCE “O MAPEADOR DE AUSÊNCIAS” NA PERSPECTIVA DO DESASTRE.....	154
4 “HAVIA UM CÉU CINZA-CHUMBO”: O DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO ITAJAÍ (2008) EM UMA HISTÓRIA DA CHUVA	176
4.1 “HISTÓRIA DA CHUVA”: A CHEGADA DAS CHUVAS E A PRODUÇÃO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO ITAJAÍ (2008)	177
4.2 “FALAR DO OUTRO TAMBÉM É FALAR DE MIM”: A TRAJETÓRIA DE CARLOS HENRIQUE SCHROEDER	192
4.3 ENTRE FRAGMENTOS DO REAL E DA FICÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO DESASTRE NO ROMANCE “HISTÓRIA DA CHUVA”	204
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS.....	234

1 INTRODUÇÃO

Na introdução de um dos capítulos que compõem o romance “O mapeador de ausências” (2021a), o escritor moçambicano Mia Couto comenta: “Não é o poeta que é um fingidor. É o poema que mente: o que nele se escreve já antes estava escrito” (Couto, 2021a). A frase, no romance, é atribuída ao poeta Adriano Santiago, o pai do protagonista, que sofre as angústias de ser um poeta em meio à guerra travada em Moçambique na década de 1950. Em referência ao que possa ser o mais conhecido poema do poeta português Fernando Pessoa, “Autopsicografia” de 1932, os versos do personagem de Couto mobilizam uma discussão de grande dimensão: os diálogos entre História e Ficção, ou ainda, História e Literatura.

Nesta tese serão construídas análises que permeiam esses espaços de História e Literatura, buscando compreender os pontos de encontro e distanciamento entre eles. Para tanto, mobilizando a temática dos desastres socioambientais. Como objetos de análise foram selecionados romances literários que tratam deste tema sensível. Desse modo, o objetivo geral desta investigação é analisar as obras literárias “Maria Altamira”, de Maria José Silveira, “O mapeador de ausências” de Mia Couto e “História da chuva” de Carlos Henrique Schroeder, na perspectiva da História Ambiental, dos entrelaçamentos históricos e literários e da noção de paisagens literárias diante de desastres socioambientais.

Para tanto, são estabelecidos objetivos específicos como caracterizar os diálogos entre as experiências históricas dos autores com desastres socioambientais a partir dos casos apresentados nas narrativas literárias selecionadas; identificar nas obras os subsídios teóricos e temáticos para a discussão da História Ambiental pela literatura; estabelecer similaridades e disparidades nas relações entre seres humanos e ambiente apresentadas nas obras literárias selecionadas; e, compreender os processos criativos que envolveram a criação e desenvolvimento das narrativas, aprofundando as relações dos seus autores e a autora com os casos de desastres socioambientais mobilizados como inspiração. Desse modo, o problema de pesquisa aqui delineado é demonstrado na seguinte questão: Como essas narrativas literárias podem ser mobilizadas como fontes para a História Ambiental para pensar a produção e a experiência do desastre socioambiental em âmbito global?

A análise apresentada nesta tese compreende uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter indutivo, na qual serão mobilizados um conjunto de pressupostos metodológicos, tendo em vista atingir os objetivos propostos. A etapa inicial constitui-se em uma Pesquisa Bibliográfica, buscando aprimorar e ampliar vínculos teóricos. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos que discutem a História Ambiental, as relações entre paisagem e literatura, bem como trabalhos que discutem os processos históricos apresentados nas narrativas literárias analisadas. Por pesquisa bibliográfica, sublinha-se a definição proposta por Boccato (2006, p. 266), na qual:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para a construção da análise mobilizou-se também os percursos epistêmicos da História Ambiental, visando perceber como as sociedades humanas são impactadas pelo ambiente e também desencadeiam impactos. No que tange aos objetivos da pesquisa, perceber esses fenômenos e relações tornou-se fundamental para compreender como os sujeitos constroem suas percepções da paisagem e desenvolvem vínculos entre suas identidades e os lugares em que vivem e precisamente, como esses vínculos e percepções foram narrados através dos textos literários de Maria José Silveira, Mia Couto e Carlos Henrique Schroeder.

O historiador Donald Worster (2024) ao refletir sobre a natureza também como criação da mente humana e, portanto, dos significados que são atribuídos, defende a existência de boas razões “[...] para os historiadores ambientais incluírem no seu programa o estudo de aspectos de ética e estética, mitos e folclore, literatura e arquitetura paisagística, ciência e religião – pois devem ir onde quer que a mente humana se envolva, o significado da natureza” (Worster, 2024, p. 104). Acerca dos usos da História Ambiental para pensar as transformações do ambiente, Pádua (2010, p. 97) destaca o cuidado necessário em considerar os mais diversos fatores da questão ambiental.

O importante é permanecer atento e aberto em cada situação de pesquisa. Em certas situações os fatores biofísicos são decisivos. Em outras a tecnologia ou as visões de mundo podem ser decisivas. Em todas as situações, no entanto, o biofísico, o social e o cultural estão presentes. Nos diferentes casos, o que se percebe são sistemas abertos e que se modificam no andamento da história. Os próprios relacionamentos entre todos os componentes da interação – onde todos são relevantes, mesmo que em diferentes níveis – constroem, destroem e reconstróem inúmeras formas materiais e culturais. No sentido mais profundo, o desafio analítico é o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo.

O caráter de observação do mundo, indicado por Pádua (2010), nas pesquisas que partem da História Ambiental converge também para outro suporte metodológico adotado, a Análise de Conteúdo. Nessa metodologia proposta por Laurence Bardin (2011) durante seus estudos na área de psicossociologia e dos estudos das comunicações de massa, são estabelecidas técnicas de análises das comunicações, em falas ou textos, que visam obter indicadores da inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção dessas comunicações. Esse procedimento é operado em três etapas. A primeira delas, a pré-análise, diz respeito à escolha dos objetos analisados e a formulação de hipóteses e objetivos que irão permear a análise.

A análise do objeto, como segunda etapa, é realizada através do processo de codificação e da identificação de unidades de registro e de contexto. A primeira delas diz respeito ao objeto e a segunda, ao lugar onde esse objeto é encontrado. Por fim, a terceira etapa da Análise de Conteúdo é a interpretação dos dados gerados nas etapas anteriores. Esse procedimento é feito através de categorizações que permitem o agrupamento dos conhecimentos obtidos por temas, significados e frequências em que aparecem no objeto analisado.

No que tange aos objetivos da pesquisa, essa estruturação foi construída a partir de uma leitura diagnóstica dos romances escolhidos, a fim de identificar a viabilidade da utilização desses romances como fontes de análise para a pesquisa empenhada. A viabilidade, portanto, foi determinada em razão da compatibilidade temática com os desastres socioambientais. Tendo estabelecido os romances como fontes para análise, uma segunda leitura foi realizada. Nesse momento, a leitura foi pautada em uma análise organizacional, na qual foram destacados e listados os fragmentos textuais de maior relevância para discussão, ou seja, aqueles em que as ideias de paisagem, relação ambiente e humanidade e desastres ganhavam destaque.

Assim, fichas de catalogação para uso pessoal foram construídas, com a reunião dos fragmentos separados e organizados por temas comuns como ambiente, desastre, vulnerabilidade; ou seja, conceitos que são discutidos no decorrer da tese. As fichas individuais de cada um dos três romances também contêm informações de identificação em relação a edição utilizada, no formato físico ou *e-book*, e informações complementares como ano de publicação, editora, arte da capa e outras edições que foram publicadas até o momento. As fichas e catalogações construídas serviram para guiar as discussões que são apresentadas nos capítulos e foram estruturadas pelo pesquisador, a partir dos referenciais de Bardin (2011).

Em continuidade à pesquisa, também se mobiliza a utilização da metodologia da História Oral (HO), como instrumento de investigação que contribui na compreensão dos

processos que culminaram no desenvolvimento das narrativas literárias, bem como as intenções de escrita, os envolvimento com os desastres socioambientais narrados e os sujeitos afetados. No que se refere a abordagem da metodologia da História oral nos trabalhos científicos, Alberti (2005, p. 155) destaca que

[...] É uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Nesse sentido, caracteriza-se como sujeitos de pesquisa os autores das obras analisadas. Para tanto, será organizado um roteiro de entrevista oral com a convergência entre os gêneros de história temática e história de vida. A mobilização da metodologia da História oral vem ao encontro das discussões construídas por Collot (2013) que apontam a percepção da paisagem como um convite a compreender outros modos de pensar e existir. Desse modo, será organizado um roteiro de entrevista seguindo a estrutura: a) Iniciação à escrita; b) relações com seus países de origem; c) relações com a paisagem; d) relações com os desastres socioambientais narrados nas obras e os sujeitos envolvidos; e) desdobramentos da escrita. Esta organização dialoga com os pressupostos da História oral, na qual “como metodologia de pesquisa, a História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano” (Cassab; Ruscheinsky, 2004, p. 8).

Para a análise desenvolvida, torna-se essencial compreender as diferenciações entre uma e outra área, História e Literatura, por mais práticas e evidentes que estes contrastes possam aparecer. Inicialmente, é crucial ressaltar o papel do leitor, compartilhado por historiadores, ficcionistas, pesquisadores ou críticos. Enquanto leitores, compartilha-se um universo de possibilidades de acesso às intenções da narrativa e dos significados que são atribuídos individualmente a cada narrativa acessada. O historiador Júlio Pimentel Pinto (2024, p. 21-22) descreve o lugar dessa ocupação leitora:

antes de sermos historiadores, pesquisadores, ficcionistas ou críticos, somos leitores, prioritariamente leitores; logo, precisamos reconhecer a instabilidade da nossa posição, a distância que mantemos (a despeito ou de acordo com a vontade de cada um) em relação ao texto com que defrontamos e ao que ele narra, em relação às verdades possíveis que cada texto nos oferece. Todo leitor enfrenta esse dilema, mas também é preciso diferenciar a variada atitude que esse leitor assume em face dos diversos tipos de narrativa que frequenta. E esse é o momento de relembrar que as

duas narrativas que aqui nos interessam, a historiográfica e a literária, têm compromissos distintos.

Desse modo, diferenciar e compreender os distintos compromissos de uma e outra narrativa são pontos de partida importantes para que o exercício de mobilização do texto literário como fonte histórica esteja alinhado com o fazer científico. Nessa esfera, considerações são realizadas, como: quais os caminhos para que um historiador ou historiadora possa aproximar-se do texto ficcional? Quais os riscos poderá enfrentar e como evitá-los ou contorná-los? (Pinto, 2024).

Em um segundo momento, é relevante caracterizar a compreensão de ficção, não se atendo ao significado mais superficial, da ficção como mera oposição da verdade. O ensaísta argentino Juan José Saer dedicou-se em seus escritos a compreender mais profundamente a concepção da ficção. Em um de seus ensaios a define como uma antropologia especulativa (Saer, 2012). Em sua reflexão, o autor contrasta a ficção do termo *non-fiction*, como gênero que busca a “exclusão de todo rastro fictício” (Saer, 2012, p. 2). O autor, contudo, debate que essa exclusão dos rastros fictícios (exemplificada em narrativas biográficas ou autobiográficas) não é acompanhada, necessariamente, de uma garantia de veracidade e que mesmo a *non-fiction*, enfrenta obstáculos como a autenticidade das fontes, dos critérios interpretativos e das turbulências de sentido. Segundo Saer (2012, p. 2)

podemos afirmar que a verdade não é necessariamente o contrário da ficção e que, quando optamos pela prática da ficção, não o fazemos com o propósito turvo de tergiversar a verdade. Quanto à dependência hierárquica entre verdade e ficção, segundo a qual a primeira possuiria uma positividade maior que a segunda, desde já, no plano que nos interessa, é uma mera fantasia moral. Mesmo com a maior boa-vontade, aceitando essa hierarquia e atribuindo à verdade o campo da realidade objetiva e à ficção a duvidosa expressão do subjetivo, persistirá sempre o problema principal, ou seja, a indeterminação existente não na ficção subjetiva, relegada ao terreno do inútil e caprichoso, mas sim na suposta verdade objetiva e nos gêneros que pretendem representá-la, já que a autobiografia, a biografia e tudo o que pode entrar na categoria de *non-fiction* – essa imensidão de gêneros que deram as costas à ficção e decidiram representar a suposta verdade objetiva – são os que devem apresentar as provas de sua eficácia.

Em seu ensaio, Saer (2012) reflete que desde sua concepção, a ficção soube subverter as amarras que a *non-fiction* enfrenta. Para o autor, contudo, a ficção não pode ser interpretada como uma reivindicação do falso, mesmo aquelas que incorporam propositalmente, fontes falsas ou dados históricos com imaginários, já que não o fazem com a intenção de causar confusão no leitor, mas antes de destacar o caráter duplo da ficção de unir o empírico com o

imaginário (Saer, 2012). Assim, a ficção “[...] se mantém à distância tanto dos profetas do verdadeiro quanto dos eufóricos do falso” (Saer, 2012, p. 3).

Outro olhar para a ficcionalidade é o da historiadora Sandra Pesavento (1995). Ao tratar dos caminhos trilhados pela História e Literatura, Pesavento compreende a diversidade destes caminhos, porém destaca o caráter convergente, especialmente no que se refere à construção de identidade. Aqui, mais uma vez, o que se destaca é o caráter comum de representação¹ do mundo social que tanto a História como a Literatura se empenham. Para Pesavento (1995, p. 117), “A ficção, não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites de criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador”.

É também no aspecto da construção de identidade que o historiador Allan Megill (2016) localiza a contribuição da literatura e dos estudos literários para a narrativa histórica. Para Megill (2016), um dos primeiros aspectos de contribuição está vinculado à busca por parte de historiadores de uma retórica, estilo e de uma dimensão literária para a construção de sua narrativa. Assim, a ficção oferece um repertório de modos de apresentação (Megill, 2016), que fomentam a construção de um texto mais convidativo para seu público leitor, uma preocupação já consolidada no campo literário. Os modos de apresentação propiciados pela ficção não se encerram no seu teor decorativo, mas antes fortalecem os potenciais interpretativos da narrativa.

A contribuição estética está acompanhada, segundo Megill (2016, p. 306) do cultivo de “uma consciência dos aspectos da experiência humana, particularmente aqueles relacionados à subjetividade e à identidade”. Esses aspectos podem passar despercebidos por historiadores não sensíveis à literatura, mas figuram como perspectivas importantes para a construção da narrativa histórica no presente, particularmente, uma narrativa que não se intente a uma neutralidade inalcançável e indesejável.

Ainda que múltiplas experiências que buscaram tratar do texto de ficção pela História possam ser mobilizadas e citadas, se identifica um vasto terreno a ser percorrido neste exercício. Isso se deve, principalmente, pela identificação de um distanciamento entre História e Literatura. Segundo Bentivoglio e Andrade (2023) essa separação pode ser localizada a partir da segunda metade do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa e posteriormente acompanhada do surgimento da ciência histórica durante o século XIX, no contexto europeu.

¹ Aqui, a noção de representação vincula-se às duas faces do conceito proposto por Chartier (2002) em que a representação pode ser tanto a ausência, distinguindo o que representa do que é representado, como a apresentação de uma presença: “Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’” (Chartier, 2002, p. 165).

Para os historiadores, estes eventos culminaram em um distanciamento do que então se tornaria duas áreas de conhecimento específicas: a História e as Letras (Bentivoglio; Andrade, 2023).

Em termos práticos, esta separação motivou, em muitos casos, que historiadores ignorassem a leitura de romances, poemas, contos ou crônicas, atendo-se, principalmente, às obras históricas. Isso se deve a muitas razões, a primeira delas é que o próprio conceito de literatura apenas seria desenvolvido no século XIX, partindo do que então era conhecido como retórica e gramática (Megill, 2016), sendo a história vista como um gênero advindo da retórica. Segundo Megill (2016, p. 300)

Os comentaristas não viam problema na relação retórica/história e, portanto, davam pouca atenção a ela. Os retóricos, desde Cícero e Quintiliano na Antiguidade romana até Hugh Blair no século XVIII, dedicaram alguma atenção à questão do estilo na história, mas disseram pouco de interesse teórico. A reivindicação geral era que os historiadores deveriam escrever de forma verdadeira e para a instrução da humanidade. A “verdade” não implicava uma preocupação obsessiva com a conformidade em relação ao fato particular; ao contrário, a edificação moral era uma consideração igualmente importante.

O desencadeamento da Revolução Francesa, entre 1789 e 1799 propiciou transformações profundas nas experiências humanas e nos sentidos atribuídos ao mundo, gerando mudanças significativas na própria concepção de história. Neste contexto, os textos históricos deixam de procurar apresentar lições de moral do passado, aspecto próprio da retórica e preocupam-se em “mostrar” ou “contar” o passado tal como foi, movimento representado pelo historiador alemão Leopold von Ranke e seus sucessores (Megill, 2016).

Outro aspecto crucial na concepção da disciplina histórica é a busca por um caráter universal da narrativa, que deveria contar a história da humanidade ainda não contada, empreendendo uma “busca científica”. Em contrapartida e estendendo o contraste, “com o advento do que hoje consideramos pré-romantismo e romantismo, a literatura passou a ser vista em muitos lugares como tendo uma especial preocupação com o subjetivo e o pessoal” (Megill, 2016, p. 300). No decorrer do século XX, observa-se a presença de alguns questionamentos sobre a caracterização da história como arte ou ciência, sendo que até a década de 1960 localiza-se algumas respostas gerais, como a do historiador inglês John Bagnell Bury e do francês Marc Bloch:

Bury insistiu que “a história é uma ciência, nem mais nem menos”². Outros comentaristas consideraram que a história deveria ser uma combinação de arte

² Aspas no original.

(imaginação) e ciência (razão). Uma visão amplamente difundida entre os historiadores profissionais era a de que a história estava se movendo da literatura para a ciência. Por exemplo, em *Apologie pour l'histoire* (1949; *Apologia da história ou o ofício de historiador*, 1953), Marc Bloch, sustentando a ideia de que a história é uma “ciência em sua infância”, manifestou a esperança de que ela superasse sua forma embrionária de “mera narrativa”, rejeitasse a “lenda e a retórica”, e se tornasse um “empreendimento de análise fundamentado” (Megill, 2016, p. 301).

De fato, observa-se neste período que para um grupo seleto de historiadores e expoentes de outras áreas, a cientificação da história e o distanciamento da relação com a literatura gerou uma série de angústias e questionamentos. Embora a história nunca tenha, de fato, se desvinculado por completo das narrativas literárias, é a partir da segunda metade do século XX e, principalmente, no último quartel do século, que é possível identificar esse reencontro, através do reconhecimento por historiadores e historiadoras de que a história também é uma narrativa.

Para Bentivoglio e Andrade (2023), esse reconhecimento pode ser localizado em alguns momentos. Inicialmente entre os anos de 1940 e 1950 e o surgimento de um debate sobre o caráter nomológico da história, em que a narrativa aufere o patamar de “elemento fundamental do processo de cognição, de compreensão e de explicação do passado retratado, sobretudo, nas páginas da revista norte americana *History & Theory* (Bentivoglio; Andrade, 2023). Já na década de 1960, com as discussões travadas pelo pós-estruturalismo francês e o surgimento da teoria semiótica, que se debruçaram sobre o caráter discursivo do pensamento. Neste movimento, figuras como a do sociólogo e filósofo Roland Barthes (1999) e do filósofo e historiador Michel Foucault (1981) passam a problematizar o discurso da história.

Outros eventos ainda podem ser exemplificados como fatores que contribuíram para uma reaproximação entre história e literatura, como os estudos sobre a mimesis, representado pelas reflexões do filólogo alemão Eric Auerbach, que influenciou sobremaneira o estudo desempenhado pelo historiador Hayden White (1985) sobre o caráter ficcional em narrativas históricas. De igual influência, os estudos sobre tempo e narrativa desempenhados por Paul Ricoeur (1994), especialmente sua teoria sobre a mimesis, em que evidencia as relações entre experiência e identidade, narrativa e história. E ainda a Teoria Crítica de Walter Benjamin, “cuja obra representou uma renovação e um exercício fecundos sobre diferentes modos pelos quais seria possível utilizar obras literárias para se compreender o passado e o presente” (Bentivoglio; Andrade, 2023, p. 20).

Este contexto contou com uma potente contribuição da História Nova, inaugurada em 1978, como a corrente historiográfica que marcou a terceira geração da Escola dos Annales,

representada por nomes como Guy Bourd  e Hervé Martin. Essa geração dos Annales esteve marcada pela ampliação do olhar sobre as fontes para a História e a abertura ao diálogo com as mais diversas áreas de conhecimento, como antropologia, sociologia, literatura, geografia, psicologia, entre outras (Matos, 2010). Foi caracterizada por várias tendências e fases, como os estudos dos fenômenos de longa duração, manifestações religiosas e biografia na primeira fase; os estudos econ micos, demográficos, quantitativos e seriais na “Era Braudel”; na História das Mentalidades com enfoque nos “excluídos”, na história das religiões, de gênero, vida privada, sexualidade e loucura, em seu terceiro momento; e, nos estudos culturais das massas an nimas e das questões populares na Nova História Cultural.

Matos (2010) destaca que todas as fases que caracterizam a História Nova compartilharam alguns aspectos e continuidades, entre elas a inserção de documentos antes menosprezados como obras de literatura, documentos pessoais e monumentos, etc. Em sua proposta metodológica, as obras literárias e artísticas, como manifestações do imaginário, são privilegiadas enquanto fontes por conduzirem   psicologia coletiva das sociedades. A ampliação do olhar sobre fonte histórica visou romper com a noção mais tradicional de “documento histórico”, termo amplamente empregado desde o século XIX, quando historiadores utilizaram-se de determinados tipos de texto como fontes de informação.

Entre esses textos estavam aqueles produzidos por instituições, organismos do Estado e dos poderes constituídos ou crônicas de época patrocinadas por estes mesmos poderes. A escolha deste acervo documental tinha como intuito corresponder a um modelo de História Política praticado no início da historiografia científica. Esse conjunto de textos eram assim mobilizados por representarem a ideia de prova ao trabalho dos historiadores. O termo “documento histórico” era assim incorporado ao vocabulário historiográfico t mb m como forma de aproximar o trabalho desenvolvido por historiadores daquele realizado por juristas (Barros, 2020).

No transcurso destes movimentos, o que se observa na segunda metade do século XX é o que Megill (2016, p. 303) denomina como “uma grande diversidade nas perspectivas e nos interesses dos historiadores”. Essa elasticidade de interesses proporcionou uma multiplicidade de objetos de análises e com isso, a necessidade de expandir os mecanismos de abordagem para lidar com esses objetos, o que resultou em uma reaproximação com a literatura. Estilo de narrativa, retórica, enunciação tornaram-se fatores a serem adotados por historiadores. Segundo Megill (2016, p. 303)

A diversificação dos objetos de interesse histórico faz a história mais “literária”, no sentido de que, com mais escolhas disponíveis para os historiadores em matéria de apresentação, torna-se necessária uma avaliação mais inteligente das várias opções; e a crítica retórica e literária oferece recursos para tal avaliação.

Para além de apresentar recursos de modos de apresentação da narrativa histórica, o texto literário retornou em si ao rol de interesses de análise de historiadores. Expandindo, desse modo, o aspecto puramente textual para outras categorias, como a da própria autoria do texto literário, compreendendo que um autor é “resultado daquilo que leu e que foi capaz de pensar, usar e também imaginar” (Bentivoglio; Andrade, 2023, p. 25). Entre os desafios que se apresentam neste exercício está o de olhar para o texto literário com o olhar acurado, compreende que tanto narrativas literárias como historiográficas não “refletem” ou “espelham” o contexto de seus atores ou da história que desenvolvem (Pinto, 2024). E desse olhar, deve-se incluir igualmente os textos historiográficos, também estes incapazes de refletir tal qual uma dada realidade.

O reflexo e o espelhamento fornecem apenas uma falsa impressão de alcance da realidade, mas desconsideram, os desvios e refrações inerentes ao caminho. Assim, pode-se pensar ser possível, por ingenuidade, acessar uma experiência passada através da leitura de um texto literário ou historiográfico. O que deve ser levado em consideração nessa trajetória e que assinala uma das faces da construção de análise deste trabalho, é a ideia do contexto que é construído no interior do texto, seja ele historiográfico e literário e que para além, ganha forma em sua interação com o leitor. A ficção, nesse sentido, pode contribuir para a história, menos no seu conteúdo de informações “históricas” ou de traços do passado pretendidos pelo autor, mas, em suma, ao trabalho de escrita, aos propósitos atribuídos ao texto (pelos autores e por seus leitores) e ao contexto cognitivo traçado nas narrativas (Pinto, 2024).

Nos textos literários que são objeto de análise desta pesquisa, interessa captar também o que o escritor e crítico argentino Ricardo Piglia (1986) nomeou de zona indeterminada, ou seja, este espaço onde ficção e realidade se cruzam e onde o passado pode ser ficcionalizado a partir das pretensões, ideias e imaginação de escritores e escritoras. Para o crítico, esse processo de ficcionalização da realidade foi altamente usado em muitos momentos, inclusive pelo discurso militar argentino, que utilizou da ficção com a pretensão de apagar as opressões desempenhadas naquele país³. Ao tratar de desastres socioambientais, tema que incide sobre os

³ O escritor Ricardo Piglia (1940-2017) nasceu na cidade de Adrogué na província de Buenos Aires em 1940 e deu início a sua carreira como escritor em 1967 com o livro de contos, *Jaulario*. Mas foi em 1980, com a publicação do romance *Respiración artificial*, que o escritor atingiu o reconhecimento internacional. Publicado durante a vigência da ditadura militar argentina (1976-1983), a obra é reconhecida por trazer uma experimentação de

três romances destacados como objetos de pesquisa, as pretensões de ficcionalização podem recorrer a diversas motivações, inclusive a de desempenhar uma força contrária ao apagamento desses eventos, como se irá investigar posteriormente.

Nesse sentido, vários são os aspectos pretendidos na análise histórica empenhada, tendo em vista o rol de características e informações que um texto literário abrange e que estão mais ou menos explícitas em seu conteúdo e forma. Alguns destes elementos são consolidados no âmbito da análise literária: a literariedade, ou seja, as características distintivas do texto literário que o tornam uma obra literária (Compagnon, 1999) e que estão atreladas a políticas de um campo onde se disputam preferências que são de ordem extraliterárias (Bentivoglio; Andrade, 2023), mas também aspectos como a intenção, representação, recepção, estilo, história e valor literário. Outros elementos podem surgir de acordo com as questões que são dirigidas ao texto literário e que, para este caso, estão estritamente relacionadas à História Ambiental.

No que se refere aos elementos de análise captados a partir da História Ambiental, é possível citar, por exemplo, as contribuições do historiador John Robert McNeill que em seu artigo *Observations on the Nature and Culture of Environmental History* divide a História Ambiental em três variantes principais: com viés material, viés político e viés cultural/intelectual, sendo esta última a que “ênfatiza representações e imagens da natureza nas artes e nas literaturas, como elas mudaram e o que elas revelam sobre as pessoas e sociedades que as produziram” (McNeill, 2003, p. 6, *tradução nossa*)⁴. Novamente, o contexto de produção do texto literário, relacionado à vida e aos propósitos dos autores dos romances, é posto como uma categoria a ser considerada e investigada na análise. Entre as questões que se colocam estão do lugar que estes autores almejam atingir com suas obras, por quem desejam ser lidos e quais reconhecimentos buscam.

Para isto, parte-se da ideia de que ao escrever os romances, estes autores realizam transposições de suas realidades, sejam elas advindas de seus contextos históricos ou imaginários. Este processo não é aleatório ou orgânico, ao contrário, exige cálculo, reflexão e investigação. Ao escrever, estes autores travam um profundo estudo sobre si próprios, o mundo e o próprio processo de escrita, calculando o estilo de enredo e enunciação que serão adotados

linguagem, inspirado em outros nomes da literatura argentina do século XX como Jorge Luis Borges (1899-1986), Julio Cortázar (1914-1984) e Manuel Puig (1932-1990) (Andreta, 2018).

⁴ O autor cita os historiadores Simon Schama e Keith Thomas como exemplos de intelectuais que foram atraídos por essa abordagem da História Ambiental. No âmbito dessas discussões, o viés cultural/intelectual depositou suas preocupações no impacto ambiental relativo e na perversidade relativa de diferentes tradições religiosas e culturais. Buscando atentar em como determinadas ideias e modos de relação específicos de algumas culturas e preceitos foram capazes de expandir sua influência em novos contextos, política, social e ecologicamente (McNeill, 2003).

para contar a história que pretendem (Bentivoglio; Andrade, 2023). Indícios deste processo podem ser identificados no processo de escrita do romance “O mapeador de ausências” (2021a) de Mia Couto. Em entrevista sobre o livro, o autor revela: “para escrever esse livro, embarquei nessa cruzada impossível de buscar o meu passado. Acreditava que esse tempo tinha morada”⁵ (Couto, 2021b). As transposições da realidade para a ficção percorridas por Mia Couto e a análise da obra são desenvolvidas no segundo capítulo.

Por fim, o crítico literário Compagnon (1999) chama a atenção para a condição relativista de todos os aspectos possíveis de serem mobilizados diante de uma análise literária e que foram citados anteriormente, uma vez que são acionados de acordo com as necessidades de quem realiza a análise. Assim, na maioria dos casos, torna-se inviável a pretensão de olhar para todos esses aspectos mutuamente, já que podem ser incompatíveis ou mutuamente excludentes. Ao enfatizar um aspecto na análise, outro aspecto perderá sua importância, e assim sucessivamente. Para essa construção metodológica da análise literária, um conjunto de escolhas é feito (Bentivoglio; Andrade, 2023).

Neste trabalho, foram mobilizadas para análise o conjunto de três obras literárias contemporâneas, todas publicadas neste século. A primeira delas, “Maria Altamira”, foi publicada em 2020 pela editora Instante e tem autoria da escritora e tradutora goiana, Maria José Silveira. O romance, organizado em duas temporalidades, conta a história de duas personagens em momentos distintos de suas vidas. Em cada uma dessas histórias, suas vivências são atravessadas por experiências de desastres. Alelí, uma mulher peruana que perdeu toda sua família em um terremoto que provocou o soterramento da cidade de Yungay, no Peru, no ano de 1970 e décadas depois, Maria Altamira, sua filha, que nasce na cidade de Altamira, no estado brasileiro do Pará e vive as transformações no cotidiano e na paisagem diante da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O segundo romance, “O mapeador de ausências”, foi publicado em 2021 pela editora Companhia das Letras e é de autoria do escritor e biólogo moçambicano, Mia Couto. Com aspectos de sua biografia, o autor narra a história de Diogo Santiago, um respeitado poeta e professor universitário que retorna após muitos anos para sua cidade natal, Beira, em 2019. Na ocasião de seu retorno, recebe a notícia de que a cidade aguarda a chegada de um ciclone nos próximos dias. Durante sua estadia, se vê confrontado com uma caixa de documentos e escritos

⁵ A entrevista realizada pela jornalista Lu Thomé é transcrita integralmente na revista TAG Curadoria, publicada em julho de 2021, junto à publicação inédita do romance “O mapeador de ausências” no Brasil, em uma edição limitada produzida em uma parceria entre a editora Companhia das Letras e o Clube de Assinatura de Livros, TAG Livros.

de seu falecido pai, também poeta, que entre muitos temas, abordam o passado esquecido da família e da luta pela independência de Moçambique.

O terceiro romance, “História da chuva”, foi publicado em 2015 pela editora Record e é de autoria do escritor e roteirista catarinense, Carlos Henrique Schroeder. O romance aborda duas histórias, a do personagem homônimo do autor e dos amigos Arthur e Lauro, artistas de teatro de bonecos. Após a morte de Arthur nas enchentes que assolaram o Vale do Itajaí, região do estado de Santa Catarina, em 2008, Lauro é atordoado pela ausência do parceiro. Diante da perda, incursa por um caminho complexo em busca de descobrir os sentidos da existência na arte.

A seleção dos romances para análise obedeceu a critérios estabelecidos pelo pesquisador, buscando atentar para as similaridades e particularidades de cada um dos textos. Assim foram observadas as escolhas narrativas em cada um dos autores e autora ao tratarem do tema de desastres socioambientais nas obras. Um dos aspectos compartilhados faz referência ao tempo narrativo e à relação estabelecida entre a conjuntura do desastre e a história pessoal dos personagens. Do mesmo modo, entre a conjuntura do desastre e a história compartilhada entre um grupo específico ou mesmo um país. A proximidade do tempo entre a publicação das obras e a ocorrência dos desastres que inspiraram suas criações também corroborou para a seleção.

Nesse sentido, é possível observar pela análise os entrelugares da ficção e realidade, as muitas formas pelas quais as obras auxiliam a pensar os casos de injustiça e devastação que permanecem sem resolução. Além disso, a diversidade dos contextos geográficos e culturais apresentados nas histórias possibilita pensar os desastres socioambientais sob a perspectiva da História Ambiental Global, avistando conexões, influências e dinâmicas sociais atuantes em vários espaços. A noção de História Global apresentada é mobilizada a partir das reflexões do historiador alemão, Sebastian Conrad, compreendendo a História Global como objeto de estudo e percurso metodológico, cujo objetivo visa romper com uma noção de história nacional, que foi estabelecida nos espaços institucionais e do conhecimento. A perspectiva adotada pela História Global se difere das “histórias nacionais” nos moldes tradicionais, assim como extrapola o percurso de comparações entre diferentes civilizações, ou o simples emprego do termo conexões e suas distintas variações: intercâmbios, relações, vínculos, entrelaçamentos, redes e fluxos (Conrad, 2019).

O historiador alemão não descarta essa possibilidade de olhar, compreendendo que o foco nas transferências e interações está presente em múltiplas análises que objetivam a

compreensão acerca do passado global (Conrad, 2019), pensando a mobilidade de bens, as migrações, os deslocamentos e a transferência de ideias e instituições que compuseram o mundo globalizado tal como é conhecido. No entanto, destaca que a perspectiva das conexões é insuficiente para explicar a “originalidade desta abordagem” (Conrad, 2019, p. 84), sendo necessário articular os processos de transformação estrutural em uma escala global.

Assim, o historiador apresenta oito escolhas metodológicas pertinentes para a história global. Na primeira delas destaca que os historiadores globais podem articular macro e microanálises a fim de capturar as dimensões potencialmente globais de fenômenos concretos. Em segundo lugar, os historiadores globais, ao invés de adoraram como pontos de partida para suas análises as unidades políticas ou culturais como Estados-nação, impérios ou civilizações, estabelecem questões próprias, percorrendo os caminhos que essas questões apontarem. Em terceiro lugar, compreendendo que as histórias globais são inerentemente relacionais, pois uma unidade histórica só pode ser compreendida a partir das suas interações com outras. Como exemplo, Conrad aborda os estudos tradicionais de história mundial que postularam o continente europeu como a força motora do mundo, construindo narrativas que analisavam cronologicamente a difusão das conquistas europeias pelo mundo. A abordagem mais recente pela história global, enfatiza o papel de interação estabelecida entre diferentes regiões e nações, incluindo Europa e o mundo não-europeu (Conrad, 2019).

Em quarto lugar, compreendendo que a história global integra uma viragem espacial, na qual é dada importância às relações de cada constelação espacial com outros lugares, prestando atenção ao modo como indivíduos e sociedades interagem uns com os outros e dando menos atenção às mudanças endógenas, com críticas a ideia de que as sociedades operam transformações a partir de suas estruturas internas. Nesse caso, vocabulários temporais como desenvolvimento, desfasamento e atraso dão lugar a metáforas espaciais como territorialidade, geopolítica, circulação e redes. A quinta compreensão metodológica destaca que a sincronicidade de fenômenos conectados é enfatizada assim como a diacronia das perspectivas de longa duração e suas respectivas continuidades (Conrad, 2019). O sexto e de acordo com Conrad (2019), decisivo ponto, é que as histórias globais tendem a serem autorreflexivas acerca do eurocentrismo, o que as torna singulares em relação às abordagens anteriores da historiografia mundial. Nesse movimento, os estudos de área especializados recebem maior relevância nos departamentos de história.

O sétimo ponto elencado pelo autor evidencia a relevância do local para se pensar o passado global, assim, historiadores podem escrever sobre o planeta fazendo-o de um lugar

específico que irá caracterizar sua abordagem. Essa abordagem favorece a construção de múltiplas perspectivas sobre o passado global. Por fim, Conrad (2019) dedica-se a pensar o oitavo ponto a partir da noção de integração. Para a História Global, manter o foco na integração global é uma escolha metodológica que se distingue de outras abordagens, ultrapassando estudos de conectividade, já que examinam a integração estruturada de larga escala (Conrad, 2019), atrelado a um segundo aspecto, na qual a questão da causalidade é investigada até o nível global. Os aspectos metodológicos apontados por Conrad (2019) visam caracterizar os estudos envoltos pela História Global.

No âmbito da História Global é que podemos compreender a História Ambiental Global. Ao refletir sobre o lugar da história ambiental, o historiador Donald Worster dispõe um primeiro princípio da abordagem em que se torna necessário “livrar-se dessas fronteiras nacionais, parar de pensar apenas em termos dessas fronteiras nacionais, tudo que se fala em história ambiental ultrapassa essas fronteiras e as ignora” (Worster, 2024, p. 138). Para o historiador, ver o mundo historicamente é ampliar o olhar de um mapa político de estados-nação para o planeta como um lugar único no Cosmos. A singularidade do planeta, manifestada na criatividade que desencadeou criações, destruições e recriações é o principal aspecto, segundo Worster (2024) a ser considerado em uma abordagem da história ambiental. Assim, o autor irá defender a intenção de se construir uma história planetária, que ultrapassaria a história dos países individuais.

Desse modo, as obras literárias selecionadas são pensadas a partir da História Ambiental Global e, por caminhos e propostas próprias, desempenham a construção de paisagens literárias.⁶ A noção de paisagens literárias aqui mobilizada visa desvincular-se do conceito mais tradicional da paisagem enquanto lugar estático, embora essa perspectiva tradicional também há muito seja questionada. Ao tratar do tema, a professora de Literatura Comparada, Helena Carvalhão Buescu (2012) evoca algumas reflexões importantes para a condução das análises

⁶ Destacamos os trabalhos do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 1992 e que desde então tem contribuído para a formação de historiadores e historiadoras ambientais, incluindo o autor desta pesquisa. Desde 2011, o LABIMHA tem se aproximado do tema dos desastres socioambientais, com discussões e publicações relacionadas à temática, como o livro “Desastres socioambientais em Santa Catarina”, publicado em 2015 e organizado pelos professores Marcos Aurélio Espíndola, Eunice Sueli Nodari e Alfredo Ricardo Silva Lopes. Os trabalhos do Laboratório também possuem ampla divulgação no âmbito do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Também destaca-se a produção do Grupo de Estudos em circulação de saberes, natureza e agricultura, criado em 2018 e Cultura e Sustentabilidade, criado em 2004, ambos liderados pelas professoras Roberta Barros Meira e Mariluci Neis Carelli, da Universidade da Região de Joinville – Univille, que tem atuado na promoção e difusão de saberes e discussões sobre patrimônio ambiental e história. Entre a vasta produção, destaca-se o artigo “Notas sobre florestas no Brasil da Primeira República: silvicultura, preservação da natureza e agricultura, publicado em 2015.

histórico-literárias que são empenhadas nesta pesquisa. Para a autora, a paisagem literária se constitui enquanto manifestação da natureza histórica do lugar e da forma como reflete e configura as relações do humano com sua imaginação. A fundamentação estética (e histórico-cultural) que a define enquanto conceito resulta em uma série de relações que amplia a ideia advinda do senso comum da paisagem como apenas o que “está aí” (Buescu, 2012). A paisagem constitui-se enquanto acontecimento construído por sujeitos na história. Nesse sentido, a paisagem literária é desenvolvida a partir do olhar sobre um todo heterogêneo, constituído por relações irregulares de um conjunto de elementos.

Ao refletir sobre o conceito de paisagem literária, Buescu (2012) desenvolve uma diferenciação entre as primeiras noções de paisagem circulantes no território europeu e vinculadas ao caráter estético das pinturas, a qual são exemplos as definições do tipógrafo francês, Robert Estienne de 1549 e do pintor italiano, Ticiano Vecellio de 1552. Nestas definições relacionadas às pinturas do século XVI, “a paisagem parece surgir, em primeiro lugar, como uma relação com um objeto pictórico, apenas mais tarde transposta para a apreensão de natureza como experiência direta” (Buescu, 2012, p. 193-194).

A paisagem literária, por sua vez, está relacionada a uma profunda consciência histórica que atravessa as representações literárias da paisagem e as transforma; além de um enraizamento no olhar sobre o humano e o seu sentimento de perda. Para Buescu (2012 p. 202), “dizer que a paisagem literária representa a natureza será certamente verdade, no contexto, se compreendermos que a natureza é, como sempre foi, um acontecimento humano, um acontecimento perante a consciência do humano”. Embora no âmbito da História Ambiental seja possível pensar que a natureza nem sempre foi um acontecimento humano, as paisagens literárias, nesse sentido, em sua capacidade de manifestar a presença e interferência humana, cumprem também com o objetivo do humano de se autoperceber. No que tange ao tema dos desastres socioambientais, as paisagens literárias construídas e aprendidas por escritores e leitores possibilitam perceber, pela literatura, os diferentes níveis da gerência humana no espaço e inversamente. Este processo possibilita também captar a atuação humana na produção do desastre, bem como nas decorrências deste.

O poeta e crítico literário francês, Michel Collot ao discutir paisagens literárias, discorre que não se trata de um passeio à procura dos lugares evocados pelos poetas, sob o perigo de “reconduzir problemáticas obsoletas, como a do ‘sentimento da natureza’ ou investigações visando a identificar e a situar geograficamente o quadro evocado em tal ou tal texto” (Collot, 2013, p. 61). As paisagens literárias tratam do próprio texto como imagens dessas regiões.

Assim, o autor defende que os sentidos atribuídos às paisagens literárias estão relacionados ao estilo e à sensibilidade dos escritores que as constroem e que, por sua vez, são elaborados a partir dos referenciais da vida desses autores, como os lugares que visitaram ou os livros que entraram em contato, mas que no fim, resultam da sua reelaboração particular pelo imaginário e pela escrita (Collot, 2013). Assim, as paisagens literárias estão relacionadas ao visível, tanto quanto a experiência sensível, na qual o sujeito compõe a paisagem por tudo aquilo que valoriza positiva ou negativamente no mundo sensível. A paisagem, portanto, é compreendida como uma relação entre o pensamento, o espaço e a linguagem (Collot, 2013).

As temáticas e discussões aqui introduzidas são desenvolvidas nos capítulos seguintes. O primeiro capítulo, “‘Uma história que Maria não queria ouvir’: o desastre socioambiental de Belo Monte através do diálogo entre história e literatura” discute como a noção de desastre socioambiental foi construída ao longo do tempo e por distintas áreas de conhecimento, buscando identificar o contexto em que historiadores e historiadoras desenvolveram interesse por estes eventos. Do mesmo modo, como o termo foi associado a outros conceitos como o de vulnerabilidade e risco. O capítulo também apresenta a discussão do romance “Maria Altamira”, a partir da trajetória da autora Maria José Silveira e do contexto de sua produção literária. Por fim, é discutido o caso do desastre socioambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na região do Xingu através da análise do romance.

O segundo capítulo, “‘Como se nunca antes tivesse visto o vento’: a chegada do ciclone Idai em Moçambique nas palavras literárias de Mia Couto”, aborda os processos que caracterizam o desastre do ciclone tropical Idai em março de 2019, na região central e interior de Moçambique, o oeste do Zimbábue e Maláui, a noroeste. Nesse sentido, busca-se, a partir do levantamento bibliográfico sobre o tema, compreender as dimensões do impacto do ciclone nas áreas afetadas, a existência de ações de preparação previstas para o desastre e de mitigação de seus efeitos. Em um segundo momento, é abordada a história do processo de independência moçambicana, caracterizado por dez anos de guerra civil no território (1964-1974). O tema é central na história de Diogo Santiago, personagem protagonista do romance de Mia Couto. No terceiro momento do capítulo, investiga-se a trajetória escritora de Mia Couto e a análise do romance, à luz do desastre socioambiental narrado.

O terceiro capítulo, “‘Havia um céu cinza-chumbo’: o desastre socioambiental do Vale do Itajaí (2008) em uma história da chuva” aborda o caso da inundação que assolou diversas cidades do Vale do Itajaí entre os dias 22 e 23 de novembro de 2008, afetando mais de 1,5 milhão de pessoas. A partir de levantamento bibliográfico sobre o tema, discute-se a dimensão

dos impactos das chuvas naquela ocasião e os motivos que culminaram no cenário de desastre. Em um segundo momento, adentra-se a trajetória literária de Carlos Henrique Schroeder desde sua estreia com a novela “O publicitário do diabo” de 2008. Nesse sentido, busca-se atentar para as temáticas trabalhadas pelo autor em suas diversas obras e as relações com sua vida e formação pessoais. No terceiro momento do capítulo é analisado o romance “História da chuva”, onde busca-se compreender como o autor, na figura do narrador do romance, captura as modificações na paisagem e no cotidiano ocorridas a partir da chegada da chuva no Vale do Itajaí.

2 “UMA HISTÓRIA QUE MARIA NÃO QUERIA OUVIR”: O DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DE BELO MONTE ATRAVÉS DO DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

Este capítulo discute o desastre socioambiental produzido na Bacia do Rio Xingu, com a construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, próxima dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu e como esse evento foi abordado pela narrativa literária da escritora Maria José Silveira no romance “Maria Altamira”, publicado em 2020 pela editora Instante. Para tanto, em um primeiro momento é abordado como o conceito de desastre foi historicamente construído, sendo mobilizado por distintas áreas de investigação. Adiante é abordada a trajetória literária da escritora Maria José Silveira e como suas experiências de vida corroboraram para o desenvolvimento da escrita do romance em análise. Desse modo, são destacados e discutidos aspectos do seu processo criativo e do enredo ficcional.

Por fim, a última parte do capítulo contempla a análise do romance “Maria Altamira”, e a discussão sobre a criação e o desenvolvimento do projeto da UHE Belo Monte, destacando os aspectos de degradação ambiental que são mobilizados pela autora no romance e que são percebidos diariamente pelas comunidades atingidas.

2.1 DESFIGURAÇÕES DE MUNDO: POR UMA NOÇÃO DE DESASTRE

O conceito de desastre, investigado por diferentes áreas de conhecimento, incluindo a História Ambiental, é parte integrante dos três romances analisados nesta pesquisa. Em cada uma dessas histórias, no entanto, o desastre é tratado e percebido por personagens e seus autores, de forma singular e específica. Esta especificidade pode ser atribuída a diferentes razões. De início, é possível atribuí-la à própria particularidade do contexto de desastre que inspirou a construção literária destes romances, ou seja, o recorte geográfico e temporal destes acontecimentos; os perfis individuais e coletivos, humanos e não-humanos, que foram mais atingidos; a forma repentina ou gradual que o desastre e suas consequências foram percebidos em curto, médio e longo prazo; os níveis de vulnerabilidade em cada contexto que fomentou a ocorrência do desastre; a evidência mais ou menos perceptível da ação antrópica no desencadeamento do desastre; as políticas públicas que envolveram a antecipação e preparação

prévia ao desastre; do mesmo modo as políticas públicas que sucederam o ocorrido e, por fim, o compartilhamento das experiências sociais atreladas ao desastre. Todas ou algumas destas características capturadas aos olhos dos escritores que utilizaram destes contextos para narrar suas histórias. Além da especificidade de cada experiência, é possível perceber traços comuns e compartilhados entre cada uma destas.

Para compreender qual a noção de desastre está sendo mobilizada, é pertinente discutir as transformações e significados atribuídos a este conceito, não somente pela História Ambiental, como também por outras áreas que contribuíram para o desenvolvimento deste entendimento. Inicialmente é relevante diferenciar conceitualmente duas nomenclaturas, “fenômeno natural” e desastre, comumente utilizadas como sinônimos, inclusive em coberturas midiáticas desses acontecimentos. Maskrey e Romero (1993), o primeiro urbanista e especialista em gestão de desastres e o segundo, sociólogo, ao discutirem sobre o tema, apresentam uma diferenciação ao indicar que “fenômeno natural” pode ser explicado por qualquer manifestação da natureza, resultado de seu funcionamento próprio, podendo apresentar uma certa regularidade em sua ocorrência ou ainda de aparência extraordinária. No primeiro caso, pode-se tomar como exemplo a ocorrência de chuvas nos meses de verão. No segundo caso, a ocorrência de terremotos ou maremotos em áreas geograficamente propícias a esta ocorrência.

Assim, a ocorrência de “fenômeno natural”, seja ele comum ou extraordinário, podem ser percebidos enquanto a Terra em seu funcionamento, a partir de elementos ativos de sua geomorfologia, capazes de traçar alterações na paisagem, mas que não necessariamente acarretam um desastre. Segundo Maskrey e Romero (1993, p. 7, *tradução nossa*), “o homem deve aceitar que está vivendo com uma natureza viva, que tem suas próprias leis de funcionamento contra as quais ele não deve infringir, sob o risco de ser prejudicado”. Em contrapartida, os autores desenvolvem uma noção de desastre, destacando a correlação da ocorrência de fenômenos naturais como terremotos, furacões e tsunamis com condições socioeconômicas e físicas tidas como vulneráveis. Para caracterizar os aspectos de vulnerabilidade, são citados como exemplos, situações econômicas precárias, moradias mal construídas, localizações inadequadas e solos instáveis. Assim, o desastre se dá na conjunção entre a ocorrência de um “fenômeno natural”, comumente de caráter extraordinário com níveis de vulnerabilidade que representem uma ameaça (Maskrey; Romero, 1993).

Cardona (1993), engenheiro civil, ao desenvolver o conceito de desastre vinculado à ideia de riscos na década de 1990, elabora algumas características comuns, para o autor a

ocorrência de desastres se dá de forma repentina e inesperada e sua magnitude é percebida através de intensas alterações nos elementos e sujeitos, representados por perdas de vidas ou danos à saúde, destruição e/ou perdas de bens de comunidade e danos severos ao ambiente. Esta ocorrência é capaz de alterar os padrões normais de vida, evidenciando adversidades, angústias e sofrimento das comunidades atingidas, bem como nas estruturas socioeconômicas da região e no ambiente. Para Cardona (1993), os desastres podem ainda ser causados por pelo menos três razões: a ocorrência de “fenômenos naturais”, pela ação antrópica ou como resultado de falha técnica em sistemas industriais ou de guerra. O autor ainda irá diferenciar os desastres daqueles que são incapazes de ser neutralizados como terremotos, erupções vulcânicas, tsunamis e furacões, dos que podem ser parcialmente controlados ou atenuados a partir de obras civis, como enchentes e deslizamentos de terras.

Sobre os efeitos de desastres, Cardona (1993) classifica perdas diretas e indiretas. As perdas diretas, neste caso, estariam relacionadas a danos físicos, expressos em vítimas, danos à infraestrutura de serviços públicos, espaço urbano, indústria, comércio e deterioração ambiental. Já as perdas indiretas são subdivididas em efeitos sociais, como interrupção do transporte, dos serviços públicos, da mídia e da construção de uma imagem desfavorável do local atingindo em relação a outras regiões; e ainda efeitos econômicos evidenciados pela interrupção do comércio e da atividade industrial, o que resultaria no declínio de pessoas que vivem na região (Cardona, 1993).

No que se refere ao interesse da sociedade ocidental em estudar os desastres, Virgínia Acosta (1993) indica a década de 1920 como ponto de partida. Nesse contexto, comumente o termo “desastre” era acompanhado de “natural”, como tema pertinente às ciências naturais, caracterizando e responsabilizando as “forças da natureza” como motivadoras do cenário de transformação. O primeiro estudo nesse âmbito indicado pela autora é do canadense Samuel Henry Prince, que em 1920 descreveu a explosão de um navio de munições em Halifax, na Nova Escócia, e as decorrências desta explosão, sendo caracterizado como o primeiro pesquisador na área de desastres (Acosta, 1993). Segundo a autora, “desde então, a maior parte dos estudos empíricos nesta área tomaram como ponto de partida o que se conhece como ‘hipótese de Prince’ e se dedicaram a prová-la ou refutá-la” (Acosta, 1993, p. 130). A partir do estudo de Prince, diferentes constatações foram tomadas por outros pesquisadores, sendo defendido por alguns de que os desastres não perpetuaram efeitos duradouros, ocasionando apenas uma desorganização passageira, outros de que desastres são capazes de acelerar ou

barrar mudanças e ainda estudos que concluíram a capacidade dos desastres de induzirem transformações profundas nas sociedades atingidas.

Mas é o contexto do pós Segunda Guerra Mundial, que segundo Acosta (1993) instiga o desenvolvimento sistemático de estudos sobre desastres, com a criação de instituições especializadas em investigar o tema, sendo a sua grande maioria norte-americanos. Os estudos frutos deste contexto buscaram compreender o comportamento humano em situações de desastres, “através destes estudos descobriram que a resposta humana aos desastres era caracterizada por elevados níveis de atividade, racionalidade e altruísmo, e não por comportamento antissocial, aberrante e criminoso, como foi afirmado” (Acosta, 1993, p. 130).

O desenrolar dos acontecimentos traumáticos que marcaram o século XX, trouxeram à tona a questão ambiental, na qual os desastres passam a integrar totalmente, como tema de fundamental importância para ser discutida em diferentes áreas. Este contexto inaugura um tempo de incertezas em relação ao futuro individual e coletivo das sociedades, desencadeando a construção de paisagens do medo, como manifestações das forças do caos, sejam elas naturais ou humanas (Tuan, 2006). Essas forças operam em conflito: de um lado as forças que conduzem o caos e do outro, as tentativas humanas de controlá-las (Tuan, 2006).

O desenvolvimento das ciências no tratamento das questões ambientais e dos desastres encontrou espaço na busca por mitigar esse tempo de incerteza. Exemplo deste processo é analisado pela cientista social Leila da Costa Ferreira (2004) ao discutir a institucionalização da sociologia ambiental enquanto disciplina. Considerando a existência de núcleos dinâmicos de ensino e pesquisa em diversos lugares, inclusive no Brasil, a pesquisadora destaca o período da década de 1960 até meados de 1980 como ponto-chave para a inserção da problemática ambiental no interior das investigações científicas, primeiramente nos Estados Unidos. As razões que justificam esse processo são encontradas no clima cultural do período, como “os novos movimentos sociais, a contracultura, a crítica radical ao industrialismo e ao armamentismo” (Ferreira, 2004, p. 81), que influenciaram sobremaneira as mudanças na produção científica em várias partes do planeta. Para Ferreira (2004, p. 81)

A preocupação inicial concentrou-se nos aspectos conservacionistas da questão ambiental, mas, gradualmente, foi ganhando novos contornos; nos anos de 1960, através da crescente preocupação com a contaminação ambiental produzida pela produção industrial e agrícola (CARSON, 1962) e, a partir de 1973, através da crise energética deflagrada pela alta dos preços do petróleo.

Este contexto de crise energética coincide com a publicação do Relatório *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento), pelo Clube de Roma, como um alerta para uma catástrofe ambiental planetária desencadeada com o esgotamento dos recursos naturais, caso o ritmo de produção industrial e as expectativas de ampliação fossem mantidas. Eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972; a Conferência de Belgrado, na Iugoslávia, em 1975 e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, promovida pela Unesco em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em 1977, foram importantes iniciativas na proposição de um novo modelo de desenvolvimento, denominado “ecodesenvolvimento” e fortalecendo a preocupação sobre as questões ambientais (Pott; Estrela, 2017).

Estas discussões a nível mundial no decorrer da década de 1970 desempenharam também tensões para a criação de políticas ambientais em diferentes países. Exemplo no Brasil é a criação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH) em 1978, “visando realizar o estudo integrado e acompanhar a utilização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, tendo em vista a garantia de seu aproveitamento múltiplo e a minimização de consequências nocivas ao meio ambiente” (Pott; Estrela, 2017, p. 274).

Ao tratar dos desastres como experiências que integraram o cenário de traumas no decorrer do século XX e que fomentaram o sentimento de incerteza em relação ao futuro, Mauch e Pfister (2009) destacam que até a década de 1980, as catástrofes eram vistas como ocasionalidades, como forças destrutivas que atacavam comunidades desafortunadas. As duas últimas décadas do século marcam uma mudança nessa concepção, ao desmistificar o caráter “natural” destes desastres. Nesse momento, os desastres são interpretados tanto como acontecimentos físicos como ocorrências sociais ou culturais (Mauch; Pfister, 2009). Contribuindo para esta mudança de paradigma, o desenvolvimento da História ambiental na década de 1980, inicialmente nos Estados Unidos e Europa, possibilitou que historiadores reconheçam os desastres como objetos importantes para sua atuação. Como destacam Mauch e Pfister (2009, p 5), “utilizando uma abordagem integrada que leva em conta as interações da economia, da ecologia e da cultura, além dos fatores políticos e sociais, alguns desses historiadores conseguiram introduzir uma infinidade de questões originais na discussão”.

Assim, a ideia de um desastre natural, ou o que Rigby (2015) definiu como um “mito moderno” perdeu sua força. A autora localiza essa separação no processo de institucionalização da produção de conhecimento no decorrer do século XIX. Neste momento, ciências “naturais” foram separadas daquelas denominadas ciências “humanas”. É interessante notar que esta

separação integra um conjunto de categorizações epistemológicas do período, marcado por dualismos entre cultura e natureza; homem e animal; mente e corpo; espírito e matéria, entre outros (Rigby, 2015). Neste processo, a propagação sistemática de uma noção de “desastre natural” não se deu aleatoriamente, ao contrário, a adoção e utilização do termo serviu para invisibilizar o componente antrópico no desencadeamento de catástrofes, bem como isentar a responsabilidade de órgãos governamentais, que utilizam dessa ideia para demonstrar sua pretensa empatia com as vítimas de um desastre. Buscando aprofundar sua análise a partir da etimologia do termo, Rigby (2015, p. 30, *tradução nossa*) constata que:

Tendo surgido em inglês a partir do substantivo francês *désastre* no século XVI, pensa-se que esta palavra se referia originalmente à influência maligna de um aspecto ou conjunção planetária desfavorável: Por outras palavras, "mal-amado" ou sujeito a "um planeta desagradável". Assim, o desastre surge como uma questão de infortúnio determinado astrológicamente. Quer seja ou não emparelhado com natural, o uso deste termo traz o traço de uma narrativa cultural pré-moderna em que a "natureza lá fora" é, mais uma vez, responsabilizada pelo sofrimento humano. Na modernidade, a referência astrológica pode ter-se tornado desacreditada e esquecida, mas a conotação de má sorte perdura. O nexos complexo, multifatorial e imprevisível de causalidade não linear que nos aparece como acaso desempenha, naturalmente, um papel na ocorrência e no desenrolar da calamidade. No entanto, com demasiada frequência, o quadro interativo do infortúnio, que continua a ressoar no discurso de "desastre natural", mascara as realidades da (ir)responsabilidade humana.

A presença destes significados atribuídos ao desastre permaneceu remanescentes durante longo período e mesmo na contemporaneidade podem ser identificados. A autora chama atenção também para o aspecto religioso do desastre, na qual os acontecimentos são ordenados por poderes divinos como forma de punição individual ou coletiva por alguma transgressão. No Ocidente, o exemplo mais conhecido é encontrado na narrativa bíblica cristã do Dilúvio, em que a humanidade é castigada pela figura do Criador para expurgar a maldade. Nesta concepção, o desastre tem caráter positivo por desempenhar a purificação (Rigby, 2015). Outros exemplos são apresentados pela historiadora Lise Sedrez (2013), ao tratar da Grande Enchente de 1966, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, a historiadora relata que a ocorrência do desastre em janeiro daquele ano (até então o maior temporal registrado naquele século) foi atribuída a uma decisão realizada um mês antes, em dezembro de 1965, pelo então Governador da Guanabara, Negrão de Lima, de eliminar o feriado do padroeiro São Sebastião, em 20 de janeiro. Assim, a relação entre as enchentes e o desagrado do santo foi logo realizada pela população devota.

Outro caso mais recente é a declaração do pastor batista estadunidense Jerry Falwell feita em 2012, que associou a devastação do furacão Sandy, um ciclone tropical que atingiu a

costa leste dos Estados Unidos, além de países como Jamaica, Cuba, Bahamas, Haiti e República Dominicana, como resposta a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo (Sedrez, 2013). Em junho daquele ano, o estado de Nova York se tornou o sexto estado estadunidense a permitir a união. O discurso de associação entre desastre e punição também foi identificado na catástrofe que assolou o estado do Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024. Na ocasião, através de um vídeo publicado em redes sociais, uma mulher, moradora da capital Porto Alegre, alegou que a causa das enchentes estaria relacionada à orientação sexual do governador do estado, Eduardo Leite (PSDB) que teria ativado a “ira divina” contra os gaúchos. O caso foi levado à investigação pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS)⁷.

Ao analisar as evidências de alterações climáticas frente a um discurso que permanece relutante em constatar as mudanças, Rigby (2015) percebe que a utilização do termo “desastre natural” assegurou durante muito tempo (e permanece assegurando em alguns casos) uma narrativa cultural capaz de fomentar uma atitude e percepção hostil em relação ao ambiente, criando um inimigo comum a ser combatido pelo humano. Este movimento se torna extremamente ameaçador quando se percebe a urgência de repensar as conectividades que unem o bem-estar humano aos outros seres vivos e sistemas biofísicos (Rigby, 2015). Assim, o desencadeamento de um desastre é capaz de revelar as formas como determinados grupos sociais se relacionam com o seu ambiente físico, uma relação que é constituída tanto por características culturais, de valores e crenças, como por características econômicas, políticas e tecnológicas. Nesse sentido, Rigby (2015, p. 28, *tradução nossa*) destaca que “a investigação sobre desastres e o desenvolvimento de políticas exigem a perícia não só das ciências naturais e sociais, mas também das humanidades ambientais, incluindo os estudos literários e culturais ambientais, juntamente com a história ambiental, a filosofia, a antropologia, a geografia cultural e os estudos religiosos”.

O engenheiro ambiental e cientista político francês, Malcom Ferdinand, ao analisar os processos históricos que desempenharam a colonização concomitante à degradação ambiental no Caribe, discute os ciclones que atingem estes territórios como parte de uma política colonial ainda predominante. Ao abordar o processo exploratório e extrativista europeu no território, o pesquisador defende que o Caribe e seus habitantes foram discursivamente dispostos em um espaço “fora do mundo”, em que “as catástrofes engendradas pelos ciclones atlânticos não são

⁷ Detalhes do caso foram divulgados pela cobertura jornalística brasileira. Ver mais em: <https://www.estadao.com.br/politica/ministerio-publico-do-rs-investiga-video-homofobico-tragedia-chuvas-contra-eduardo-leite-nprp/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

nem ‘naturais’ nem politicamente neutras, tanto em suas causas como em suas consequências” (Ferdinand, 2022, p. 86). Este processo, denominado de política do ciclone colonial, define que a chegada de uma tempestade desvela memórias ancestrais, lembrando injustiças passadas e reforçando desigualdades no presente.

Nesse ínterim, Ferdinand (2022) chama atenção para a ocorrência de uma dupla fratura da modernidade, ambiental e colonial, como um muro que separa a história ambiental e a história colonial do mundo. Essa separação é destacada pela distância criada entre os movimentos ambientalistas e ecologistas e os movimentos pós-coloniais e antirracistas. A dificuldade em pensar em conjunto e de manter uma dupla crítica, originou discrepâncias de responsabilidades: por um lado, ambientalistas e ecologistas negligenciaram o fator das colonizações históricas e do racismo estrutural contemporâneo como elementos centrais nas maneiras destrutivas de habitar o planeta. Por outro lado, movimentos pós-coloniais e antirracistas, ao abandonarem a questão ambiental de suas pautas, desconsideraram formas de violência que exacerbam a dominação de pessoas escravizadas, colonizados e mulheres racializadas (Ferdinand, 2022).

Para o autor, esta política do ciclone colonial, no âmbito dessa dupla fratura, é exposta quando catástrofes são sumariamente transformadas em eventos lucrativos que reforçam os princípios coloniais aplicados no passado. Ao exemplificar este processo nas causas de catástrofes, Ferdinand (2022) discute a pouca participação do Caribe para o aquecimento global, quando comparado com outros territórios e nações outrora colonizadoras. Apesar disso, o autor defende que são os territórios caribenhos os primeiros a sentir os efeitos no aumento expressivo da quantidade e intensidade de ciclones. Sobre as consequências de desastres e sua relação com uma política colonial, Ferdinand (2022) aponta as consequências após a passagem dos ciclones, que revelam a situação de vulnerabilidade histórica, representada por populações mantidas em situação de pobreza e de extrema dependência econômica de instituições e nações externas.

Esta face dos desastres e vulnerabilidades é explicada pelo habitar colonial e seu traço principal: o estabelecimento da *plantation* como forma de ocupação. Ao tratar do conjunto formativo da *plantation* durante a colonização caribenha, ou seja, o campo cultivado, as oficinas, o engenho, a casa-grande e as senzalas, Ferdinand (2022) discute como esse “modelo de desenvolvimento” tomou forma e foi sucessivamente aplicado em diferentes territórios do planeta. O estabelecimento de *plantations* foi sumariamente aplicado nos processos de colonização como forma de habitar, estruturar e ocupar os territórios, estabelecendo a localização de portos, a criação de vias e estradas de ferro e até mesmo a instalação de

paróquias. Essa padronização do desenvolvimento e da transformação da Terra em monoculturas foi bem-sucedida no objetivo de reproduzir dependências geográficas e ontológicas entre metrópoles e colônias e entre o Norte e o Sul global (Ferdinand, 2022).

A implantação da *plantation* foi responsável pela desestruturação e apagamento das relações de diferentes populações com as paisagens que as circundam, revelando o que Ferdinand (2022) define como um matricídio. Neste processo, foram perdidas práticas culturais e agrícolas que possuíam a preocupação em preservar o ambiente. Olhando para esse processo no Caribe, Ferdinand (2022, p. 61) comenta que “são relatos e cosmogonias que foram mortos e afogados nos rios de sangue. São sistemas de referência que foram extintos, segundo os quais pessoas concebiam a própria existência e se relacionavam com a terra”. Processo de destruição atrelado ao modelo da *plantation* pode ser percebido no caso de Belo Monte, particularmente com as etnias Juruna-Yudjá, que tiveram suas práticas vinculadas ao rio Xingu completamente alteradas a partir da construção das barragens.

Nesse sentido, Ferdinand (2022) elenca o termo Plantationoceno (nas definições propostas pela antropóloga Anna Tsing e pela filósofa Donna Haraway) como o mais adequado para explicar o modelo da *plantation* como um modo de habitar colonial da Terra, ainda em vigor. A escolha do termo é carregada de significados e busca traçar uma contraposição ao conceito de antropoceno, popularizado pelo químico holandês, Paul Crutzen. Em sua essência, o termo designaria a nova era geológica que sucedeu o Holoceno e é caracterizada pela força das atividades humanas e pela forma como afeta os ecossistemas da Terra. Para Ferdinand (2022), no entanto, o conceito é homogeneizador e oculta as hierarquizações provenientes dos processos históricos e da dupla fratura da modernidade. Referindo-se ao termo, Ferdinand (2022) defende que Crutzen e outros defensores do termo prometem uma narrativa que apaga a história colonial, embora o país de origem de Crutzen, o Reino dos Países Baixos, tenha sido um antigo império colonial e escravocrata. O pesquisador faz referência ainda ao termo criado pela geógrafa, Kathryn Yusoff, de um “Antropoceno Branco”, responsável por apagar as histórias dos não brancos e por conduzir um imaginário social da crise ecológica que oculta o fator colonial. Sobre o termo, Ferdinand (2022, p. 30) ainda interroga:

A pretensão de universalidade do Antropoceno seria suficiente para absolver as críticas do universalismo discriminatório do Ocidente. Entretanto, seria possível a um empreendimento global que, do século XV ao XX, se baseou na exploração de humanos e não humanos, na dizimação de milhões de indígenas das Américas, da África, da Ásia e da Oceania, no desenraizamento forçado de milhões de africanos e em escravidões multisseculares não ter hoje nenhuma relação material ou filosófica com o pensamento

ecológico? A crise ecológica e o Antropoceno seriam as novas expressões do “fardo do homem Branco” que salva “a Humanidade” dele mesmo? *Fratura*.

Diante dessas críticas, o autor vislumbra no Plantationoceno, um conceito mais adequado para compreender as relações estabelecidas nos processos de colonização. No nível material e econômico, o Plantationoceno e sua reprodução a nível global, é capaz de estabelecer conjuntos de humanos e não-humanos, em referência tanto as *plantations* agrícolas (mundo vegetal) quanto industriais (em referência ao termo inglês *plants*, como fábricas). Em ambos os contextos, “revolta as trocas ecológicas e metabólicas desiguais, as punções energéticas e materiais não renováveis” (Ferdinand, 2022, p. 66). No nível histórico, esse modelo de desenvolvimento mobiliza a historicidade das mudanças ambientais globais, sem desvincular-se dos fundamentos coloniais e escravagistas da globalização.

A nível político, esse modelo elabora a manutenção de uma política da *plantation* em diferentes espaços como instituições públicas, universidades e moldando inclusive o gosto dos consumidores. Por fim, em um nível cosmopolítico, o Plantationoceno se contrapõe ao Antropoceno, que apesar de elencar os elementos não-humanos como profundamente afetados pela atividade humana, oculta essas relações no próprio termo. O Plantationoceno, por sua vez, expõe as relações entre humanos e não-humanos, atentando para o processo em que uma minoria humana da Terra impõe e designa a composição do mundo e as relações com não-humanos. Relações estas representadas por uma exploração compulsiva e padronizada, que tem promovido com maior frequência casos de desastres.

Exemplo de consequência do modelo de *plantation* na produção de desastres é a difusão de substâncias tóxicas pelo planeta pela agricultura industrial. Caso em que nem todas as pessoas tiveram o mesmo nível de contribuição, tampouco possuem as mesmas condições para enfrentar e se proteger da contaminação, como discute Ferdinand (2022, p. 129-130)

Os habitantes humanos e não humanos encontram-se subjugados às técnicas de transformação da Terra em recursos, entre elas a utilização de produtos químicos tóxicos na agricultura industrial. Para além das consequências da emissão de gases de efeito estufa sobre o clima, o Plantationoceno revela-se também na difusão global de substâncias tóxicas e persistentes utilizadas como tecnologias de governo da natureza. O programa europeu de regulamentação de substâncias tóxicas REACH catalogou mais de 143 mil substâncias químicas declaradas para fins comerciais. Presentes nos solos, nas águas, nos produtos alimentares animais e vegetais, no ar e nos próprios corpos, elas não são visíveis nem perceptíveis pelo olfato. No entanto, essas moléculas representam grandes riscos sanitários para humanos e não humanos. Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), referente ao ano de 2004, atribuiu à exposição ambiental a produtos químicos 4,9 milhões de mortes (ou seja 8,6% do total) e 86 milhões de anos de vida perdidos em função das doenças causadas. O Stockholm Resilience Center [Centro de Resiliência de Estocolmo] apontou a difusão desses

tóxicos como um dos nove limites às condições seguras da vida dos humanos na Terra. Desde as revoluções industriais do século XX e o desenvolvimento da indústria química, esses produtos da atividade humana forjaram uma das condições das vidas humana e não humana: *a condição tóxica do Plantationoceno*.

Diante de múltiplos e complexos exemplos de desastres, é possível listar vários casos em que a ação antrópica não é reconhecida de prontidão e que, como já foi mencionado, fazem parte dos processos não-humanos em ação. Processos estes que já assolaram o planeta no passado e podem assolar novamente no futuro. No entanto, mesmo nestes casos, seria um equívoco denominar estes desastres enquanto “naturais”. Como destaca Rigby (2015, p. 26) são necessárias duas pessoas para dançar o tango e mais do que isso para dar origem a um desastre. Para além de um fenômeno geofísico de caráter ameaçador, o desastre se origina a partir de um contexto grave de vulnerabilidade.

Ao tratar dos contextos de riscos e vulnerabilidades, o cientista político colombiano Gustavo Wilches-Chaux define a vulnerabilidade como a incapacidade de uma comunidade de “absorver” os efeitos de uma mudança em seu ambiente, como aquelas provocadas por fenômenos. Essa capacidade de autoajuste reflete a facilidade ou inflexibilidade de adaptação. Quando uma comunidade é, por diferentes razões, incapaz de se ajustar, o contexto apresenta um risco. Assim, a “vulnerabilidade determina a intensidade do dano causado pela ocorrência real do risco para a comunidade” (Wilches-Chaux, 1993, p. 17). O autor chama a atenção para diferentes aspectos da vulnerabilidade, que dão origem ao que se denomina como vulnerabilidade global (Wilches-Chaux, 1993). Cada uma das vulnerabilidades discutidas pelo autor apresenta características específicas, mas que estão intimamente conectadas e devem ser combinadas para uma melhor compreensão do processo de desastre.

Entre os ângulos de vulnerabilidade definidos pelo autor encontram-se a vulnerabilidade natural, definida como os limites intrínsecos impostos pelo ambiente para o desenvolvimento da vida humana e não-humana, como condições de temperatura, umidade, densidade e composição atmosférica. Neste caso, alterações nas condições propícias à vida, como aumento ou diminuição extremos da temperatura, podem acarretar doenças e morte. A vulnerabilidade física diz respeito, primordialmente, aos espaços em que grupos humanos estão dispostos, neste caso às denominadas áreas de risco, que se mostram estruturalmente ineficientes para absorver os impactos de fenômenos como terremotos, por exemplo. Wilches-Chaux (1993) observa, no entanto, que as comunidades e grupos que vivem em áreas de vulnerabilidade física, geralmente não optam estarem ali por simples apreço à paisagem, mas porque foram designadas para este espaço por serem as únicas opções aquisitivas em um longo processo histórico.

Características desse processo podem ser observados no caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, tema do romance “Maria Altamira”. Neste caso, os beiradeiros⁸ e comunidades indígenas que desenvolvem suas atividades familiares, sociais e econômicas a partir do rio Xingu, foram obrigadas a se adaptar diante do cenário de desastre decorrente da construção. Sobre este processo, a antropóloga e cientista social, Francesco (2021, p. 29) aponta que

Descrevo o barramento do rio Xingu, a interrupção de seu fluxo natural que provocou mudanças abruptas na cidade de Altamira, nas ilhas, nos beiradões e no próprio Xingu, como um ato de desfiguração do mundo, responsável por alterações amplas, múltiplas e irreversíveis, tanto do ponto de vista social como ecológico. O termo desfiguração me parece apropriado na medida em que não há possibilidade de retorno para a realidade pretérita. Coube aos moradores do rio Xingu recriar sentidos e estratégias de sobrevivência a partir de novas condições sociais e ecológicas.

A vulnerabilidade econômica, outra categoria apresentada por Wilches-Chaux (1993) traça uma relação direta entre a gravidade do desastre com as condições econômicas em nível individual, local e nacional. Nos dois primeiros níveis, representada pelas taxas de desemprego, renda insuficiente, instabilidade no emprego, impossibilidade de acesso à educação formal, recreação e saúde. Em nível nacional, ela se revela, na extrema dependência econômica de fatores externos, como valores de insumos e produtos manufaturados. A vulnerabilidade social traduz a fragilidade de comunidades em estabelecer laços entre si para além de meras relações de vizinhança. Neste caso, não é perceptível a presença de sentimentos de pertencimento e propósitos coletivos. Na vulnerabilidade social, também não há a figura de liderança, representada por membros individuais ou organizações, não dizendo respeito àqueles que impõe seus desejos pessoais, mas sobretudo àqueles capazes de promover o senso de coletividade.

A vulnerabilidade política, no que diz respeito à análise de Wilches-Chaux (1993) ao olhar para os desastres no território colombiano, está relacionada aos níveis de autonomia que as comunidades podem alcançar para gerir seus conflitos e tomar decisões sobre problemas que lhes afetam diretamente. Quanto mais expressivo o nível de autonomia, menor será a vulnerabilidade política daquele grupo. A vulnerabilidade técnica, por sua vez, define a

⁸ O termo beiradeiro é aqui utilizado tendo como referência as discussões da cientista social e antropóloga Ana Alves de Francesco na obra “Terror e resistência no Xingu” (2021), que justifica o uso por ser um termo de autorreferência e também por representar a relação indissociável existente entre lugares e pessoas, explicitando o regime de coprodução entre identidade e território. Para Francesco (2021, p. 27) “beiradeiro, assim, é aquele que vive no beiradão”. O termo ribeirinho, também utilizado pela pesquisadora, é mobilizado a partir de sua aplicação pública, política e institucionalizada, configurando uma categoria identitária positivada.

deficiência de projetos estruturais que busquem construir resistências a fenômenos como terremotos. Neste caso, o autor utiliza como exemplo a construção de moradias resistentes mesmo com materiais tradicionais no território colombiano, como blocos e tijolos. A diferenciação, neste exemplo, se dá não apenas pelo acesso econômico, mas pelo domínio técnico de construção. O pesquisador salienta a inexistência de uma construção totalmente antissísmica, mas reforça a possibilidade de ampliar os níveis de tolerância que uma construção tecnicamente bem-feita é capaz de apresentar na absorção da energia liberada por um evento sísmico.

A vulnerabilidade ideológica define as concepções que determinadas comunidades possuem em relação ao mundo e do papel do ser humano no planeta. Para Wilches-Chaux (1993), compreender essas concepções auxilia a identificar quais respostas que esta comunidade é capaz de desempenhar frente à ameaça de desastre. Ou seja, se naquela comunidade impera uma concepção fatalista, na qual os desastres são percebidos como manifestações divinas que dispensam qualquer ação humana, a única resposta aplicável é a resignação. Por outro lado, se forem reconhecidas as capacidades humanas de transformação do mundo, há em alguns casos, a possibilidade de preparação e mitigação dos danos.

Ao definir a vulnerabilidade cultural, o autor remete ao processo de colonização e dominação europeia no território colombiano e que, neste caso, pode ser aproximado dos processos ocorridos na colonização do Brasil e de Moçambique, recortes geográficos e culturais das narrativas literárias analisadas na pesquisa. Wilches-Chaux (1993) observa a violência na Colômbia como consequência histórica dos conflitos empenhados no processo de colonização, entre as culturas indígenas, africanas e europeias. Este cenário de intensa dominação e violação cultural possibilitou a continuidade de violências na posterioridade. Assim, para o autor, as diferentes possibilidades de respostas às ameaças de desastres por uma comunidade podem ser relacionadas às heranças culturais da colonização desses grupos, em que “um grupo humano governado por padrões machistas e verticais de poder” (Wilches-Chaux, 1993, p. 34) será distinta de um grupo em que se sobressaem valores de cooperação e solidariedade.

A vulnerabilidade educacional está relacionada às maneiras como a estrutura educacional de uma comunidade ou país é capaz de preparar estudantes aos desafios do mundo, reduzindo incertezas e potencializando as ferramentas de conhecimento úteis ao enfrentamento de ameaças de desastres e mitigação de outras expressões de vulnerabilidade. A vulnerabilidade ecológica traduz o modelo de desenvolvimento capitalista de exploração e dominação do ambiente, que tornou os ecossistemas de diferentes partes do mundo incapazes de autoajuste

para compensar os danos causados pela atividade humana. Entre as decorrências dessa vulnerabilidade está a mudança climática, deslizamento de terras, surgimento de doenças, entre outros. Por fim, Wilches-Chaux (1993) destaca a vulnerabilidade institucional, relacionada à ação do Estado frente aos desastres e suas ameaças, apontada pelo autor como sendo geralmente acompanhada de entraves burocráticos que dificultam a ação rápida e efetiva. Entre os entraves estão os processos de contratação de contingente para manejar os desastres e gestão orçamentária.

Ao discorrer acerca dos dez ângulos que integram a vulnerabilidade global, Wilches-Chaux (1993) apresenta medidas de mitigação capazes de atenuar ou mesmo dissolver as vulnerabilidades. A análise do autor é importante na medida em que potencializa a noção de desastre aqui mobilizada, ou seja, a de um desastre socioambiental, que pela abrangência conceitual realizada sob a perspectiva da História Ambiental estabelece relações entre os fenômenos de ordem natural e o componente humano (Espíndola; Nodari; Lopes, 2015), atentando para os cenários de vulnerabilidade em que as comunidades atingidas estão inseridas. Para essa discussão, é primordial destacar as diferentes narrativas que tratam do desastre, a fim de capturar os sentidos que são atribuídos a estes acontecimentos. Neste trabalho, a análise histórica das narrativas literárias de desastres cumpre também o empenho de capturar estes sentidos. Conforme destaca Sedrez (2013, p. 200), “através da geração de múltiplas narrativas, desastres socioambientais se tornam pontos focais na história que revelam o funcionamento implícito da cultura, inclusive políticas de classe”. Para a autora, os desastres configuram um cenário de disputas de memória, “que o historiador pode obter vozes até então abafadas em narrativas oficiais” (Sedrez, 2013, p. 200).

É nesse sentido que os desastres devem ser percebidos não apenas como naturais ou ambientais, mas primordialmente, como socioambientais. Isso se deve a uma série de motivações, entre elas, o tempo de resposta aos fenômenos. Desastres podem ser rapidamente perceptíveis e provocarem respostas imediatas, como é o caso de chuvas, inundações, terremotos, furacões e erupções vulcânicas. Por outro lado, alguns fenômenos como secas ou ondas de calor só são definidos enquanto desastres após determinado tempo. Nessa comparação, Sedrez (2013) mobiliza um exemplo nítido. Um ano atípico com baixa precipitação em determinada região não habituada com longos períodos de seca pode não ser compreendido enquanto um desastre de imediato, mas este quadro se modifica quando o período de um ano sem chuvas se estende para dois, três ou cinco anos. Nesse caso, o desastre se torna evidente e medidas para lidar com esse cenário passam a ser postas em prática. Ou seja, para além do

fenômeno, a compreensão sobre a experiência ou não de um desastre passa pela produção de uma narrativa sobre o desastre.

Um segundo aspecto social acerca dos desastres está relacionado ao grau de impacto e danos às pessoas. Os sistemas de medição de terremotos são exemplos interessantes disso. A magnitude de um terremoto pode ser medida através da escala Richter. Criado em 1935, esse sistema baseia-se na máxima amplitude do movimento sísmico registrado em comparação à distância do ponto de observação. Já a escala Mercalli Modificada de Intensidade (MMI), criada em 1931, tem como objetivo classificar a severidade do movimento sísmico com base nos efeitos experimentados por humanos, estruturas e natureza. Aqui, Sedrez (2013) mobiliza duas experiências. Na primeira, o terremoto que atingiu Santiago do Chile em 2010 e que registrou na escala Richter, 8.8 de magnitude e VIII na escala MMI. O Haiti, por sua vez, que no mesmo ano foi atingido por terremoto de escala Richter 7, atingiu o grau X na escala MMI, considerando a localização e as consequências diretas do terremoto. Nesse sentido, a identificação de um desastre socioambiental está diretamente relacionada com os impactos sociais e naturais do ambiente atingido.

No que refere diretamente a produção de narrativas sobre desastres e o quanto essas narrativas revelam aspectos culturais de determinada população ou grupos sociais, compreende-se que em alguns casos, quando os desastres atingem diretamente grupos específicos, em suma, grupos em situação de vulnerabilidade, há um forte movimento de negação do desastre. No caso de Belo Monte, discutido adiante, o entendimento de que a condução da construção da Usina no Xingu se tornou um desastre socioambiental foi estrategicamente invisibilizado por vários grupos com claros interesses econômicos no projeto. Esse conflito produziu uma guerra de narrativas e memórias sobre Belo Monte em que as forças de cada um dos lados não são equilibradas. Nesse sentido, a criação de uma obra literária, que se afirma como uma narrativa que evidencia o ponto de vista de indígenas e beiradeiros atingidos pelo Belo Monte, é um interessante movimento na compreensão do desastre socioambiental em vigor.

2.2 UM SONHO DE ESCRITORA: OS PERCURSOS DE MARIA JOSÉ SILVEIRA E A PUBLICAÇÃO DE “MARIA ALTAMIRA”

Como mencionado anteriormente, para tratar da temática dos desastres socioambientais e as possibilidades para o fazer histórico que são despertadas pelo diálogo entre História e

Literatura, serão mobilizados neste trabalho três romances literários contemporâneos. A escolha das obras se deve, essencialmente, ao compartilhamento de uma temática comum. Os três romances, por exemplo, apresentam uma narrativa com deslocamento temporal. Este deslocamento nas obras está intrinsecamente vinculado ao próprio desastre narrado. Neste caso, as narrativas mensuram os três planos narrativos discutidos por Nunes (1988) ao tratar do tempo na narrativa: o plano da história, relacionado ao conteúdo narrado; do discurso, relacionado a forma de expressão; e o da narrativa, do ponto de vista do ato de narrar.

No que se refere ao recurso de deslocamento temporal e espacial na narrativa, característica primordial para a análise das obras, Reis e Lopes (1988) denominam como anacronia, partindo da etimologia do termo em que ana-: “inversão” e cronos: “tempo”). A aplicação desse recurso em narrativas caracteriza todos os tipos de alterações na ordem de eventos que são contados, como quando um acontecimento é relatado antecipadamente pelo narrador no curso do desenvolvimento cronológico da história ou quando a compreensão dos fatores narrados exige que a narrativa retorne ao tempo na recuperação de fatos passados. Na anacronia, distinguem-se ainda duas modalidades: a analepse, também conhecida como *flashback*, designando “todo o movimento temporal retrospectivo destinado a relatar eventos anteriores ao presente da ação e mesmo, em alguns casos, anteriores ao seu início” (Reis; Lopes, 1988, p. 230). O *flashforward*, denominado como prolepse, se refere “a todo o movimento de antecipação, pelo discurso, de eventos cuja ocorrência, na história, é posterior ao presente da ação” (Reis; Lopes, 1988, p. 283).

Ao tratar de desastres socioambientais, temática, em suma, sensível, essas três narrativas utilizam desses recursos estruturais de deslocamento no tempo com o intuito de inserir seus leitores em um plano mais amplo da história que está sendo contada. Embora não se possa compreender, neste momento, se estes autores estabeleceram uma relação direta entre a aplicação de analepse e prolepse e a explicação do desastre narrado, a análise das narrativas possibilita compreender que o deslocamento do leitor ao tempo passado ou futuro em que o desastre é narrado acaba por demonstrar os impactos e as transformações decorridas na iminência da catástrofe. Ou seja, como os graus de vulnerabilidade, discutidos anteriormente neste capítulo, foram se acentuando ao longo do tempo e fomentando a ampliação do cenário de desastre apresentado no texto literário. Este elemento estrutural comum às obras foi um dos critérios considerados na escolha dessas narrativas.

Maria José Rios Peixoto da Silveira Lindoso, ou simplesmente Maria José Silveira, nome apresentado nas suas publicações, é escritora, tradutora e editora goiana, e autora do

romance “Maria Altamira”. Maria José Silveira nasceu no dia 6 de março de 1947 em Jaraguá, município emancipado de Pirenópolis, no Estado de Goiás, integrando os vinte municípios da microrregião de Anápolis, com uma área de 1.849,552 km² e com uma população estimada em 51.338, segundo dados mais recentes do censo de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade está localizada a 121 km da capital do estado, Goiânia.

Para os objetivos propostos neste momento, não será aprofundada a história de Jaraguá, ao que vale destacar que a fundação da cidade é tema de calorosa discussão acadêmica que segundo a historiadora Pedroso (2012) perpassa a documentação histórica e a memória. Segundo a historiadora, documentos do século XVIII apontam a fundação da cidade na década de 1730 em razão da exploração aurífera, com o descobrimento de jazidas por negros faiscadores no ano de 1736. No entanto, uma narrativa oficial criada no século XX sustenta a história de descobrimento e exploração das lavras pelo mineiro português Manoel Rodrigues Tomaz, fundador de Pirenópolis, no ano de 1731 (Pedroso, 2012). Contudo, de fato o que se destaca nesse processo de ocupação e exploração aurífera nesse período são as relações e trânsitos de práticas e conhecimentos técnicos entre a Costa da Mina e a América portuguesa. O historiador Eduardo França Paiva (2002) descreve como esses empréstimos técnicos-culturais foram cruciais para o desenvolvimento econômico não apenas nas Minas Gerais, mas também nas capitanias de Mato Grosso, Bahia e de Goiás. Exemplo desse conhecimento técnico desconhecido pelos europeus é explicado pelo historiador ao relatar a substituição dos pratos de estanho utilizados no século XVII para a separação da areia dos seixos de material precioso, por gamelas feitas com madeiras específicas. Essa introdução instrumental realizada por escravizados africanos propiciou maior resistência do material ao sol e água, além de uma separação mais eficiente do ouro e diamantes do material indesejado.

Assim, as adaptações e ressignificações culturais produzidas durante esse período foram traduzidas em conexões, uma vez que a exploração das minas na região da capitania de Goiás atraiu no século XVIII famílias de diferentes regiões, entre portugueses, paulistas, fluminenses, cariocas e africanos. Da presença africana, a historiadora Maria Lemke Loiola, em pesquisa nos registros de batismo no Arquivo da Diocese da Cidade de Goiás, aponta que do período de 1762 a 1794, a maioria, 76,7% eram designados mina⁹, enquanto angolas, nagôs e congos totalizavam

⁹ Ao tratar dos dados analisados, a autora chama a atenção para a designação mina enquanto uma atribuição colonial. Acerca dessa discussão, o historiador Rodrigues (2020) aponta o caráter maleável e polissêmico dos processos de classificação das origens africanas na América escravista. Nesse caso, a nação associada ao escravizado poderia designar topônimos das macro-áreas de organização do tráfico; portos de embarque; reinos e impérios; microfiliações políticas; classificações linguísticas de diversos níveis ou etnônimos, quando designadas identidades étnicas e autoadscrições. No que se refere ao tráfico transatlântico no século XVIII, identifica-se por

3% da presença negra na região nesse período, e o restante sequer teve origem apontada oficialmente.

Nessa cidade Maria José Silveira viveu seus primeiros meses de vida, filha do médico e industrial José Peixoto da Silveira e da poetisa e escritora Galiana Rios Peixoto da Silveira. Um ano antes de seu nascimento, José Peixoto tinha sido nomeado prefeito da cidade de Jaraguá, afastando-se do cargo em 1947 para assumir o mandato parlamentar como deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). O novo cargo político exercido pelo pai influenciou a mudança da família e da recém-nascida Maria para a capital, Goiânia, naquele ano. Em entrevista realizada com a autora¹⁰, Maria José explica o contexto da inserção do pai médico para a vida política e que orientaria as mudanças da família

No interior daquele tempo, as coisas eram muito difíceis para os mais pobres, ele [José Peixoto] ficava bem horrorizado com o que ele via, e aí achou que só como político ele poderia resolver mais essa questão da saúde, enfim, a questão de ter mais médicos nos locais do interior, a questão de uma política sanitária, sobre tudo isso. Enfim, mas ele decidiu ser político, não veio o caso do meu pai, mas aí nós mudamos de Jaraguá. Mudamos de Jaraguá para Goiânia, eu tinha meses de idade. Então, na verdade, eu fui criada em Goiânia, só que eu ia muito a Jaraguá porque minha avó, mãe da minha mãe, e muitos tios moravam lá, com primos e tudo, então era muito bom entrar lá nos feriados e nas férias, ficar na casa da minha avó, com a quantidade de tios e primos que tinha, então foi uma infância muito, eu diria assim... Muito interessante ali naquela cidadezinha histórica também, ainda tinha isso (Silveira, 2026).

No decorrer da década de 1950, o pai de Maria exerce ainda os cargos de secretário do Estado da Saúde (1951-1955, no governo de Pedro Ludovico) e (1959-1960, no governo de José Feliciano), secretário da Fazenda e secretário da Educação no início do mandato de Mauro Borges. Acerca da formação literária de Maria José e das influências de sua formação como leitora, Silveira conta que o primeiro livro que possui memória de ter lido é um exemplar ilustrado de *Alice no País das Maravilhas*, do escritor Lewis Carroll, publicado originalmente em 1865 (Silveira, 2026). Também recorda da leitura de gibis como *Cavaleiro Negro* (criado por Stan Lee e publicado no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960) e *Tarzan* (personagem criado por Edgar Rice Burroughs e adaptado por diversos autores). Os gibis eram, segundo Silveira (2026) de histórias direcionados para meninos, mas que ela gostava de ler.

Da adolescência, Silveira (2026) também recorda das leituras de uma coleção de livros

parte do governo colonial, a organização de dois eixos: os escravizados que chegavam a partir dos portos da África Ocidental, eram classificados como mina; enquanto os que chegavam pelos portos da África Centro-ocidental, eram genericamente designados como angola.

¹⁰ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2026 a partir da metodologia da História Oral, para o objetivo dessa pesquisa. A íntegra da entrevista pode ser acessada pelo Youtube no link <https://youtu.be/dJdm6ZLFTvk>.

do escritor Monteiro Lobato, que “abriu, assim, muito os olhos da gente para as coisas” (Silveira, 2026), além de outros autores brasileiros como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Lígia Fagundes Telles. As leituras realizadas durante sua adolescência contribuíram, segundo a autora, no aperfeiçoamento da sua escrita: “E foi daí, na adolescência, então, eu continuei lendo. Eu sempre fui uma leitora. Eu acho que todo escritor, ele é realmente um leitor. Ele tem que ser um leitor, porque é através da literatura que ele vai aprender a escrever também, né?” (Silveira, 2026). Durante a entrevista, Maria José conta sobre os meses que viveu na casa do tio em Nova Iorque, nos Estados Unidos, cursando o *high school*. Um período que, segundo a autora, irá influenciar a sua escrita posteriormente. A razão dessa influência é explicada pela mudança de uma cidade com características interioranas para a metrópole: “o sentido de que me abriu os olhos para uma coisa muito maior do que eu, do que a minha cidadezinha, do que o Goiás. Então isso realmente foi muito bom para mim” (Silveira, 2026). Dessa fase, a autora recorda das leituras de Dostoiévski, em tradução para o inglês.

Em 1963 toda a família muda-se novamente, agora para a capital brasileira, Brasília, onde José Peixoto inicia seu mandato como deputado federal. Nesse período, Silveira identifica outras contribuições para sua formação como escritora. Brasília havia sido inaugurada apenas três anos antes e segundo a autora, ainda estava em processo de construção, com poucos habitantes e muitas carências (Silveira, 2026). No entanto, a singularidade da vivência na cidade era, segundo a autora, o contato com pessoas de todo o país que de algum modo contribuíram para a construção da cidade nos anos iniciais (Silveira, 2026). Desse modo, a autora pode entrar em contato com sotaques, culturas e modos de pensamento muito distintos, concentrados em um só espaço.

Com dezenove anos, morando em Brasília, Maria José Silveira ingressou na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), concluindo sua formação em 1968. Para Silveira (2026), a experiência universitária também foi marcada pelo contato com pessoas de todo o país e “isso também foi muito importante para mim” (Silveira, 2026). Memórias daquele período foram acionadas por Silveira em uma de suas crônicas publicadas originalmente no jornal “O Popular”, jornal *on-line* e impresso do estado de Goiás e posteriormente publicadas em seu blog pessoal. A referida crônica, publicada no dia de 29 de julho de 2021, faz um paralelo entre um dos temas políticos de 2021, elencado por partidos de direita vinculados ao então presidente, Jair Messias Bolsonaro, que pregavam a necessidade de instaurar o sistema de voto impresso para as eleições que seriam disputadas no ano seguinte e a memória de seu trabalho como jornalista no final da década de 1960, quando atuou cobrindo os Ministérios

Militares:

A crise provocada pelo recado insensato – “ou aprovam o voto impresso ou não haverá eleições”- enviado pelo General Braga Netto, Ministro da Defesa, ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, através de um interlocutor, me remeteu a *long time ago*, quando ainda cursando jornalismo na UnB, eu trabalhava na Sucursal do Jornal do Brasil em Brasília, cujo diretor, o então famoso Castelinho (José Castelo Branco), me colocou para “cobrir” os Ministérios Militares. O ano era 1968, nos meses que antecederam o famigerado AI-5 que endureceu drasticamente a ditadura civil-militar, iniciada em 1964.

Naqueles meses, passávamos um tempo de nossas tardes no Ministério do Exército – eu, pelo Jornal do Brasil e Felipe Lindoso, também jornalista na época, pelo O Estado de São Paulo. Os dois ainda estudantes da UnB de manhã e participantes do movimento estudantil, nos víamos de repente no lugar onde menos gostaríamos de estar, a sala da assessoria de imprensa do Ministério, com seu porta-voz, Coronel Bermudez, hoje falecido, e seu auxiliar, capitão. A grande questão da época era se a Câmara dos Deputados permitiria a cassação de Márcio Moreira Alves, o deputado que, com seus flamejantes discursos contra a ditadura, se tonara a encarnação do ódio dos militares contra as liberdades da sociedade civil. (Silveira, 2021)

Em 1969, um ano depois do episódio lembrado por Maria José Silveira na crônica, ela e o então marido, o jornalista Felipe José Lindoso, filho de José Lindoso, que à época era deputado federal pelo estado do Amazonas, decidem mudar-se para São Paulo¹¹. No final da década de 1960, em plena ditadura militar, Silveira e Lindoso atuavam como militantes da Ala Vermelha (Maués, 2014), organização de esquerda que surgiu em 1966 como dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B), compondo um cenário que posteriormente seria denominado como “Nova Esquerda”, caracterizando uma geração que à época do golpe de 1964 eram muito novos, juntamente com militantes mais velhos, que unidos visavam romper com os princípios da chamada “velha esquerda” (Silva, 2006).

O casal, acusado de atividades subversivas, foi duramente perseguido pelo Departamento de Ordem Política e Social, denominado Deops, em São Paulo, e Felipe Lindoso chegou a ser detido pelo período de dois anos no Presídio Tiradentes em São Paulo (Lindoso, 2020). Em relato sobre esse período, Lindoso destaca os esforços do pai, que embora discordasse de seus posicionamentos políticos, utilizou de sua posição e influência a favor do filho: “Quando o advogado conseguiu minha liberdade condicional, depois de dois anos de prisão, estava subentendido que o melhor seria que eu fosse para o exílio. Conversamos sobre isso e ele ajudou muito para que eu fosse tranquilamente para o Peru” (Lindoso, 2020, p. 111). Optaram pelo exílio no Peru, por ser um país, segundo a autora, que naquele contexto mantinha maior abertura, tendo fácil acesso a livros de cunho marxista, apesar de ser comandado por um

¹¹ Em entrevista, a autora revela que antes disso, viveu uma temporada de dez meses na França (Silveira, 2026).

governo militar (Silveira, 2026).

Assim, Maria José Silveira e Felipe Lindoso viajaram exilados para a capital do país, Lima. No Peru, Maria José e o marido ingressam no curso de Antropologia Social da Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Também é nesse momento de formação que o casal desenvolve pesquisas como a realizada em Puquio, na província de Lucanas, departamento de Ayacucho, que deu origem ao livro *Producción Parcelaria y Universo Ideológico – El Caso de Puquio* (Lima, Mosca Azul Editores, 1979). Em novembro de 1973, ainda em Lima, nasce o primeiro filho do casal, José Gabriel (Lindoso, 2020). Em relato sobre essa fase da vida do casal, Lindoso (2020) recorda que seu nome constava em uma lista emitida pelo Itamaraty e distribuída em embaixadas e consulados que proibia a emissão de passaporte em seu nome, dificultando o retorno do casal ao Brasil. Foi apenas a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) com o que Lindoso (2020) denomina de uma “abertura gradual e controlada” e com a influência de seu pai, senador e vice-presidente do Congresso, que a embaixada em Lima concordou em emitir *laissez-passer* para o casal.

Em reflexão sobre suas vivências desde a infância, os livros que entrou em contato e do curso de Antropologia, Silveira (2026) discorre que

A Antropologia também tem uma influência assim, enorme no que eu escrevo, e em *Maria Altamira* também, eu acho que, se não fosse um pouco Antropologia, eu não teria escrito *Maria Altamira*. Então você vê, as coisas vão se fechando, né? A literatura, ela é... Porque muitas vezes as pessoas perguntam: de onde vêm as ideias que você escreve, e tal? E eu sempre respondo, assim: vem da vida da gente, vem da minha vida, dos livros que eu li, das coisas que eu fiz, do que eu gostava, do que realmente... Do que eu amei. Então, a vida da gente é que nos faz escolher sobre o que é que a gente quer escrever. A vida nesse sentido, né? Eu não sou da... da ficção, da autoficção. Eu sou o contrário disso. Eu sou uma pessoa que escrevo sempre a partir do que eu vejo na sociedade. Eu tenho dez romances escritos, e todos são, assim, temáticas de fora, de mim. Mas, claro, temáticas que sou eu que escolho, porque impressionaram de alguma maneira.

Em retorno ao Brasil, Maria José Silveira reside inicialmente no Rio de Janeiro, retornando para São Paulo pouco tempo depois, onde ingressa no curso de pós-graduação em Ciências Políticas da Universidade de São Paulo (USP). No ano de 1980, Maria José Silveira, junto de seu marido e meses depois, do amigo escritor Márcio Souza, fundaram a editora Marco Zero, uma homenagem ao romance político de Oswald de Andrade. Em entrevista, Lindoso (2020) relata que a iniciativa foi da esposa que tinha o sonho de se tornar escritora e editora. A editora tinha claros objetivos de editar e publicar livros ficcionais e não-ficcionais de cunho político. Já no seu início uma de suas primeiras publicações é o livro “As lutas camponesas no

Brasil: 1980”, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) (Maués, 2014).

Na editora, Maria José Silveira atuou também como tradutora de muitas obras estrangeiras, incluindo obras que se tornaram sucesso de comercialização no Brasil, como o romance *A Cor Púrpura* de Alice Walker. Segundo relato de Lindoso (2020) os direitos de publicação da obra foram adquiridos pela esposa na Feira do Livro de Frankfurt¹² que em colaboração com duas amigas, traduziram e realizaram uma oferta para a agente no valor de US\$500,00. Na época de compra dos direitos de publicação no Brasil, os direitos de adaptação cinematográfica da obra já haviam sido adquiridos e o filme dirigido pelo cineasta estadunidense Steven Spielberg já estava em produção. Outro caso de sucesso comercial da Marco Zero é a obra *Dicionário Kazar* do escritor Milorad Pavić, que trata da história do povo kazar da Eurásia, conhecido por sua conversão em massa ao judaísmo. Lindoso (2020) conta que a obra também foi descoberta por Maria José na Feira do Livro de Frankfurt, que logrou sucesso na negociação dos direitos de publicação. Um ano após a negociação, o livro se tornou um sucesso, tendo seus direitos de publicação mundial adquiridos pela editora estadunidense Alfred A. Knopf, com exceção da publicação em Portugal, que teve que comprar os direitos da tradução realizada pela Marco Zero. A editora também foi responsável por trazer as primeiras traduções da escritora canadense Margaret Atwood no decorrer das décadas de oitenta e noventa, em que dois seis romances publicados no período, três foram traduzidos por Maria José Silveira: *Olho de gato* (1990), *A noiva ladra* (1995) e *Vulgo, Grace* (1997).

As atividades da editora Marco Zero e de seus sócios duraram dezenove anos, finalizando suas atividades apenas em 1999. Neste contexto, a editora já tinha participação majoritária do Grupo Nobel, que havia adquirido parte da empresa em 1997 e que no final da década de noventa adquiriram o restante da sociedade. Atualmente a Marco Zero existe enquanto um selo editorial da Nobel Franquias S.A., sem relação com seus sócios originais (Maués, 2014). É a partir dos anos 2000, que Maria José Silveira dedica-se na materialização de seu segundo sonho, o de se tornar escritora. No contexto da criação da editora, Maria José acreditava que conseguiria alinhar o trabalho como editora junto à escrita, o que logo se mostrou

¹² A origem da Feira do Livro de Frankfurt remonta ao século XVII, como uma das principais feiras do livro da Europa, disputando a hegemonia nos dois séculos seguintes com a Feira do Livro de Leipzig. Mas é a partir de 1949, após a Segunda Guerra Mundial, que a feira de Frankfurt se torna ponto principal do mercado global de livros, quando passa a ter uma participação crucial na negociação de direitos autorais e a participação de outros países. Nesse contexto, o evento se tornou primeiramente um pólo do mercado editorial alemão e, posteriormente, do mundo. Atividades, reuniões e leilões realizados no âmbito da Feira de Frankfurt definem atualmente as maiores ofertas de publicação no mundo (Muniz Jr.; Szpilbarg, 2016).

inviável: “Quando você tem um negócio, a editora é um negócio, é que você tem que produzir os livros, vender e tudo isso, escolher o que você vai produzir. Então, era assim, 24 horas por dia” (Silveira, 2026).

Foi apenas com o fim da editora, que Silveira tomou a decisão de dedicar integralmente seu tempo para a escrita: “Depois que eu fiz 40 anos, eu disse, não, se eu não escrever agora, não vou escrever nunca mais. Ou eu escrevo agora ou esqueço essa história de que vou ser escritora. Aí comecei a escrever” (Silveira, 2026). Nessa fase de sua vida, Maria José já estabelecia um método para o desenvolvimento da escrita, mantendo uma sequência cotidiana de tempo dedicado para a atividade. Segundo Silveira (2026)

Escrever é uma coisa que você tem que se dedicar, tem que ter uma disciplina, porque, como eu gosto de escrever romances, e não contos, nem nada muito pequeno, quer dizer, meus romances são médios, não são é... existe toda uma disciplina para você escrever cinco, dez páginas por dia, e até no final do ano você tem um romance já lido, revisto, revisado. Então, foi a partir daí que eu comecei a escrever.

Sobre o seu processo criativo que foi seguido para a escrita do romance “Maria Altamira”, assim como dos trabalhos anteriores, Silveira (2026) diferencia os romances que exigem pesquisa dos que são exclusivamente frutos de sua imaginação. Ao iniciar a escrita, a autora conta já ter várias informações na mente e outras, como no caso de “Maria Altamira” anotadas em uma caderneta, que servem de consulta durante o processo de escrita até a conclusão da primeira estrutura do romance, ou copião, conforme cita na entrevista e que faz referência a linguagem de produção cinematográfica, como sendo a cópia negativa contendo todas as cenas filmadas.

Aí você começa, no meu caso, eu começo a retrabalhar tudo, vejo o que está faltando, se estiver faltando alguma coisa, eu vou e pesquiso mais para preencher aquele buraco, aquele vazio que ficou, né? E aí é também um momento de lapidar o português, né? É um trabalho, é o melhor trabalho que tem, eu acho. Porque depois do copião, você sabe que o livro já não vai fugir, o livro está ali, ele não vai fugir mais. Então você tem que tentar trabalhar bem, fazer várias revisões, eu faço duas, três, quatro, cinco revisões, procurando ver o que tem, o que eu posso melhorar, a linguagem... É um trabalho de linguagem bem-marcado, e vejo se os subtítulos estão bons, se não estão, as partes. Enfim, aí realmente eu escrevo, vamos dizer, reescrevo o livro. E essa é minha rotina para todos os meus romances (Silveira, 2026).

Sua estreia na literatura ocorreu em 2002, com a publicação do romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, pela editora Globo. O romance perpassa as histórias de vidas de uma linhagem de mulheres de uma mesma família que vivem uma série de mudanças sociais que são refletidas em suas identidades, representando desde uma mulher indígena no contexto

colonial brasileiro até uma personagem contemporânea. Pelo romance, Maria José Silveira recebeu o prêmio Revelação da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) em 2002. O romance também foi traduzido para países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Egito e Chica (Silveira, 2026).

Ainda em 2002, Maria José Silveira publicou o romance *Eleanor Marx, filha de Karl* pela editora Francis, que narra de forma romaneada a história de vida da filha mais nova do pensador Karl Marx. Segundo Plácido e Rodrigues (2018, p. 263), “o texto possui um tom trágico por abordar o suicídio de Eleanor aos quarenta e três anos de idade por conta de um amor”. Dois anos mais tarde, a escritora publica *O Fantasma de Luís Buñuel*, pela editora Francis. O romance perpassa os anos de ditadura militar no Brasil e sobre os processos migratórios de jovens no período, representado pelo grupo de amigos Edu, Tadeu, Dina, Tonho e Esmeralda. O enredo é inspirado em um relato do cineasta espanhol Buñuel para uma reportagem em que declara que não se importaria com a morte se pudesse se levantar da tumba uma vez a cada década para olhar o jornal e se certificar das notícias do mundo (Plácido; Rodrigues, 2018).

Em 2006, Maria José Silveira publica pela editora Record, o romance *Guerra no coração do Cerrado*. O romance narra a trajetória de Damiana da Cunha, indígena Cayapó, personagem histórica do processo de colonização em Goiás. Para Lapidus (2020, p. 9), “O ‘coração do cerrado’, espaço em que a trama é enredada, é uma alusão ao Cerrado goiano, território de disputa, entre colonizadores e os vários povos originários que nele habitavam [...]”. Já em 2010, a autora publica *Com esse ódio e esse amor* pela editora Global. No romance, Silveira constrói duas narrativas paralelas, uma contextualizada no século XXI e outra no século XVIII e que são diferenciadas através da formatação gráfica das letras. Em uma das narrativas, Silveira conta a história do líder da maior rebelião anticolonial da América no século XVIII, ocorrida no Peru, Túpac Amaru II. A outra narrativa, situada no presente, localiza-se no território colombiano e aborda a questão do narcotráfico a partir do sequestro da engenheira brasileira Lela, personagem fictícia criada pela autora.

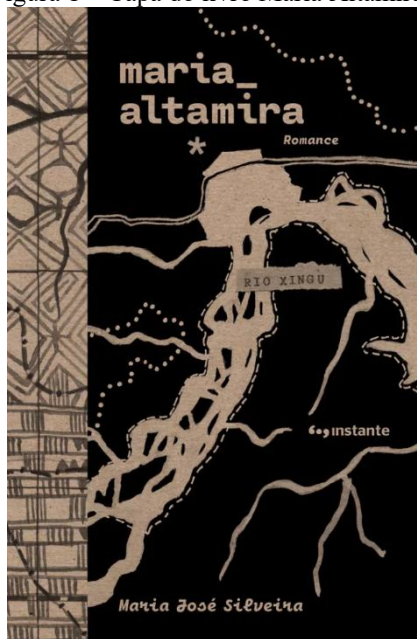
Em 2012, Silveira publicou o romance *Pauliceia de mil dentes* pelo selo Prumo da editora Rocco. Neste romance, a cidade de São Paulo é a personagem principal, em que são retratadas as mazelas e vitalidades deste espaço. De acordo com Plácido e Rodrigues (2018, p. 264), “com várias personagens, evidencia os diferentes tipos de vida e dramas, o trabalho, o lazer e a cultura da localidade”. Ao narrar a proposta deste romance, a autora descreve que desejou caracterizar

Como a São Paulo de hoje vem da São Paulo de ontem, a História está inevitavelmente presente por todo canto e em todos os personagens. E minha paixão pelo tema está, até mais claramente do que nos outros, ligada a minha vida: é a cidade onde escolhi viver, e onde provavelmente vou pedir para que joguem minha cinzas, quando morrer (Silveira, 2024, p. 38)

Em 2020, a escritora publicou o romance “Maria Altamira” pela editora Instante, objeto de análise desta pesquisa. Aprofundamentos sobre a publicação serão tratados adiante. Dois anos depois, em 2022, publicou o romance *Aqui. Neste lugar* pelo selo Autêntica Contemporânea da editora Autêntica. Nessa história, considerada um romance distópico e metafórico, Maria José Silveira apresenta um Brasil pré-invasões europeias e uma profusão de seres e povos da floresta unem-se em defesa do Primeiro Povo, ameaçados por guerreiras e mercenários do chamado Eldorado. No ano seguinte, em 2023, foi publicado *O farejador de águas* pela editora Instante. Neste romance, Maria José Silveira volta-se novamente ao bioma do cerrado para narrar uma saga de mais de um século que se inicia com a história de Minino na década de 1920, que deixa sua terra em Goiás para se juntar à Coluna Prestes. Em 2024, a autora anunciou a publicação de seu mais recente romance, *Céu branco* pela editora Faria e Silva. Nesta história que se ambienta na capital federal, lugar conhecido pela autora, é desenvolvida uma trama que envolve a investigação de um assassinato, espetáculos políticos e casos de corrupção. Aqui optou-se por introduzir brevemente a extensa produção literária de Maria José Silveira. Para além das publicações citadas, a autora também se enveredou pelos gêneros de contos e crônicas, como o livro *Felizes Poucos*, publicado pela ZLF Editorial, com contos que tratam da ditadura no Brasil. Também publicou obras direcionadas para os públicos infanto-juvenil e infantil, como *A trágica escolha de Lupicínio João*, publicado pela editora Scipione e *Meu presente para o mundo* pela LGE Editora.

Como mencionado, o romance “Maria Altamira” foi publicado em 2020 pela Editora Instante. O livro está organizado em duas partes, sendo a primeira “A mãe” e a segunda, “A filha”. Na primeira parte, o leitor acompanha as vivências da personagem Alelí a partir da cidade de Yungay, no Peru, passando por países como Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Brasil durante a década de 1970. Na segunda parte do romance, o leitor acompanha a trajetória de Maria Altamira, filha de Alelí, em dois espaços: na cidade de Altamira, no Pará, e na cidade de São Paulo. A edição física do livro apresenta uma capa e contracapa com a concepção de um roteiro cartográfico dos territórios do continente sul-americano percorridos pelas personagens, acompanhado de grafismos de povos indígenas, conforme Figura 1 e 2.

Figura 1 – Capa do livro Maria Altamira



Fonte: Editora Instante (2020)

Figura 2 – Contracapa do livro Maria Altamira



Fonte: Editora Instante (2020)

Na edição tomada como objeto de análise, está presente um texto de apoio que aborda o projeto de concepção da capa e como esta dialoga diretamente com a história narrada pela autora. Nesta apresentação, destaca-se que o leitor, ao acompanhar a trajetória de Alelí, constrói um mapa mental das paisagens que a personagem enxerga, das fronteiras que ultrapassa e dos territórios por onde sua história vai sendo contada (Silveira, 2020). A escolha por inserir grafismos de diferentes culturas indígenas é explicada pela intenção de representar os diversos biomas encontrados pelas personagens no decorrer da história. Além disso, “os rios em traços escuros são as veias que alimentam a paisagem, vida e morte para quem depende diretamente deles” (Silveira, 2020, p. 14). Até mesmo a escolha do papel em que a capa foi impressa, a saber, papel kraft, é explicada pela dureza de sua trama que “simboliza a terra que não precisa de donos, mas que desde o começo das civilizações é disputada e subjugada pelos homens” (Silveira, 2020, p. 14).

Sobre a ideia original para escrever o romance, Silveira (2026) conta na entrevista que da janela de seu apartamento, tinha a visão para a Avenida Paulista, um dos principais centros financeiros, culturais e turísticos do país, localizado na cidade de São Paulo. Em um dia, da janela, testemunhou a manifestação de um grupo indígena denunciado a construção da Usina de Belo Monte. A partir desse olhar, a autora passou a pesquisar mais sobre o tema e compartilhando suas ideias originais com o marido, lembrou do soterramento na cidade de Yungay no Peru, que conheceram pessoalmente durante o período em que viveram no país. Na

ocasião, Maria José e o marido subiram em um ônibus que circulava pela região andina e que passou por Yungay. Ao descenderem, viram de perto os destroços da cidade, todas as pedras e a terra acinzentada, uma cena que deixou Maria José muito impressionada (Silveira, 2026). Desse modo, surgiu a ideia de associar no mesmo romance o desastre de Yungay com o de Belo Monte. Relata Silveira (2026)

E aí eu falei: poxa, então eu vou colocar lado a lado, não vou comparar, porque é completamente diferente, mas dá para colocar lado a lado o soterramento de uma cidade e uma devastação ambiental e o alagamento e destruição de casas, de beiradeiros e ameaças de destruir também algumas tribos indígenas. Não com terra, mas com água.

Conforme destacado anteriormente, o enredo de “Maria Altamira” tem início no ano de 1970 na cidade de Yungay, no Peru. Em maio daquele ano, a costa peruana foi acometida por um terremoto que foi considerado o mais violento e destrutivo do país no século XX (Quijano, 2011). O historiador Manuel Valladares Quijano em seu livro — *Yungay en la memoria*, de 2011, traz um relato sensível sobre como o terremoto foi sentido naquela tarde de domingo em 1970:

A las 3:23 de la tarde de ese día domingo comenzó el terremoto, el remezón fue intenso y prolongado, acompañado del ruido estremecedor que produce el movimiento de la tierra y de todo lo que hay sobre la superficie. En las siguientes horas Lima estaba desconcertada y paralizada. Los que podían sintonizar comunicaciones radiales recibían información de que el terremoto había remecido principalmente la parte central del país, desde la costa hasta la selva, y que los más afectados serían la zona norte de Lima y el departamento de Ancash. (Quijano, 2011, p. 133).

O terremoto, com um movimento inicial de magnitude 7,7 na escala Richter, teve duração de quarenta e cinco segundos, com epicentro localizado a 9,2° de latitude sul e 78,8° de longitude oeste, a 25 km do porto de Chimbote, no departamento de Ancash. Os danos estruturais se estenderam ao longo de toda a costa, do norte de Trujillo por 120km até o sul próximo da região conhecida como Las Zorras. A cidade de Huaraz, capital de Ancash, foi completamente devastada e as casas, feitas com adobe grosso, não resistiram. Cerca de 83.000 km² foram afetados pelo desastre de 31 de maio. Os primeiros dados divulgados apontaram a morte de mais de 50.000 pessoas e um total de 3.470.811 de pessoas afetadas direta ou indiretamente (Mejía, 2022).

Dados divulgados pelo governo peruano no ano seguinte ao desastre, contabilizaram 60.000 casas em 38 cidades que precisariam ser reconstruídas; 15 aldeias com mais de 80% das

casas destruídas; bloqueio da rede de esgoto em pelo menos 18 cidades (309.000 habitantes) e 81 vilas (59.400 habitantes). Além da redução da capacidade energética para 10%, devido aos danos sofridos na usina hidrelétrica de Huallanca. Os dados sobre mortos foram atualizados para mais de 79.000 pessoas (Mejía, 2022). O poeta e escritor peruano, Marcos Yauri Monteiro definiu o terremoto como um cataclismo que rompeu todo o sistema ecológico e desencadeou colapsos psíquicos, culturais, econômicos e sociais (Monteiro, 1972).

Na comunidade de Yungay, o desastre acarretou na morte de grande parte da população, forçando o deslocamento dos 300 a 500 sobreviventes. Sobre este caso, o historiador e especialista em história ambiental dos Estados Unidos, Uwe Lübken (2013), descreve a existência de um plano para transferir Yungay para outra região após o desastre, o que foi fortemente combatido pelos sobreviventes, que reconstruíram a cidade na cercania da localização anterior com o intuito de recuperar a comunidade. No entanto, como aponta Lübken (2013), mesmo quando a reconstrução após o desastre é possível de ser feita no mesmo local, as transformações que acometem essas comunidades superam a materialidade, afetando diretamente a composição étnica, social e cultural desses grupos. Lübken (2013) destaca que o desastre dizimou com as classes altas e médias do distrito, sendo que “o pequeno grupo de elites urbanas que sobreviveram formou um núcleo em torno do qual uma nova população urbana, composta primariamente de população rural em processo de urbanização, passou a tomar forma” (Lübken, 2013, p. 22).

Ao construir uma das duas personagens principais de “Maria Altamira”, Maria José Silveira se inspira no caso do desastre de Yungay para criar a personagem Alelí, a única sobrevivente de sua família, que após o desastre decide não retornar para o distrito e segue uma jornada sem rumo por diferentes territórios. Desse modo, o enredo perpassa o tema das ausências manifestadas em diversos níveis: afetivos, econômicos/materiais, de memórias e território (Vieira, 2022). A perda do território em razão do desastre, representa para a personagem mais do que a ausência material do lugar, mas essencialmente a ruptura com um conjunto simbólico atrelado a este território transformado e das memórias atreladas a ele, compondo um processo de desterritorialização (Figueiredo, et al., 2020).

Após passar por um acampamento providenciado pelo governo peruano com a ajuda da Cruz Vermelha, Alelí recebe documentos, salvo-conduto, algum dinheiro e mudas de roupas. Então, decide partir motivada por algo que não consegue descrever, entrando escondida em um ônibus sem conhecer o destino. A vida errante de Alelí é resumida nos trânsitos rodoviários. Na narrativa, a incerteza de quanto tempo se passa é representativa da letargia vivida pela

personagem. Após alguns anos, um dos ônibus em que se encontra a personagem para em uma praça na Bolívia, onde Alelí é forçada a descer. Em solo, a personagem é sensibilizada pelo som advindo de um charango, instrumento de cordas de origem andina, tocado por Don Rodrigo. O senhor de cabelos grisalhos, ao perceber o encantamento de Alelí pela música, inicia uma conversa. Distante do lugar onde partiu, esta se torna a primeira vez que Alelí consegue falar sobre o desastre de Yungay e todas as suas perdas.

O homem, sensibilizado com a história de Alelí, leva-a para a sua casa, onde apresenta sua esposa, Doña Anita, e suas duas filhas, Chabuca e Lunita. Passando um tempo como hóspede da família, Alelí aprende a tocar o instrumento que motivou o primeiro contato com Don Rodrigo. A música se torna um espaço de comunicação e alento para a mulher que não via mais motivações em sua vida após o desastre. Com o tempo, o som do instrumento foi acompanhado pela própria voz cantante da personagem e Alelí, que recebe de presente um novo charango, passa a acompanhar Don Rodrigo em suas apresentações em praças e eventos da pequena cidade. Em sua passagem pelo povoado boliviano, Alelí se defronta com o dilema vivido pela família de Don Rodrigo, que está angustiada com um projeto de construção de estradas na região que ameaça o deslocamento forçado de diversas famílias, dilema similar ao que seria vivido por sua filha posteriormente na narrativa, com o projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Alelí decide partir novamente.

Com um novo ofício na música, a personagem passa por várias outras cidades na Bolívia, sobrevivendo do pouco dinheiro que consegue com suas apresentações públicas. Nesse percurso encontra com diferentes histórias e pessoas, inclusive sendo apresentada às discussões políticas vividas no país que vive um governo ditatorial. Alelí também passa por violências diversas propiciadas por uma vida desprotegida nas ruas. Exemplo disso é a violência cometida por um encantador de serpentes que chega na região e impede Alelí de apresentar sua música com o charango, fazendo insinuações sexuais contra a mulher e a empurrando. Ao se defender com a lâmina de um canivete que havia adquirido com o dinheiro das apresentações, Alelí é insultada como “Culebra de los infiernos”. O título, no entanto, tem efeito reverso, a partir do momento que a personagem toma controle da situação e decide ela própria tomar a designação como seu nome: Alelí Culebra de los Infiernos, ou apenas Alelí Culebra.

Seguindo sua jornada, a personagem atravessa a fronteira do norte chileno, onde é amedrontada com as imagens de areias cor de cobre e vulcões que cobrem a paisagem. Ainda sofrendo com todas as perdas vividas, a personagem enfrenta tempestades de areia e longas caminhadas que a fazem desejar morrer, apenas impedida por aquilo que é descrito como uma

“ânsia de resistir” (Silveira, 2020, p. 37). Novamente, como ocorreu na Bolívia, Alelí recebeu o auxílio de um casal, moradores da beirada do Atacama. Em sua casa, ajudava nas tarefas diárias e retribuía todo o suporte prestado com a música. A melodia, por sua vez, faz os anfitriões se emocionarem e relembrarem a difícil jornada que eles próprios viveram até chegarem ali. Em certa manhã, Alelí ao olhar pela janela se depara com a passagem de um caminhão com vários soldados pelo deserto. A cena é logo em seguida explicada pelo homem, que explica à sua esposa se tratar de mais mortos de Pinochet. Dias depois, Alelí resolve partir novamente.

A jornada da personagem entre ônibus e caronas a leva ao norte argentino. Pela primeira vez, os documentos que o governo peruano havia providenciado a todos os refugiados de Yungay não são compreendidos. A justificativa para o reforço das fronteiras do país é explicada pelo movimento de “chilenos e argentinos subversivos” que buscam escapar da Justiça argentina após a morte de Allende. Assim, Alelí é levada ao general Videla, frustrado em sua empreitada de detectar atividades subversivas na fronteira. Determinado em impor à mulher os novos métodos de interrogatório, o general argentino confirma a história da destruição de Yungay com um homem peruano. Além disso, sensibilizado pela feição de Alelí que o faz relembrar de sua madrinha, decide por decretar a inocência da estrangeira. Alelí é encaminhada para o próximo ônibus rumo ao território argentino.

Na paisagem, completamente diferente do que lhe era familiar, Alelí consegue abrigo em um restaurante local, onde passa a trabalhar tocando seu instrumento junto a outros músicos. É ali que conhece as canções do compositor argentino Atahualpa Yupanqui, que a sensibilizam com a mesma força de quando ouviu a melodia do charango pela primeira vez. Junto de Zimbo e Nego, também instrumentistas e músicos viajantes, Alelí decide seguir caminho, se apresentando em feiras e eventos de outros povoados. Pelo pampa e colinas do norte argentino, o nome de Alelí Culebra se torna conhecido. O prestígio, contudo, é acompanhado de uma ameaça, especialmente para os amigos Zimbo e Nego, que temem a repressão vivida no país e o aumento expressivo das notícias de assassinatos e desaparecimentos. Decidem então partir para o Paraguai, escapando das “cidades sem paisagens, sem campos, sem alma. E agora sem filhos” (Silveira, 2020, p. 45).

A passagem pelo país, no entanto, é curta. Já na sua chegada, Alelí se depara com o som da harpa paraguaia. Apesar das diferenças com a harpa andina, tocada por seu pai, o som e o ritmo emitidos pelo instrumento acionam memórias dolorosas na personagem, com imagens da sua casa e de sua família. Incapaz de suportar o peso destas memórias, Alelí decide deixar os

companheiros músicos e partir novamente. No caminho, se depara com o cenário conhecido de soldados à espreita. Adentrando mais o país, na sua área rural, o som da harpa é substituído pelas melodias de outros instrumentos como o violão, a rebeca e o bandolim. Em meio ao cenário de vacas e peões, Alelí passa a tocar seu instrumento nos bares de beira de estrada e nas fazendas.

Desta vez, o impulso em seguir caminho surge quando Alelí se depara com uma mulher sozinha e em trabalho de parto no meio de capinzal. Surpreendida com a cena incomum, Alelí auxilia a mulher, segurando o bebê em seus braços. Novamente, a lembrança da filha perdida no desastre de Yungay é destrutiva e a personagem decide partir dali. Na estrada, a personagem segue carona por longos períodos e por diferentes paisagens, até chegar no estado do Mato Grosso, no território brasileiro. Trabalhando nos bares da região, Alelí vê pela primeira vez o estranhamento com o som do charango. O instrumento causa certa curiosidade, mas logo desinteresse. O público pede que a mulher apresente os instrumentos mais familiares, como a viola e o violão e Alelí aprende.

A personagem também encara e vive violências na região. Quando passa a tocar o charango em um prostíbulo, é espantada com a cena de meninas com a média de dez anos de idade sendo levadas até o local para exploração. E quando um traficante de mulheres agarra seu pescoço à força, Alelí consegue se defender com seu canivete, ajudada pelas outras mulheres, e decide partir definitivamente dali. Adentrando o estado de Goiás, percebe que a perseguição militar que antes tinha visto, também se faz presente ali, na “caça à guerrilha”. Sem parar, continua sua jornada até chegar no município de São Félix do Xingu, no Pará.

Cantando e tocando nos bares da região, Alelí conhece Manuel Juruna. A personagem se apaixona pelo homem e suas “histórias de bicho, plantas, mata, peixes” (Silveira, 2020, p. 52). Após dias de insistência, Alelí é convencida por Manuel a partir para conhecer sua terra, a terra do Paquiçamba e do povo Yudjá. E é na aldeia Paquiçamba que Alelí encontra um pouco de paz em sua vida itinerante:

Sem estranheza, o povo da aldeia a aceitou como a mulher do Manu. Ele havia lhe dito que seria assim, seu povo era de paz, e muitos se casavam com pessoas da cidade ou de outras etnias ou ribeirinhas. As mulheres lhe faziam festa ou a deixavam quieta quando era isso que ela queria. Gostaram das cicatrizes miúdas que lhe enchiam os braços, as pernas, o colo e a volta do pescoço. Acharam bonito seu canivete, o trançado andino do estojo e do manto vermelho, e seu cinto de pele de cobra. Riram da casca do tatu que virava instrumento e cujo som lhes agradou (Silveira, 2020, p. 55).

A partir do contato com Manuel, a personagem decide interromper, ao menos

temporariamente, seu deslocamento. Algumas razões podem ser atribuídas a esta decisão, como o acolhimento comunitário, o sentimento de proteção física e emocional e a valorização de sua história. Desse modo, Alelí é integrada à comunidade e aprende as atividades que compõem o cotidiano, particularmente das mulheres da comunidade. Assim, é ensinada a limpar os peixes e lavar as panelas na beira do rio, bem como o trabalho na roça e na produção da farinha de mandioca. Alelí também tem a oportunidade de experimentar novos sabores como o de peixe assado, como matrinxã, pacu, filhote, piranha e acari; e a comer tracajá. Observando e ouvindo diariamente as falas de Manu e sua família, aprende a reconhecer os nomes das árvores como jaborandi, ingá e jatobá e compreender as relações entre o ambiente e aquelas pessoas. Nesse processo, “aquele mundo desconhecido ia entrando no corpo e na alma de Alelí, até ocupando alguns pedaços, fazendo-a reviver” (Silveira, 2020, p. 57). O encantamento proporcionado por formas de viver desconhecidas pela personagem a fazem se surpreender todos os dias desde sua chegada na comunidade.

Acerca do processo de escrita de “Maria Altamira”, a autora relata que as primeiras partes do romance, em que é narrado o desastre de Yungay e a passagem da personagem por outras países foram escritas, principalmente, com base em suas experiências, como o contato com os destroços de Yungay ou com as leituras sobre aspectos culturais de outros países da América Latina. No entanto, ao inserir Alelí no contexto de Belo Monte, Maria José encontrou o entrave ao considerar que não possuía os conhecimentos e as ferramentas necessárias para construir uma ambientação e discussão necessárias à complexidade do tema. Foi neste momento que decidiu conhecer pessoalmente a região. Silveira (2026) relata que

Vou precisar de ir lá. E por uma volta de sorte, eu conheci algumas pessoas do ISA, que é o Instituto Socioambiental aqui de São Paulo também. Eles têm um trabalho maravilhoso com indígenas. E tinham um trabalho justamente lá com os indígenas da Volta Grande do Rio Xingu. E não só isso, eles tinham, eles começaram a fazer uma espécie de uma expedição de uma semana que eles convidavam pesquisadores e cientistas relacionados com a questão da água, dos peixes, mas também abriam para quem quisesse ir conhecer a região e tudo isso. Então, lá fui eu, consegui o contato e consegui... Também puxei a minha filha, que gosta muito de acampamento e tal, aí teria que ficar acampado, né? A gente ia ficar em aldeias indígenas, o pé dos arredores.

A autora credita à visita a capacidade de concluir o romance e de construir a personagem de Maria Altamira, filha de Alelí. Para a autora, todas as pessoas possuem uma ideia pré-concebida sobre o que é a usina e o que é a região do Xingu, “mas a ideia nunca é como o que você vê, realmente, né?” (Silveira, 2026). Assim, revela que se o romance tivesse sido construído unicamente com as observações captadas em pesquisas e conversas, não teria

alcançado o texto final como o fez. E, nesse sentido, como afirma a autora, a formação como antropóloga também contribuiu de forma importante, uma vez que possuía as ferramentas teóricas e metodológicas para observar a experiência com maior afinco. Da experiência junto ao Instituto Socioambiental (ISA), Silveira (2026) relembra que “foi uma coisa maravilhosa. Conhecer o Rio Xingu foi maravilhoso. Conhecer aquelas pessoas maravilhosas, estar flutuando pela terra delas, né? Olha, foi um passeio assim que me marcou profundamente”. No seu relato, destaca-se a impressão que teve acerca das águas do Xingu, descrições que receberam destaque posteriormente na narrativa do romance: “Aquela água, assim, que você não tem ideia como ela é, você não vê, porque ela é escura por fora, quando você pega ela fica transparente, e é morna a água, tomar um banho no Xingu é realmente uma coisa espetacular” (Silveira, 2026).

Em “Maria Altamira” é no processo de descoberta da imensidão do lugar que Alelí se dá conta das ameaças que a comunidade sofre e particularmente, Manuel, como líder do grupo. Em um dos passeios de canoa, em que Manuel apresenta a dimensão do Xingu e conta como não saberia viver em outro lugar, já que ali a água é o bem mais precioso da comunidade e motivo de sua alegria, o personagem relata o quanto esteve vulnerável nos dias em que passou na cidade, quando conheceu Alelí, e que está “marcado de morte” (Silveira, 2020, p. 58). Ao ser questionado por Alelí sobre o que significa essa marca, Manuel esclarece:

— É que, se num tomar cuidado, eu posso morrer mais cedo do que minha hora. Quando tava em São Félix, tive notícia de um fazendeiro que anda dizendo meu nome. Madeireiro. Um deles. Sei quem é. Tive um enfrentamento com os capanga desse sujeito querendo entrar na terra de uns parente rio abaixo. Os guerreiro nosso, como eu, se reuniram, e a gente foi atrás. Eles escafederam. Mas vão voltar. Sempre voltam. Parece praga. Parece não, é (Silveira, 2020, p. 59)

Os enfrentamentos mencionados por Manuel em sua explicação são desenvolvidos em outro momento da história, em que Alelí se aprofunda mais sobre o extenso histórico de luta por sobrevivência dos Yudjá. Ao ouvir os relatos de Manuel, Alelí percebe que tal qual sua história pessoal, aquelas pessoas precisam diariamente desenvolver estratégias de sobrevivência diante de várias tentativas de ceifar suas existências. Manuel conta como a comunidade foi percebendo a presença de pessoas de fora na região nos últimos anos, geógrafos, agrimensores e engenheiros, que com a intenção de se manterem despercebidos, andavam por ali analisando o território. Eram os indícios de que algo estava para acontecer e tão logo, a comunidade ficou ciente dos planos para a região.

“Os Yudjá foram um dia a tribo mais importante do Xingu”, contava. “Mas aconteceu

com eles o mesmo que tem acontecido com todo povo nativo desta terra, desde que o branco chegou e foi expulsando um por um, terra adentro, empurrando todo indígena que viesse pela frente. Há mais de quinhentos anos é assim, e continua sendo. Chega o seringueiro, chega o fazendeiro, chega o minerador, chega o desmatador, chega à barragem, chega o governo, todos querendo expulsar os povos indígenas de suas terras, justo os indígenas que são os donos tradicionais de suas terras, como nós, Yudjá, pode dizer Juruna, não importa, Yudjá ou Juruna, somos os donos daqui dessa Volta Grande do Xingu. É terra muito rica. Tem peixe, animal, ouro. Muito ouro ali perto. Os Yudjá já foram muito, mas foram diminuindo. Uma parte foi pro Mato Grosso. Uma parte ficou. Sofreram com a borracha, o garimpo, a construção da Transamazônica, quando tinha uns estrondos e explosões que assustavam todo mundo e afugentavam peixe e bicho. E agora, como se fosse pouco, inventaram de querer barrar o Xingu lá em cima, estão falando em construir uma usina hidrelétrica aqui nessa grande curva que nosso rio faz. Mas isso a gente não vai deixar. É mais fácil a gente morrer do que deixar” (Silveira, 2020, p. 61-62)

O relato de Manuel e a exposição do plano de construção das barragens no Xingu revela o histórico de exploração econômica da região, sempre acompanhado de múltiplas violações contra os povos que ali habitam e contra o próprio ambiente. Este processo traz à tona a concepção da fratura colonial de Ferdinand, ao expor como a duradoura colonização dos povos que habitaram e habitam aquela região, esteve atrelada com a exploração e o esgotamento da biodiversidade do Xingu. Esta exploração foi representada com o uso desmedido de qualquer recurso que pudesse ser proveitoso e lucrativo para a ação colonizadora. Todos os processos mencionados, como a exploração das seringueiras e da mineração, foram cruciais na perpetuação de rupturas na organização interna das comunidades indígenas, como a Yudjá. A longo prazo, esses rompimentos desencadearam a fragmentação comunitária e, por conseguinte, a maior vulnerabilidade desses grupos perante os intentos de dominação econômica na região. A presença de lideranças como a de Manuel, portanto, representa uma pedra no caminho no projeto de “desenvolvimento”.

Acerca desse processo, a jornalista e documentarista Eliane Brum nomeia como um longo gesto de construir ruínas na Amazônia (Brum, 2021). Essa dominação explicada por Manuel para Alelí é combatida com a união comunitária entre indígenas e beiradeiros, a partir do momento que compreendem a importância de juntar forças. Brum (2021) discute como a gênese da população beiradeira e indígena na região amazônica é atrelada ao confronto e às respostas criativas frente à violência do Estado e das elites predatórias. Assim, desde cedo, esses grupos entenderam o sentido de união.

Quando isso aconteceu, no final do século 19, os homens, porque em geral apenas os homens eram levados para o corte da seringa, foram arrancados de uma outra paisagem, a do semiárido nordestino, e jogados na floresta, contra a floresta. Ao mesmo tempo que mataram índios, aprenderam com os índios. Ao mesmo tempo que estupraram índias, amaram índias e com elas fizeram filhos e famílias. Quando Belo

Monte os alcança, na segunda década do século 21, já encontra outra gente. A construção da hidrelétrica em um dos grandes rios da Amazônia ainda representa a mesma associação do passado, a do Estado com elites predatórias. Dessa vez, no entanto, não encontrou habitantes transitórios, e sim uma população que se converteu em floresta no choque entre os mundos. E que hoje, também na legislação, é reconhecida como comunidade tradicional. A seca de onde vieram os antepassados é memória, mas — muito importante — não é origem. (Brum, 2021, p. 94-95)

A história dos Yudjá comove profundamente Alelí, que se sente próxima das vidas marcadas por expulsões, mortes e a redução dos integrantes da comunidade. Assim, nas noites de festas e músicas da comunidade, a personagem consegue capturar toda a complexidade de pensamentos entorno daquela história e da sua própria vida: “Todo o sofrimento, todas as tragédias, os desmoronamentos, as avalanches, as cidades soterradas, os povos afundados, todas as mortes, as loucuras, a insensatez do mundo” (Silveira, 2020, p. 62). Aos poucos, histórias contadas por seu pai e vivências do seu passado vão sendo acionadas pela memória, ao passo em que as histórias da comunidade são compartilhadas. Em certa oportunidade, Manuel revela mais da cosmologia da comunidade, ao explicar sobre como o mundo é organizado para os Yudjá:

Uma noite de lua clara, Manuel começou a contar a Alelí que o mundo dos Yudjá tem quatro andares: a terra e três céus. Desses céus, dois já caíram. Periga cair o último. Eles foram derrubados por Senã’ã¹³ em represália ao extermínio dos povos indígenas. Foi no tempo que os Yudjá estavam à beira da extinção. Quando Senã’ã tentou avistar o rio, não havia mais rio. Ele ficou furioso e derrubou o céu, queria exterminar os brancos. O rio Xingu desapareceu. O sol apagou, tudo ficou escuro. Todo mundo ficou apreensivo. Os poucos sobreviventes, os que se abrigam ao pé de um grande rochedo, somente eles se salvaram. Os brancos todos morreram, os índios morreram, os Yudjá morreram. Os que tinham sobrevivido escavaram o céu expresso com um pedaço de pau. Esses foram os que começaram a crescer outra vez. E Senã’ã disse a um deles: “É assim que hei de fazer: quando os índios desaparecerem, quando os Yudjá desaparecerem, eu desmoronarei o último céu”.

Desse modo, Manuel sente-se fortemente impelido pelas histórias de seu povo e especialmente, pela história do desmoronamento do último céu. Sem compreender

¹³ Sobre o tema da cosmologia Yudjá, a antropóloga Tânia Stolze Lima (2005, p. 25) explica que “Os Yudjá sustentam em um conjunto de mitos que muito da configuração atual do mundo e da condição humana é obra de Senã’ã. Este xamã magnífico soprou a humanidade, os Yudjá. Soprou o rio Xingu e a floresta; roubou o fogo de um gavião, e a canoa, da ariranha; soprou as gentes animais então existentes e deu a cada uma sua capa ou vestimenta animal específica. Soprou dois seres (o pênis e a vagina) que tinham vida própria e aplicou um no corpo de homens; no de mulheres, aplicou o outro. Tornou a procriação humana, que então era estritamente masculina, dependente do corpo das mulheres. Soprou uma parte da humanidade para que ela se perdesse na floresta, virasse *abi imama*, e sua carne pudesse servir de alimento para os Yudjá, com quem constituiu uma sociedade para si nas ilhas do Xingu. Ao abandonar mais tarde as pessoas no Xingu, Senã’ã soprou uma parte dos Yudjá para que virassem *karai* e dotou-os da condição de criadores de gado, enquanto os Yudjá atuais assumiram a condição de caçadores. Depois de sua partida, o magnífico xamã inventou as primeiras mercadorias, como as armas de fogo, os tecidos, as facas de aço e os aviões pequenos”.

completamente o sentimento que narrar a história de seu povo lhe causa, opta por compartilhar dali em diante histórias mais leves para a companheira. Alelí, por sua vez, se percebe completamente inserida no grupo familiar e em certa ocasião, recebe a notícia pela figura mais velha da comunidade, que está gerando uma filha, tida como forte e guerreira. A notícia é avassaladora e Alelí confessa para Manuel que pretende deixar a filha com ele e seu povo, já que teme que sua presença possa causar a morte da menina. Esse temor é advindo dos traumas vividos pela personagem, que acredita não ter sido capaz de salvar a vida de sua filha e de seus outros familiares no terremoto em Yungay. Assim, Alelí carrega consigo um mal agouro de que as pessoas que ama e que estão à sua volta, correm o risco de perderem suas vidas.

O avanço da gravidez de Alelí é acompanhado de mais notícias que chegam na comunidade, sobre a presença de pistoleiros e desmatadores vistos em regiões próximas, na parte baixa do rio. Diante das movimentações suspeitas, Manuel e outro guerreiro decidem partir para visitar seus parentes e averiguar a situação. A viagem, no entanto, é marcada pelo assassinato dos guerreiros, quando após três dias, Alelí avista o corpo sem vida de Manuel, com o buraco de uma bala no peito. Desesperada com a cena, Alelí embarca na primeira canoa à vista e decide retornar para a cidade de Altamira sem dar maiores explicações para qualquer pessoa da comunidade.

A trajetória de Alelí desde o desastre de Yungay até sua despedida abrupta do Xingu é marcada por violências e diferenças culturais marcantes, conforme discute Vieira (2022, p. 98-99)

Nesse trânsito cultural, depara-se com sotaques, formas de ser e existir e paisagens distintas, mas que carregam em si um traço comum desconhecido. Nessa jornada, a personagem percebe que o elemento comum a tantos rostos diferentes é o vínculo direto das histórias de vidas com o território e, para além, como esses vínculos podem e frequentemente são transformados. No Brasil, Alelí conhece Manuel, um líder indígena da comunidade Yudjá no Xingu e é vivendo junto a essa comunidade que a personagem compreenderá como as experiências de territorialidades (GALLOIS, 2004) são importantes, ou seja, as tramas de vivências que são postas com e a partir do território. Enquanto mulher imigrante, Alelí viverá novamente a experiência da desterritorialização motivada por razões ambientais. Desta vez, contextualizada na abrupta e violenta perseguição às comunidades indígenas e da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do rio Xingu, processo concluído em 2016, mas que desde a década de 1970, ainda no contexto da ditadura militar no Brasil, vem desencadeando a perda do território de diversas comunidades ribeirinhas e indígenas.

Em Altamira, Alelí é abrigada e ajudada por Chica, uma moradora que se sensibiliza com a situação da mulher. Após algum tempo, Alelí entra em trabalho de parto, mas sente-se traumatizada com a ideia de sua filha estar destinada a morrer, como todas as pessoas que Alelí

amou em sua vida. A personagem deseja a morte para ela e sua filha, para que ambas possam ser poupadas de um sofrimento garantido em vida. “A vida é morte, Chica” (Silveira, 2020, p. 83) responde para a mulher que a ajuda. Vencida pelo esgotamento e pela teimosia em viver de sua filha, Alelí dá à luz: “Alelí sucumbiu aos primeiros gestos da filha, que lhe agarrou o dedo e não mais o soltou enquanto dava seus berros de recém-nascida” (Silveira, 2020, p. 83). No entanto, ainda temerosa que sua presença seja uma ameaça de sofrimento e morte para a filha, Alelí decide partir escondida no dia seguinte, deixando a filha embrulhada no sofá da casa de Chica.

Chica, que desconhece a identidade do pai da criança, decide cuidar da bebê como sua própria filha e a nomeia como Maria Altamira, em referência a cidade. Nesta segunda fase do romance, Silveira desenvolve a história dessa segunda personagem, Maria Altamira, utilizando pontualmente dos recursos de analepse e prolepse para localizar Alelí em sua jornada solitária, ora revelando ao leitor mais do seu envolvimento com Manuel, ora mostrando sua localização após a decisão de partir. Maria Altamira, por sua vez, vai gradativamente desenvolvendo vínculos com o lugar que nasceu e acompanhando as movimentações que marcam os densos processos de transformação da paisagem a partir da exploração do rio Xingu e da construção das primeiras barragens de Belo Monte. Concomitante a isso, manifesta sua curiosidade em descobrir mais sobre sua origem e a identidade de seus pais.

Em determinado momento da trama, já adulta, Maria Altamira decide migrar para São Paulo, em busca de novas oportunidades de vida. A experiência formativa na capital paulista, com suas dificuldades e novidades, corrobora para que Maria Altamira alimente o desejo de retornar para Altamira e atuar junto aos grupos indígenas e beiradeiros na defesa dos direitos dessas comunidades e do ambiente compartilhado. Nesse ínterim, a própria personagem irá reconhecer sua própria identidade indígena.

A história apresentada no romance “Maria Altamira”, a exemplo da extensa produção literária de Maria José Silveira, realça os próprios interesses da autora em discutir na sua obra de ficção, temas sociais de suma importância no presente. Como a autora destaca em sua reflexão sobre processos criativos: “em cada livro que qualquer autor escolhe escrever - e o que devemos ressaltar aqui é o verbo escolher -, o que deu origem àquele livro está na vida, na memória, na observação, nos desejos e interesses daquele autor” (Silveira, 2024, p. 22). E continua:

É nesse sentido que uma obra literária de qualidade, quer seu autor pretenda ou não, é sempre um texto entranhado de História. A obra literária se situa no tempo - não só

o tempo que ela narra como, do mesmo modo, o tempo em que vive o escritor - e, queira ou não, ela dialoga a todo instante com esses dois momentos. As ideias e detalhes que expressa são evidências - por mais subjetivas que sejam - de sua época (Silveira, 2024, p. 30)

Considerando, portanto, o entranhamento entre realidade e ficção, História e Literatura, abordado por Silveira, e que é identificado no desenvolvimento do enredo de “Maria Altamira”, desde seu início com o desastre de Yungay, no Peru até os desdobramentos em Belo Monte, é necessário o aprofundamento sobre o processo que levou a cabo o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região de Vitória do Xingu, no estado do Pará.

2.3 DA GIGANTE NACIONAL AO DESASTRE: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte está relacionado ao início dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu no ano de 1975, onde o país vivenciava o período Geisel (1974-1979). Sob responsabilidade da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, popularmente conhecida como Eletronorte, o estudo tinha como primeiro objetivo realizar o mapeamento do rio Xingu, com aproximadamente 1.979 km de extensão, e o projeto de localização dos barramentos. O relatório do Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 apresentou os resultados apurados naquele contexto, onde destacava que “pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo” (Brasil, 2010).

Conforme apresentado no mapa abaixo, a bacia do rio Xingu está concentrada inteiramente em território nacional, nascendo no estado do Mato Grosso e cruzando o estado do Pará. No âmbito do ecossistema amazônico, o Xingu é historicamente marcado pela presença de povos tradicionais e por migrantes da região nordeste, que desde a década de 1970 foram atraídos pela construção de estradas, expansão da agropecuária, extração mineral e projetos governamentais de assentamentos rurais (Vieira, 2021). Em uma área que soma mais de 51 milhões de hectares e abriga os biomas cerrado e floresta amazônica, a bacia do rio Xingu é dividida em três sub-regiões, englobando também os rios Iriri, Curuá, Bacajá e seus tributários. A divisão por sub-regiões obedece a critérios de altitude média/nível do mar: Baixo Xingu (mais ao Norte, no Pará, uma região de planícies); Médio Xingu (região central); e Alto Xingu (mais ao Sul, região de planalto, no Mato Grosso).

empresas federais do setor elétrico, Furnas e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) – que detinham cerca de 20% da capacidade instalada do país na época –, além da Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP), a Termoelétrica de Charqueadas (Termochar) e a participação minoritária em empresas estaduais. Além disso, a Eletrobras incorporou todas as aplicações realizadas pelo BNDE e passou a gerir o FFE (LIMA, 1984).

Dentre os fatores que ajudaram a constituição da empresa, Araújo e Oliveira (2003) destacam o sucesso do Fundo Federal de Eletrificação, que foi responsável por 60% do investimento do setor elétrico no período e viu a capacidade instalada no país passar de 2.806 mw em 1954 para 4.800 mw em 1960 – assim, foi diminuindo a resistência dos principais estados produtores de eletricidade. O projeto da Eletrobras só foi para frente devido às pressões exercidas pelas empresas estaduais do setor elétrico que já não viam como benéfica a relação meramente bancária com o BNDE, que era o gestor dos recursos do Fundo de Eletrificação.

Posteriormente, entre os anos de 1967 e 1973, houve um alargamento dos investimentos no setor elétrico de empreendimentos pela Eletrobras, exemplo disso é a criação de duas empresas regionais: A Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) em 1968, com o objetivo de construir sistemas elétricos de grande porte na região Sul e a Eletronorte, em 1972, como desdobramento dos Estudos na região Amazônica do Brasil (Eneram). Além disso, “a criação da Eletronorte também tinha uma grande relação com o projeto da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, que seria a maior hidrelétrica totalmente brasileira, e com a ideia de se desenvolver pólos industriais na região Norte” (Eccard, 2012, p. 23). A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) no seu projeto inicial refletiu o olhar do governo brasileiro para os objetivos de desenvolvimento nacional representados por atuações como a da Eletrobras e suas frentes regionais. Um exemplo é o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) lançado por Geisel em 1974. No plano pontuava-se a necessidade em acelerar e aprofundar o processo de industrialização, com o objetivo de que o país se tornasse autossuficiente em insumos básicos e energia. Sobre este contexto, Visentini (2022, p. 46) destaca que:

O governo optou por diversificar as fontes de energia, lançando um ambicioso programa de construção de hidrelétricas, usinas nucleares, incremento de prospecção de petróleo (por meio de contratos de risco com empresas estrangeiras) e produção de álcool para combustível automobilístico (Projeto Proálcool). Além disso, foi intensificada a capacitação tecnológica do país em diversas e importantes áreas, como a nascente informática e a petroquímica, com base em esforço estatal.

É desse período também que ocorrem as primeiras contestações, controvérsias e protestos ao projeto, o que durante anos serviu para frear seu avanço. Destaca-se que o olhar desenvolvimentista dos governos militares durante os anos iniciais do projeto também pôde ser observados décadas mais tarde, já nos governos democráticos, quando são observados avanços

importantes no projeto e nas obras, como os realizados em 2016, durante o governo de Dilma Rousseff.

Mas durante as décadas de 1970 e 1980, toda a agitação em torno de Kararaô (nome original do projeto, posteriormente alterado para Belo Monte) se configurou como uma iminência constante, “seja como catalisadora do desenvolvimento local e nacional, seja como um ‘fantasma’ para aqueles que não a desejavam” (Fleury; Almeida, 2013, p. 142). Importante marco dessas disputas foi a realização do 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, realizado na cidade de Altamira em fevereiro de 1989.

Na ocasião, participaram cerca de 3.000 pessoas (ISA), entre lideranças e comunidades indígenas, representantes de entidades da sociedade civil e veículos midiáticos nacionais e estrangeiros. Também estiveram presentes autoridades como o então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). É desse evento que se originou um dos registros mais importantes e simbólicos da luta indígena contra os efeitos nefastos da UHE, registrada pelo fotógrafo Paulo Roberto Jares Martins, enquanto cobria o evento para o jornal *Província do Pará* (Figura 3). Durante a fala do diretor da Eletronorte sobre a construção da usina Kararaô, Tuíra, uma jovem indígena da etnia Kayapó levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto de Muniz Lopes, em um gesto de advertência. Segundo Fleury e Almeida (2013, p. 143):

A cena foi reproduzida em jornais de diversos países e tornou-se histórica. Na ocasião, Muniz Lopes anunciou que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô – nome que é um grito de guerra Kayapó – receberia outro nome e não seriam mais adotados termos indígenas em usinas hidrelétricas. A usina foi posteriormente rebatizada de Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira e uma mensagem de saudação do cantor Milton Nascimento. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil.

Figura 4 – Tuíra Kayapó com o facão no rosto do diretor da Eletronorte



Fonte: Protásio Nene/AE (21 fev. 1989)

Ao introduzir ao leitor a história de Maria Altamira após a partida da mãe, Alelí, Silveira (2020) faz referência a esse episódio do 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu. Na cena, Chica, a mãe adotiva da menina, relembra como aquele momento marcou a todos os presentes. A personagem acredita que a filha, por ser apenas uma criança à época, não recordaria. No entanto, logo em seguida, Maria Altamira certifica-se da lembrança, demonstrando a importância do acontecimento em suas memórias:

Ter sido embalada no berço com o nome de Belo Monte, era essa a impressão de Maria Altamira, “Belo Monte, meu horrível Belo Monte”, cantava como se fosse o verso de uma canção de ninar.

Quando a filha fazia isso, Chica ria alto:

— Deixa de bestagem, menina. Quando tu era nenê, o nome da usina que nem existia era Kararaô, grito de guerra dos Kayapó. Tu num lembra, era pequena, mas teve a Tuíra, uma índia forte que avançou contra um homem do governo, aqui mesmo em Altamira, encostou a lâmina na cara dele, gritando: “Kararaô é nosso grito de guerra. Não vai ser usado para afogar nossos filhos!”. O homem segurou as calças pra num dar vexame e rapidinho trocou o nome. Que desculpassem, se era uma agressão cultural aos índios, nunca mais poriam nomes indígenas nas usinas hidrelétricas, ele prometeu. Quando o nome virou Belo Monte, tu já era crescidinha. (Silveira, 2020, p. 85)

A explicação de Chica para a jovem Maria é significativa ao fazer referência às violências cometidas contra os povos indígenas da região. Violência esta que já é posta na nomeação do projeto, ao utilizar arbitrariamente o termo kararaô, de origem étnica Kaiapó, que

designa grito de guerra. Ao se apropriar do termo para nomear o projeto que representava na prática a morte e destruição para os povos indígenas e para o ambiente afetado, os atores envolvidos fizeram supor uma relação cooperativa inexistente com as comunidades. Aludindo a uma desonesta referência, a nomeação do projeto com o termo Kaiapó significou a violência atravessada pela língua. Essa dimensão se amplia com o significado do termo, grito de guerra. A construção da barragem estaria desde o início vinculada a uma guerra de poderes, travada pelo Estado e pelas corporações nacionais e internacionais atuantes no projeto. Em uma entrevista cedida para a revista *Manchete*, publicada no dia 11 de março de 1989, a guerreira Tuíra comunica que “Só queria que o governo soubesse que existimos, prestasse atenção na gente. Não ia usar a faca, porque não se deve matar alguém por estar errado. Deve-se ensinar a ele boas coisas” (Accioli, 1989, p. 110).

A mudança do nome do projeto citada por Chica em sua explicação não representou mudança no posicionamento frente ao ideário da construção das barragens ou ao diálogo com as comunidades indígenas. No mais, simbolizou apenas um recuo temporário. “Belo Monte, meu horrível Belo Monte”, em referência a uma canção de ninar da ficção, simboliza também as muitas gerações após Tuíra que cresceram em meio aos conflitos travados pela luta contrária ao projeto e por um cotidiano atravessado por mudanças culturais e econômicas. Uma reportagem publicada pelo jornal *Diário Popular* em fevereiro de 1989, sublinha esse cenário com a manchete “Kararaô vira Belo Monte, única concessão ao índio”, seguida do texto que explica a alteração do nome: “Esta foi a única concessão feita pelo órgão responsável pela construção da usina e que não pretende mais dialogar diretamente com os indígenas se seus representantes não se sentirem em segurança” (*Diário Popular*, 1989).

Na entrevista, Maria José (2026) narra que tomou conhecimento do enfrentamento de Tuíra através dos jornais da época e quando estava no processo de escrita do romance tinha clareza que a cena precisava constar na narrativa, em razão da força e simbolismo que representa. Refletindo sobre seu processo criativo, a autora reforça que sempre gostou de inserir questões políticas em seus romances, embora em sua perspectiva seja necessário “encaixar algumas questões políticas de uma maneira bem suave, bem leve” (Silveira, 2026). Junto ao exemplo de Tuíra, cita a inclusão de uma cena onde é descrito o retrato de Geisel em uma das casas que aparecem no romance. Essas incorporações são, na opinião da autora, as partes mais difíceis do romance (Silveira, 2026), em razão do cuidado que julga necessário para que a questão política “não tome um espaço que não tem que ter” (Silveira, 2026). Embora defenda

que “tem que ser colocado. Muitas vezes, acho que em Maria Altamira, tudo que aparece ali é porque tinha que ser, tinha que aparecer” (Silveira, 2026).

Nesse sentido, é possível refletir sobre essa tentativa de equilíbrio buscado pela autora em suas criações literárias, considerando que o romance “Maria Altamira” é totalmente político à medida em que aborda o desastre socioambiental de Belo Monte. É possível que, neste caso, a autora esteja atenta a manter um estilo narrativo que seja convidativo a diferentes públicos, com uma linguagem envolvente, que discuta temas de relevância social e política, sem criar barreiras ou distanciar leitores que não desejariam, em uma primeira vista, conhecer sobre essas temáticas. Ao afirmar a necessidade de um equilíbrio do material político do romance, Maria José talvez também deseje pontuar seu papel como ficcionista, como uma escritora que não cumpre qualquer compromisso em discutir fatos, embora esteja envolvida com os acontecimentos reais e os traga para suas ideias. Assim, deseja se certificar da sua liberdade em criar, reunindo acontecimentos e personagens reais com os que deseja criar para servir à sua narrativa.

Isso se torna mais evidente quando discute que sempre possui a intenção de inserir aspectos políticos em suas obras, mas que percebe uma facilidade quando se trata de períodos mais distantes, como narrativas que se passam no século XVII ou XVIII (Silveira, 2026), a exemplo do romance “A Mãe da Mãe de Sua Mãe e Suas Filhas” (2002), em que a história inicia a partir da visão de uma indígena tupinambá quando da chegada europeia ao Brasil no século XV. Em seguida, a autora esclarece as dificuldades enfrentadas durante a escrita quando tematiza períodos, pessoas ou temas do presente, como a ditadura militar no Brasil: “Uma coisa, por exemplo, que eu vivi, ou seja, uma coisa que eu vivi, tem que ter esse cuidado, porque muitas pessoas não gostam de se lembrar disso, muitas pessoas querem esquecer, ou nem souberam como foi, como não foi, nem querem saber, enfim, tem isso tudo” (Silveira, 2026).

Embora conceba a proximidade dos temas como um desafio, enfatiza que já escreveu contos que se passam na ditadura e que planeja escrever um romance nesse mesmo período. Nesse sentido, é relevante destacar como os romances, a exemplo de “Maria Altamira” cumprem um papel social justamente por abordarem temas que não são de agrado de todos os públicos e por tornarem evidentes acontecimentos que muitos desejam que sejam esquecidos. Para os agentes que se beneficiam de Belo Monte, é dispensável que textos literários utilizem da construção para falar sobre a destruição ambiental realizada nesse espaço. E, portanto, é possível certificar como os textos literários ganham dimensões de significado, maiores até mesmo das atribuídas por seus criadores. Nesse aspecto, a autora compreende que a literatura

demonstra sua força ao abrir os olhos dos leitores, fazendo com que as pessoas pensem em temas antes não pensados e vejam “pedacinhos do mundo” (Silveira, 2026) não percebidos anteriormente. E principalmente, auxiliem na compreensão sobre o ser humano, criando a capacidade de entender o ser humano de novas formas. Para Silveira (2026) falar da dizimação das florestas e narrar uma paisagem que é transformada com a exploração, cumpre o intento de inserir a literatura em um movimento global e de compreender que há aspectos a serem abordados que ultrapassam a vontade do escritor.

Porque eu vejo assim, essa questão do movimento, para mim, é o movimento do mundo inteiro, sabe? O movimento da gente conversando aqui. O movimento das coisas do mundo. Isso, para mim, é também muito importante na minha literatura. Mostrar sempre o mundo em movimento. Quer seja para o bem, quer seja para o mal, é você ver que as coisas não estão paradas. Isso também traz uma possibilidade de esperança muito grande. Se elas estão paradas, pronto, vai ficar sempre ali. Não. Mesmo se esse movimento mostra coisas ruins, mas o que ele está movendo, o que ele está deixando algumas coisas para trás, ele está criando outras novas. De qualquer forma, não é porque a gente escolhe ou não escolhe, porque existe, é isso aí. A floresta está acabando. Se a gente não tomar cuidado, ela vai acabar. Como a água também, gente, a crise hídrica está começando já em alguns países (Silveira, 2026).

Adiante do compartilhamento das memórias sobre Tuíra, Silveira (2020) através da voz narradora, conta ao leitor sobre a existência de um paralelo simbólico entre a vida de Maria Altamira, sua infância na cidade, a busca por conhecer mais sobre o passado e sua identidade com o processo de construção das barragens no Xingu e as progressivas transformações na paisagem. A história do rio Xingu ao ser contada, emaranha-se com a história de Maria Altamira. Seu próprio nascimento, caracterizado por traumas, é comparado à guerra que se instala naquele espaço, tendo em vista a defesa do Xingu. Nesse processo, a autora opta por inserir uma contextualização histórica que reforça o caráter do desastre para a qual a narrativa se encaminha:

A menina morena, que franzia o pequeno nariz quando ria, tinha de fato a sensação de que ela e a barragem cresceram juntas, como se sua vida fosse puxada por um caminhão de cimento em direção ao rio.

O ano em que nasceu, 1980, foi o ano em que os povos ameaçados pelo projeto da construção da barragem na Bacia do rio Xingu se reuniram pela primeira vez na cidade. Todas as etnias, além de pescadores e ribeirinhos.

A questão era clara como a água do Xingu quando alguém a toma nas mãos. O projeto inicial previa a inundação de doze terras indígenas, além de grupos isolados e glebas ribeirinhas. Seriam construídas sete barragens para gerar metade da capacidade instalada no país. Projeto de tal magnitude, sem nenhuma consulta à população da região, era uma declaração de guerra, e como tal foi recebido.

Justo no fulcro dessa guerra local, prolongada e intermitente, nasceu Maria Altamira, ao vencer sua batalha no ventre de Aleli. (Silveira, 2020, p.85-86)

De fato, após a década de oitenta e, principalmente, após os constrangimentos de 1989 no 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, o projeto de Belo Monte perdeu fôlego, sem, contudo, ser descartado. Com intuito de esclarecer os movimentos do projeto até sua concretização, segue um breve histórico: Em 1994, cinco anos após o evento, a Eletronorte refez os estudos de viabilidade, prevendo a diminuição da área a ser inundada. Em 1998, a estatal solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorização para realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da UHE Belo Monte. Quatro anos depois, em 2002, os estudos foram apresentados à ANEEL, mas não foram concluídos por decisão judicial. Apenas em 2005, o Congresso Nacional autorizou a Eletrobrás a completar os estudos por meio de Decreto Legislativo. Um ano depois, a estatal solicitou ao Ibama a abertura do processo de licenciamento ambiental prévio e em março, o Ibama realizou a primeira vistoria técnica na área.

Em agosto de 2007, o Ibama realizou vistoria técnica e reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu para discutir o Termo de Referência, documento de fase interna que contém todas as informações necessárias para aquisição de um bem ou serviço, para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), definiu que o Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (AHE Belo Monte) seria o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu, seguido de novas vistorias do Ibama. Em 2009, a Eletrobrás entregou uma versão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Em setembro do mesmo ano, o CNPE publicou uma portaria indicando o projeto como prioritário para a licitação e implantação e no mês seguinte, em outubro, o Ministério de Minas e Energia publicou portaria com as diretrizes para o leilão de energia da UHE Belo Monte.

Em 2010, o Ibama concedeu a Licença Prévia (LP) da UHE Belo Monte e os estudos de viabilidade foram aprovados. No ano seguinte, é autorizado pelo Ibama a instalação do canteiro de obras, contudo, o Ministério Público Federal no Pará questionou as condicionantes para a concessão da licença ambiental. Entre as condicionantes estavam a

- i) realização dos processos de consulta, segundo as obrigações internacionais sobre esse tema [...]
- ii) garantia de que as populações indígenas acessem os estudos de impacto socioambiental do projeto, previamente à consulta e nos idiomas praticados pelos aborígenes e
- iii) determinação de medidas destinadas à proteção dos povos em isolamento voluntário que habitam a Bacia do Rio Xingu, com atenção ao risco de disseminação de doenças e epidemias. Essa medida foi modificada em 29 de julho de 2011, por meio do argumento de que a discussão em torno do plano de execução da UHE de Belo Monte não é sobre direitos humanos, mas sobre o mérito da decisão política que decidiu adotá-lo (Sampaio, 2020, p. 100).

Com a derrubada da liminar, em março de 2011 teve início a construção do canteiro de obras. Em fevereiro de 2016, foi concluído o enchimento dos reservatórios principal e médio e teve início a operação comercial da usina com Unidades Geradoras 01 da Casa de Força Principal e Complementar. Entre abril de 2016 e novembro de 2019, foram concluídas as instalações de 18 Unidades Geradoras da Casa de Força Principal e 6 Unidades Geradoras da Casa de Força Complementar e em maio de 2019, a UHE Belo Monte é oficialmente inaugurada (Xingu+, 2022) (Gorgulho, 2011). Nesse sentido, compreende-se que a UHE Belo Monte é uma obra que esteve envolta de diferentes governos.

A inauguração da última turbina da usina em 2019, marcando a capacidade total da operação ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro. Pouco antes de sua viagem para a inauguração no Pará, o então presidente discursou em uma feira de sustentabilidade onde alegou que a conservação ambiental através da criação de estações ecológicas e parques, bem como a proteção de territórios indígenas eram entraves ao desenvolvimento e crescimento nacional, já que não permitiriam o uso do território para a expansão de atividades como a agropecuária (Jornal Nacional, 2019).

A perspectiva pontuada pelo então presidente é significativa no que se refere ao papel designado às discussões ambientais naquela administração, ou seja, do lugar de um obstáculo a ser superado tendo em vista uma lógica de desenvolvimento desenfreado. A usina de Belo Monte, tendo passado por diferentes administrações governamentais com perspectivas políticas contrastantes, resistiu às discussões ambientais evocadas a nível global sobre as consequências irreversíveis de sua operação. Em alguns momentos e governos, as discussões ambientais receberam mais atenção do que em outros, mas em todos eles, a usina pareceu ser a resposta mais prática para o desenvolvimento econômico e aproveitamento energético nacional.

No decorrer desse longo processo, muitos dos avanços legais da UHE Belo Monte foram aplicados utilizando-se o incidente da suspensão de segurança (Sampaio, 2020), sob pretexto de ameaça à ordem e à economia pública, particularmente. Exemplo desta aplicação é a obtenção da primeira licença prévia. A aplicação da suspensão de segurança, portanto, foi ostensivamente utilizada como forma de violar “legalmente” os direitos das comunidades originárias afetadas pela construção da UHE.

Diante desse cenário, é possível localizar a aplicação da Suspensão de Segurança em um quadro de medidas de controle e subjugação que marcaram a busca por um “desenvolvimento nacional” no Brasil. A obstinação pelo desenvolvimento foi responsável por

despertar desde sua gênese o objetivo biopolítico de perpetuar um povo sem cisão, em que os oprimidos são paulatinamente eliminados. Ao falar do tema, Sampaio (2020) cria um paralelo com o contexto europeu, onde judeus e ciganos foram alvos de perseguição e eliminação na solução final nazista. No Brasil, foram e continuam sendo indígenas e negros. Diversos exemplos de iniciativas tendo em vista o desenvolvimento econômico no Brasil foram atreladas à subjugação dos interesses dos povos indígenas em função do nacional, construindo relacionamentos dicotômicos como: vencidos-vencedores, miseráveis-oprimidos, banidos-soberanos, etc. (Verdum, 2012).

Assim, a utilização da Suspensão de Segurança justificada pela busca do desenvolvimento nacional reativa o fenômeno da captura do corpo indígena com o objetivo de torná-lo dócil aos desejos do soberano. Se durante a colonização, a religião, por meio das missões jesuítas, foi fortemente aplicada como dispositivo de controle, a partir da noção de que os nativos viviam desprovidos de fé, lei e rei, conforme registrado pelo historiador e cronista português em sua *História da província Santa Cruz*, de 1576, hoje esse controle é aplicado por meio do direito e de dispositivos como a Suspensão de Segurança. Este processo foi capaz de produzir no Brasil a dicotomia entre soberano e *homo sacer*, na esteira das reflexões do filósofo italiano Giorgio Agamben (2010) ao capturar o ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico de poder.

No decorrer do século XIX, indígenas continuaram a ser vistos como entraves para o progresso desejado, culminando na continuidade de conflitos e perseguições. A declaração de guerra justa contra os botocudos e estendida aos kaingangs, proclamada pelo Príncipe Regente D. João, em 1808 é exemplo disso. As regiões habitadas por esses grupos nesse período, os sertões de Minas Gerais e do Espírito Santo, e os campos de Guarapuava foram consideradas como regiões infestadas e que deveriam ser combatidas em favor da atividade econômica. A guerra perpetuada, portanto, foi capaz de produzir uma identidade violenta atribuída aos botocudos, instigando rupturas entre as próprias comunidades, já que no início do oitocentos, botocudos, puris, coropós, coroados e muitos outros grupos mantinham relações de alianças e enfrentamentos entre si. Sendo que puris e botocudos eram comumente relatados como os principais agentes contra o avanço da colonização nos sertões do leste. Segundo a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 66)

Foram os botocudos, no entanto, os inimigos por excelência, aqueles para os quais se construíram as imagens mais terríficas que predominaram até o século XX e justificaram uma política indigenista extremamente agressiva. Foram vistos como

ferozes, cruéis e inimigos implacáveis não apenas dos portugueses, mas também de outros índios.

A construção de um imaginário violento dos botocudos, nesse contexto, serviu inicialmente aos interesses da Coroa em manter a região de mineração isolada e evitar desvios do ouro. Embora entre 1760 e 1808 existam relatos de colonos e autoridades em Minas Gerais que, desobedecendo às ordens da Coroa, travaram bandeiras na região, fomentando os conflitos com os índios, eventos que tinham o aceite de governantes. Desse modo, a declaração de guerra justa de 1808 foi também resultado da pressão exercida por colonos para obter a autorização para essas investidas que já ocorriam. Acerca do entrave indígena para a exploração econômica na região e a declaração de guerra justa, Almeida (2010, p. 67) discute que:

Se ela não iniciou a violência, teve o efeito de ampliá-la. Guido Marlière, responsável pela chamada “pacificação” dos botocudos, não cansou de denunciar as injustiças e atrocidades contra eles cometidas, alertando para o fato de que as ações dos índios eram, em grande parte, desencadeadas pela violência dos colonos e militares. De 1808 a 1821, inúmeras expedições foram enviadas para combatê-los. Na medida em que cresciam os conflitos com os índios, multiplicavam-se as descrições negativas sobre os botocudos. A imagem de ferocidade veiculada em discursos dos políticos e na imprensa estimulava as ações de violência contra eles e acirrava os ânimos.

Ainda no decorrer do século XIX e nos primeiros momentos da República, o desafio posto era a construção e difusão da noção de nação, povo brasileiro e de desenvolvimento nacional. Para tanto, tornou-se necessário criar uma unidade territorial, política e ideológica, que dispensasse qualquer atribuição da pluralidade cultural e étnica existente. Ao contrário, a ideologia ensaiada baseava-se nos valores europeus de modernização, em que as ideias de progresso estavam diretamente vinculadas à superioridade do homem branco. Sobre este processo no século XIX, Almeida (2013, p. 27) descreve que:

Aos políticos e intelectuais do Brasil cabia homogeneizar populações extremamente diversas do ponto de vista étnico e cultural, unificando-as em torno de identidades e histórias comuns. Enfrentavam ainda o desafio de fazer frente às teorias de inferioridade do continente americano e de suas populações, em voga na Europa e com as quais eles, em grande parte, concordavam. A permanência da escravidão africana e a presença maciça de negros (escravos e libertos), índios e mestiços com as suas mais variadas denominações (pardos, caboclos, mulatos, cabras etc.) complicava a situação. Como construir uma identidade coletiva que os diferenciasse dos europeus, fortalecesse sua autoestima e ainda incorporasse os mais diversos grupos étnicos e sociais presentes nos seus territórios? Tal como ocorreu em outros países da América, a homogeneização de populações iria se dar no âmbito do discurso. Foi vitoriosa apenas no nível das ideias, pois vários grupos considerados extintos continuavam, de fato, existindo.

Diante disso, a diversidade étnica da população do indígena foi percebida como um

impasse e uma ameaça ao desenvolvimento e progresso econômico do Estado. A ocupação de terras, as ameaças aos colonos, a luta pela conservação de suas aldeias, eram todos desafios a serem enfrentados para a construção de uma única imagem do índio condizente com as ideias da nova nação e com os interesses de perpetuação de uma memória nacional. Desse modo, a política assimilacionista de integração indígena aos moldes do progresso nacional deveria se dar de forma pacífica ou violenta. Neste processo, restou às comunidades indígenas o desafio de defender suas existências contra um processo que visava extinguir suas diferenças étnicas, já que “os ideais de civilização e progresso característicos do novo Estado não comportavam a ideia de índios, nem de vida comunitária. O objetivo era, sem dúvida, extinguir as aldeias, mas de acordo com a lei e respeitando-se os direitos dos índios” (Almeida, 2010, p. 151).

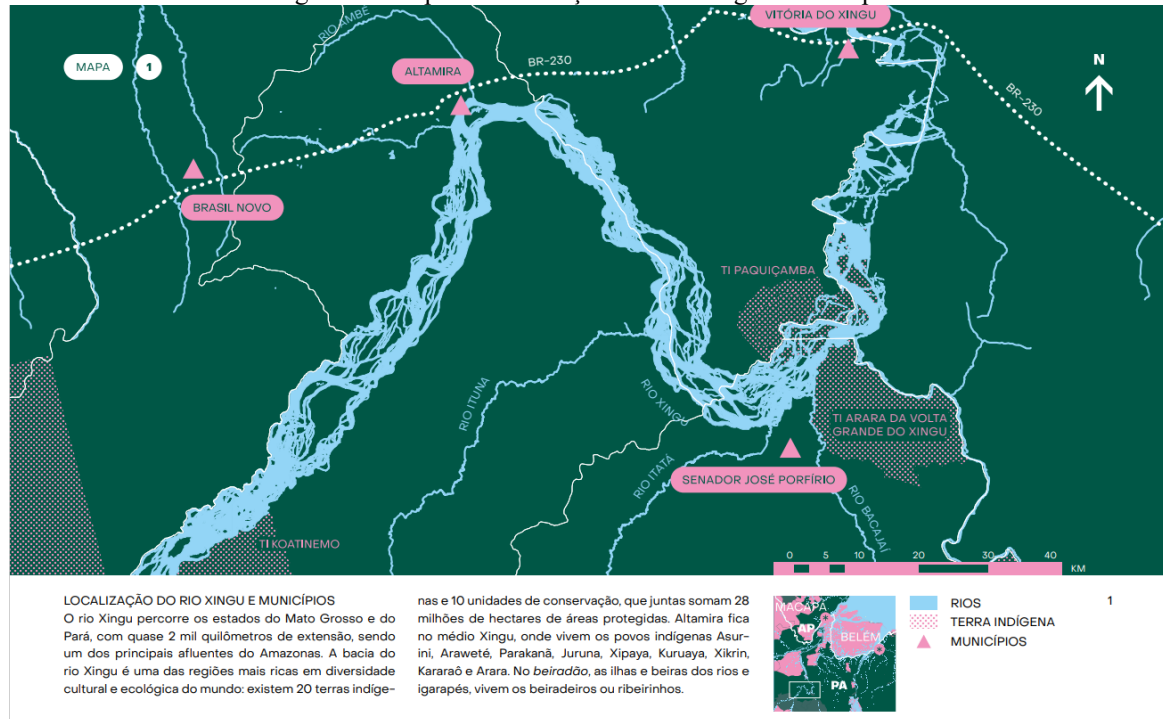
Desse modo, é possível perceber que os ideais de progresso e desenvolvimento, sejam relacionados à metrópole portuguesa durante a colonização ou durante o processo de construção de uma nacionalidade brasileira, estiveram relacionados com a perseguição e extinção de grupos tidos como impasses para o sucesso desta tarefa. Para tanto, uma série de dispositivos institucionalizados foram criados tendo em vista esse “desenvolvimento”. Entre esses grupos afetados diretamente, os indígenas tiveram grande destaque. Assim, a aplicação da Suspensão de Segurança no caso de Belo Monte faz referência a uma história de longa duração, marcada pela destruição em favor de um ideal de progresso. Sampaio (2020) destaca que esse movimento atuou na remoção da capacidade de alguns sujeitos atuarem politicamente, esvaziando o espaço público e defendendo uma equivalência política meramente formal.

A continuidade desse processo de destruição em nome do progresso pode ser avistada nos usos indevidos da Suspensão de Segurança. Esses instrumentos processuais, formulados para ser aplicados em contextos excepcionais, acabam por se tornarem regulares nos casos em que projetos considerados essenciais ao desenvolvimento do país encontram entraves ao afetarem territórios tradicionais. Assim, a exceção dá vez à norma, quando se trata da construção de estradas, hidrelétricas ou exploração de minérios em terras indígenas. Esses espaços, embora estejam enquadrados na jurisdição brasileira, são distanciados do ordenamento jurídico (Sampaio, 2020).

Como se observou, a concretização do projeto UHE Belo Monte no rio Xingu (Figura 4) esteve desde sua origem envolto de múltiplos interesses contrários e favoráveis, envolvendo distintos agentes. Grupos como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento pelo Desenvolvimento da Rodovia Transamazônica pelo Xingu (MPDXTX), Instituto Socioambiental (ISA), Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), Movimento das

Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade (MMTACC) e *Friends of the Earth-Brazilian Amazonia* são alguns exemplos de atores nacionais que se posicionam contrários à gigante nacional, pautados, especialmente, nas consequências socioambientais.

Figura 5 – Mapa da localização do Rio Xingu e Municípios



Fonte: ISA, 2021.

Concomitante ao trabalho dos grupos nacionais, é importante destacar a atuação de grupos e países estrangeiros, que se inserem na discussão a partir do diálogo socioambiental sob uma perspectiva global. Entre eles, a *International Rivers Network* (IRN), fundada em 1985 nos Estados Unidos. A organização não-governamental foi responsável por produzir um vídeo tour com a ferramenta *Google Earth*, com o objetivo de demonstrar os impactos hídricos no Xingu¹⁴. Ainda no âmbito internacional, insere-se no cenário contrário a UHE, a *Living Rivers Coalition* (Europa), *Greenpeace* (EUA), *Conservation International* (EUA), entre outras (Vicentini, Albuquerque, 2021). Somam-se ainda a esses grupos e organizações, cientistas, lideranças indígenas e comunitárias, atividades e personalidades.

Pautados pelo argumento de se tratar de obra com interesse estratégico para o país, capaz de permitir a manutenção do crescimento econômico, atuam o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia

¹⁴ O mapa criado pode ser acessado através do link: <https://archive.internationalrivers.org/resources/amazon-belo-monte-dam-on-google-earth-3538>.

Elétrica (ANEEL) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Novamente aqui forças estrangeiras também entram no jogo com o intuito de fomentar as atividades da UHE. Em sua análise sobre o processo histórico que caracterizou a UHE Belo Monte, o biólogo e especialista em Amazônia brasileira, Philip Martin Fearnside (2006) caracterizou, anteriormente a inauguração da UHE Belo Monte, o perfil industrial estrangeiro que poderia se beneficiar com as atividades em curso e por conseguinte, incentivar sua operação, destacando o potencial chinês.

Contribuintes internacionais para o impulso para as barragens incluem as indústrias de alumínio e alumina (óxido de alumínio – um produto intermediário do qual o alumínio metálico é obtido). Especialmente importante para desenvolvimentos futuros é a recente entrada da China em plantas de processamento de alumina a serem alimentadas por barragens. A China está criticamente carente de energia elétrica e, ao mesmo tempo, tem grandes volumes de dinheiro para investimentos no exterior; isso se encaixa bem com os planos do Brasil de buscar capital estrangeiro para Belo Monte e, presumivelmente, para Altamira/Babaquara e qualquer uma das outras barragens do Xingu que possam ser construídas. Além do próprio minério, a eletricidade é o principal ingrediente no processamento do alumínio: os lingotes representam essencialmente a eletricidade em uma forma que pode ser carregada em um navio e exportada para todo o mundo (Fearnside, 2006, p. 3-4, *tradução nossa*).

Sobre a destinação da energia gerada em Belo Monte para abastecer a indústria do alumínio, Fearnside (2006) elenca dados relevantes: cerca de 30% da energia de Belo Monte vai para a indústria de eletrointensivos, basicamente alumínio. Embora um dos argumentos apresentados pela defesa de Belo Monte seja a justificativa de se tratar de uma iniciativa contra o “apagão”, considerável parte da energia gerada é exportada e boa parte em forma de lingote de alumínio (Fearnside, 2011 apud Marques, 2018). Segundo o biólogo, o “brasileiro médio é levado a pensar que vai ficar sem ver TV se não forem feitas as hidrelétricas do Madeira, de Altamira, mas o país tem grande margem de flexibilidade” (Fearnside apud Marques, 2018, p. 491).

Fearnside destaca ainda o desinteresse das grandes construtoras em realizar projetos nos Estados Unidos ou na Europa com o objetivo de produzir alumínio. Ao revés, na lógica posta se torna mais proveitoso encerrar os impactos na Amazônia, garantindo os benefícios ao Hemisfério Norte (Fearnside, 2011 apud Marques, 2018). A lógica de produção ilimitada é descrita por Marques (2018, p. 492)

Apenas a produção mundial de alumínio passou de 5 milhões de toneladas em 1950 para mais de 40 milhões em 2010 e a Iaap projeta uma produção de 60 milhões de toneladas para 2030. Segundo Célio Bermann, da USP, as indústrias eletrointensivas - cimento, siderurgia, alumínio - estão entre os principais investidores no setor elétrico do país. Não por acaso, dentre as empresas de um consórcio que disputou o leilão de

Belo Monte estão a Vale, a Neoenergia, a Votorantim Alumínio e a Andrade Gutierrez.

O documentário “Belo Monte, Anúncio de uma guerra” dirigido por André D’Elia lançado em 2012 através de uma campanha de financiamento coletivo, traz alguns depoimentos de pessoas importantes na defesa do Xingu. Entre os depoimentos, encontra-se o de Christian Poirier, membro da associação *Amazon Watch* e coordenador das atividades desenvolvidas no Brasil desde 2009. Em sua fala, Poirier aponta os interesses internacionais combinados com o investimento nacional envolvidos no projeto Belo Monte, que à época do depoimento, não havia sido inaugurado oficialmente, mas já passava pela etapa de leilão para concessão.

Para o ativista, foi a combinação de interesses nacionais e internacionais que tornou o projeto da UHE Belo Monte tão poderoso e cita alguns países que poderiam ver com bons olhos o avanço do projeto, entre eles França, Estados Unidos, China, Alemanha e Áustria. O documentário apresenta imagens de protesto contra os grupos empresariais franceses do ramo de energia, *GDF Suez*, que três anos mais tarde, passaria a se chamar *Engie* e o grupo *Alstom*, ambos poderiam colocar-se na disputa pela concessão da UHE. O ativista pontua que o governo francês, à época, era detentor de 36% da *GDF Suez* e de 21% da *Alstom*, já responsáveis pela construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, a 120 km de Porto Velho, em Rondônia, caso marcante de desastre socioambiental¹⁵. Estas empresas, por sua vez, eram detentoras da Tractebel Energia, com participação na construção e operação de mais de sessenta hidrelétricas em solo brasileiro.

Por fim, em seu depoimento, o ativista Poirier cita a comunidade originária Kayapó e, especialmente, a figura de Raoni Metuktire, líder da comunidade e que se configurou como um dos nomes de maior expressão na defesa da Amazônia nas últimas décadas. Caracterizado como um porta-voz da resistência contra a UHE Belo Monte, na percepção do ativista ao falar mal de Belo Monte, o líder indígena estaria sendo diretamente contrário aos interesses do governo francês e suas empresas de primeiro setor que atuam na Amazônia brasileira. Todo esse contexto apresentaria uma contradição de um país que se apoia no discurso de defesa dos

¹⁵ O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é composto pelas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e está localizado no estado de Rondônia, próximo a cidade de Porto Velho. A operação teve como objetivo o aproveitamento econômico do rio Madeira, um dos maiores rios da Bacia Amazônica. Assim como em Belo Monte, todo o processo do complexo hidrelétrico foi marcado por irregularidades no licenciamento, como a ausência de informações técnicas de sondagens do rio Madeira, a falta de apresentação de alternativas com custos mais baixos e a omissão nos relatórios acerca dos reais danos que comunidades indígenas sofreriam com o avanço do projeto, como as Terras Indígenas Karipuna, Karitiana e Uru-Eu-Wau-Wau, além das Terras Indígenas Lage e Ribeirão, habitadas pelo povo Wari. Os danos ambientais foram representados por altos índices de poluição, com a morte da vida marinha e o deslocamento forçado de diversas comunidades (Monteiro, 2011).

direitos humanos, segundo o ativista (Belo Monte, 2012).

Para além da destinação da energia gerada com a UHE Belo Monte, desde sua criação e início de suas atividades, uma das questões postas sob o projeto está relacionada aos reais dados quanto ao seu potencial energético. De muitas formas, essas informações e o alcance energético é utilizado como argumento para suavizar os danos e impactos cometidos na região. Dados declarados pela Norte Energia afirmam que o “Brasil possui a matriz energética mais limpa e renovável do planeta e a Usina Hidrelétrica Belo Monte, instalada no rio Xingu, no Pará, contribui para esse resultado” (Norte Energia, 2023).

De fato, o teor sustentável e limpo da hidroeletricidade, enquanto bem renovável, é comumente acionado por empresas e governos para justificar os projetos de desenvolvimento energético no Brasil. Esse argumento é construído a partir da menção da não utilização de combustíveis fósseis (derivados de petróleo, carvão mineral e gás natural) e por conseguinte, da redução da poluição atmosférica e da emissão dos gases de efeito estufa. Esse discurso, contraposto por uma série de estudos e casos que revelam os danos ambientais ocorridos em projetos hidrelétricos já consumados, integra a noção de desenvolvimento capitalista aplicada no país. Bermann (2012) localiza a presença mais forte desse discurso no período do pós-Segunda Guerra Mundial, quando os aproveitamentos hídricos da bacia amazônica aparecem no cenário econômico internacional e nos papéis que seriam desempenhados pelos chamados países do Terceiro Mundo. Nessas circunstâncias, os países deveriam compensar seu atraso econômico atendendo às expectativas dos projetos de desenvolvimento em voga e adentrar na “modernidade” ou certificar seu “fracasso”. Com os incentivos financeiros de organismos como o Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, foram sendo impulsionados em países como o Brasil, investimentos em projetos de infraestrutura e de expansão industrial.

No território amazônico, esse novo cenário representou a intensificação do processo de apropriação de recursos naturais e minerais para exportação, como a bauxita e o manganês; bem como da exploração do potencial hidrelétrico da bacia hidrográfica amazônica, com a monopolização dos recursos hídricos (Bermann, 2012). A historiadora Nathalia Capellini Carvalho de Oliveira (2018) ao analisar a expansão das hidrelétricas no Brasil a partir da segunda metade do século XX em um plano global, pondera também acerca dos fatores internos do país que motivaram esse crescimento, como a abundância de rios, já considerada no século XIX e melhor discutida a partir do século XX.

A partir do governo de Getúlio Vargas, o Estado Federal brasileiro, ao sabor da ideologia dominante do período, sistematicamente incitou e promoveu o crescimento

da hidroeletricidade como uma vantagem comparativa para o desenvolvimento em um país com rios abundantes. Como analisa Ricardo Bielschowsky (2000), o desenvolvimentismo foi a ideologia econômica que sustentou o projeto de industrialização integral brasileiro, desde os anos 1940, com o objetivo de superar o atraso e a pobreza no Brasil. Esse projeto era baseado principalmente na ideia da industrialização por substituição de importações com a participação ativa do Estado através do financiamento de setores estratégicos e da planificação. Nessa perspectiva, ao longo do século XX, o Estado moldou o quadro institucional e legislativo de maneiras diferentes, mas sempre incitando a exploração dessa fonte energética (Oliveira, 2018, p. 317-318)

A noção de uma energia limpa e ambientalmente eficiente promovida pelos projetos hidrelétricos no país passou a ser questionada a partir da década de 1970. Neste momento, o setor elétrico brasileiro e seus efeitos da grande aceleração na construção de barragens, advindos principalmente da política econômica movimentada durante a Ditadura Militar, passaram a ser enfrentados. Entre os tópicos de pressão ao setor elétrico brasileiro, estiveram as transformações na paisagem, nas vidas humanas e animais (Oliveira, 2018). Neste contexto, grupos sociais organizados em movimentos de atingidos, leis ambientais emergentes aprovadas pelo governo e pressão de organizações internacionais financiadoras de projetos no Brasil atuaram para promover a discussão acerca do caráter sustentável dos projetos hidrelétricos. Dentre os principais problemas ambientais em usinas que questionam o discurso de “matriz energética mais limpa”, Bermann (2007, p. 141) aponta:

a alteração do regime hidrológico, comprometendo as atividades a jusante do reservatório; comprometimento da qualidade das águas, em razão do caráter lântico do reservatório, dificultando a decomposição dos rejeitos e efluentes; assoreamento dos reservatórios, em virtude do descontrole no padrão de ocupação territorial nas cabeceiras dos reservatórios, submetidos a processos de desmatamento e retirada da mata ciliar; emissão de gases de efeito estufa, particularmente o metano, decorrente da decomposição da cobertura vegetal submersa definitivamente nos reservatórios; aumento do volume de água no reservatório formado, com consequente sobrepressão sobre o solo e subsolo pela massa de água represada, em áreas com condições geológicas desfavoráveis (por exemplo, terrenos cársticos), provocando sismos induzidos; problemas de saúde pública, pela formação dos remansos nos reservatórios e a decorrente proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas; dificuldade para assegurar o uso múltiplo das águas, em razão do caráter histórico de priorização da geração elétrica em detrimento dos outros possíveis usos como irrigação, lazer, piscicultura, entre outros.

A amplitude das problemáticas ambientais que acompanham a construção de grandes hidrelétricas no Brasil demonstram a fragilidade do discurso de uma energia sustentável. Exemplo da desarticulação do discurso de energia limpa, citado pelo autor, diz respeito diretamente a emissão do gás metano na atmosfera (CH_4), incluso nos gases do efeito estufa (GEE) e que no caso dos reservatórios das usinas hidrelétricas, é provocada pela decomposição

dos resíduos florestais como galhos, ramos e folhas inundadas. Este processo ocorreu na Usina Hidrelétrica de Belo Monte e é mencionado no romance “Maria Altamira”.

Nesse sentido, a noção de um desenvolvimento capitalista que vislumbrou na diversidade hídrica brasileira a oportunidade de exploração econômica, desencadeou violências diversas em um processo de longa duração. Em Belo Monte, a “energia limpa e renovável” foi responsável por transformações profundas e definitivas nas paisagens. No decorrer de décadas, as paisagens no Xingu foram marcadas por opressões e rupturas, em que se observa o processo discutido por Zarrilli (2014), onde a violência contra a natureza promove e acompanha a violência contra os seres humanos. Assim, se desenvolveu uma história da matriz energética brasileira baseada na exploração sem limites e na morte e destruição de vidas animais e vegetais.

O Complexo Belo Monte possui a capacidade instalada de 11.233,1 megawatts e uma quantidade média de geração de energia de 4.571 megawatts, sendo defendida pela empresa com o título de “maior hidrelétrica 100% brasileira”, embora, como se observou, corporações e interesses internacionais também estejam presentes. A UHE Belo Monte se configura como uma central hidrelétrica fio d’água¹⁶, ou seja, capaz de gerar energia a partir do fluxo de água dos rios, com pouca ou nenhuma capacidade de regularização, assim, “por não terem capacidade de armazenamento, geram a energia limitada à vazão afluente a cada instante e, desta forma, não são capazes de manter a geração em períodos de baixa afluência (Ananias, 2022). Esse tipo de hidrelétrica, no entanto, traz como vantagem a necessidade de uma menor área de alagamento, e por conseguinte, impactos socioambientais reduzidos (Ananias, 2022).

Na tabela adaptada por Ananias (2022) são comparadas as capacidades e volumes úteis de cinco grandes hidrelétricas em solo brasileiro, sendo que destas Sobradinho, Tucuruí e Serra Mesa são hidrelétricas com reservatório de acumulação e Itaipu e Belo Monte são fio d’água.

¹⁶ Existem ainda Centrais hidrelétricas com reservatório de acumulação e as reversíveis. Sobre o tema, consultar o trabalho de conclusão de curso de Ananias (2022), indicado nas referências.

Tabela 1 – Capacidade instalada e volume útil: grandes hidrelétricas brasileiras

Nome	Subsistema	Operação	Potência Instalada (MW)	Volume Útil (hm³)
Sobradinho	Nordeste	1980	1.050	28.669
Tucuruí	Norte	1984	8.370	38.982
Serra Mesa	Sudeste	1998	1.275	43.250
Itaipu	Sudeste	1984	14.000	1.709
Belo Monte	Norte	2016	11.233	0

Fonte: Ananias, 2022.

A UHE Belo Monte foi enfaticamente repercutida por alguns órgãos e atores como a “gigante brasileira” sonhada desde a década de 1970. A sua estrutura fio d’água é atrelada, ao menos discursivamente, a uma proposta de redução dos impactos, utilizando “uma tecnologia moderna e preservacionista, que atende aos mais rígidos princípios de sustentabilidade, respeitando o meio ambiente e as comunidades do entorno” (Norte Energia, 2023). No entanto, tensionamentos acerca da obra e da geração de energia se observam a partir do cotejamento de dados. O complexo teve canteiros de obras construídos em vários trechos do rio Xingu, com sua barragem principal a cerca de quarenta quilômetros de distância do município de Altamira, em uma localidade conhecida como Sítio Pimentel. Nesta extensão, a água é represada no Reservatório Xingu e a partir dele, desviada por canais de derivação até o Reservatório de Canais. Segundo Sampaio (2020, p. 70)

O fragmento territorial entre os dois barramentos (barramento principal e casa de força principal) está com a quantidade de água diminuída bruscamente, em razão dos desvios. Esse trecho possui 100 quilômetros de comprimento e é chamado de Trecho de Vazão Reduzida. A dimensão das áreas alagadas compreende 248 Km² do município de Vitória do Xingu, 267 Km² do município de Altamira e 0,1 Km² do município de Brasil Novo.

No entanto, os efeitos da hidrelétrica podem ser sentidos ainda por outros municípios no entorno, como Anapu, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Uruará” (Monteiro, 2018, p. 42). De fato, pode-se afirmar que a construção do Complexo Belo Monte foi crucial para a transformação completa de uma paisagem, referindo-se novamente à noção denominada por Francesco (2021) como um ato de desfiguração do mundo, quando se observa alterações amplas, múltiplas e irreversíveis, tanto do ponto de vista social como ecológico. Ao descrever os processos de desfiguração, Francesco (2021, p. 94) chama atenção para as alterações realizadas ainda do início da obra:

No mesmo ano em que foram feitos os cadastros, começaram as intervenções no leito do rio. A claridade permanente nos canteiros de obra, as constantes explosões, a dragagem de areia do leito do rio e de praias, o aterramento de igarapés e o tráfego constante de embarcações no canal do rio foram as principais reclamações de beiradeiros, que ainda estavam em suas casas, mas assistiam a desfiguração de tudo aquilo que estava ao seu redor. A iluminação dos canteiros impedia a pesca noturna e sobretudo a pesca de tarrafa; a dragagem do leito do rio provocava a alteração da topografia de fundo e da qualidade da água; a dragagem das praias destruía ambientes de desova de tartarugas e outros quelônios, assim como os lugares tradicionalmente usados tanto para pesca como para o lazer, como as praias do Assovio e do Canari, soterradas pela casa de força principal da usina. Todas essas intervenções, associadas ao tráfego intenso de embarcações, levaram ao afugentamento dos peixes e alteração de suas rotas migratórias. Desde 2011, com o início da construção da usina, os beiradeiros perderam importantes áreas de pesca, que foram interditadas ou suprimidas. A constante iluminação dos canteiros de obra provocava a fuga dos peixes dos remansos e beiras para águas profundas, dificultando a captura de iscas na beira. Entre os anos de 2012 e 2013, mais de mil toneladas de explosivos foram utilizadas para a construção do barramento.

No romance de Maria José Silveira (2020), a protagonista Maria Altamira revela sua revolta e angústia quando se iniciam as obras de construção das barragens, em um processo que Maria Altamira chama de “brutalidade da transformação” (Silveira, 2020, p. 132). Ao narrar o cotidiano das famílias em meio a situação, a autora utiliza a noção de tempo para mostrar como a transformação da paisagem foi sendo efetuada gradualmente a mando da Norte Energia, ao mesmo tempo em que busca demonstrar que para as personagens que vivem ali, a transformação da paisagem é percebida e sentida de forma muito mais rápida. A aceleração da obra e da transformação da paisagem decorrente dela acaba por desenvolver em alguns dos personagens do romance de Silveira, um sentimento dubio em relação à Belo Monte. Alguns dos amigos de Maria Altamira entendem a necessidade de defender seu lugar a todo custo, manifestando sua contrariedade ao projeto. Outros, porém, passam a enxergar nas mudanças abruptas da paisagem, aspectos positivos que poderiam ser incorporados na construção de um novo cotidiano.

A incerteza, como um componente introduzido em situações de desastres e calamidades (Espíndola; Nodari; Santos, 2019), desenvolve a necessidade de um olhar mais esperançoso. Assim, a ideia de que as águas do Xingu possam baixar definitivamente, dando lugar às praias é visto como uma atrocidade por alguns dos personagens, uma violência contra o curso da natureza. Entretanto, por outros, é a ideia de transformar a paisagem em um verão prolongado.

A inquietação invadia os amigos da cidade, mas não durava. Logo iam todos se banhar no rio, certos de que esse futuro ainda demoraria tanto que talvez mudasse no meio do caminho. Ou pensavam, os de miolo fraco, que talvez fosse até bom a água do Xingu diminuir. Pois não é no verão que as águas baixam naturalmente e revelam as praias de areia alaranjada e dourada que fazem a vida ainda melhor? Não poderia

acontecer? Transformar a vida das águas do rio em verão sem fim? (Silveira, 2020, p. 102-103)

As diferenças e contradições de olhares sobre Belo Monte também é demonstrada entre os personagens adultos do romance. A proximidade do projeto inaugura também entre os habitantes mais experientes de Altamira o sentimento de incerteza. Para alguns, esse sentimento apenas é atenuado quando atrelado ao discurso que permeia o projeto desde sua gênese: do desenvolvimento e progresso para a região e para o país. As perspectivas fantasiosas de um desenvolvimento sem igual, representado pelas promessas de aumento de ofertas de emprego e de reestruturação do espaço acabam por incentivar vários grupos a serem favoráveis às mudanças.

Termos como “desenvolvimento”, “progresso”, “empresa” e “empreendedor”, conforme discutido por Brum (2021) são invasões sofridas pelos corpos indígenas, que as dizem em português por não terem equivalência em suas próprias línguas. Assim, os termos que envolvem todo o projeto Belo Monte são em si próprios violações contra as línguas indígenas, as intangíveis e as corpóreas, que permitem o som. No romance, Silveira (2020) reflete sobre esses sentidos, ao abordar tanto os diferentes pontos de vistas internos sobre Belo Monte, como os termos que foram introduzidos e dessa forma, apropriados para a concepção de uma resistência ao projeto nos espaços públicos:

Era comum a cidade se encher de jornalistas, gente do governo, grupos de ambientalistas, dos movimentos sociais e dos povos indígenas que apareciam paramentados com suas roupas, pinturas, cocares, facões, arcos e flechas, lanças, bordunas. Vinham para marcar sua posição. Prós e contras eram discutidos nas casas, nas vendas, nos bares. Palavras e expressões novas entravam na boca de todos: “etnocídio indígena”, “inconstitucional”, “direitos humanos”, “impactos ambientais”, “genocídio”, “condicionantes”, “remoção compulsória”, “indicadores”. Maria Altamira e seus amigos acompanhavam tudo, seguiam os indígenas, aplaudiam, gritavam junto com eles, se indignavam.

Na cidade havia os que abriam a boca para dizer: “Vai ser o maior projeto de infraestrutura do país desde várias décadas e a terceira maior usina do mundo”, “A cidade vai entrar no mapa do Brasil”, “O progresso vai chegar na região”.

E havia os que falavam, indignados: “Vão matar nosso rio”, “Vão matar nosso povo”, “Esculhambar nossa cidade”, “Alagar nossas praias”, “Roubar o que é nosso” (Silveira, 2020, p. 103-104).

A disparidade entre pessoas favoráveis e contrárias ao projeto de Belo Monte e suas transformações na paisagem, conforme abordado no romance, traduz o entendimento de que a chegada de Belo Monte distinguiu os que defendem “desenvolvimento” dos que defendem “envolvimento” (Brum, 2021). O desejo por se tornar desenvolvido é assim explicado pelos povos-floresta (Brum, 2021) pela ausência do envolvimento, pela posição de colocar-se fora da

natureza e de compreender a natureza como a grande produtora de mercadorias. O envolvimento, por sua vez, percebe a integração humana, como parte orgânica do planeta, concebendo um entrelugar. Essa visão é comumente vista como primitiva pelas grandes corporações atuantes em Belo Monte, que enxergam na interligação entre humanos e natureza um pensamento ignorante.

Ao tratar das mobilizações de indígenas, beiradeiros, ambientalistas e habitantes de Altamira diante do projeto de Belo Monte, Silveira expressa como a resistência construída por esses grupos foi largamente menosprezada e vista como teimosia infantil. Em um diálogo entre o grupo de amigos de Maria Altamira, são discutidas as repercussões de um pronunciamento presidencial sobre Belo Monte, noticiado pela televisão:

- A moça na televisão disse que o presidente falou que nós somos birrentos — contou aos amigos, estreitando os olhos como fazia quando se indignava ou precisava de um momento para se encontrar.
- Que presidente? — perguntou Curau, distraído.
- Égua! O presidente do país, ô cabeça de acari!
- Acho o nome dele tão bonito! — disse Joseleide, ribeirinha como Nice. — Vai ser o nome do meu primeiro filho.
- Acorda, abestada! Esse nome é de rico, e muito do intragável — rebateu Maria.
- E quem é que é birrento? — perguntou Saião.
- A gente. O povo da cidade.
- Eu??
- A birra dos indígenas e ambientalistas atrapalha o país, foi o que ele disse. Estamos prejudicando as obras que trarão mais emprego.
- Ele é o presidente, deve ter razão. Sabe muito mais do que a gente — disse Lino, que começava a demonstrar uma controlada ambivalência em relação à obra.
- Como vai saber mais do que a gente se nunca veio aqui? — questionou Maria. — Olha seu miolo escorrendo da cabeça, Lino.
- Mas ele é o presidente do país, Maria! — disse Nice.
- E daí? Presidente é Deus? (Silveira, 2020, p. 105-106)

O diálogo em “Maria Altamira” faz referência a uma controversa declaração do então presidente do Brasil, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em abril de 2002. Na ocasião, era aberto o Seminário Internacional de Direito do Meio Ambiente, ocorrido no Rio de Janeiro. Organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, o evento contou com a participação de representantes de diversos países. Durante a cerimônia de assinatura dos contratos de concessão de nove hidrelétricas brasileiras, o então presidente fez queixas aos movimentos contrários a Belo Monte, que naquele momento tinham conquistado o embargo judicial das construções da obra. O conteúdo do seu discurso sublinha, mais uma vez, o ideal desenvolvimentista desejado ao país:

É necessário que não haja também obstáculos excessivos, muitas vezes por uma quase birra para evitar que as obras possam prosseguir. Sou ambientalista. Sou totalmente favorável ao respeito ao meio ambiente. Mas é preciso que haja, também, o respeito às necessidades do povo brasileiro. E vejo que, muitas vezes, a demora não tem razão de ser. É simplesmente uma questão de “empurra para cá, empurra para lá”, vai um procurador aqui, um juiz ali, uma ONG acolá. Está bem. Temos liberdade. É para isso mesmo. Mas é um problema de consciência. Chega um momento em que a gente diz: “Meu Deus, como querem que este país alimente seus filhos, dê trabalho a seus filhos?” (Brasil, 2002, p. 389).

O discurso proferido na ocasião é significativo no que se refere ao cenário de disputas que então se fazia presente. As demandas e preocupações em referência ao ambiente na região do Xingu não apenas eram conhecidas, como comumente foram incorporadas ao discurso, como na fala do presidente que busca destacar uma suposta atuação ambientalista. No entanto, o que se observa nesse contexto e que sensibilizou a escritora Maria José Silveira ao construir os diálogos e cenas de seu romance, é a sobreposição dos ideais desenvolvimentistas em relação a qualquer tema de ordem ambiental. A fala da personagem Maria Altamira, ao questionar os reais conhecimentos do presidente sobre a situação vivida no Xingu, já que nunca havia estado ali, é potente ao sinalizar como os tomadores de decisões estão propensos a tomar pouco caso dos danos que atravessam seus objetivos de progresso.

Na sequência do discurso, as críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso aos ambientalistas se estendem à própria população resistente aos projetos de hidrelétricas. Novamente, a justificativa da ampliação da oferta de empregos é usada como motivo suficiente para extinguir qualquer resistência.

Os mesmos que gritam, pedindo mais emprego e reclamam que o Governo tem que fazer mais para dar emprego não deixam que haja obras que permitam o crescimento do emprego. Alguma contradição está aí presente, não podemos aceitá-la sem discutir, discutir com um pouco mais de profundidade, para ver de que maneira, racionalmente, respeitando, naturalmente, o meio ambiente, se possa dar vazão às obras (Brasil, 2002, p. 389).

As repercussões do discurso presidencial, citado por Silveira, também receberam, à época, a atenção da imprensa brasileira. O jornalista Washington Novaes, então colunista do jornal O Estado de São Paulo, publicou um texto na edição de 10 de maio de 2002 em que criticava o presidente por não ter ouvido algumas das exposições realizadas no âmbito do Seminário Internacional de Meio Ambiente. Uma dessas exposições, proferidas pelo professor Paulo Affonso Leme Machado alertava para as problemáticas da Resolução 279 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que abria margens para a redução do tempo de estudos dos

impactos ambientais de hidrelétricas, a simplificação do processo e a aceleração dos licenciamentos.

Nas conclusões da coluna, Novaes sugere que o presidente tomasse conhecimento dos anais das discussões do evento, bem como dos resultados de um estudo promovido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Iser (Instituto de Estudos da Religião) sobre o que pensava os brasileiros acerca do tema meio ambiente. O estudo citado pelo jornalista pontuou que “mais de dois terços da população se dizem contra qualquer dano ambiental, ainda que em nome do desenvolvimento econômico e da geração de empregos - este, sem dúvida, nosso maior problema” (Novaes, 2002, p. A2). A justificativa dos projetos hidrelétricos como produtores de empregos também é questionada pelo jornalista ao sugerir que “no caso das hidrelétricas da Amazônia, nem disso se trata. Os principais beneficiários estão fora do País. Que pensará a sociedade? Talvez o presidente queira saber, já que, no mesmo pronunciamento, disse ser ‘defensor do meio ambiente’” (Novaes, 2002, p. A2).

Em “Maria Altamira”, o tema do emprego se torna uma grande questão conforme os anos se passam e Maria e os amigos com quem cresceu na cidade, se envolvem mais profundamente com as lutas contra Belo Monte. Assim, as expectativas do sucesso da resistência e da extinção das obras é acompanhada de receios em relação ao futuro e da perspectiva das transformações trazidas pela obra. Esse sentimento dubio instiga alguns a olharem o “lado bom” de Belo Monte e das possibilidades de garantir a sobrevivência:

Tão logo ficou claro que a principal barragem do projeto de Belo Monte, por mais reduzida que fosse, traria impactos imediatos e diretos para os indígenas da Volta Grande, houve outra grande manifestação indígena. E, mais uma vez, Maria, Saião, Biu, Curau estavam lá, agora já não rondando em brincadeiras, mas acompanhando as discussões. Ainda viviam a esperança de que o projeto pudesse ser sustado. As opiniões dos jovens mudavam de tom. Nice, ressabiada, defendia: “Nem tudo vai ser ruim. Vamos ter mais empregos. Muita coisa pode melhorar”. “Então vai lá ficar do lado deles, traíra”, Curau escorraçava. Maria dizia: “Ei, para de discutir vocês dois! Não tem graça brigar entre a gente”. Lino era outro que dizia ver o lado bom da barragem. Se houvesse mesmo uma guerra, iria lutar com os indígenas, mas era preciso reconhecer que a obra traria mais emprego, dizia, e se não fosse ele a trabalhar na usina, seria outro. Nice tá certa, dizia. Uma coisa é ser contra a desgraceira que eles querem fazer; outra coisa, se não tiver mesmo jeito, é deixar de ficar negando tudo, ver o lado bom do que for e ganhar dinheiro pra sobreviver. Uma coisa não impede a outra (Silveira, 2020, p. 112)

Com o avanço das obras das barragens, Silveira (2020) narra uma Altamira completamente distinta, estranha até mesmo aos habitantes. Em um curto espaço de tempo, a cidade vivencia um salto populacional que é descrito como “invasão” e “desassossego”. A chegada passa de 100 mil habitantes para 150 mil em poucos meses. Nesse processo, a autora

descreve o movimento de realocamento dos moradores dos igarapés e das áreas de várzeas, acompanhados apenas de promessas de novas moradias e indenizações.

A família de Nice seria uma das primeiras a ser realocada. Deixariam as casas de palafita e ganhariam casas de tijolo. Receberiam uma indenização.

— Pai disse que vai ser um dinheiro bom — nem para Maria Nice disfarçava agora o entusiasmo que passara a sentir.

— Vão pra longe do rio? E teu pai não vai pescar mais? — Maria estreitou os olhos.

— São só dois quilômetros de distância. E vão dar emprego pro pai.

— Não vai sentir falta do rio?

— Tô enjoada de peixe. Vou arrumar emprego na usina. Tu num quer vir também? Tem mulher trabalhando lá.

Maria sentiu uma quentura trevosa lhe subir pelo peito. Jamais havia sequer aventado essa possibilidade. Jamais trabalharia para quem estava destruindo tudo o que ela acreditava ser um pouco seu. Não totalmente seu, mas de alguma maneira seu.

Defrontados com uma nova realidade, beiradeiros e indígenas são forçados a abandonar diversos aspectos de seus modos de vida, que marcam sua identidade. As transformações no rio desencadeadas com as obras discorrem violências sobre as próprias cosmologias desses povos. Lima (2005) destaca a importância da identificação do nível do rio na cosmologia Yudjá para distinguir os períodos do ano. As temporalidades são marcadas pelos momentos em que o rio começa a subir, quando está subindo, quando transborda, quando começa a baixar e quando afloram as praias. Assim, as atividades de pesca e caça são influenciadas diretamente pela observação do movimento das águas. A alteração desse padrão do ambiente, desencadeado pelas obras de Belo Monte, desempenha uma profunda violação em uma longa história desses povos e dos seus modos de habitar.

Essa forma de habitar, por sua vez, faz referência a dimensão histórica da realidade amazônica, refletida pelo historiador José Augusto Pádua (2000). Nesse processo, sociedades paleoindígenas e indígenas no contexto amazônico adotaram formas de ocupação e convivência ao longo de milhares de anos baseadas na observação e aprendizado com a floresta. O que não significa dizer a ausência de diversos graus de modificação ambiental perpetrados pela ação antrópica, com a construção de paisagens e mudanças na biogeografia de animais e plantas. No entanto, essas modificações não prejudicaram a sustentabilidade ambiental daquelas sociedades, representando uma bem-sucedida adaptação de longa duração (Pádua, 2000). A chegada dos europeus no século XV marcou a ruptura desse padrão de ocupação e relação com a floresta, um padrão exploratório que permanece atuante.

As descrições sensíveis de Silveira (2020) no romance capturam os aspectos de ruptura desse modo de viver e de se relacionar com outros viventes no Xingu. A construção da paisagem

literária de “Maria Altamira” se torna profundamente comprometida em abrigar, através da ficção, as sensações, formas e aspectos dessa região, anteriores ao desastre. Do mesmo modo, compromete-se em denunciar a produção sistemática do desastre socioambiental, pelo ato de narrar uma paisagem em colapso. Aspectos de uma paisagem em destruição são observados nas descrições de Belo Monte enquanto um tempo de guerra e do vigor de uma raiva ancestral.

Os indígenas outra vez se juntaram, e era reunião e mais reunião entre as aldeias, todo dia, toda hora, para fazer um levantamento das desgraças. Depois, lá iam eles e as lideranças, também dia e noite, se preciso, protestar contra os homens da Norte Energia e do governo. Fazer pressão. Mostrar que não iam deixar passar qualquer coisa. Endurecer a voz e postura para dizer: “Isso não pode”, “Isso também não”, “Não é como está no projeto”, “Estão interferindo em nosso território”, “Estão destruindo nosso entorno”. Cercavam os canteiros da usina ou da sede da empresa, com suas reivindicações. Ninguém tinha tempo para nada, a não ser fazer pressão e denúncias. Nem para pescar tinham tempo. Mesmo porque já não tinha peixe, ah!, os peixes. Os peixes iam ficando magrinhos, arrepiados, sem gosto. Pescadores chegavam contando que era tocar neles que o rabo caía de podre. Apodreciam vivos. Quem ia querer comer um peixe desses?

Farois iluminavam os canteiros da obra e viravam a noite em dia. Com tanta luz, as aves perdiam a noção. Voavam pra lá e pra cá, sem saber de onde vinham, nem para onde iam. Morriam. Até abelhas sofreram com essa virada da noite em dia. As castanheiras ficaram sem produzir, sem polinização. As árvores das beiradas do rio, essas também já não davam as frutinhas que caíam na água e eram comidas pelos peixes, ah!, os peixes.

Um tempo doido aquele.

Tempo de uma guerra que não era bem guerra. Era o furioso vigor da raiva ancestral revivida a cada nova injustiça. Um cotidiano de enfrentamentos. Escaramuças, se os homens da usina passassem por suas terras sem autorização (Silveira, 2020, p. 146-147).

Ao mencionar os peixes que apodrecem ainda vivos, a inversão da noite em dia que afeta não apenas a vida e o cotidiano de humanos, mas de aves, abelhas e outros animais e por conseguinte, das árvores, a autora faz referência a um conjunto de relações estabelecidas no ambiente com influências mútuas. A chegada de Belo Monte personifica a ideia de especismo, ou seja, de um pensamento hegemônico naturalizado que defende a superioridade da espécie humana sobre as demais e que, para além, preconiza a existência de vidas precárias. Nesse sentido, se a espécie humana é posta enquanto superior perante outras existências, determinados grupos desta espécie também são subjugados. Os comuns, a *ordinary people*¹⁷, como indígenas e beiradeiros são, assim como animais e plantas, sacrificados sem nenhum tipo de remorso.

Em uma balança capitalista que visa separar os comuns dos incomuns, outras espécies, como a vida vegetal, encaram o caminho para se tornarem não apenas comuns entre os comuns,

¹⁷ Optou-se por manter a expressão em inglês, originalmente utilizada por Evando Nascimento na obra *O pensamento vegetal: a literatura e as plantas* (2011).

mas raros (Nascimento, 2021). Exemplo disso é descrito por Silveira no romance ao narrar que após a retirada dos moradores de diversas áreas de Altamira, a ordem era cortar as árvores e queimar as matas (Silveira, 2020). Nesse sentido, ao construir paisagens literárias no decorrer da narrativa, “Maria Altamira” apresenta de forma consciente a iminência da perda da paisagem. Esse processo evoca as reflexões de Buescu (2012) ao localizar no contexto da Revolução Industrial, a percepção mais consistente dos textos literários e de seus autores e autoras do caráter precário da natureza e do caminho para seu desaparecimento.

Essa percepção foi acompanhada da identificação da historicidade da paisagem, já que estava intimamente vinculada à ação humana. Em entrevista com a autora, Silveira (2026) descreve a paisagem vivida por beiradeiros, deslocados de suas habitações em função das barragens, passam a encarar uma vida precária, com a ausência da diversidade de alimentos que tinham acesso com a proximidade do rio, vivendo em casas que de longe dão impressão de serem bonitas, não fossem a ausência de qualquer árvore próxima:

Os beiradeiros, por exemplo, eu sabia que os beiradeiros estavam sofrendo também, né? Um dia que eles moravam assim, na beira do rio, que foi inundada, na parte das casas, eles foram expulsos das casas. Tiveram que sair mesmo com tudo, cachorro, com tudo. E foram colocados onde? Numa área, que aí eu fui lá para ver, né? Era uma área, além de quilômetros de distância do rio, eles que tiravam todo o sustento do rio, né, de peixes, ou então de caça ali da floresta, estava agora numa vilazinha, eles fizeram umas casas novas para eles, até coloridinhas, sabe? Assim, de longe pareceu bonitinho. Só que não é bonito nem de longe, porque não tem nem árvore. É um descampado assim. As árvores ficam bem distantes. Então, tiraram a população de um lugar de água, de muita água, de floresta, colocaram nessas casinhas, que não podem nem... Umas casinhas que foram feitas às pressas, não foram feitas nem com tijolo. Porque houve acidentes com as redes que eles colocavam nas paredes, as redes caíam e mataram um velho, uma vez. Então, eles moram no inferno hoje, esse pessoal beiradeiro. Também é outro grande problema. Como é que vai resolver isso? Eles não podem continuar lá, que tem problemas mentais, psicológicos, eles não sabem o que fazer ali, problemas de nutrição, agora tem que comprar comida. Como é que é isso? Comprar arroz, comprar carne. Eles não comiam carne, eles comiam peixes. Ah, uma tragédia, gente (Silveira, 2026).

A noção de uma pretensa superioridade de alguns humanos sobre outros e sobre o ambiente, demonstrada sensivelmente por Silveira (2020) no romance também é explicada como um dos motivos que levou a escritora a aproximar o desastre de Yungay com o de Belo Monte. Para a autora, apesar das especificidades de cada um dos desastres, de um lado o soterramento de uma cidade, do outro o alagamento de uma área, ambos compartilham de muitos aspectos. Na entrevista, Silveira (2026) destaca o caráter paulatino do desastre de Belo Monte, que difere do cenário inesperado que assolou a região de Ancash, no Peru. A paisagem evocada por esses desastres possui na resistente presença de algumas árvores a ideia de uma

esperança de sobrevivência ou uma prova viva do ambiente destruído, como um último testemunho. Acerca disso, Silveira (2026) reflete:

Quando veio a água, quando eles fizeram o lago, ali, inicialmente, teve muitas terras, os beiradeiros tiveram que sair, foram destruídos, a água cobriu. Tem certas partes ali, perto da represa, que quando você passa, dá até uma tristeza, parece um cemitério. Um cemitério, porque as casas você não vê, que foram alagadas, você não vê. Mas você vê as árvores, que, por coincidência também, em Yungay, a terra cobriu tudo, menos três palmeiras. E foi por causa dessas três palmeiras, ficaram o restinho das três palmeiras, sabe? E a partir daí, porque essas palmeiras ficavam na praça, perto da igreja. Então, a partir daí, eles começaram a retrair as ruas da cidade, para poder tentar ver onde estavam os corpos. Mas nem tentaram assim, eles não tentaram escavar. A lama virou uma terra muito dura, e ali, eles realmente resolveram construir outra cidade por cima. Nós chegamos, assim... É uma escolha deles, uma opção deles. Acho até que foi melhor mesmo, porque escavar ali e tirar aquelas pessoas que já estariam, há muito tempo ali, cobertas pela lama, acho que seria horrível também... Então, eles optaram por construir a cidade em cima. Mas a partir dessas três palmeiras. Isso eu vi através de fotos de Yungay, a reconstrução da cidade. E aí, no barco, quando você passa por essa área que foi toda coberta por água, são algumas árvores que ficaram. Você vê as copas de algumas árvores. E, assim, já estão murchas, já estão morrendo. Nem sei se hoje ainda estariam lá ou se já morreram. Mas, nossa, era terrível. Então você vê que tem muita coisa em comum, apesar de ser muito diferente, até o processo, o material, uma é a terra, a outra a água. Mas a essência ali é a mesma. É você soterrar uma, alagar a outra, acabar. Acabar com um bom pedaço.

É interessante notar que Maria José em sua fala esclarece a ligação entre ambos os desastres socioambientais, o que motivou a escrita do livro. E como a presença remanescente das árvores configura uma paisagem de tristeza, remetendo a ideia de cemitério e morte, diante de uma paisagem conhecida anteriormente por sua vida. Assim, ambos os casos compartilham de uma “essência” que é a destruição de todas as formas de vida existentes e a impossibilidade de recomeçar. Sobre os grupos indígenas afetados por Belo Monte, Silveira (2026) discute como o alagamento para o empreendimento cobriu significativa parte de seu território, comprometendo diretamente os modos de vida, com a impossibilidade de acesso à alimentação regular dessas tradições e da continuidade de suas atividades econômicas. Como exemplo, a autora cita os peixes ornamentais, muito comuns na Volta Grande do Xingu até a chegada da hidrelétrica e que eram comercializados por essas comunidades.

Tem o peixinho, eu falo no peixinho de aquário, e eles, lá em Volta Grande, tinha uma zona ali, no rio, cheia desses peixinhos de aquário. Inclusive era uma renda para eles. Tinha mergulhadores, cada um, inclusive mergulhadores, que sabiam onde estava aquele determinado peixe. Eles tinham esse... Eles tiravam e levavam para vender, para aquário, esses determinados peixes que eles já conheciam. Geralmente eles moram no fundo do rio e muitas vezes em caverninhas, pequenas, sobre pedras e tal. Então é preciso também conhecer onde é que eles estão. E os Yudjás eram conhecedores disso aí. Agora não sei se esses peixes morreram, como é que estão esses peixes hoje. Provavelmente já sumiram dali. Mas enfim, foi assim que eu percebi que havia uma conexão entre essas duas catástrofes. Uma semelhança. Apesar de não

ser a mesma coisa nem nada, mas havia uma semelhança entre elas. E eu tentei mostrar um pouco isso (Silveira, 2026)

Um outro aspecto relevante percebido na obra de Silveira (2020) é a discussão, através dos diálogos das personagens, do descumprimento de acordos realizados entre a empresa e as comunidades indígenas, a fim de minimizar os impactos socioambientais. Este descumprimento gerou rupturas afetivas e de confiabilidade no interior dessas comunidades, conforme é demonstrado em um diálogo de Biu com Maria Altamira. Na ocasião, Maria Altamira havia retornado de sua estadia na cidade de São Paulo e estava abalada por não reconhecer mais a Altamira anterior à sua partida. Se antes, durante as construções, a cidade era um “tumor purulento, alastrando seu exército de trabalhadores, barrageiros e todo tipo de gente, canteiros de obras se espalhando por vários pontos do Xingu” (Silveira, 2020, p. 132), a situação tinha se tornado mais intensa com a conclusão da construção do principal lago-reservatório. Biu, seu amigo de infância, resolve levá-la a um passeio de voadeira, uma pequena embarcação movida a motor, com o objetivo de que Maria Altamira compreenda a complexidade da situação ali vivida:

— Tu sabe que o povo de lá se dividiu, num sabe? — ele perguntou. — Teus parente construíram outra aldeia em mutirão, a Muratu. Outros continuaram no Paquicamba e no Furo Seco e sei lá mais onde. Eles vão te contar melhor. — E avisou: — Daqui até o barramento, tu vai estranhar muito.

No vermelhão do sol amarelando as sombra que restavam da madrugada, Maria via o estrago que o lago-reservatório havia causado à paisagem de sua infância e juventude. As prainhas alagadas, os topos das árvores apodrecendo, restos de uma cor cinza-esbranquiçada da mata morta.

— Pelo acordo, tinham que ter desmatado as árvore antes de alagar, mas não fizeram isso. Desmataram um pouco, não tudo, e agora as árvore e a vegetação das ilha tão tudo apodrecendo, continuando a envenenar a água, matando os peixe. — A voz de Biu vinha cheia de desgosto, contando uma história que Maria não queria ouvir. (Silveira, 2020, p. 199-200)

E descreve em detalhes os aspectos de transformação da paisagem, anteriormente familiar. O passeio conduzido pelo amigo Biu é interrompido quando o barramento se torna visível e então o percurso que anteriormente poderia ser facilmente realizado pela água, agora precisa de um maquinário específico para içar o barco, ocasionado pela exploração do rio pela usina:

Por entre as prainhas e as ilhas alagadas, a água era densa, turva, galhos esbranquiçados erguendo-se sem vida e sem socorro, matas antes floridas agora mortas e cobertas até o topo. Era por cima delas que eles passavam. Maria colheu a água na mão e não a reconheceu. “Fizeram de ti uma água assassina! Ainda que sem querer, assassina, ainda que obrigada por forças que não controla, assassina.” E o

barco varava por entre os galhos mortos que erguiam um grito mudo e condenado no meio do imenso lago parado. Era como se passassem por um cemitério líquido. (Silveira, 2020, p. 200)

E então ele apareceu, o culpado de tudo, o barramento gigante, o monstro de cimento. Ela sentiu um fogo no peito. Raiva. Eles tinham que parar e descer do barco. O deslocamento para o outro lado era feito de um jeito que aviltava o homem do rio, o barco içado por máquinas e rebocado para a outra margem através de um comprido leito também de concreto.

— Daqui pra frente fica melhor, é mais do jeito antigo só que mais seco — disse Biu.
— A briga agora é essa. De um lado, a boca da usina querendo mais água pro reservatório e diminuindo a vazão; do outro, os indígenas precisando de mais água. O pessoal do consórcio fica testando pra ver qual a menor quantidade de água suficiente pra não matar por completo o rio e os peixe. A seca agora não vem da falta de chuva, vem é deles. Querem ver até onde podem chegar. (Silveira, 2020, p. 200)

As descrições sobre o Xingu inseridas sob o ponto de vista de Maria Altamira e de seus amigos tiveram forte influência do período em que Maria José Silveira passou na Volta Grande do Xingu, acompanhando de perto a rotina comprometida de grupos indígenas e beiradeiros. Em entrevista, a autora destaca a permanência das consequências do desastre de Belo Monte e da pressão sentida por esses grupos que são obrigados a conviver diariamente com o desaparecimento da paisagem que lhes era familiar.

Porque o que a usina faz de fechar a água em determinados momentos é justamente o momento em que há... Primeiro, que os peixes se alimentam, porque caem das árvores os alimentos dos peixes dali, e é o momento em que eles se desovam em lugares que são apropriados para desova. Então, todo aquele bem ambiente ali, ele vai desaparecendo. E uma luta agora constante lá, porque agora a usina foi feita, o mal já está feito, o que eles têm que fazer é tentar mitigar esse desastre todo que foi. E nesse tentar mitigar, a usina até hoje, a luta se foca muito nessa questão da água, o momento em que vai poder fechar a água, qual é o momento apropriado, vamos dizer assim, entre aspas, porque nunca é muito apropriado, ainda fica um restinho de água para a parte deles, mas o momento em que isso poderia ser feito sem causar a morte dos peixes, a morte dos indígenas, sem causar tudo isso, esse aspecto da mitigação (Silveira, 2026).

O potencial destrutivo da paisagem familiar do Xingu descrita por Silveira (2020) em sua obra é potencializado quando cotejado aos potenciais energéticos de Belo Monte, em que os 11.233 megawatts apenas são obtidos nos meses chuvosos, diminuindo drasticamente nos períodos de seca (Sampaio, 2020) e trazendo consigo graves consequências. Entre elas o comprometimento do senso comunitário de populações indígenas que foram forçados a viver mais a existência da construção da hidrelétrica do que a vida em comunidade (Monteiro, 2018), alteração de hábitos alimentares, aumento expressivo da desnutrição entre crianças indígenas, deslegitimação de lideranças históricas, mudanças na relação entre conhecimento formal e tradicional e a incorporação de práticas conflitantes, como a embriaguez, roubos e conflitos nas

aldeias indígenas (Sampaio, 2020). No romance “Maria Altamira”, Silveira (2020) constrói um enfoque acerca deste potencial energético reduzido nos meses de seca na região do Xingu, pontuando que esse conhecimento não seria despercebido pelos agentes responsáveis pelo projeto da UHE. Em uma das cenas da história, o piloto Jurandir, um tocantinense que viu na construção da Usina uma oportunidade de emprego em Altamira, escuta um dos gerentes do projeto, apresentando para uma jornalista o plano desde seu início e os objetivos de ampliar a exploração dos “recursos energéticos”:

— Veja — ele respondeu com o didatismo de senhor do assunto —, só com uma barragem, Belo Monte vai funcionar com plena carga no máximo quatro meses. O regime hidrológico do Xingu é simples: quando chove e desce a água dos tributários, o rio tem um volume enorme, mas isso acontece só quatro meses por ano. Na época de estiagem, a água é pouca. Tecnicamente falando, é certeza virem as outras barragens previstas para armazenar água. Seria uma aberração tecnológica deixar assim.

— Então não estão sendo verdadeiros quando afirmam que será apenas uma barragem?

— Estamos em *off*, certo? Uma pessoa inteligente como você entende o quanto seria ilógico construir uma usina dessas para funcionar só quatro meses. Será obrigatório construir mais barragens rio acima. Pode apostar nisso. Em lugar do Xingu como está agora, vamos ter lagos imensos como esta beleza que vemos daqui (Silveira, 2020, p. 218)

Outros efeitos sentidos com o desenvolvimento da Usina foram a fuga de animais de hábito noturno e de peixes, causando o empobrecimento da biodiversidade da região em razão do barulho constante e a violação dos direitos dos povos indígenas, com o comprometimento de vários instrumentos de direito à consulta, como audiências públicas, “nas quais o poder público compreendia que três minutos de fala aos indígenas configurava o atendimento à oitiva constitucional” (Sampaio, 2020, p. 76). Indicadores sociais mapeados desde a construção da UHE Belo Monte indicam o aumento expressivo das taxas de violência. O quinto volume “Cartô Brasil Socioambiental”, publicação produzida pelo ISA, em seu levantamento sobre a Bacia do Xingu, revelou dados alarmantes acerca de trabalho escravo na região:

Atualmente, na “Lista Suja” do trabalho escravo figuram 22 fazendas distribuídas em onze municípios da bacia: Altamira, Cumaru do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã, no Pará; Confresa, Feliz Natal, Nova Ubiratã, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, São José do Xingu e Vila Rica no Mato Grosso. Nessas propriedades, foram libertadas 1.002 pessoas, 87% das quais nos municípios paraenses. Dentre as áreas de atividade dos estabelecimentos listados, predomina a pecuária (criação de gado), seguida de extração madeireira (e de outros produtos vegetais) e produção de carvão vegetal (ISA, 2012).

Concomitante a esse processo e com o aumento populacional, elevou-se também no período as taxas de homicídio. Em dados mapeados pelo Instituto no período de 2008, ocorreram no Brasil 26,4 homicídios a cada 100 mil habitantes, sendo que na Bacia do Xingu, esse índice foi elevado a 28,2 homicídios (ISA, 2012). Esses dados, cotejados com um processo permissivo que acompanhou a construção da UHE Belo Monte, demonstram a complexidade do tema e a urgência de tornar concretas ações de reparação aos atingidos e ao ambiente devastado.

No decorrer deste capítulo, procurou-se delinear algumas faces de um longo e labiríntico processo da construção da UHE Belo Monte e suas interrelações com a obra “Maria Altamira” de Maria José Silveira, pensando as relações possíveis de serem identificadas entre o texto literário; a trajetória de sua autora; noções de desastre e vulnerabilidade; e História Ambiental Global. Como se viu, a Bacia do Xingu foi tema de desejo e planejamento desde a década de 1970 e desde então vem sendo alvo de muitos argumentos favoráveis e contrários. Embora a questão de Belo Monte esteja longe de ser encerrada, analisar seu processo de planejamento, construção e atividade é relevante no sentido de compreender os diferentes atores envolvidos. E nesse sentido, a literatura que aborda esse tema é uma importante fonte de análise, atuando, inclusive, como fator de sensibilidade para a discussão.

Ainda que se poste enquanto um problema/solução nacional, as usinas hidrelétricas de grande porte, como a analisada, também correspondem às expectativas e anseios internacionais. No caso de Belo Monte, isso se torna ainda mais visível em razão de seu pertencimento geográfico: os olhos do mundo voltados para a Amazônia, como as grandes corporações investidoras, que vislumbram na Amazônia o potencial de exploração, como as citadas no capítulo, bem como órgãos e associações internacionais que compreendem a urgência em proteger a biodiversidade presente na Amazônia. Nesse sentido, procurou-se discutir brevemente quais são os atores internacionais que exercem uma visão protetiva em relação ao Xingu, bem como aqueles que veem no projeto a possibilidade de potencializar seus investimentos.

Vale ressaltar, no entanto, que não se trata de um exercício de classificar heróis e carrascos, mas, em suma, de pensar os jogos discursivos que são construídos a partir de um projeto desta magnitude. Como sinalizado por Maria José (2026), após o desastre de Belo Monte, outros projetos continuam buscando espaço para explorar a região, a exemplo da corporação canadense Belo Sun, que atualmente opera o Projeto Ouro Volta Grande, no estado do Pará, com a pretensão de instalação de uma mina de ouro a céu aberto na região. Atualmente,

o projeto segue suspenso pela justiça brasileira, que aponta pendências no processo de licenciamento. A interrupção momentânea é resultado da pressão dos grupos indígenas. No entanto, a pressão exercida pela corporação pode a qualquer momento dar seguimento ao projeto. Do seu período na Volta Grande do Xingu, Silveira (2026) recorda dos primeiros movimentos para a construção da mina pela Belo Sun.

O Rio tem muito barranco, assim, né? Que vai ser uma mina a céu aberto, uma mina canadense, que ainda não tinha. Na época, eles estavam tentando brecar a permissão de construção dessa mina. Mas, recentemente, a permissão foi dada. E a permissão é dada, assim como foi lá da usina de Belo Monte. Dizem: “Não, tudo bem, a gente vai fazer isso, isso por vocês, vocês não vão sofrer nada, o rio, a água vai continuar a mesma coisa, um pouquinho que a gente vai fechar”. Enfim, é sempre um palavreado de enganar mesmo, sabe? De enganar. E aí falam: “Não, vocês não vão passar fome, a gente vai dar comida para vocês”. Aí dão Coca-Cola, dão aquele arroz que é meio cozido. Enfim, todas as comidas já ultraprocessadas, né? Dão para os indígenas. Então, é uma coisa espantosa. Isso também com a mina vai ser a mesma coisa, porque tem ali, tem... “Ah, não, porque vai acontecer isso... Não, porque não vai ter nenhum dejetos”. Onde é que vão os dejetos dessa mina? Onde é que vai? Para onde é que vai? “Não, não vai para o rio de jeito nenhum”. Ninguém acredita mais nisso, né? Aí é outra ameaça, a água. Grande. Então, vai acabar destruindo mesmo.

Como apontado pela autora, os projetos de exploração são repetidos da mesma forma que os argumentos apresentados por essas empresas, acreditando em uma ingenuidade inexistente dos grupos que ali vivem. Atualmente, são esses grupos que articulam e que representam a real resistência para o avanço dos projetos, embora nem sempre consigam força suficiente para barrar definitivamente. Nesse processo, suspender o avanço da construção é uma conquista importante. Sobre isso, Silveira (2026) revela ter uma visão pessimista sobre o futuro, mas é inspirada pela visão otimista dos Yudjá e Juruna, como “pessoas que veem o amanhã, apesar de estar ali sofrendo e tal, veem o amanhã com muita esperança” (Silveira, 2026). O contato com essa visão esperançosa de que fala Silveira, também seja um caminho para a reunião de forças de resistência frente a construção de um novo desastre. Como relata a autora, foi a partir da sua visita e o contato com essa esperança que encontrou a disposição necessária para a escrita do romance: “Para mim, só resta esperar que meu livro seja lido, que as pessoas fiquem sabendo o que está acontecendo lá” (Silveira, 2026).

Para a autora (2026) trata-se de acompanhar um movimento global, de corroborar para que o tema ambiental mantenha-se em destaque e que seja motivador de ações concretas diante dos diversos problemas que se apresentam no presente. A literatura, nesse sentido, possui a intenção de mobilizar para a ação, mostrando através da narrativa o que está ocorrendo no mundo, conforme reflete Silveira (2026):

Eu estou muito preocupada com o planeta. Estou muito preocupada. E espero que o movimento, a gente consiga realmente transformar isso em uma coisa boa também. Não sei como, mas pelo menos estancar, estancar o que está acontecendo até agora. A minha literatura tenta um pouco isso, gente. Eu quero mostrar as coisas e tentar evitar o que é pior. Esse movimento do mundo. Porque é isso, a literatura é um processo também. É um processo que mostra o processo. É um processo de escrita e tal que mostra um processo que está acontecendo. É isso que eu quero com a minha literatura, mostrar esse processo. De uma maneira que as pessoas se sintam motivadas a evitar, a cuidar disso.

Por fim, buscou-se apresentar alguns dados mapeados acerca dos potenciais energéticos e da importância deste empreendimento para a economia e abastecimento nacional, sem ignorar as contradições e os impactos socioambientais exercidos desde os primeiros processos de consulta às comunidades tradicionais que habitam e coabitam a região, que tornaram a construção e a operação em Belo Monte um caso de desastre socioambiental. A UHE Belo Monte é um caso complexo e de destaque para pensar como os processos de desenvolvimento precisam ser idealizados e aplicados de forma a estarem constantemente atrelados à preservação do ambiente e dos conhecimentos tradicionais. A noção de desenvolvimento que permeia operações como a de Belo Monte foi e permanece sendo nociva para a biodiversidade e para inúmeras identidades que se fazem presentes nestes espaços. O que se observa é uma noção de desenvolvimento que culmina em benefício para poucos e na sentença de morte para muitos.

3 “COMO SE NUNCA ANTES TIVESSE VISTO O VENTO”: A CHEGADA DO CICLONE IDAI EM MOÇAMBIQUE NAS PALAVRAS LITERÁRIAS DE MIA COUTO

Este capítulo discute o desastre socioambiental ocorrido na região sul de Moçambique em março de 2019, em decorrência da passagem do ciclone Idai e como esse evento foi abordado pela narrativa literária do escritor Mia Couto no livro “O mapeador de ausências”, publicado em 2021 pela editora Companhia das Letras. Para tanto, em um primeiro momento será discutido como eventos de desastres socioambientais foram historicamente produzidos e experienciados em Moçambique, particularmente com a passagem de ciclones. Adiante, é abordado o processo histórico da independência moçambicana, caracterizando elementos importantes desse processo, com o objetivo de evidenciar as relações entre a violência colonial e a criação de um ambiente de vulnerabilidade no país.

A terceira parte do capítulo tem como objetivo traçar a trajetória literária do escritor Mia Couto, evidenciando aspectos de suas vivências e produções que possuem diálogos com a história do país, particularmente em relação às atividades políticas do seu pai, Fernando Couto. Muitos dos elementos dessa trajetória foram mobilizados para o desenvolvimento do texto literário de “O mapeador de ausências”, cuja análise, amparada pela História Ambiental, é discutida na quarta parte.

3.1 A HISTÓRIA DO QUE FICOU PARA TRÁS: O CICLONE IDAI (2019) E A PRODUÇÃO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE

Em 2007, o jornalista e romancista Ricardo Viel em uma conversa com Mia Couto, revelou que ao ler as obras do autor, identificava a existência mais latente de uma história coletiva do que pessoal e que encontrava dificuldades em distinguir traços autobiográficos. À época, o escritor Mia Couto concordou com a reflexão do jornalista, acrescentando que os traços autobiográficos que estavam entranhados em suas linhas só eram descobertos por si mesmo durante o processo de escrita. Em exemplo, citou o romance “Antes de nascer o mundo”, publicado pela primeira vez no Brasil em 2009 pela editora Companhia das Letras. Neste romance, um núcleo familiar composto pelo pai e seus dois filhos vivem um cotidiano recluso, narrado por um dos filhos, Mwanito, caracterizado como um “afinador de silêncios” (Couto,

2016, p. 14). E é a essa personagem que Mia Couto atribui a existência de características suas, ainda que não premeditadas. Para a colocação do jornalista, o escritor conclui que não via em sua vida interesses para colocar-se como personagem, “não sei fazer isso” (Couto, 2025, p. 112).

Retornar a essa reflexão realizada por Mia Couto em 2007 sobre histórias coletivas e pessoais no processo de escrita é relevante quando cotejada com o romance “O mapeador de ausências”, publicado no Brasil em 2020, no ano seguinte ao desastre que atingiu Moçambique. Neste romance, as histórias pessoais de Mia Couto e de seu pai, Fernando Leite Couto são revisitadas e os traços autobiográficos atribuídos ao personagem de Diogo Santiago são múltiplos. Ao mesmo tempo, esta é uma narrativa atravessada pela memória coletiva, por um passado latente, pelo conflito entre o esquecimento e a memória, dilemas presentes no processo de independência moçambicana e pela iminência da perda da materialidade que o desastre ameaça provocar.

Nesse sentido, é possível a aproximação da noção de memória coletiva, conforme discutido pelo sociólogo e filósofo francês, Maurice Halbwachs (1990), em que aborda como as memórias são constituídas no interior das sociedades, através de quadros sociais. Desse modo, não existiria uma memória unicamente individual, considerando que cada sujeito está atrelado às relações sociais do meio em que vive, em núcleos que perpassam o grupo familiar, a pertença religiosa e a identidade nacional. Assim, mesmo quando o indivíduo não está presente no grupo em determinado momento, suas memórias são permeadas pelos laços sociais construídos ao longo do tempo e em cada contexto. Halbwachs (1990, p. 51) discorre: “A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto”. A partir dessa concepção é possível compreender como as memórias e os textos literários de Mia Couto são constituídos pelas memórias criadas no grupo familiar, e também nas relações desenvolvidas durante o processo de independência de Moçambique e na criação de uma identidade moçambicana. Como reflete o sociólogo e antropólogo moçambicano, José Luís Cabaço (2009, p. 15):

Em Moçambique, o passado é presente. As conversas cotidianas são entremeadas constantemente por referências temporais, algumas difusas, outras precisas, mas todas cruciais para a compreensão dos acontecimentos presentes. Quando nos aproximamos do “mato”, são frequentes as histórias dos tempos das guerras antigas, das conquistas que começaram “naqueles tempos”, mas que alimentam desconfianças

contemporâneas, histórias de antepassados que não foram devidamente enterrados e que, portanto, retornam, atormentando seus descendentes, exigindo o pagamento de velhas dívidas.

Moçambique, país de origem do escritor Mia Couto, é cenário/personagem de suas narrativas literárias e está situado na costa oriental do continente africano, banhado pelo Oceano Índico, com um litoral que se estende por 2.515 km e com climas subtropical e tropical marítimo. Como um país africano, suas fronteiras são herança do período de colonização e de uma formação histórica marcada por disputas. O território é caracterizado por três principais rios, divididos por regiões: o rio Zambeze, no centro; o rio Limpopo, ao sul; e o Rovuma, ao norte. E um relevo dividido em planalto ao norte do Rio Zambeze e planícies ao sul do rio (Visentini, 2012). A exploração do território por portugueses deu-se em 1498. Em suas campanhas, Portugal buscou a exploração do ouro no interior do território, mas sofreu com resistências de habitantes da atual região do Zimbábue. Desse modo, outras atividades de exploração como a captura e tráfico de escravizados foram implantadas, sendo a região um importante entreposto comercial para a colonização portuguesa (Visentini, 2012).

A proibição do tráfico de escravizados na segunda metade do século XIX modificou a presença portuguesa na região, que passou a utilizar mão de obra local no próprio continente africano. Assim, milhares de pessoas foram forçadas a trabalhar em minas de ouro e plantações, em uma economia agrícola e extrativista que incluía os cultivos de açúcar, algodão, arroz, chá e castanhas. Outro fato relevante da história colonial foi o estabelecimento de acordos entre portugueses e ingleses, que forçou a migração para territórios vizinhos, com o trabalho nas minas do Rand sul-africano, na região de Witwatersrand. Assim, o poder colonial fazia valer sua presença e controle, desenhando uma sociedade útil e servil pela perspectiva da metrópole. Acerca do controle colonial e das diversas tentativas de rompimento, Cabaço (2009, p. 43) explica que:

Nas relações com a sociedade “cidadã”, o colonialismo actuava como poder hegemónico, no sentido gramsciano, dirigindo politicamente a comunidade numa base de prevalente consenso e participação: na África do Sul e na Rodésia, exemplos expressivos do sistema colonial, vigoravam mecanismos de democracia multipartidária no seio das comunidades com direitos de cidadania, como forma de buscar o mais amplo consenso sobre o ordenamento colonialista. Essa convergência essencial só se rompia quando a ordem estabelecida era questionada. A vigilância policial na sociedade “cidadã” tinha como objecto as associações, organizações religiosas, grupos culturais, núcleos intelectuais etc., dirigidos essencialmente por elementos das franjas minoritárias e periféricas que viviam no “limbo” – assimilados, mestiços e asiáticos –, e se tornava acção repressiva quando a reivindicação era interpretada como subversão do status quo. Nas fases de transição que marcaram o ocaso do sistema, as autoridades coloniais, com alguma ambiguidade, confrontaram

as raras iniciativas de grupos de colonos que ofereceram resistência aos ventos de mudança. Foram os casos da Argélia, e muitos anos mais tarde, da Rodésia e da África do Sul, mas também, com menor incidência, o caso de Moçambique, depois do derrube, em 1974, do Estado Novo em Portugal.

A fase de transição e as tentativas de rompimento com o poder colonial que culminaram na independência de Moçambique e em uma guerra civil serão discutidas adiante, já que compõem grande parte da narrativa desenvolvida por Mia Couto. De todo modo, as marcas da colonização portuguesa neste território são perceptíveis em muitos aspectos e demonstram os níveis de vulnerabilidade construídos a partir desta experiência e que favorecem o desenvolvimento de desastres socioambientais. Cabe apresentar, neste caso, alguns dados sobre Moçambique.

O último censo realizado no país, o IV Recenseamento Geral de População e Habitação de 2017, organizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indica uma população de 27.909.798 habitantes, com predominância habitacional nas províncias de Nampula (20,6%), Zambézia (18,5%) e Tete (9,5%).

A população é caracterizada pelo relatório do INE como sendo predominantemente jovem, com um índice de 46,6% do total populacional com menos de quinze anos. A população idosa, por outro lado, figura em sua minoria, com 3,5% do total populacional. A maioria da população reside em áreas denominadas rurais (67,4%) com 32,6% residindo em áreas urbanas. O recenseamento apresenta também dados relevantes acerca das atividades econômicas desenvolvidas, distribuídas em um total de nove atividades. A maioria da população está envolvida no ramo da agricultura, silvicultura e pesca (68,7%), atividade presente em todas as províncias, com exceção da província de Maputo e da cidade de Maputo, capital do país. Ali estão concentradas as atividades no ramo de comércio e finanças (15,4%). Outras atividades também presentes são serviços administrativos (5,5%), indústria manufatureira (3%), construção (2,4%), transporte e comunicação (1,4%), extração de minas (0,8%), energia (0,1%) e outros serviços (5,5%) (INE, 2017).

Em Moçambique, ocorrências climáticas são frequentes por diversas razões, incluindo sua posição geográfica que torna o território uma porta de entrada para eventos atmosféricos formados no Oceano Índico e que atravessam o canal de Moçambique (Ndapassoa, 2023). A intensificação na ocorrência dos desastres no país e o agravamento de suas consequências podem ser explicados por duas situações principais. Em primeiro lugar, pelas alterações climáticas ocorridas à nível global e, particularmente, na região da África Austral e em segundo lugar, pelo enfraquecimento da capacidade de resposta dos moçambicanos, particularmente das

áreas rurais, consequência das políticas coloniais e pós-coloniais, em um contexto particular de uma guerra civil prolongada (Coelho, 2005) que generalizou o cenário de vulnerabilidade no espaço rural.

Acerca das razões sociais que são incutidas no gerenciamento dos desastres em Moçambique, o historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho (2005, p. 221) reflete que:

O caso moçambicano constitui um bom exemplo de como as políticas de resposta às situações de emergência provocadas pelas calamidades naturais (e, mesmo, a prevenção dessas situações) estão longe de depender de meras opções técnicas. Pelo contrário, estabelecem-se em contextos históricos definidos e dependem da natureza do Estado que as formula e, portanto, da relação que este estabelece com a sociedade. A conflitualidade dessa relação assenta não só no confronto de interesses que são diversos mas, também, em condições bastante desiguais de produção e legitimação dos saberes que baseiam a definição dessas políticas.

Neste contexto, a designação “calamidades”, pode ser discutida. Segundo o historiador, esse termo foi ressignificado no pós-independência para atribuir todo e qualquer malefício para a sociedade, participando da construção de um “inimigo” do Estado-Nação emergente. A natureza, portanto, tornou-se também inimiga quando suas ações fugiam ao esperado. O termo foi ainda associado à ajuda da comunidade internacional em situações de desastres e de guerra: roupas das calamidades, milho das calamidades (Coelho, 2005). Se no contexto pós-independência a natureza poderia ser vista como inimiga, durante o estado colonial, essa aceção se estendia aos habitantes e, particularmente, a uma rede de saberes locais que previa uma convivência estratégica com ocorrências climáticas.

Esses conhecimentos foram construídos ao longo do tempo e transmitidos socialmente, perpassando as gerações. A partir da observação, essas comunidades construíam critérios de instalação e habitação das aldeias em locais próximos da água e de terras férteis, conhecendo o comportamento dos rios, as ameaças e benefícios que chuvas e ventos poderiam trazer para seu cotidiano. Exemplo desse conhecimento é observado nas comunidades do Alto Zambeze que distinguem na língua local, tauara, as terras boas, ou seja, aquelas irrigadas pelos rios, como “gombe” e as terras do interior, “kunja”, utilizadas quando já não há espaço nas primeiras (Coelho, 2005).

Nas comunidades moçambicanas, para além dos conhecimentos construídos a partir da observação, há também os conhecimentos ritualizados, com códigos e regras específicas e que, em muitos casos, creditam a presença espiritual à orientação para o desenvolvimento das atividades agrícolas. O povo shona, por exemplo, acredita que o espírito de determinados indivíduos da comunidade, após a morte, pode encarnar em animais. Através de um médium,

esse espírito encarnado, nomeado ‘m’phondoro, na forma de leão, pode entrar em contato com a comunidade e aconselhar em decisões coletivas, incluindo as culturas agrícolas e assuntos relacionados à água. A rede de conhecimentos locais é caracterizada por uma diversidade em cada região e por uma capacidade de adaptabilidade, respeitando a ocorrência de fenômenos climáticos (Coelho, 2005).

Desse modo, esses conhecimentos foram tacitamente vistos como uma ameaça para a manutenção do poder. Para o Estado colonial português, a estratégia foi proceder à desarticulação política dessas comunidades, transformando as relações internas, excluindo figuras de liderança e laços familiares, ou seja, comprometendo as dinâmicas internas que estruturavam essas comunidades. Nesse processo, essas comunidades eram obrigadas a cumprir o papel esperado pela colônia enquanto rompia-se sua ligação direta com suas organizações internas e seus territórios de origem. Esse rompimento afetava diretamente o conhecimento sobre o clima, que estava sempre associado a territórios e condições particulares. Segundo Coelho (2005, p. 237-238):

O Estado colonial exerceu este impacto de diversas maneiras. Em primeiro lugar, implementou, frequentemente de forma violenta, políticas de controlo político-administrativo e de integração da força de trabalho rural que implicaram operações maciças de reordenamento populacional, de transferência de aldeias inteiras para territórios por vezes vizinhos, mas, também frequentemente, distantes e desconhecidos. Concentrações algodoceiras, ‘compounds’ de trabalhadores nos empreendimentos agrícolas coloniais, aldeamentos no contexto da guerra colonial ou, mesmo, migração para os bairros pobres nas periferias urbanas, todos estes processos consistiram na transferência e concentração de populações em unidades maiores, que desarticularam as comunidades e lhes retiraram a sua arma estratégica mais fundamental na resposta aos desastres climáticos: a ligação ao território e o ordenamento disperso.

No que se refere às relações entre comunidades e fenômenos climáticos, a independência de Moçambique em 1975 adicionou novos elementos de exclusão e desconsideração dessa rede de conhecimentos. Um desses elementos foi a noção de um desenvolvimento que somente poderia ser alcançado com uma política agrária intensiva, que motivou o reordenamento populacional de forma sistemática. Essa proposta de reorganização foi combinada e mesmo justificada por um período de cheias entre os anos de 1977 e 1978 que atingiram as bacias do Limpopo e Zambeze e que motivou o reassentamento compulsório de milhares de camponeses. Nas aldeias comunais implantadas pela Frente de Libertação de Moçambique, representado pela figura do presidente Samora Machel, foram introduzidas formas coletivas de produção, motivadas por sentidos político-ideológicos, e que ocuparam as

melhores terras e forças de trabalho, alçando uma competição desigual com a agricultura camponesa (Coelho, 2005).

Para Coelho (2005) o Estado colonial, assim como o Estado que seguiu nos primeiros anos da independência, de proposta socialista, por objetivos distintos, combateram os conhecimentos das comunidades locais. Se, no caso do Estado colonial, porque eram uma ameaça à cristianização em Moçambique e poderiam fomentar resistência à ordem, no segundo caso, porque esses conhecimentos foram estigmatizados como “obscurantistas”, por proporem explicações ritualísticas para comportamentos da natureza e atuarem como empecilhos para a estruturação e desenvolvimento do país. Segundo o economista Yasser Arafat Dadá (2025) as políticas de reassentamento criadas pelo governo neste período e motivadas por cheias ou secas refletiam uma visão do governo de redução da vulnerabilidade, ou seja, viver afastado dos riscos, mas em suma implicaram com rupturas socioeconômicas e culturais.

A historiadora moçambicana Teresa Cruz e Silva (2015) reflete como Moçambique, a exemplos de muitos outros casos no continente africano vivenciou e vivencia a desestruturação completa e permanente de suas comunidades, seja pela atuação de missionários e colonizadores, pela escravatura, pela criação de companhias, por problemas no comércio e pelas guerras. Olhando para o presente, se esses grupos não são mais encaminhados para aldeias comunais, continuam a ser desestruturados quando há descoberta de fontes de carvão, petróleo, gás ou diamante e levados para contexto completamente distintos de suas práticas habituais. Cruz e Silva (2015, p. 12) discute como:

Moçambique que foi durante muito tempo, e ainda é ciclicamente dominado por aquilo que nós chamamos “as calamidades naturais”, com regiões marcadas por secas ou por cheias. E tradicionalmente as pessoas têm formas de proteção da natureza --no Brasil também têm ou em qualquer sítio do mundo-- proteção da natureza, preservação das florestas, das águas, sabem como se proteger se há uma seca ou se há uma cheia. Hoje, não sabem mais, porque as comunidades foram completamente desestruturadas. E não estou a falar de uma tradição estática, estou a falar dos conhecimentos, o aprendizado das pessoas vai adquirindo com o evoluir do tempo, porque as pessoas não ficam toda a vida com os mesmos conhecimentos, mas vão aprendendo e incorporando novos saberes nas sociedades. Então, isso é um problema gravíssimo e que acontece nos países chamados subdesenvolvidos, e nos outros também, mas aí é pior.

Em contrapartida, a historiadora também pontua que as experiências de desestruturação comunitária foram mobilizadoras para o aprendizado. Pensando nos desafios contemporâneos em Moçambique, essas comunidades através do desenvolvimento de tecnologias e dos meios de comunicação, tornaram-se mais conscientes de seus direitos. Assim, a tradição pode ser

compreendida em sua dinamicidade e essas comunidades estão em constante transformação, incorporando novas práticas e reorganizando-se, o que não anula os vários exemplos de exploração em formas cada vez mais sofisticadas (Cruz e Silva, 2015).

Apenas dois anos da independência, a instalação de uma guerra civil em Moçambique, representada por duas propostas ideológicas opostas de condução da jovem nação, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)¹⁸, viria a acentuar o cenário de vulnerabilidade no enfrentamento de desastres, extinguindo a capacidade de resposta comunitária a ocorrências climáticas. Foi durante os dezesseis anos de guerra que se deu o maior processo de deslocamento populacional, afetando 40% da população moçambicana, entre refugiados em países vizinhos e deslocados internos. Segundo Coelho (2005, p. 243), essa rede de conhecimentos “foram ainda mais erodidos e as comunidades rurais perderam praticamente por completo a capacidade de se instituírem como interlocutoras nas ações nacionais de resposta às calamidades naturais”.

Os percursos históricos de Moçambique foram, portanto, cruciais para a construção de um ambiente vulnerável que desencadearia um desastre socioambiental em 2019, com a passagem dos ciclones Idai e Kenneth. O relatório PNDA (Post-Disaster Needs Assessment) ou Avaliação de Necessidades Pós-desastre, em tradução livre, solicitado pelo Governo de Moçambique ao Banco Mundial por meio da instalação de um gabinete técnico contextualiza que antes da passagem dos ciclones em 2019, Moçambique já registrava um quadro grave de insegurança alimentar. Um período de secas nas regiões sul e centro do país registrado no ano anterior, as mesmas regiões que seriam as mais afetadas pelos ciclones, comprometeu a produtividade agrícola da safra 2018-2019. Segundo dados coletados pela Secretaria Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique (SETSAN), entre setembro e dezembro de 2018, 1,78 milhão de pessoas estavam em situação grave de insegurança alimentar. O índice representa 6,4% do total de 27.909.798 habitantes em Moçambique, segundo o censo de 2017.

Os ciclones ainda comprometeram eventos importantes no país, como as eleições gerais que estavam previstas para ocorrerem em outubro de 2019, a efetivação de novos acordos de descentralização e de um processo de paz entre governo e Renamo. O conjunto de situações, atrelado a um processo histórico violento, culminaram em mais uma vivência de desastre socioambiental no país. E, de fato, não foram atípicas as experiências de fenômenos climáticos, muitos destes desencadeando desastres, conforme a tabela abaixo.

¹⁸ Para uma discussão aprofundada sobre o surgimento da Renamo, ver VISENTI, Paulo Fagundes. As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012.

Tabela 2 – Lista de ocorrências de ciclones em Moçambique (1971-2025)

ANO(S)	DESIGNAÇÃO	ESCALA SAFFIR-SIMPSON	ÁREAS AFETADAS
1971-1972	Ciclone Eugenie	Categoria 1	Inhambane
1978-1979	Ciclone Angele	Categoria 3	Zambézia e Inhambane
1981-1982	Ciclone Benedict	Categoria 2	Zambézia
	Ciclone Justine	Categoria 1	Zambézia
1982-1983	Ciclone Elinah	Categoria 1	Zambézia
1987-1988	Ciclone Filao	Categoria 2	Quelimane (Zambézia)
1990-1991	Ciclone Debra	Categoria 2	Maputo
1993-1994	Ciclone Nadia	Categoria 4	Nampula, Zambézia e Sofala
1995-1996	Ciclone Bonita	Categoria 4	Zambézia
1996-1997	Ciclone Lisette	Categoria 1	Beira (Sofala)
1999-2000	Ciclone Connie	Categoria 4	Maputo
	Ciclone Eline	Categoria 4	Sofala
	Ciclone Hudah	Categoria 4	Sofala e Zambézia
2002-2003	Ciclone Japhet	Categoria 4	Inhambane e Manica
2006-2007	Ciclone Favio	Categoria 4	Inhambane
2007-2008	Ciclone Jokwe	Categoria 3	Zambézia
2011-2012	Ciclone Funso	Categoria 4	Zambézia e Cabo Delgado
2016-2017	Ciclone Dineo	Categoria 2	Inhambane

2019	Ciclone Idai	Categoria 4	Sofala, Manica e Zambézia
	Ciclone Kenneth	Categoria 4	Cabo Delgado
2020-2021	Ciclone Chalane	Categoria 1	Zambézia, Sofala e Manica
2021	Ciclone Eloise	Categoria 2	Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza
	Ciclone Guambe	Categoria 2	Gaza, Inhambane e Sofala
2022	Ciclone Gombe	Categoria 3	Nampula, Niassa e Tete
2023	Ciclone Cheneso	Categoria 1	Nampula
	Ciclone Freddy	Categoria 3	Sofala, Inhambane, Zambézia e Tete
2024	Ciclone Chido	Categoria 4	Cabo Delgado
	Ciclone Batsirai	Categoria 3	Manica, Sofala, Inhambane e Gaza
2025	Ciclone Dikeledi	Categoria 2	Nampula
	Ciclone Jude	Categoria 1	Nampula, Zambézia

Fonte: Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD); Observatório do Meio Rural (OMR); National Centers for Environmental Information (NCEI). Elaborado pelo autor (2025).

Somado às ocorrências de ciclones que atingiram Moçambique só nos últimos cinquenta anos estão ainda períodos de secas e cheias que afetaram diretamente a economia do país e a sobrevivência de milhares de pessoas. Também cabe destacar os critérios que são atribuídos para a classificação dessas ocorrências, elementos essenciais para a ação de gestão do desastre. A geofísica Maria Assunção Faus da Silva Dias (2007) explica que tornados são constituídos por ar em rotação em torno de um eixo central. Seu diâmetro pode variar entre 100 metros e 1 quilômetro com uma velocidade que varia entre 20 e 50 quilômetros por hora. Esse fenômeno, caracterizado como “um funil que vai se deslocando como um pião aparecendo abaixo de uma

nuvem de tempestade” (Dias, 2007, p. 45) tem um tempo de vida curto, ocorrendo em poucos minutos até meia hora. A nuvem de tempestade que origina o tornado é denominada Cumulonimbus, abreviada como Cb.

Assim, o tornado se estende da base de um Cb até o chão, com o movimento de rotação originado do encontro de correntes de ar em direções opostas. Portanto, “quanto mais intensas as correntes de ar ascendentes e descendentes dentro de um Cb, maior a probabilidade de formar-se um rodamoinho que evolui para o tornado” (Dias, 2007, p. 46). Em algumas situações, a formação do tornado é capaz de se deslocar do Cb e seguir uma trajetória própria por quilômetros, levando objetos e arrancando árvores e outras vegetações. Segundo Dias (2007, p. 46)

As forças que atuam no tornado são a força centrífuga e a força devida a diferenças de pressão do ar. O centro do tornado tem pressão baixa, o que atrai o ar, enquanto a rotação define a força centrífuga que afasta o ar para fora da rotação. Com o equilíbrio dessas duas forças o movimento de rotação continuaria indefinidamente. O atrito com o chão e com os inúmeros obstáculos no caminho promove uma desaceleração do tornado até sua dissipação. Quando ocorrem sobre o mar ou sobre grandes corpos d’água, os tornados podem ser vistos como uma coluna de água que se estende desde a base da nuvem até a superfície da água e, por isso, recebem o nome de tromba d’água [...].

A formação de um furacão segue o mesmo princípio do tornado, com a diferença da dimensão que pode variar em diâmetro de 500 a 1.000 quilômetros, com ventos mais fortes localizados a 50 quilômetros do eixo de rotação. Na formação de um furacão é possível identificar muitas nuvens Cb, como um vórtice de nuvens em rotação e uma região central sem nuvens, denominada de “olho do furacão”. Um furacão pode persistir por diversos dias, chegando a uma semana, sendo que as nuvens Cb que o constituem possuem um ciclo de vida de 1 a 2 horas, em um processo contínuo de formação e decaimento. Na formulação de forças de um furacão, além da força gradiente de pressão que aponta para a região de baixa pressão no centro e a força centrífuga que aponta para a fora, há também a atuação de mais uma força, derivada da velocidade de rotação da Terra, a Coriolis, apontada no sentido contrário da força devido ao gradiente de pressão.

Quando um conjunto de tempestades persistem por mais de um dia formam uma região de pressão relativamente mais baixa que o entorno das tempestades, dando início a um movimento de rotação. Nesse momento onde a ocorrência de rotação torna-se perceptível passa a ser definida como um ciclone tropical. Uma baixa pressão no ponto central do ciclone é realizada com a liberação de calor latente de mudança de fase, na formação de gotas de água e

pedras de gelo a partir da água na fase gasosa. A condensação de uma grama de vapor d'água libera cerca de 2.500 joules de energia, gerando a diminuição da pressão do ar no centro. Essa pressão baixa, por sua vez, gera o aumento da velocidade de equilíbrio dos ventos que giram ao seu redor. O aumento da velocidade dos ventos provoca um aumento na evaporação de água dos oceanos, especialmente se forem águas quentes, como é o caso do Oceano Índico. A evaporação das águas gera energia para manter essa formação. No entanto, Dias (2007) esclarece que nem todo ciclone tropical se torna um furacão, sendo que na maioria dos casos há a dissipação da tempestade antes que isso ocorra. Para a formação de furacão, a velocidade alcançada pelos ventos possui um papel crucial.

Quando os ventos são relativamente constantes desde a superfície terrestre até vários quilômetros de altura há condições ideais para a manutenção do furacão. Ventos que aumentam muito de velocidade em níveis mais altos quando comparados com os níveis mais baixos acabam por atrapalhar a formação do vórtice quase estável do furacão [...]. Após a formação sobre as águas quentes dos oceanos, os furacões se deslocam a velocidades variáveis entre 20 e 50 km/h, e seu tempo de vida pode ser de vários dias. Ao atingir os continentes provocam grande destruição nas regiões costeiras, mas vão aos poucos perdendo a intensidade pois deixam de ser alimentados pela evaporação da água dos oceanos. (Dias, 2007, p. 48)

Como apresentado na tabela, os ciclones são classificados em uma escala de 1 a 5, denominada escala de Saffir-Simpson, criada em 1970. O critério principal de categorização é a medição dos ventos e visa projetar os danos potenciais de sua evolução, especialmente ao atingir o solo. Outros aspectos como inundações decorrentes da elevação do nível do mar também são consideradas para a classificação. Na Categoria 1 observa-se ventos de 120 a 150 km/h e elevação do nível do mar de 1 a 1,5 metro. Nesse contexto, não são observados danos em construções, embora possam ocorrer na vegetação da costa. Na Categoria 2 observa-se ventos que variam de 150 a 180 km/h e elevação do nível do mar que varia entre 1,5 e 2,5 metros. Em termos de consequências, podem ocorrer danos estruturais em telhados, portas e janelas e danos consideráveis na vegetação, como árvores. As regiões costeiras são inundadas por um período de 2 a 4 horas antes da chegada do ciclone.

Na Categoria 3 da escala, os ventos podem variar entre 180 a 210 km/h, com elevação do nível do mar de 3 a 4 metros. Nesse cenário, danos estruturais são observados em pequenos edifícios e a destruição completa de construções frágeis. As regiões costeiras são inundadas com até 15 quilômetros de distância da costa. Um ciclone de Categoria 4, como foi classificado os ciclones Idai e Kenneth em 2019 possuem ventos de 210 a 250 km/h e elevação de 4 a 6 metros do nível do mar. Nestes casos, ocorrem danificações severas a paredes, telhados, portas

e janelas. A vegetação, entre arbustos e árvores, é completamente destruída. Áreas mais baixas que três metros acima do nível do mar, em uma extensão de até dez quilômetros da costa podem ser inundadas por um período de 3 a 5 horas antes da chegada do ciclone. Na Categoria 5, a velocidade dos ventos supera os 250 km/h e a elevação do nível do mar ultrapassa os seis metros. Nesse ambiente, a destruição de edifícios e casas é completa, assim como a vegetação. Áreas mais baixas que cinco metros acima do nível do mar, por uma extensão de até dezesseis quilômetros da costa, podem ser inundadas de 3 a 5 horas antes da chegada do ciclone.

Os dados apontados pela escala Saffir-Simpson são intensificados quando aplicados em contextos marcados por altos índices de vulnerabilidade, casos em que as estruturas de habitação não são adequadas para resistir a eventos climáticos como esses ou em que a economia e sobrevivência são dependentes do cultivo. Em Moçambique, só nas últimas duas décadas, foram cinco ciclones de Categoria 4 e quatro de Categoria 3, muitos destes atingindo as mesmas províncias, como Cabo Delgado e Zambézia. Observando a Tabela 1 é possível verificar como nas últimas décadas tem se intensificado a ocorrência desses fenômenos e com um agravamento dos seus danos. Após a passagem de um ciclone e a destruição completa de uma cidade, pode-se levar anos para o restabelecimento estrutural dessas localidades, isso quando este cenário é possível de ser realizado, o que na maioria dos casos não chega a ser concretizado. Ou seja, muitas dessas localidades sequer conseguem se restabelecer antes que um novo desastre socioambiental se abata sobre elas. Isso sem considerar os aspectos psicológicos e sociais que sequer podem ser resolvidos por completo e que, neste caso, a dimensão literária do desastre é capaz de demonstrar, conforme será abordado no próximo no item 3.4 do capítulo.

Diante das experiências de desastres socioambientais, como secas, cheias e ciclones, as comunidades camponesas em Moçambique têm desempenhado estratégias de adaptação com o intuito de minimizar os danos. Entre as práticas desenvolvidas nos últimos anos está a diversificação espacial das machambas, os terrenos agrícolas, de forma a evitar os riscos de perdas totais em casos de desastres. O grande obstáculo, no entanto, conforme apontado por Dadá (2025) é a intensiva concessão de terras férteis a investidores privados e a consequente pressão demográfica. A diversificação das culturas foi outra estratégia adotada pelas famílias camponesas nas últimas décadas, combinando cultivo de milho, arroz, feijão, amendoim, mandioca e batata-doce, com o objetivo de garantir a colheita independentemente da ação das chuvas e secas, mitigando os denominados “meses de fome” (Dadá, 2025).

Em situações decorrentes de desastres socioambientais, a solidariedade entre os indivíduos cumpre um papel fundamental através de práticas tradicionais como o xitique, prática majoritariamente feminina, normalmente traduzida como o ato de poupança e crédito rotativo entre um grupo determinado de pessoas. A tradução do termo tsonga, no entanto, não contempla a complexidade e especificidade da prática, que designa para além do hábito de poupar, a ação de deixar algo de lado em prol do benefício coletivo, envolvendo-se em um objetivo que sublinha o significado de comunidade (Trindade, 2018). Outras ações como a partilha de alimentos, auxílio na atividade agrícola e consumo de alimentos silvestres em situação de falta das culturas tradicionais, também configuram estratégias locais de mitigação dos danos.

Os saberes tradicionais, captados a partir da observação e que guiam a tomada de decisões a partir da previsão de temporadas de chuva, por exemplo, são movimentos importantes, embora, como mencionado, sejam práticas que foram perdendo êxito devido ao processo de deslocamento forçado operado pelo governo colonial e no pós-independência. Nesses casos, as mudanças climáticas e a ampliação dos fenômenos também comprometeram a capacidade de antecipação e previsão dessas comunidades.

A gestão pública, por outro lado, tem apresentado algumas ações de amparo e gestão dos riscos climáticos, embora nem sempre alinhadas com as comunidades locais. No período pós-independência (1975), Dadá (2025) destaca quatro fases de desenvolvimento do processo de gestão pública frente aos desastres. Os primeiros quinze anos da independência (1975-1990) foram marcados pela assistência humanitária internacional no pós-desastre. Nesse período, houve uma forte dependência das ações de Organizações Não Governamentais (ONGs) e de agências do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Nações Unidas, como o Programa Alimentar Mundial (PAM). A solução proposta pelo governo, como discutido anteriormente, foi a criação de aldeias comunais, com a intenção de deslocar a população das áreas de risco.

Com o fim da guerra civil em 1992 e a virada do milênio foram estruturadas as primeiras políticas de gestão. Em 1999 é aprovada a Política Nacional de Gestão dos Desastres, com princípios de prevenção, preparação e resposta. Neste mesmo ano é criado o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), com ações multissetoriais, criação de fundos de contingência e tentativas de envolvimento das comunidades locais nas tomadas de decisões. Em 2005, o INGC passa a ser tutelado pelo Ministério da Administração Estatal, com o objetivo de estreitar as relações com as províncias.

O ano seguinte, 2006, inaugura uma nova fase na gestão dos desastres com a criação do Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) e o tema da gestão de desastres é integrado na planificação nacional, incluindo o Plano Diretor para a Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (2006-2014), o Plano Quinquenal do Governo e o Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARPA) (Dadá, 2025). É nesse momento que a redução dos riscos de desastres é vista como associada aos projetos de luta contra a pobreza em âmbito nacional. Como extensão do INGC, foram criados Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC), com o objetivo de promover a mobilização comunitária e a educação para a redução dos riscos. É desse período também a elaboração do Perfil Nacional sobre Mudanças Climáticas e o Programa de Ação Nacional de Adaptação (NAPA), documentos que identificaram as ações prioritárias na gestão dos desastres, como o desenvolvimento de sistemas de alerta mais rigorosos, introdução de culturas mais resilientes aos períodos de seca e a gestão das bacias hidrográficas nacionais.

Na última década outras ações importantes foram realizadas, como a aprovação da Lei nº 15/2014 de Gestão de Calamidades. Esse instrumento legal é considerado um passo importante porque introduz e detalha as responsabilidades do Estado, do setor privado e da sociedade civil na gestão dos desastres, como também exige a criação de planos de contingência anuais e a operacionalização dos níveis de alerta (Dadá, 2025). Em novembro de 2012 foi publicada a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (ENAMMC 2013-2025). No documento, a visão de resiliência climática é introduzida no eixo de desenvolvimento nacional, prevendo ações na agricultura, infraestrutura, recursos hídricos, proteção costeira, saúde e inclusão de gênero. Destaca-se também que muitos dos avanços nesse tema foram acompanhados pela produção do conhecimento científico, como os desenvolvidos no âmbito da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

Foram essas as estruturas e planejamentos de ações que encontraram o ciclone Idai, considerado um dos mais desastrosos a ocorrer na região Sudoeste do Oceano Índico e Hemisfério Sul. O ciclone teve origem em uma depressão tropical nas águas do Canal de Moçambique no dia quatro de março de 2019. Bié (2022, p. 90) descreve a trajetória do ciclone.

Após sua formação, o Idai fez sua trajetória para o norte penetrando imediatamente na costa de Moçambique em seu primeiro landfall às 12 UTC do mesmo dia. Nos 5 dias subsequentes, o sistema moveu-se para o interior do continente sobre a porção noroeste do país como uma tempestade/depressão tropical e com o vento máximo entre 10-15 m/s. Às 00 UTC do dia 7 de março, o Idai atingiu o seu ponto mais ao norte e fez uma curvatura no sentido anti-horário e tomou um curso para leste em direção ao oceano, onde adentrou o Canal de Moçambique às 00 UCD de 9 de março.

Nos dias que se seguiram, o Idai encontrou condições favoráveis para sua intensificação no Canal de Moçambique, como a temperatura da superfície do mar (TSM) e variações bruscas na velocidade e direção dos ventos, fenômeno denominado cisalhamento, com um aumento de intensidade para 49 m/s no dia onze de março (Bié, 2019). O Idai atingiu a costa na noite do dia quatorze para quinze de março, próximo à cidade da Beira, na província de Sofala. Os ventos fortes alcançaram os 220 quilômetros por hora e a precipitação superior a 200 mm em menos de vinte e quatro horas ocasionou inundações nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia, Tete e Inhambane, com rios superando os dez metros de altura do nível do mar. Entre as diversas consequências, uma grande ressaca abateu a costa da Beira e áreas circundantes. Dados oficiais divulgados pelo governo estimam que 3.000 km² de terras e 715.378 hectares de cultivo foram inundados (PNDA, 2019). Ao final de abril, mais de 400.000 pessoas já haviam sido deslocadas, muitas dessas foram distribuídas nos 164 centros de acolhimento temporários construídos em quatro províncias. No total, foram contabilizadas 1.641 pessoas feridas e 603 mortos. Além disso, entre 27 de março a 25 de junho de 2019 foram registrados 64.564 casos de cólera (INS, 2019). A fotografia abaixo ilustra a dimensão do desastre no distrito de Buzi, com a marca da água nas paredes da casa demonstrando o alcance da inundação e a destruição da vegetação no entorno.

Figura 6 – Homem acenando próximo de sua casa após a passagem do Idai



Fonte: G1. Foto de Reuters/Siphiwe, 2019.

As vidas de seres não-humanos também foram afetadas. Estima-se que mais de nove mil animais foram mortos com a passagem do ciclone e outros cinco milhões necessitam de vacinas devido ao contato com contaminação das águas. Uma área de tanque de peixes com mais de 116.000 m² foi totalmente destruída. O fornecimento de energia elétrica foi comprometido com danos a pelo menos duas usinas de geração elétrica, 1.345 quilômetros de linhas de transmissão, 10.216 quilômetros de linhas de distribuição, trinta subestações e 4.000 transformadores. Danos severos nas rodovias também dificultaram a chegada de ajuda. Foram 3.490 quilômetros de rodovias danificadas, representando 29% das rodovias de todo o país, além da destruição de ferrovias e pontes. Estruturas básicas como escolas e unidades de saúde também foram prejudicadas. Pelo menos 1.372 escolas tiveram impactos na sua estrutura, 89 unidades de saúde foram parcialmente destruídas e 3 completamente destruídas, além de 15 edifícios históricos que foram gravemente danificados (PDNA, 2019).

Aqui procurou-se analisar a relação desse jovem país com fenômenos climáticos como ciclones, enfatizando como as condições geográficas e ambientais, combinadas com mudanças climáticas e um contexto de vulnerabilidade historicamente construído resultaram em experiências de desastres socioambientais em Moçambique. O ciclone Idai, particularmente, demonstra o alcance dos danos gerados para todas as formas de vida. É neste contexto que o escritor Mia Couto desenvolve o romance “O mapeador de ausências”. Nesta narrativa, o ciclone Idai surge no território apenas nas últimas linhas do romance. Não são ficcionalizados os danos e o impacto posterior ao ciclone, nem são narrados os dias traumáticos que milhares de pessoas passaram naquele fatídico março de 2019.

Por outro lado, Mia Couto opta por tratar do ciclone a partir de sua espera. A notícia da chegada do ciclone é anunciada nas primeiras páginas do romance e é a partir desse anúncio que a história é desenvolvida. Enquanto aguarda, Diogo Santiago, é envolvido em memórias até então desconhecidas, a da história de sua família e, particularmente, de seu pai no envolvimento na luta pela independência do país. A relação construída pelo autor entre a chegada do ciclone e as memórias do passado recente não é aleatória nem mera coincidência, como se buscará demonstrar adiante. Nesse ínterim, cabe compreender alguns dos aspectos que marcaram o processo de independência em Moçambique.

3.2 A LUTA DE INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

Ao analisar a produção historiográfica realizada em Moçambique, o historiador João Paulo Borges Coelho (2019) a define como uma produção escassa, mas não sem motivo. Para o autor, o desinteresse pela história que permeou por décadas a formação educacional combinados com as dificuldades de acesso dos moçambicanos ao ensino superior, são heranças da colonização, mas não apenas. O desinteresse pelo passado é também atribuído ao nível das relações que foram estabelecidas entre política e história nos primeiros momentos da independência. Entre essas relações, a construção de um monopólio narrativo de explicação do passado, realizado pela Frelimo e a centralização da narrativa sobre a libertação, representada por um Roteiro da Libertação, que visou legitimar a autoridade então instituída e torná-la inquestionável (Coelho, 2019).

Mesmo após a assinatura dos Acordos Gerais de Paz, em 1992, que deram fim aos anos de guerra no país, no âmbito político e social, ainda se fazem sentir as marcas da colonialidade (Quijano, 2005), conceito importante para explicar como lógicas de desumanização, próprias de contextos de colonização, continuam atuando mesmo quando inexitem colônias formais. No caso de Moçambique, essas marcas são percebidas nas experiências sociais, marcadas por altos índices de desigualdades e por uma recusa, por parte de alguns grupos, em discutir ou relembrar o passado, optando estrategicamente pelo silêncio.

Um exemplo desse fenômeno foi relatado pelo escritor Mia Couto, em uma entrevista que me foi concedida em 2020¹⁹. Na época, discutia-se o processo criativo de sua trilogia, “As Areias do Imperador”, em que o autor revisita um recorte da colonização portuguesa no território em fins do século XIX. Para escrever os romances, o autor optou por usar da imaginação, mas também percorreu um caminho de pesquisa, acionando pessoas que de algum modo poderiam contribuir na formulação literária desse passado colonial. Muitas das pessoas com quem Mia Couto entrou em contato, no entanto, se recusaram a falar sobre o passado e mesmo o aconselharam a deixar de lado isso, como uma ferida que ainda não tivesse sido cicatrizada.

Como Mia Couto (*apud* Vieira, 2022) refletiu à época, por que há o medo em reconhecer algo, como a colonização, se isso estivesse enterrado no passado? Isso significaria que havia coisas que não eram propriamente do passado e, portanto, permaneciam vivas e atuais. A mesma reflexão pode ser aplicada aos anos de luta pela independência e o cenário que se desenhou logo após isso. O passado colonial em Moçambique, bem como os anos de guerra pós

¹⁹ Entrevista concedida por Mia Couto ao autor, originalmente transcrita na dissertação “As areias do imperador” no contar de uma paisagem in(visível): a trilogia de Mia Couto em uma perspectiva decolonial” (2022).

independência, são processos históricos ainda não resolvidos nesta jovem nação. Acerca desse processo, Coelho (2015) mobiliza Todorov (2004) quando o filósofo e linguista discute que lembrar é sempre um processo seletivo guiado por critérios do presente. Assim,

todos os Estados desenvolvem mecanismos próprios para tentar controlar e utilizar o passado de forma a criar uma memória política que favoreça os seus desígnios, memória que se espera vir a ser transformada, no futuro, em memória colectiva ou histórica, sendo que a primeira é partilhada por todos no presente e a segunda capaz de sobreviver na *longa duração*. (Coelho, 2015, p. 156)

O Roteiro de Libertação, que narra os anos de luta que culminaram na independência moçambicana é designado como um “corpus narrativo coerente e fixo, constituído por uma sequência de eventos numa linha temporal e organizados em algumas grandes fases separadas entre si por congressos da Frelimo que operam como pontos de periodização” (Coelho, 2019, p. 5). No entanto, essa narrativa permanece predominantemente verbal. O historiador reflete que nas décadas que se seguiram à independência, não houve movimentos concretos de escrita de uma história oficial desse processo, excetuando-se a publicação fragmentária de discursos do presidente Samora Machel. Considerando que o projeto político estabelecido no pós-independência visava romper com a tradição e inaugurar a modernidade, a escolha por manter a história exclusivamente verbal não poderia ser atribuída somente a uma cultura de tradição oral.

Manter a narrativa da independência no âmbito da oralidade serviu para resolver os desvios ao cânone, manter afastadas as críticas e preencher as possíveis lacunas deste processo, “como se o mundo colonial fosse identificado com o tempo do mal, de onde nem sequer a experiência podia ser colhida” (Coelho, 2015, p. 158). O projeto político implantado na independência visava construir uma história “do zero” e para tanto, era preciso deixar de lado o passado. O aspecto verbal da narrativa permitiu assim sua flexibilidade conforme às demandas que eram apresentadas e solucionar as muitas problemáticas postas em 1975,

Ao nível regional, o ambiente era altamente hostil, com a presença de um vizinho rodesiano muito agressivo e a extraordinária ameaça representada pela África do Sul do apartheid. Internamente, os desafios consistiam em conseguir controlar um Estado e um país que emergiam dos duros tempos coloniais e necessitavam de transformações profundas. Quase tudo tinha de ser feito desde o início. Apesar da sua magnitude, a tarefa era encarada com grande confiança e otimismo. O ato de governar era visto como a continuação daquilo que tinha sido feito com tanto sucesso durante a luta armada. Embora transferido para a cidade, o poder era muito direto e estava aberto a uma dinâmica centrípeta com a forte influência da sua base rural. O Estado colonial tinha de ser desmantelado e substituído por um novo Estado de base popular. As soluções dos problemas encontravam-se na sabedoria popular. (Coelho, 2019, p. 6)

Os novos ares que preenchiam os céus de Moçambique vinham de um contexto mais amplo, quando em 25 de abril de 1974 era deposto o Estado Novo português, vigente desde 1933. Desde a Segunda Guerra Mundial, o governo português já sentia a pressão por uma revisão da concepção de suas colônias. Os soldados africanos que retornaram dos fronts para seus locais de origem, traziam na bagagem a experiência da discriminação, mas também uma consciência da segregação e do desejo de lutar pela liberdade. A ideia de uma “superioridade” branca que havia sublinhado as campanhas de conquista dos territórios africanos mostrava-se frágil em meio a uma Europa destruída. A repressão de projetos de emancipação e da luta por igualdade encorajaram ainda mais esses grupos, pertencentes a diversos setores da sociedade. Assim, temas como anticolonialismo e panafricanismo ganhavam cada vez mais espaço nas conversas pelo ultramar.

O Estado Novo português, concentrado nas mãos de António de Oliveira Salazar, buscou articular projetos para combater as sementes de emancipação. Em 1951, realiza uma revisão constitucional (Lei nº 2.048, de 11 de junho de 1951), onde retorna a designar as colônias como “províncias ultramarinas” e “parte integrante do estado português, solidárias entre si e solidárias com a metrópole (artigo 135)” (Cabaço, 2009, p. 157). É com esse artifício jurídico, que Portugal irá questionar a alegação de não cumprimento da Carta Orgânica da Organização das Nações Unidas que discorria acerca do direito de autodeterminação dos territórios administrados pelas metrópoles imperiais. O contra-argumento português era de que sendo integrantes da nação portuguesa, as colônias eram tão independentes quanto a independência de Portugal.

A Conferência de Bandung, na Indonésia, em abril de 1955 foi uma ação importante no avanço da luta anticolonial. Com a participação predominante dos países asiáticos, mas também com seis delegações africanas, Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Líbia, Libéria e Sudão, além de movimentos nacionalistas das colônias, a conferência repercutiu transformações profundas no pensamento anticolonial a nível global. Segundo Cabaço (2009, p. 158) “Nasceram em Bandung dois novos conceitos nas relações entre as nações: o dos ‘países do sul’, como interlocutores dos países mais ricos, e o de seu ‘não alinhamento’, isto é, de sua autonomia dos blocos da Guerra Fria”. A ideia de liberdade e autonomia dos povos ganhava mais eco a cada dia.

Neste processo, a oposição à manutenção do sistema colonial na metrópole era representada pelo Partido Comunista Português. Ilegais e perseguidos pelo Estado Novo, o PCP

teve como objetivo desde a década de 1930, auxiliar na luta de libertação nas colônias. No entanto, ainda predominava uma visão de tutela, gerada pela compreensão da incapacidade das colônias de alcançarem a independência sozinhos. Desse modo, foram instigados a criarem núcleos partidários no interior das colônias com o objetivo de organização e mobilização. Mas a constituição e ampliação dos Movimentos de Libertação e o início da luta armada responderam a uma dinâmica própria. Coelho (2015) reflete que a natureza do colonialismo português e todas as tratativas para sua perpetuação podem ter contribuído no processo de radicalização da luta por emancipação em Moçambique, “uma radicalização que transformou o sentido da independência e fez dela muito mais que uma mera substituição das elites políticas, de facto uma revolução política e social” (Coelho, 2015, p. 154). Em 16 de junho de 1960, em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, seria realizada uma das primeiras manifestações reivindicativas de autonomia, com organização e objetivos políticos. A ação, contudo, seria contida violentamente pelo exército português.

Na metrópole, o movimento antissalazarista ganhava mais força desde a manipulação do processo eleitoral de 1958, que forçou o exílio do candidato da oposição, o general Humberto Delgado. Seguiram-se outras ações de protesto, como a tomada do navio de cruzeiro “Santa Maria” por oposicionistas luso-espanhóis em 1961, ganhando manchetes em jornais internacionais. O enfraquecimento do salazarismo contribuiu para que em dezembro daquele mesmo ano, o exército da União Indiana tivesse sucesso em sua campanha de libertação dos territórios de Goa, Damão e Diu, após 451 anos de domínio português. Meses antes, em abril, o então Subsecretário do Estado da Administração Ultramarina, Adriano Moreira, foi nomeado Ministro do Ultramar.

Entre as primeiras ações, buscou colocar em prática as teses do lusotropicalismo, como um novo modo português de atuar na África e potencializar a diplomacia. Assim, foi abolido o Estatuto do Indigenato, dispositivo jurídico que negava a cidadania dos povos nativos das colônias, visando sua assimilação gradual. No âmbito do trabalho, foi estabelecida a uniformização dos critérios de fixação de salários-mínimos, criação de acordos coletivos de trabalho e de inspeção do trabalho. Neste momento a concepção de povo português ampliava-se para uma designação multiétnica e multicultural. Segundo Cabaço (2009, p. 171)

As “reformas” não alteraram a natureza das relações sociais em Moçambique. Pelo contrário, nos primeiros anos da década de 1960, os colonos, aterrorizados com a “revolta dos negros”, acentuaram sua desconfiança e intensificaram a distanciação social. As novas leis promulgadas pareciam ameaçar as fronteiras do dualismo da ordem colonial, garantia de privilégios “inatos”. Seus receios se mostrariam em breve fundamentados: o anúncio do direito à cidadania

abriu possíveis espaços nos horizontes das populações, especialmente as urbanizadas e periurbanas, e fez crescer expectativas. Respaldados pelo anúncio da lei, os mais corajosos começaram a contestar situações decorrentes da prepotência em que, até então, se fundava o poder dos ocupantes. Reivindicações reprimidas iam lentamente ganhando forma: pretendia-se acesso à educação, liberdade de movimento, mobilidade laboral, acesso a espaços até então interditos. Com algumas exceções, eram ainda reivindicações tímidas, medindo os riscos e as reacções. Mas os colonos sentiam-nas.

Neste contexto, a relação entre Igreja e Estado, que havia atuado fortemente no princípio da colonização, com o discurso de uma missão civilizadora e evangelizadora e da designação de Portugal como o povo escolhido para liderar esse caminho, recebe novas nuances. Embora a Constituição Portuguesa de 1933 tenha definido a separação entre Estado e Igreja e reconhecido a liberdade de culto, na prática, as representações religiosas continuariam atuando no sentido de promover o discurso colonial. Um episódio que exemplifica o exercício dessa influência ocorreu em 1964, mesmo ano que daria início a luta de libertação liderada pela Frelimo. Na ocasião, o então bispo auxiliar de Lourenço Marques, Custódio Alvim Pereira, ordenou para que fosse lida em todas as igrejas e seminários de Moçambique uma circular, que entre outros temas, discutia sobre a independência

I. A independência é uma coisa indiferente para o bem-estar dos homens. Só é boa quando se verificam as condições geográficas e culturais que a pressupõem. Estas últimas ainda não estão realizadas em Moçambique. [...]

III. Mesmo quando se tiverem verificado, a Mãe Pátria tem o direito de se opor à independência, desde que assegure o respeito da liberdade e bem-estar civil e religioso. [...]

V. Quando o movimento [de independência] é terrorista, o clero tem a obrigação não só de se abster, mas até de se opor. [...]

VII. Os povos africanos têm a obrigação de agradecer aos ditos povos colonialistas pelos benefícios que receberam deles. [...]

X. O slogan “África para os africanos” é uma monstruosidade filosófica e um desafio à civilização cristã, porque os acontecimentos actuais mostram-nos que é o comunismo e o islamismo que querem impor a sua civilização aos africanos. (Bertulli, 1974 *apud* Cabaço, 2009, p. 210)

Um papel importante na construção de um pensamento nacionalista em Moçambique foi o desempenhado pelas missões protestantes e, particularmente, a Missão suíça, com uma forte atuação social, educacional e do processo de assimilação. Por meio de suas abordagens, essas missões religiosas, incluíam as línguas locais nas escolas, contribuindo para desenvolver indivíduos críticos em relação ao modelo colonial posto. Exemplo maior dessa atividade é a construção de uma identidade étnico-linguística tsonga. Segundo a historiadora Teresa Cruz e

Silva (1998, p. 399), “O ensino da leitura e da escrita em língua vernácula e o seu uso para a evangelização reforçaram a noção de pertença a uma colectividade com a qual a população se identificava e compartilhava certos atributos”. A Missão suíça atuou também no desenvolvimento do jornalismo vernáculo, escrito em tsonga. Abrangendo as regiões do Transvaal, Maputo e Gaza em Moçambique, essas publicações, por mais que tratassem dos interesses da Igreja, publicavam sobre os acontecimentos políticos da época, contribuindo para a socialização de uma identidade cultural.

Desde o seu estabelecimento em Moçambique, no século XIX, a Missão suíça desempenhou um papel de oposição à dominação política do território. Vários dos aspectos de sua estruturação foram compreendidos pelo Estado colonial como um encorajamento à independência de Moçambique, entre eles o processo de autonomia nas lideranças da Igreja, entregues a moçambicanos, uma organização interna hierárquica e formada por órgãos representativos que contribuíram para uma experiência democrática e a participação na formação de uma elite negra instruída.

Eduardo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Frelimo, teve contato direto com a educação da Missão suíça. Nascido no distrito de Manjacaze, no sul de Moçambique e descendente da linhagem Khambane, uma família tradicional de chefes africanos (Silva, 2023), quando criança foi influenciado por amigos a ingressar na escola da Missão em Maússe, mesmo não sendo cristão. Após concluir o ensino rudimentar em 1936, foi através dos contatos realizados na Missão e incentivo financeiro que conseguiu continuar seus estudos na África do Sul, no curso de serviço social da Universidade de Witwatersrand. Posteriormente, estudou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e por intermédio da Igreja Metodista, se candidatou e obteve uma bolsa do Fundo Phelps Stokes para estudar nos Estados Unidos, onde obteve seu bacharelado em Sociologia em 1952 na Oberlin College (Sansone, 2013). As vivências acadêmicas, financiadas e incentivadas pela igreja protestante foram importantes à medida que o colocaram em contato com um ambiente reconhecido por formar outras lideranças africanas, como Ralph Bunche.

Em 1960, Mondlane visita Moçambique, o que irá inflamar o sentimento independentista de diferentes áreas da sociedade de Lourenço Marques. A Igreja Presbiteriana em Moçambique, por sugestão de Mondlane, criou a Comissão de Auxílio aos Estudantes Moçambicanos (CAEM), incentivando jovens a estudarem. Um grupo de escritores e jornalistas, entre eles José Craveirinha e João Salva Rey, fundou em 1962 o jornal “A Tribuna”, de orientação anticolonial. Outros grupos também são reunidos, como a Associação dos

Naturais de Moçambique, representada pelo presidente António Cabral, filho de um ex-governador-geral. Na Associação são reunidos intelectuais e empresários aliados na construção de um Moçambique independente. Cabaço (2009, p. 288-289) descreve a formação da Frente de Libertação de Moçambique neste momento

Em fevereiro de 1961, o professor de antropologia na Universidade de Syracuse, Eduardo Mondlane, desde 1957 investigador do Departamento de Protetorados da ONU, realiza uma visita particular a Moçambique, onde, não obstante a apertada vigilância da PIDE, consegue realizar encontros com os núcleos anticolonialistas. De regresso aos Estados Unidos da América, abandona seu lugar na organização e, como peticionário, apresenta um relatório ao Comité de Descolonização das Nações Unidas sobre a situação em Moçambique. Esse acto reforça o prestígio que já granjeava entre os patriotas moçambicanos. Em 25 de junho de 1962, com Tanganyika em período de transição, estabelece-se naquele país, de onde contacta as organizações políticas existentes que consegue fundir, não sem problemas, na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), da qual é eleito presidente. A ele se juntam, no processo de formação da Frente, intelectuais, 40 estudantes e outros, 40 compatriotas vindos do exílio ou do interior do território.

Em 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado pela polícia política portuguesa. Na direção da Frelimo foi nomeado Samora Machel, que conduziria a luta armada até à independência, quando assumiria o posto de presidente do país. Machel era considerado como tendo uma postura mais radicalizada que seu antecessor por representar a ala militar do partido. Os primeiros combatentes tiveram um treinamento militar na Argélia, geograficamente e ideologicamente próximos de países que já haviam alcançado a independência por caminhos similares. Após treinados, esses combatentes mantiveram-se estrategicamente na Tanzânia, “que servia como base e posto de treinamento, que denominavam Centro de Formação do Homem Novo” (Visentini, 2012, p. 92). As primeiras operações ocorreram em setembro de 1964, tendo como alvo pontos administrativos e militares em Cabo Delgado. Visentini (2012, p. 92) destaca que

No tocante ao efetivo da Frelimo, no início das operações possuía o seguinte contingente: em 1964, a guerrilha contava com 250 homens, contra 35 mil soldados portugueses; em 1967 atingia 8 mil homens treinados, contra um efetivo de aproximadamente 65 mil a 70 mil soldados portugueses (Mondlane, 1995, p. 114). Obviamente a capacidade militar portuguesa era bem maior do que a moçambicana, tanto em quantidade de homens quanto em recursos a serem gastos com a guerra; contudo, havia muitos problemas para Portugal: a população moçambicana era, em sua maioria, hostil aos portugueses; a Frelimo era composto por moçambicanos, ao passo que o exército português era composto por um efetivo estrangeiro lutando em território desconhecido; e a luta em Moçambique, assim como em outras colônias portuguesas, tornava-se um problema interno para o governo de Portugal, pois ocorriam gastos excessivos e não havia apoio popular.

Apesar da diferença no número de combatentes, as estratégias adotadas pela guerrilha eram bem-sucedidas. Entre as táticas adotadas estava o ataque, seguido do recuo para o posto na Tanzânia, adotando a concepção de uma guerra prolongada. Essas ações, combinadas com o conhecimento do território e das identidades das comunidades, faziam por inflar o sentimento de nacionalidade por onde passavam e ampliar o número de adeptos ao partido. Era uma luta que combinava o ataque ao inimigo e a conscientização dos camponeses.

Anteriormente ao início dos ataques da Frelimo e conscientes das movimentações internas em Moçambique e da formação de uma rede que articulava a libertação, o governo colonial logo agiria no sentido de reprimir essas campanhas. Uma das estratégias foi mobilizar contatos com grupos até então desconsiderados, como a comunidade islâmica. Também foi criado os Serviços de Ação Psicossocial (SAP) em 1961. Organizados em brigadas com cinco integrantes, esses grupos tinham como atribuição recolher informações sobre a “situação de insegurança” e dados de natureza etnológica, a mobilização de grupos nas aldeias com o objetivo de defesa civil, elaborar propaganda patriótica, proporcionar entretenimento como sessões de cinema e esporte no âmbito das aldeias e intervir diretamente nas ações sociais e de formação no interior das aldeias. Esses grupos eram formados majoritariamente por brancos (chefe de brigada, auxiliar de chefe de brigada e monitor), além da função de assistente social auxiliar, essa ocupada por negros ou mestiços e enfermeiro, ocupado normalmente por negros (Cabaço, 2009).

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), polícia política criada em 1945 durante o Estado Novo em Portugal e que atuava em Moçambique desde 1954, foi um dos principais órgãos de repressão, posteriormente denominada Direção-Geral de Segurança (DGS). Entre as atividades que competiam aos agentes da PIDE estavam a obtenção de informações sobre a vida da população, utilizando da força policial para isso, recolhimento de informações de interesse à segurança do Estado e a detecção e repressão de pessoas consideradas subversivas.

Em 2025, foram descobertos pelo arquivista Paulo Tremoceiro do Arquivo Nacional Torre do Tombo em Lisboa, um conjunto de 12 caixas contendo um fundo documental de um inquérito organizado pelas Forças Armadas Portuguesas que atuou entre maio e setembro de 1974 em diversas regiões de Moçambique, tendo em vista reunir provas das violências cometidas por pides, como eram chamados os agentes que atuavam na polícia portuguesa da época. Trata-se do trabalho desempenhado pela “Comissão de apuramento de responsabilidades

criminais de elementos da extinta PIDE/DGS”, uma Comissão da Verdade organizada após o 25 de abril de 1974, cujo inquérito era até então desconhecido²⁰.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a destituição da ditadura em Portugal e da PIDE, por consequência, a tensão entre exército e ex-pides havia aumentado consideravelmente em Moçambique. A PIDE/DGS teve seus quartéis em Moçambique ocupados, comunicações cortadas e armamentos confiscados. Alguns dos agentes da PIDE fugiram para a África do Sul e Rodésia (atual Zimbábue). Integrantes que permaneceram em Moçambique receberam a missão de reunir e destruir toda a documentação remanescente. Em subdelegações distribuídas em cidades como Beira e Inhambane inspetores deram ordem para que os arquivos fossem transportados para suas casas onde os papéis foram queimados, como é o caso do inspetor José de Almeida Poço. Além de papéis, foram destruídos instrumentos utilizados nas sessões de tortura como palmatórias, cavalos-marinhos, chicotes, bastões, chibatas, paus e cordas. Apenas algumas poucas unidades documentais produzidas pela PIDE em Moçambique restaram, precisamente sete pastas, originárias da delegação em Lourenço Marques (atual Maputo) e das instalações em Nampula, Vila Cabral e Beira.

Os documentos produzidos pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) portuguesas entre maio e setembro de 1974, contudo, demonstram os registros dos crimes cometidos pelos agentes da PIDE. Essas comissões atuaram em quartéis e antigos edifícios da PIDE em cidades como Vila Cabral, Nampula, Montepuez, Quelimane, Tete, Maputo e Beira (Oliveira, 2025a). O objetivo era preparar os processos, atuando como investigadores, recebendo denúncias, reunindo os autos, realizando interrogatórios, recolhendo arquivos policiais e prisionais e investigando em conservatórios e cemitérios. Essas comissões também atuaram mantendo sob custódia os ex-pides por períodos determinados, mas foi em 8 de junho de 1974, que foi oficialmente iniciada uma operação militar de captura dos ex-pides em toda Moçambique, resultando na detenção de cerca de duzentos agentes (Pimenta, 2021). A maioria dos ex-pides detidos foram presos na prisão de Machava, na capital do país, e outros encarcerados em cadeias locais, o que posteriormente resultaria em fugas.

Os arquivos probatórios produzidos pelas comissões foram recomendados aos tribunais militares, embora nunca tenham chegado às instâncias judiciais. Em setembro de 1974, as comissões da MFA receberam ordens para concluir a atividade. Os documentos foram enviados para Lisboa em malas especiais e sob escolta militar, diretamente para a Prisão de Caxias, onde

²⁰ Os documentos descobertos foram divulgados em uma série de reportagens do jornal português “Público”, entre junho e agosto de 2025. Os textos foram escritos pela jornalista e pesquisadora em História, Maria José Oliveira.

funcionava a comissão de extinção da PIDE. Em 1992, essa documentação foi remanejada para a Torre de Tomo, onde permaneceu desconhecida até 2025.

Os processos elaborados pela MFA também contaram com a colaboração de documentos organizados pelos Democratas de Moçambique, movimento político favorável à Frelimo. Integrantes do grupo instigaram a população e dispuseram-se a recolher denúncias manuscritas relatando as violências e torturas cometidas pela PIDE. Essas folhas pré-impresas traziam no cabeçalho a informação: “Investigação dos crimes contra a humanidade e contra a economia” e foram incorporadas nos processos-crime. Um dos documentos (Figura 2) revela o depoimento de Alberto João Mocimboa da Praia, detido no dia 8 de janeiro de 1971, sob alegação de ser integrante da Frelimo. No interrogatório, realizado pelo agente João de Almeida, sofreu violência física. O pde inquiriu se Alberto estava em posse de caderneta da Frelimo, possivelmente referindo-se ao Cartão de Membro do partido e também se havia comprado algo para ser enviado aos mesmos. Diante da negativa de Alberto, o agente violenta o homem com golpes de madeira na cabeça, peito e costas. O interrogatório segue com a pergunta sobre os objetivos do partido, a que Alberto responde querer a independência de Moçambique. A partir disso, novos e mais violentos golpes são disparados contra Alberto. O documento encontrado ainda revela que Alberto permaneceu durante dez dias trancado em uma cela, sem comida e que apenas após esse período pode ir ao pátio, onde recebeu como comida, farinha com bichos e peixe seco apodrecido.

Figura 7 – Folha pré-impressa com a denúncia de Alberto

DM
753

INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E CONTRA A ECONOMIA

ATENÇÃO: Deverá sempre consignar-se quaisquer declarações que forneçam indícios sobre a identidade de:

- 1) Pessoas desaparecidas ou mortas por maus tratos infligidos pela D. G. S. ou ainda sobre pessoas que estejam detidas;
- 2) Informadores da D. G. S..

IDENTIFICAÇÃO: Nome e Apelido: Alberto João Macimbas da Praia

CAUSA E FORMA DA DETENÇÃO: Foi detido porque o denunciante, como sendo elemento da frelumo, foi detido quando se encontrava no quartel das Maficosas.

DATA DA DETENÇÃO E NOME DO AGENTE QUE O DETEVE: 8 Janeiro 1971
Segredo Família Agente João de Almeida

DATA DO PRIMEIRO INTERROGATÓRIO: 8 de Janeiro de 1971

FORMAS DE INTERROGATÓRIO E TRATAMENTOS A QUE FOI SUJEITO: MAUS TRATOS, FOME, AMEAÇAS, ETC.

Quando foi detido fizeram logo um interrogatório e bateram-na. Começaram por procurar saber se ele tinha uma caderneta da frelumo, e se tinha com prado alguma coisa para mandar para os mesmos. Ele respondeu negativamente as duas perguntas. Então o agente João de Almeida começou a bater-lhe com uma madeira na cabeça, nos braços e nas costas. Enquanto o agente Almeida batia-lhe ia-lhe ameaçando de morte, e que o cortava. Depois o agente Almeida perguntou-lhe em seguida com que fim eles faziam isso. Ele disse que queria a independência de Moçambique. Então o agente Almeida começou a bater-lhe outra vez mas desta vez batia-lhe com uma tira de cimento na cabeça nas costas. Ele pediu a enquanto batiam-lhe ameaçando de morte. Depois de ter sido muito maltratado, respondeu que ele queria a que não o batassem mais. Depois por ordem do Inspector Borges foi metido numa cela com outros presos. Passou 10 dias sem comer e sem beber. Depois dos 10 dias fechado, sem poder sair, e sem comer e sem beber, deixaram-no sair da cela para ir ao pátio e, começaram a dar-lhe comida. Terminou com bichos, porco, galinha, peixe. Até a sua vinda.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Público.

Um segundo documento (Figura 3) relata a notificação de desaparecimento e possível morte de um familiar. Dirigida ao “Gabinete das Forças Armadas (MFA) junto do Comando-Chefe da RMM [Região Militar de Moçambique]” e instruída pelo alferes Luís Filipe Sacramento, o texto é declarado e assinado por um motorista chamado Alfredo Fontes Nivavela em 6 de junho de 1974. No relato, o sobrinho conta que seu tio, de nome Paqueleque, havia sido preso em outubro de 1966 por dois agentes da PIDE. Ao indagar as razões da prisão, Alfredo foi ameaçado de ser ele também preso. Continua o relato afirmando que desde aquele episódio, não tem notícias do tio, presumindo que tenha morrido nas prisões da polícia portuguesa.

Figura 8 – Relato sobre a prisão e desaparecimento de Paqueleque

1
HB

AO GABINETE DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
JUNTO DO COMANDO-CHEFE DA RMA

Aos seis de Junho de mil novecentos e setenta e quatro encontrando-me como instrutor do presente inquérito, LUIS FILIPE SACRAMENTO, Alferes Miliciano, tendo como escrivão FRANCISCO TORRES, 1º. Cabo, foi presente o declarante que disse chamar-se ALFREDO FONTES NIVAVELA, casado, de 31 anos, nascido em 7 de Janeiro de 1943, natural de Ribeira, motorista da firma AMÉRICO REBELO TEIXEIRA e residente no bairro do Matadouro que vem participar o seguinte:

01. O seu tio PAQUELEQUE foi preso em Outubro de 1966 nas terras do regulado MIRRABUE por dois agentes da PIDE que se faziam acompanhar de um motorista africano trazendo no Geep para Nampula. O participante procurou indagar das razões porque levavam aquele seu familiar não lhe tendo sido dado qualquer explicação bem como pelo contrário foi ainda ameaçado de o levar igualmente.

02. Desde essa data não mais soube do seu paradeiro. Um companheiro do seu tio regressou àquelas terras de nome JOSÉ nada os sabe dizer sobre aquele seu familiar. Assim pressupõe o participante que aquele seu familiar tenha morrido nas prisões da PIDE.

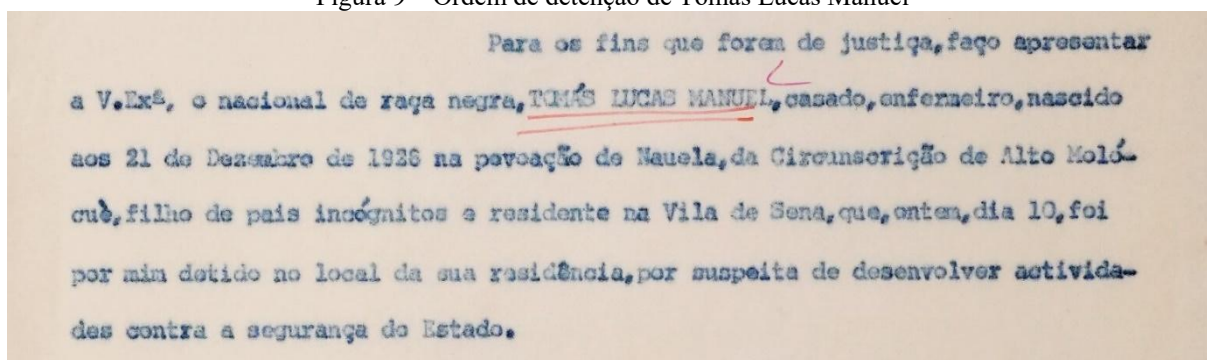
03. Na ocasião em que seu tio foi preso acompanharam-no o régulo MIRRABUE e um cabo de terras de nome IMPELELE dos quais nunca mais nada se soube pelo que se pensa que tenham morrido igualmente.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Público.

Entre os documentos encontrados há também um conjunto de seis páginas datilografadas contendo o “auto de corpo de delito” de Tomás Lucas Manuel. Ao longo do texto, Tomás relata sobre a violência que sofreu dos agentes da PIDE/DGS na cidade da Beira. A sede da PIDE/DGS na Beira funcionou no número 1779 da rua Mouzinho de Albuquerque, no bairro de Ponta Gea, mesmo espaço que seria ocupado em 1974 pela MFA para os trabalhos da comissão. A denúncia de Tomás referia-se à ação que havia sido cometida dez anos antes, em 1964, e era dirigida a três indivíduos: Alberto da Natividade, então chefe de brigada, Virgílio Francisco e um subinspetor, da qual não lembrou o nome.

Tomás havia sido detido naquela ocasião junto de dois amigos, na vila de Sena, a 400 quilômetros da Beira, com a justificativa de averiguações, “por suspeita de desenvolver atividades contra a segurança do Estado”, conforme demonstra documento de 11 de março de 1964 assinado pelo agente Alberto.

Figura 9 – Ordem de detenção de Tomás Lucas Manuel



Para os fins que forem de justiça, faço apresentar a V.Ex^{sa}, o nacional de raça negra, TOMÁS LUCAS MANUEL, casado, enfermeiro, nascido aos 21 de Dezembro de 1936 na povoação de Nauela, da Circunscrição de Alto Molócuê, filho de pais incógnitos e residente na Vila de Sena, que, ontem, dia 10, foi por mim detido no local da sua residência, por suspeita de desenvolver actividades contra a segurança do Estado.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Público.

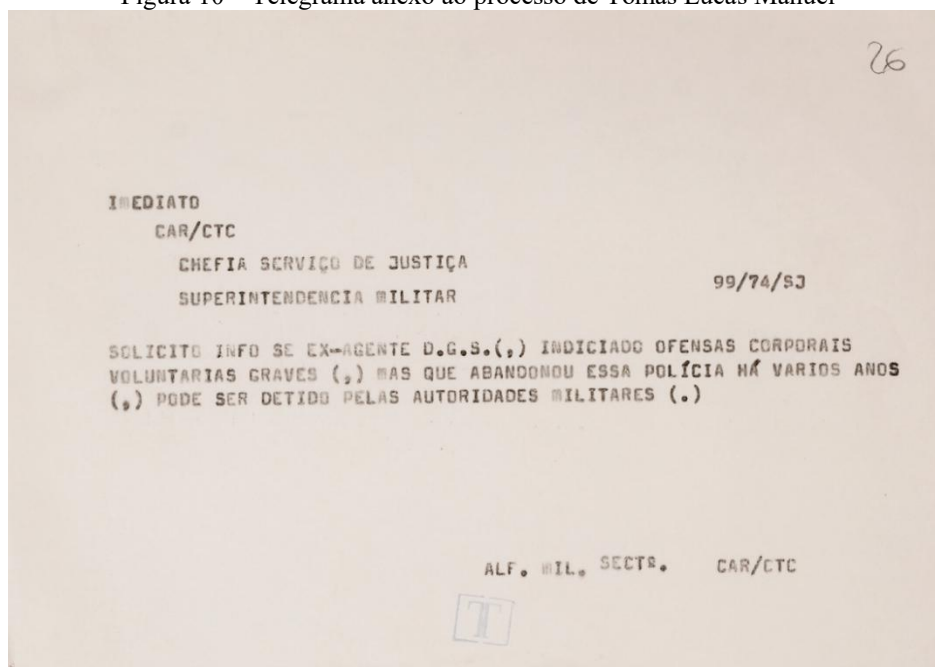
Ao longo de vários dias, Tomás foi interrogado e violentado com instrumentos de tortura, sendo coagido ao final de cada sessão a assinar um “auto de acusação”, aceitando as alegações que lhe eram atribuídas pelos agentes. Tamanha violência forçou os agentes a o levarem para o Hospital Rainha D. Amélia, mas logo retornou a sede da PIDE, onde as torturas prosseguiram. Sua alimentação, assim como outros relatos registram, era resumida em farinha e peixe apodrecido, além de água insalubre. Acerca da alimentação, ele menciona no relato que “era-me atirada como se fosse uma fera e a porta da cela logo fechada” (Oliveira, 2025b). Tomás foi mantido sozinho em uma cela por um período de três meses, até ser transferido para outra cela em condições de lotação desumanas.

Tomás ainda passou por um último interrogatório em que foi espancado com uma palmatória. Na ocasião havia encontrado com um primo que também sofreu as violências. Após três anos de detenção, foi levado a um tribunal militar, onde foi defendido por um advogado chamado António Almeida Santos. Na ocasião, foi absolvido. Contudo, ao retornar para casa, não conseguiu ser readmitido na sua função como enfermeiro na Trans Zambézia Railways, uma companhia férrea criada em 1921 com o objetivo de operar a ferrovia que percorria 269 quilômetros desde a margem sul do rio Zambeze até a conexão com a linha principal que ia de Beira à Rodésia. O auto de corpo de delito ainda informa que Tomás carregava marcas da violência no corpo e a visão do olho esquerdo havia sido comprometida. O relato é concluído com um pedido de indenização no valor de 1.250 contos por “danos psíquicos, físicos e económicos em consequência das torturas e anos de prisão” (Oliviera, 2025b). Anexo ao auto, estava a cópia de uma carta escrita por seus antigos patrões em que diziam ter entregado a um subinspetor da Beira um cheque contendo o salário que não recebeu por ter sido detido e que nunca chegou às mãos de Tomás.

Diante das denúncias de Tomás, a Comissão da MFA iniciou um processo de investigação, que contou com os depoimentos dos dois amigos também detidos que corroboram com os relatos do horror vivido. Mário Jussa, um desses amigos, relatou que ao fim dos seis meses de detenção, os agentes atiraram álcool em suas pernas e lançaram fogo, violência que havia deixado cicatrizes (Oliveira, 2025b). A investigação também contou com uma perícia médica, que confirmou as lesões no olho esquerdo e no corpo como resultantes de violências, a conclusão médica foi de que as sequelas das violências o tinham tornado inapto ao trabalho.

O processo realizado pela comissão traz um último documento no seu corpo. Trata-se de um telegrama (Figura 5) da Chefia do Serviço Militar para o Comando Territorial, em que é solicitada a detenção de um dos agentes identificados, Virgílio Francisco. Informando que o ex-pide havia abandonado a polícia há muitos anos e poderia ser detido pelas autoridades militares.

Figura 10 – Telegrama anexo ao processo de Tomás Lucas Manuel



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Público.

Oliveira (2025b) descreve que nos poucos meses que seguiram as atividades da Comissão, não foram obtidas novas informações sobre o ex-pide Virgílio Francisco. Apenas posteriormente foi descoberto que o mesmo havia sido demitido da PIDE em janeiro do ano anterior como consequência de um processo disciplinar. Em relação ao salário de Tomás, acredita-se que tenha sido entregue para Joaquim Piçarra Sabino, um ex-pide que também havia

participado das sessões de interrogatório da vítima. A ordem de detenção do ex-pide foi organizada em maio de 1974, porém Sabino havia fugido para Lisboa no mês anterior. Capturado em Lisboa, permaneceu detido até 1976, quando foi decretada sua liberdade.

O conjunto documental produzido às vésperas da independência moçambicana demonstra a complexidade dos poderes atuantes no país e sublinha os crimes contra a humanidade que foram cometidos pela PIDE, representação policial do controle colonial. Cientes das lutas de libertação que haviam logrado êxito em outros territórios africanos, como Congo em 1960 e Argélia em 1962, a PIDE alcançou um alto patamar de autonomia. A violência cometida contra civis foi ampla e sistemática, e de ciência tanto dos governos locais como da metrópole. Assim, revisitar os documentos e as memórias desse período cumprem também com a função social de desmobilizar discursos ainda presentes que apontam uma colonização equilibrada e uma transição democrática que utilizou da violência contra alguns poucos revoltosos. Passado pouco mais de meio século desde a independência, muitos dos agentes que cometeram essas violências já faleceram ou são idosos, sua grande maioria nunca foi responsabilizada pelos crimes cometidos e seguiram suas vidas, alguns permaneceram em Moçambique, outros em países como África do Sul ou então retornaram para suas terras de origem em Portugal. Desse modo é possível compreender como o silêncio foi posto sobre essa história.

Como destaca Cabaço (2009), a independência em Moçambique não representou uma ruptura radical com a sociedade colonial. No dia seguinte à proclamação em 1975, “permaneciam no país milhares de colonos, mantendo privilégios e detento postos-chave da economia e da administração, e continuavam, espalhadas pelas províncias, dezenas de milhares de GEs, GEPs, milícias e policiais treinados e organizados pelo colonialismo” (Cabaço, 2009, p. 320). A luta armada da Frelimo que havia logrado êxito na administração das zonas de libertação e nos seus exércitos, teria que enfrentar desafios complexos na governação do país.

O método escolhido foi impositivo e buscou consolidar a correlação de forças de forma a evitar a influência colonial. Desse modo, o Estado, “contrapôs-se aos privilégios herdados, a cidadãos urbanos inculturados pelo colonialismo e a sectores do poder tradicional, desencadeando reacções emocionais e novos processos da identidade por oposição” (Cabaço, 2009, p. 321). Entre caixas esquecidas e memórias que pedem silêncio, o passado colonial em Moçambique assim como a independência, inseridos em um contexto de vulnerabilidade diante dos desastres socioambientais, nos falam muito mais do presente do que se poderia pensar e podem ser acionados por outras vias, como a literatura.

Sarlo (2007, p. 114) reflete que “o passado é inevitável e acomete independentemente da vontade e da razão. Sua força não pode ser suprimida senão pela violência, pela ignorância ou pela destruição simbólica e material”. Em Moçambique, o passado foi suprimido pela violência originada da experiência colonial e que permaneceu com outras faces no pós-independência, pelo desejo e pela instrução em não se falar sobre o que foi vivido, mas também pelas inúmeras experiências de destruição deflagradas por desastres socioambientais. Compreende-se que a literatura não resolve os dilemas do passado, e nem sempre pode explicá-los, mas sua contribuição está posta na narrativa que é pensada fora da experiência, “como se os humanos pudessem se apoderar do pesadelo, e não apenas sofrê-lo” (Sarlo, 2007, p. 119). Como defende Coelho (2010), no caso de Moçambique, esses pesadelos podem ser ampliados para as memórias sociais da colonização, da independência, da guerra civil que se seguiu e, neste caso, a literatura tem muito a contribuir para pensar a experiência.

3.3 O INVENTOR DE ESQUECIMENTOS: A TRAJETÓRIA DO ESCRITOR MIA COUTO

Atualmente quem se desloca até o número 961 da Avenida Kim II Sung na capital moçambicana, Maputo, encontrará um casarão, cercado por muitas árvores e plantas (Figura 11). Trata-se da Fundação Fernando Leite Couto, criada em abril de 2015. Com uma programação extensa durante todos os meses do ano, essa fundação promove ações culturais, educacionais, artísticas e filantrópicas, com destaque para a literatura e apoio a talentos moçambicanos. Além disso, cumpre também a função de preservar o nome e a memória do poeta Fernando Leite Couto, falecido dois anos antes da abertura, em janeiro de 2013. As ações desenvolvidas no âmbito da fundação ecoam o trecho de um de seus poemas que recobre uma das paredes da estrutura: “Gostaria que a minha vida fosse uma casa: janelas abertas aos sonhos, portas abertas aos outros” (Couto, 2015, p. 23).

Figura 11 – Fachada da Fundação Fernando Leite Couto, em Maputo



Fonte: O País, 2018.

Fernando Leite Couto nasceu na cidade de Rio Tinto, no Distrito do Porto, em Portugal, em abril de 1924. Desde novo dedicou-se aos poemas. A sua primeira publicação se deu na seção literária “Estrela do Minho”, mas também colaborou em outras publicações como “Globo” e “Mundo Literário”, um semanário de crítica e informação literária, científica e artística que funcionou entre os anos de 1946 e 1948, tendo sido encerrado em razão da censura salazarista. Como estudante na cidade do Porto, Fernando vivenciou durante sua juventude um período de efervescência intelectual e cultural após o final da Segunda Guerra Mundial, participando de grupos que se encontravam, entre outros lugares, nos “porões” do Café Rialto (Sopa, 2024).

Em fevereiro de 1953, o poeta chegou à cidade da Beira a bordo do navio “Pátria”, pertencente à Companhia Colonial de Navegação. A esposa, Maria de Jesus e o filho Fernando Amado, com menos de um ano de idade, chegariam apenas em outubro daquele ano. Em uma entrevista realizada com Mía Couto em 2020, o escritor descreve as condições políticas que permearam a imigração do pai e posteriormente da mãe e do irmão.

[...] havia um regime político de ditadura naquela altura nos anos cinquenta, em Portugal, depois demorou até os anos setenta, até meados da década de setenta. E, portanto, o meu pai era um militante político ligado ao Partido Comunista Português e, portanto, eles saíram de uma maneira muito particular, quer dizer, eles não faziam parte daquela corrente dos colonos que saíam de Portugal para povoar Moçambique. E, portanto, essa condição foi uma condição muito minoritária, isso é, eu vivia cortado da minha família, porque o meu pai e a minha mãe perderam essa ligação com Portugal, não podiam retornar. (Couto, 2020 *apud* Vieira, 2022, p. 174)

Nos primeiros anos de vivências na Beira, Fernando atuou como despachante dos Caminhos de Ferro de Moçambique, até sua aproximação com o meio literário através da publicação de suas primeiras crônicas no “Notícias da Beira”, semanário de cunho republicano. Da primeira publicação, outras cinco seguintes formaram o conjunto das “Crônicas da Beira”. Até o ano de 1958, Fernando continuou publicando suas crônicas, abordando temas como cinema e discutindo as atividades do Cine-Clube da Beira, fundado em fevereiro de 1956 com a pretensão de elevar o nível de cultura cinematográfica dos espectadores e atuar como contracultura à produção cinematográfica hollywoodiana. Em uma publicação de 17 de fevereiro de 1956 no “Diário de Moçambique”, Fernando Couto realizou uma crítica ao engessamento das produções estadunidenses.

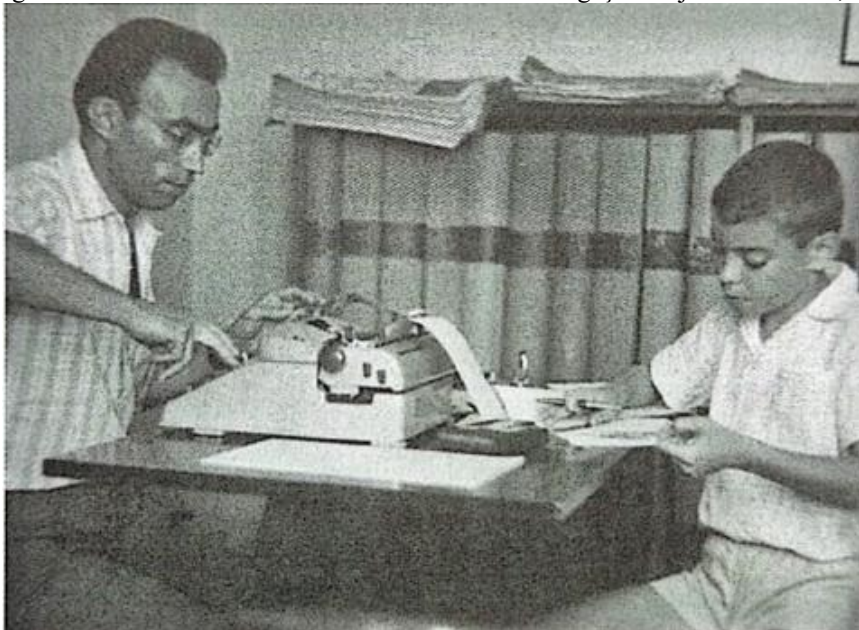
Finalmente, convém lembrar que o círculo de giz traçado em volta do moderno cinema norte-americano, à semelhança do que aconteceu com o cinema italiano anteriormente à guerra, com o argentino do tempo do general Perón, etc., asfixia tudo o que de ousado, de procura, de valor humano, poderia existir naquele cinema, devido a não se permitirem as grandes lufadas de ar livre, puro e vivicante. (Couto, 1956 *apud* Convents, 2010, p. 65-66).

Em 1957, ainda no “Notícias da Beira”, em uma seção chamada “A gente da Beira escreve...” que Fernando publicaria seus primeiros poemas e textos de cunho literário, além de traduções de outros poetas. O historiador António Sopa (2024) discute que no “Notícias da Beira”, Fernando também publicou textos entre 1957 e 1958 com o pseudônimo Rio Tinto, em referência a seu local de origem. Diferentemente das publicações com seu verdadeiro nome, com o pseudônimo, escreveria acerca do movimento editorial e literário em Moçambique e os chamados “poemas utilitários” que se diferenciam dos poemas em prosa que costumava publicar. Para além das publicações nos jornais da Beira, Fernando Couto também publicou em livros: o primeiro, quando tinha 35 anos, foi “Poemas junto à fronteira” (1959); e seguiram-se “Jangada do inconformismo” (1962); “Amor diurno” (1962); “Poemas sensuais” (1962); “Feições para um retrato” (1970/71); “Monódia” (1996); “Os olhos deslumbrados” (2001) e “Antologia Poética Rumor de Água” (2007).

Os textos críticos e a produção literária de Fernando também acompanharam o posicionamento anticolonial, em um momento de fortes mudanças em Moçambique. De tal modo, que Fernando se tornaria um alvo da polícia política portuguesa. O seu filho mais velho, Fernando Couto, relembra um episódio no ano de 1962, quando acompanhava seu pai na redação do Notícias da Beira, hábito comum no cotidiano do menino (Figura 6). Na ocasião,

Fernando o havia chamado para ler a manchete de um jornal estrangeiro onde destacava-se “Argélia Independente”: “No seu habitual tom de voz sereno, mas determinado, comentou: Filho, isto é o que tem de acontecer em Moçambique” (Couto, 2024a, p. 11).

Figura 12 – Fernando Couto e o filho Fernando na delegação do jornal Notícias, s/d



Fonte: Reprodução do livro “Fernando Leite Couto - Uma voz cheia de vozes”, 2015.

Como é observado, tanto o filho mais velho, Fernando Amado, como os outros dois filhos que nasceriam em Moçambique, António Emílio (1955) e Armando Jorge (1962) acompanharam muito proximamente tanto os interesses do pai pela literatura e pela poesia, como o contexto político que antecede a independência em Moçambique, embora naquele momento não compreendessem completamente o que se passava. Fernando Amado Couto relembra outro episódio ocorrido em 1962 em uma viagem a Paris. Na ocasião, o filho mais velho acompanha a conversa do pai com um amigo.

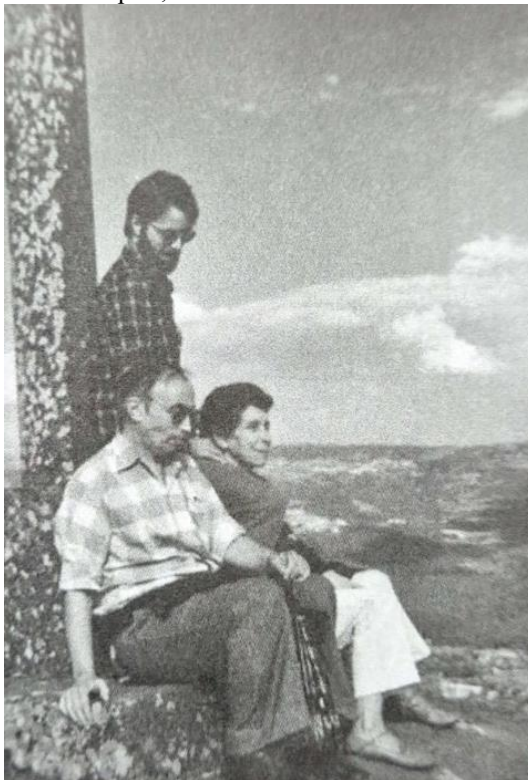
Nesse mesmo ano, chegou a família a Paris de férias, exaustos de uma viagem de comboio inacabável, repleta de peripécias inesperadas. Talvez dessa viagem ter-me-á ficado a minha afeição profissional pela ferrovia. Esperava-o, na Gare do Norte, Valeriano Ferrão, amigo e colega da Beira. E, os dois iniciaram uma caminhada, ao longo da gare, num infindável vai e vem, sendo eu obrigado a acompanhá-los e escutar uma conversa quase indecifrável, mas que retenho o conteúdo base. A mensagem era clara: devíamos aproveitar a nossa estadia e partir para Dar-Es-Salam para juntarmos-nos à FRELIMO, movimento de libertação que tinha sido formado pouco antes e que conduziu, em 1974, o país à independência. No final da longa conversa, transido de frio, meu pai, segredou-me: não ouviste nada e o que ouviste fica para sempre contigo e só contigo. Confesso que só anos mais tarde percebi qual teria sido o teor da conversa. Meu pai resistiu à tentação, mas para nós o nome da capital da Tanzânia

ficou para sempre marcado, como um símbolo da esperança. Não uma utopia, mas uma certeza. (Couto, 2024a, p. 12)

Naquele momento, Dar-Es-Salam, capital da Tanzânia, era o epicentro de concentração e formalização da Frelimo, como uma fusão de três movimentos que viviam em exílio: Udenamo (União Nacional Democrática de Moçambique), Manu (Mozambique African National Union) e Unami (União Nacional de Moçambique Independente). Naquele setembro de 1962, ocorreria o I Congresso da Frelimo, em que seriam definidos os objetivos do movimento e a nomeação de Eduardo Mondlane como presidente. Fernando não se juntaria ao grupo, mas seu trabalho como literário e jornalista teria uma potente contribuição no discurso anticolonial e pró-independência, além dos contatos que manteve com seus integrantes, participando de reuniões clandestinas.

Há ainda de se destacar nesse núcleo familiar, a figura de Maria de Jesus Couto (Figura 7), também ela responsável pelo encantamento com a ficção e pelos cuidados da educação escolar dos filhos. Maria de Jesus atuou na direção da Escola de Jornalismo em Maputo, ao lado do marido, durante a década de 1980, cumprindo a função de chefe do internato. Mia Couto, ao relembrar a infância, relata que via a mãe como uma contadora de histórias (Couto, 2020 *apud* Vieira, 2022). A mãe reinventava o cotidiano dos filhos através de histórias fantasiosas. Segundo o escritor: “E no mesmo dia ela contava a mesma história de diferentes maneiras e nós percebíamos que o importante não era realmente a verdade, digamos assim, os fatos, mas era essa outra verdade das coisas que nos eram apresentadas de uma maneira bela” (Couto, 2020 *apud* Vieira, 2022, p. 174-175).

Figura 13 – Mia Couto e os pais, Fernando Couto e Maria de Jesus em São Cosmado



Fonte: Reprodução do livro “Fernando Leite Couto - Uma voz cheia de vozes”, 2015.

Mia Couto, o pseudônimo adotado por António ainda criança²¹, teve sua primeira publicação em um jornal, assim como ocorrera com seu pai. Na época, tinha catorze anos e escrevera um poema intitulado: “Poema para o meu pai”. A publicação no jornal Notícias, no entanto, não foi autorizada pelo autor. O pai, Fernando Couto, encontrou o poema em um dos cadernos do filho e publicou sem que o filho soubesse. Na ocasião, Mia relembra confessar ao pai que se sentia magoado pelo roubo, ao que Fernando lhe respondera: “Então porque lhe deste o título ‘Poema para o meu pai?’” (Couto, 2024b, p. 16). Alguns dias que se seguiram à publicação do poema, toda a família se preparou para assistir um recital de uma proclamadora portuguesa que ao final da apresentação revelou que lia um poema recém-descoberto em um jornal local. Tratava-se do poema de Mia Couto, o que lhe causou grande timidez, “afundei-me no assento e odiei o meu pai” (Couto, 2024b, p. 16).

O aspirante a poeta viveu na cidade da Beira até os seus dezessete anos, convivendo muito proximamente com todas as situações de desigualdade social vivenciadas por seu grupo

²¹ Em um relato, o escritor conta sobre a origem do nome Mia: “Quando tinha dois, três anos, disse [aos pais] que eu queria me chamar Mía, em homenagem a esses gatos que viviam conosco. O mais extraordinário não foi eu dizer isso, mas foi o meu pai e a minha mãe assumirem que eu tinha direito de buscar o meu próprio nome. Fiquei Mia e pronto. Eu sou autor do meu nome” (Sou..., 2019, 6 min 43 s).

de amigos. Em 1971, concluiu o Liceu, a escola secundária pública que preparava seus estudantes para a universidade. Muda-se para a capital colonial, Lourenço Marques, onde matricula-se no curso de medicina da Universidade de Lourenço Marques. Esta será a única instituição de ensino superior em Moçambique e havia passado à condição de universidade apenas três anos antes, em 1968 (Mota, 2016). O ambiente universitário será fundamental para o contato e a formalização de uma consciência política, que já havia sido plantada no contexto familiar. Participou de atividades clandestinas de reivindicação política em prol da independência como a distribuição de panfletos e a formalização de contatos para integração à Liga dos Estudantes Moçambicanos Anti-Imperialistas - Lema.

Durante esse período, Mia também realizou atividades como jornalista no A Tribuna, fundado em 1962 por António Gouvêa Lemos, Ilídio Rocha e João Reis. Para além de notícias, o jornal publicava artigos de opinião e tinha suplementos específicos de cultura, economia e esporte. Ao longo de suas publicações contou a participação de importantes jornalistas e escritores moçambicanos com forte oposição ao regime português, entre eles José Craveirinha, que se tornaria o primeiro poeta africano a receber o Prêmio Camões em 1991 e Luís Bernardo Honwana. Após a destituição do Estado Novo português em 25 de abril de 1974, Mia Couto adere a Frelimo, atuando como infiltrado. A linguista Fernanda Cavacas (2006, p. 60) descreve a relevância desses acontecimentos.

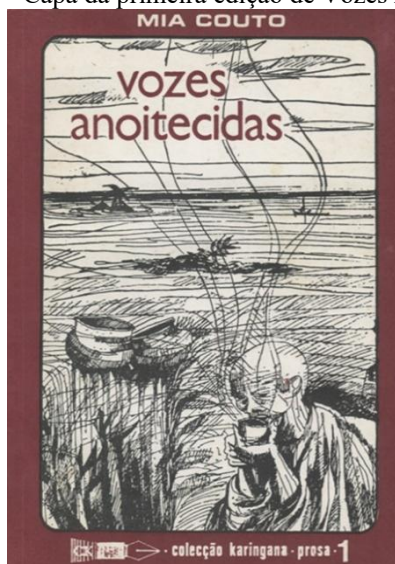
Assim, Mia Couto troca a universidade (estava no terceiro ano de medicina) pelo jornalismo e ainda no período de transição participa activamente na viragem que a imprensa sofreu em que abertamente passa a servir os interesses do novo poder neste país a começar. O que lhe tinha sido pedido era que o fizesse por um ano, mas a interrupção vai ser bem mais longa. Inicia-se aqui uma etapa da sua vida pessoal e profissional que o marca de forma definitiva e que o torna elemento activo da construção de Moçambique com todos os erros e com todas as virtudes. De facto, esta opção coloca o jovem universitário no centro nevrálgico do nascimento do país.

As atividades do jornal A Tribuna foram encerradas em 1975. Mia Couto passa então a dirigir a Agência de Informação de Moçambique (AIM), órgão responsável pelo recolhimento e tratamento de notícias sobre a atualidade em âmbito nacional e regional, bem como a disseminação interna e externa das notícias. Durante o período de três anos à frente da AIM, Mia Couto percorre o país cobrindo acontecimentos nas províncias e formando redes de correspondentes. Após essa experiência, assumiria o cargo de diretor da revista Tempo, publicação que se destacaria, entre muitos fatores, pelo compromisso em discutir temas relativos à emancipação feminina e noticiar as atividades realizadas na Organização das Mulheres de Moçambique (ONM) (Santana, 2009).

Já no contexto da guerra civil em que se opunham a Resistência Nacional Moçambique (Renamo) e a Frelimo de Samora Machel, Mia Couto publica seu primeiro livro “Raiz de orvalho” em 1983. De acordo com o escritor moçambicano Nelson Saúte (2024), a poesia de Mia Couto naquele momento foi uma excepcionalidade frente ao percurso poético moçambicano pós-independência, caracterizado por um caráter panfletário e nacionalista. Eram poemas com teor lírico, que falavam de amor e sensualidade. Assim, de algum modo, se opunham a necessidade posta pelo poder vigente de uma literatura que estivesse ancorada na ideia de oposição explícita ao imperialismo e ao apelo de construção do Homem Novo (Can, 2020). Mia integrou o jornal Notícias, onde permaneceu até 1985. Nos jornais em que atuou, a publicação de suas crônicas surgia como “brechas criadoras de diferença ao nível linguístico, temático e mesmo conceptual” (Cavacas, 2006, p. 61). Após pedir demissão do jornal em 1985, o escritor retorna para a Universidade de Eduardo Mondlane, na capital, para cursar Biologia. Conclui o curso e especializa-se na área de Ecologia.

A nova experiência universitária, no contexto de um Moçambique independente e de uma guerra civil fará com o que o escritor entre em contato com uma multiplicidade de realidades e com um imaginário que serão inspiração para suas futuras produções literárias. Segundo Cavacas (2006), o escritor se dará conta nesse momento que para grande parte das comunidades moçambicanas a referência de suas identidades e de sua percepção de mundo estão atreladas à tradição, elemento alvo das políticas coloniais e também do governo posto após a independência. Em 1986, publica seu primeiro livro de contos, “Vozes Anoitecidas” pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) (Figura 8). Nesta obra, o autor mobiliza as vozes de homens e mulheres com suas histórias geracionais, celebrando as tradições destas comunidades.

Figura 14 – Capa da primeira edição de Vozes Anoitecidas



Fonte: Narrativas do Oceano Índico no Espaço Lusófono (NILUS).

O professor e especialista em literaturas africanas, José Luis Pires Laranjeira (2012) destaca que a publicação desse livro trará mais reconhecimento para Mia Couto enquanto escritor, mas também será alvo de críticas. O conteúdo destas críticas discorre sobre a pretensão do escritor em abordar os comportamentos do cotidiano e das “pessoas comuns”, caindo em um artificialismo. Para a parcela crítica, não haveria legitimidade no texto para representar as vivências e imaginação, “Mas também porque, de facto, se atrevia a romper com o realismo guerrilheiro e patriótico vigente naquela época de pós-independência” (Laranjeira, 2012, p. 58).

Outro aspecto dos contos de “Vozes Anoitecidas” estava na recriação linguística, característica que iria compor as futuras obras do autor. Desde sua chegada ao poder em 1975, a questão linguística tornou-se um tema presente nas ações da Frelimo. Durante os anos de luta armada pela libertação nacional, o partido havia adotado a língua portuguesa como língua oficial para o objetivo de integração nacional, sendo utilizada nas comunicações sociais, políticas e econômicas e no projeto de diminuição das diferenças sociais. O teor dos atributos da língua portuguesa como língua oficial para a construção do país nos primeiros momentos do pós-independência é observado no discurso de Graça Machel, então ministra da educação, durante o I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas, realizado em 1988.

Na ocasião do seu discurso destacou que “como língua de unidade nacional, a língua portuguesa possibilita a edificação em plenitude da Nação ao nível da superestrutura, de suas funções ideológicas, políticas e jurídicas” (Machel, 1989, p. 3). Passadas pouco mais de uma

década da independência, a compreensão das línguas maternas como parte integrantes da cultura moçambicana era notada pela ministra, embora destacasse que:

Enquanto contributo vivo, qualquer língua pode sobreviver ou morrer, alienar ou libertar. Como todas as línguas do mundo, as nossas línguas adaptar-se-ão ao desenvolvimento pelo processo de criação de uma identidade cultural, a da Nação moçambicana e da sociedade socialista. Adaptar-se-ão aos padrões de desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade moderna, a complexidade ideológica da nossa era. Nesse campo, as línguas maternas irão enriquecer a língua portuguesa falada em Moçambique e, lado a lado, irão afeiçoar mais ampla e abrangentemente a expressão multiforme da nossa personalidade moçambicana. (Machel, 1989, p. 4)

Diante desse cenário, as recriações linguísticas em “Vozes anoitecidas” como “Desconhecendo as manobras, Zuzé continuou exibindo suas *despertenças*” (Couto, 2013, p. 36), ou “Estive assim *pensageiro*” (Couto, 2013, p. 35) ou ainda, “O pintor queria explicar mas *desconseguiu*” (Couto, 2013, p. 36) não agradaram todo o público, incluindo escritores como Rui Nogar que à época acusaram o livro de manifestar uma visão derrotista do processo histórico vivenciado em Moçambique (Cavacas, 2006). Entre as alegações feitas estavam a de que o texto parodiava o português mal falado, além de tratar da incursão de um homem urbano no meio rural. De todo modo, as produções literárias que se seguiram à “Vozes anoitecidas” permaneceram com a incursão pelas variações linguísticas possibilitadas pelo vasto repertório de sotaques e idiomas presentes em Moçambique. No documentário “Sou autor do meu nome” produzido em 2019, o escritor reflete sobre esse processo ao dizer que “o português é confrontado com um convívio muito livre, muito enriquecedor porque traz novos contributos” (Sou..., 2019, 30 min 38 s), aqui as diferenças são percebidas como agentes enriquecedores para o texto literário. O autor ainda complementa ao dizer: “acho que a literatura moçambicana tem aqui uma oportunidade de usar o português como uma língua que já não é dos outros, é uma língua própria de Moçambique e que é falada e escrita de outra maneira” (Sou..., 2019, 30 min 48 s).

Em 1990, Mia Couto publica o livro “Cada homem é uma raça”, com um conjunto de onze contos que discorrem sobre desigualdade racial e social, busca por identidade, vivências estrangeiras e histórias inspiradas nas tradições moçambicanas. O livro foi editado originalmente em Portugal, pela Editorial Caminho. Nesse momento, Mia Couto tornou-se o escritor moçambicano mais conhecido no exterior, o que também contribuiu para sua validação enquanto escritor no próprio território. Seu estilo literário será marcado pela oralidade e pela presença de elementos das muitas culturas moçambicanas. De acordo com Laranjeira (2012, p.

58), os contos discutem que “dentro de cada raça, o homem deve ser livre, embora tendo consciência de que a sua liberdade é condicionada pela liberdade dos outros, pelas regras sociais e pelos condicionalismos económicos, geográficos e culturais”.

Pela mesma editora, publicou no ano seguinte um livro de crônicas intitulado “Cronicando”. E em 1992, seu primeiro e mais conhecido romance, “Terra Sonâmbula”. Na narrativa, Muidinga é um menino que perdeu a memória e é guiado por um senhor de nome Tuahir enquanto ambos fogem da guerra civil moçambicana. Seguindo por uma estrada, os dois personagens encontram um ônibus queimado e abandonado e decidem se refugiar no seu interior. Dentro do ônibus, os personagens descobrem manuscritos que passam a serem lidos por Muidinga, enquanto ele vai reconhecendo a sua própria história descrita naqueles papéis. O romance foi publicado no mesmo ano em que seria assinado pelo presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, o Acordo Geral de Paz, em Roma, no dia 4 de outubro. O acordo daria por terminados os dezesseis anos de guerra civil no território moçambicano. O historiador João Paulo Borges Coelho (2015, p. 161) destaca que:

O Acordo de Paz de 1992 assinala uma profunda mudança no país. O acordo acabou com a guerra e permitiu a realização de uma transição política do socialismo para uma nova ordem democrática. Neste novo contexto, seriam de esperar grandes mudanças relativamente ao papel do passado. Em particular, seria de esperar uma mudança que implicasse a substituição da grande narrativa pela democracia enquanto referencial da construção nacional e da nova ordem, num contexto em que, embora permanecendo como “explicação da origem”, a luta armada perderia alguma carga de dramaticidade.

Entre os muitos prêmios que “Terra Sonâmbula” recebeu após sua publicação, destaca-se o Prêmio Nacional de Ficção da Associação de Escritores Moçambicanos, além de ser laureado na lista dos doze melhores livros africanos do século XX. A escolha foi realizada por um júri, presidido pelo escritor sul-africano, Njabulo S. Ndebele, que conjuntamente com seus pares analisaram mais de 500 publicações²². A ideia original da lista foi sugerida pelo escritor queniano, Ali Mazrui na ocasião da Feira Internacional do Livro do Zimbábue em Harare, ocorrida em 1998. A proposta de Mazrui era capturar a atenção mundial para a produção literária em território africano.

A lista com os considerados cem melhores livros foi divulgada oficialmente em 2002 e considerou livros escritos em línguas africanas, europeias e árabes, além de ser subdividido nas

²² A lista completa dos 100 melhores livros africanos do século XX pode ser consultada na página do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leiden. Disponível em: <https://www.ascleiden.nl/content/webdossiers/africas-100-best-books-20th-century#Selected%20web%20resources>. Acesso: 27 jan. 2026.

categorias de literatura infantil, não ficção/escrita acadêmica e escrita criativa. Em 2007, a cineasta Teresa Prata dirigiu uma adaptação para o cinema de “Terra Sonâmbula”, inspirado no romance de 1992 e no conto “A menina do futuro torcido”, publicado no Brasil em uma seleção de contos de Mia Couto, cujo livro recebeu o título de “A menina sem palavra - histórias de Mia Couto” de 2013.

Ao analisar o campo literário moçambicano, Francisco Noa (2008) faz referência às produções literárias realizadas durante as décadas de 1980 e 1990, com autores como Mia Couto, Luís Carlos Patraquim, Aldino Muianga, Paulina Chiziane, Filimone Meigos e Nelson Saúde, permeados por uma “vitalidade explosiva” (Noa, 2008, p. 42) e com destaque, principalmente, para a produção de romances. Em sua análise, o ensaísta literário descreve as razões para o despertar do romance moçambicano, especialmente na década de 1990, entre eles o prestígio do gênero no contexto mundial, as imposições editoriais e do mercado literário e a crença numa maior possibilidade de êxito. A maior razão, no entanto, é apontada por Noa (2008) como sendo a “energia épica” contida nas realidades africanas e moçambicana, em particular, caracterizada no que denomina de “cíclicos cataclismos naturais” (Noa, 2008, p. 43), como os períodos de secas, inundações e ciclones, combinados com ações estritamente humanas como guerras e transformações políticas. A “energia épica” que imprimiu dinamismo aos romances estaria também, segundo Noa (2008) presente no cotidiano moçambicano, no misticismo dos lugares, no poder dos rituais e das tradições e na reordenação das linguagens e dos imaginários. Para Noa (2008, p. 44):

O que nos oferece o universo de ficção em Moçambique é, entre outros aspectos, a conciliação ou confrontação de múltiplas ordens e dimensões: o oral e o escrito, o latente e o manifesto, o tradicional e o moderno, o passado e o presente, o interdito e o permitido, o rural e o urbano, o nacional e o estrangeiro, o natural e o sobrenatural, o vivido e o imaginado, a vida e a morte, o local e o universal, a ordem e o caos, a cosmogonia e a escatologia.

Durante a década de 1990, Mia Couto publicou outros três romances: “A varanda do Frangipani” (Editorial Caminho, 1996), “Mar me Quer” (publicado originalmente como contribuição para o pavilhão de Moçambique na ocasião da Expo 98, exposição mundial realizada em Lisboa no aniversário de 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia e posteriormente pelo Editorial Caminho, 2000) e “Vinte e Zinco” (Editorial Caminho, 1999). Entre outros livros de contos publicados nesse período estão: “Estórias Abensonhadas” (Editorial Caminho, 1994), “Contos do Nascer da Terra” (Editorial Caminho, 1997) e “Na berma de nenhuma estrada” (Editorial Caminho, 1999).

As temáticas dos enredos novamente se voltam para questões do cotidiano moçambicano e especialmente, das experiências compartilhadas por parte significativa da população. Em “A varanda do Frangipani”, por exemplo, a história se inicia na antiga fortaleza de São Nicolau, quando um carpinteiro de nome Ermelindo Mucanga morre afastado de sua vila natal, às vésperas da independência. Diante de sua morte, Ermelindo é enterrado em desacordo com as tradições de sua cultura e torna-se um xipoco, um fantasma. Passadas duas décadas, sua tumba é revirada pelos governantes de Moçambique em função de um boato inventado de que Ermelindo havia morrido em combate contra os soldados portugueses. E, portanto, o objetivo é transformá-lo em herói nacional. O espírito de Ermelindo será guiado por um pangolim, denominado de Halakavuma naquela região, que o aconselha a buscar um novo corpo para morrer.

No decorrer da primeira década do milênio, Mia Couto terá uma profícua produção literária, com romances como “O último voo do Flamingo²³” (Editorial Caminho, 2000), “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra” (Editorial Caminho, 2002), “O outro pé da sereia” (Editorial Caminho, 2006), “Venenos de Deus, remédio do Diabo” (Editorial Caminho, 2008), “Antes de nascer o mundo” (Editorial Caminho, 2009). Também retorna ao gênero da poesia com o livro “Idades, Cidades, Divindades” (Sociedade Editorial Ndjira, 2007 e Editorial Caminho, 2007). Nos contos, publica “O fio das missangas” (Editorial Caminho, 2003). Também publica três livros de crônicas: “O país do queixa andar” (Sociedade Editorial Ndjira, 2003), “Pensatempos. Textos de opinião” (Editorial Caminho, 2005) e “E se Obama fosse africano? e outras interinvenções” (Editorial Caminho, 2009).

Nesse período, Mia Couto também percorre o gênero da literatura infantil com livros como “O gato e o escuro” (Editorial Caminho, 2001). Voltados para um público distinto do habitual, os temas e discussões dos textos infantis do autor não se afastam completamente daqueles que marcaram seus romances e contos, distinguindo-se apenas pela abordagem. Francini (2025) destaca que em “O gato e o escuro”, o autor faz referência a sua própria identidade na personagem do gato malhado, um “aceno para a condição de Mia Couto como um cidadão africano branco, um ser híbrido, entre etnias e culturas, na busca por estabelecer uma relação com o outro, para compreender e construir a si próprio” (Francini, 2025, p. 54). O “escuro” que completa o título do livro faz menção ao desconhecido e funciona como uma metáfora do racismo. O livro, portanto, trata “sobre a busca por identidade, o preconceito, o

²³ O romance foi adaptado para o cinema em 2010, com a direção de João Ribeiro.

reconhecimento do outro e sobre como o questionamento, e até mesmo a desobediência, podem ser movimentos positivos em direção ao futuro” (Francini, 2025, p. 54). Na literatura infantil, Mia Couto publica ainda “A chuva pasmada” (Sociedade Editorial Ndjira, 2004) e “O beijo da palavrinha” (Editora Língua Geral, 2006).

Em 2013, Mia Couto tornou-se o segundo escritor moçambicano a receber o Prêmio Camões, em sua vigésima quinta edição²⁴. Até aquele momento, apenas o poeta José Craveirinha havia recebido a homenagem, em 1991. A relevância do prêmio é observada para além do reconhecimento da obra e contribuição literária do escritor, mas revela os esforços de ruptura com uma duradoura tradição colonial. Criado originalmente em 1937, pelo Secretariado de Propaganda Nacional salazarista, o prêmio destinava-se a autores estrangeiros que publicassem no exterior obras sobre Portugal (Stella; Jackson, 2025). O objetivo era projetar uma imagem favorável do salazarismo pelo mundo. A premiação se manteve até 1945, quando seria encerrada.

Com as iniciativas de Mário Soares, António Alçada Baptista, José Sarney e José Aparecido de Oliveira, o Prêmio Camões foi retomado em 1989 com novos objetivos, entre eles romper com o tom colonial e ditatorial característico das suas primeiras edições. No entanto, nesta retomada, a participação se manteve predominante entre Portugal e Brasil, pelo menos até o início do milênio (Stella; Jackson, 2025), quanto outros territórios lusófonos passaram a contribuir na formação dos júris avaliadores. No seu discurso de aceite, o escritor Mia Couto compartilhou o prêmio com o pai, Fernando Couto, que havia falecido em janeiro daquele ano, aos oitenta e oito anos e também com os “anônimos de Moçambique”:

Foi ele [Fernando Couto] que me ensinou não apenas a escrever poemas, mas a viver em poesia. Este prêmio pertence a esse sentimento do mundo que ele me legou como uma sombra, que resta mesmo depois de tombar a última árvore. Partilho, finalmente, este momento com a gente anónima de Moçambique, essa multidão que fabrica a nação viva e sonhadora que venho celebrando desde há mais de trinta anos. Parte dos moçambicanos que, junto comigo, assinam os meus livros não sabem escrever. Muitos não sabem sequer falar português, mas guardam no seu quotidiano uma dimensão mágica e poética do mundo que ilumina a minha escrita e que encanta a minha existência. (Couto, 2013, p. 8)

Entre 2011 e 2020, o escritor publicou os romances “A confissão da leoa” (Editorial Caminho, 2012), “Vaga e lumes” (Editorial Caminho, 2014), a trilogia “As areias do

²⁴ O júri desta edição foi formado por Clara Crabbé Rocha e José Carlos Vasconcelos (de Portugal); Antônio Alcir Pécora e Alberto da Costa e Silva (do Brasil); João Paulo Borges Coelho (de Moçambique); e José Eduardo Agualusa (de Angola).

imperador” composta pelos volumes “Mulheres de cinzas” (Editorial Caminho, 2015), “A espada e a azagaia²⁵” (Editorial Caminho, 2016) e “O bebedor de horizontes” (Editorial Caminho, 2017) e o romance “O mapeador de ausências” (Editorial Caminho, 2020). Em 2019, publicou o livro de contos “O terrorista elegante e outras histórias” (Quetzal Editores, 2019), em parceria com o escritor angolano José Eduardo Agualusa e também “O universo num grão de areia” (Editorial Caminho, 2019), uma coletânea de ensaios e comunicações realizadas entre 2009 e 2019. Na literatura infantil, publicou em 2013, “O menino num sapatinho” (Editorial Caminho) e “A água e a água” (Editorial Caminho, 2018), ambos com artes da ilustradora Danuta Wojciechowska.

Em 2020, com a declaração realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a pandemia da Covid-19, o escritor integrou a Comissão Técnica e Científica para Prevenção e Resposta à Pandemia da Covid-19 em Moçambique. Entre as atribuições desenvolvidas estavam as comunicações com as lideranças comunitárias do país para difusão de mensagens educativas de contenção do vírus. A experiência da pandemia inspirou alguns dos contos que compõem o livro “O caçador de elefantes invisíveis” (Editorial Caminho, 2021), que reúne histórias inéditas e outras anteriormente publicadas na revista portuguesa, Visão. No Brasil, o livro foi publicado com o título “As pequenas doenças da eternidade” (Companhia das Letras, 2021).

“Compêndio para desenterrar nuvens” (Editorial Caminho, 2023) também reúne contos anteriormente publicados na revista Visão. Seu romance mais recente “A cegueira do rio” (Editorial Caminho, 2024) aborda os impactos da Primeira Guerra Mundial na região norte de Moçambique, imaginando uma realidade onde há o desaparecimento da escrita. Em 2025 foi publicado o livro infantil “As sementes do céu” (Editorial Caminho, 2025), um conto que discorre sobre preservação ambiental e diálogos intergeracionais.

A ideia original para “O mapeador de ausências”, romance mobilizado para análise neste trabalho, antecedeu a passagem do ciclone Idai. O escritor relata que tinha em mente há muito tempo trabalhar em um romance que fosse uma homenagem à sua cidade natal, Beira, onde retornaria às lembranças da infância (Natusch, 2021). Desse modo, o plano era deixar a capital Maputo onde residia, em 2019, com o objetivo de passar algumas semanas na Beira, revistando espaços conhecidos e que poderiam se tornar cenários para o romance em desenvolvimento, como a igreja de Macuti. A igreja havia se tornado um símbolo da resistência

²⁵ A publicação no Brasil pela editora Companhia das Letras recebeu o título “Sombras da água”.

pela atuação dos clérigos durante os anos de guerra na luta de libertação. Naquele espaço, os padres Joaquim Teles Sampaio e Fernando Mendes divulgaram os horrores do massacre de Mucumbura, na região de Tete, organizado pelo exército colonial em novembro de 1971 e que resultou na morte de civis. Denunciados por infringir as normas, esses padres foram presos, condenados e expulsos de Moçambique (Morais, 2020).

No dia 14 de março de 2019, Mia Couto conversava com um amigo da Beira por telefone, ainda não havia viajado para a cidade, e notou que a ligação foi preenchida por um ruído e caiu. Natusch (2021, p. 5) narra que “o escritor achou, por alguns momentos, que fosse o efeito de uma simples ventania. Só conseguiu refazer a ligação quatro dias depois, aliviado ao saber que o amigo ainda estava vivo”. Tratava-se do ciclone Idai. Dias após a passagem, o escritor sobrevoou a cidade e percebeu a gravidade da destruição, com as ruas conhecidas em sua memória cobertas de água e detritos. A igreja de Macuti (Figura 9) foi totalmente destruída, restando apenas a estrutura metálica do teto.

Figura 15 – Registro da destruição da Igreja de Macuti (Beira)



Fonte: Revista Visão, 2019.

A experiência do ciclone Idai também influenciou na escrita do romance-homenagem planejado por Mia Couto. Natusch (2021) destaca que o escritor considerou desistir da escrita desta ideia, considerando todas as dificuldades enfrentadas pelas perdas de vida e de estrutura, como a falta de água potável. Porém, conforme a ajuda foi mobilizada, o romance também foi sendo reimaginado, com a junção de ficção e memória. No enredo, Diogo Santiago, um intelectual, poeta e professor universitário na capital moçambicana, retorna a sua cidade natal,

Beira, a convite de uma universidade no início de 2019, às vésperas da chegada do ciclone Idai. Na sua chegada, conhecia Liana, uma mestre de cerimônias que entrega a Diogo uma caixa contendo papéis: são documentos da polícia política portuguesa (PIDE) e entradas de diário do pai de Diogo, Adriano Santiago, um poeta e jornalista que teve envolvimento com os movimentos pela independência do país.

Mobilizado por esses papéis, Diogo irá lembrar, mas também atribuir novos significados às memórias da infância, como as viagens em que acompanhou o pai ao local dos massacres cometidos pelas tropas coloniais; a perseguição e prisão de Adriano Santiago pela Pide; a vida misteriosa do primo Sandro Santiago, que sendo considerado doente por ser homossexual, ingressa na guerra; o antigo criado Benedito e seu irmão Jerónimo Fungai, assassinado a tiros; o inspetor Óscar Campos e da mãe Virgínia Santiago, que precisou lidar com o espírito revolucionário do marido. Enquanto se percebe envolvido por essas lembranças da infância e por novas descobertas desse passado, Diogo acompanha os avanços do ciclone à cidade que antecede o desastre socioambiental. Acerca da escrita do romance e as eventuais mudanças de direção, o escritor conta que

No início eu pensava que iria celebrar o lugar encantado da minha infância. tive uma infância tão feliz que agora é impossível encontrar uma outra pátria. A primeira versão do livro era sobretudo uma celebração da cidade da Beira, esse lugar aonde volto sempre que tenho que nascer. As versões seguintes do texto foram centrando-se na figura do meu pai. Eu e os meus irmãos temos a ideia de que a presença do nosso pai era tão leve, tão gentil e delicada que ele nunca chegou verdadeiramente a existir. As nossas lembranças giram em redor da poderosa figura da nossa mãe, que combinava uma incomparável força telúrica a uma poderosa imaginação que fazia dela uma infinita contadora de histórias. Os ensinamentos do nosso pai foram essenciais e nunca foram apresentados como lições. Ele parava na rua e falava com gente anônima e a todos se entregava com igual cuidado. Nós perguntávamos se ele conhecia esse interlocutor e ele respondia, displicente: é uma pessoa. Fui em busca de presenças. E percebi que as ausências, as falsas ausências, foram quem mais me tatuou a alma. O meu pai foi esse mapeador de ausências. (Couto, 2021b, p. 5)

Desse modo, o ciclone Idai, atuando como o estímulo que daria força ao desastre no sul moçambicano, é atrelado no romance tanto às histórias pessoais como coletivas de um passado marcado por violência e também resistência. A iminência da chegada do ciclone será acompanhada no romance pela trajetória dessas duas personagens, pai e filho e pelas múltiplas versões da história de um país em luta por sua independência. Nesse sentido, as aproximações possíveis de serem realizadas perpassam a ideia de que a destruição provocada pelo ciclone é também a destruição das memórias produzidas no e sobre o passado. Um processo percebido como benéfico por alguns grupos, que desejam que o passado permaneça esquecido em caixas

fechadas. Adiante, serão discutidas as relações entre o romance, história e desastre socioambiental.

3.4 “NATURAL NÃO TREME”: O ROMANCE “O MAPEADOR DE AUSÊNCIAS” NA PERSPECTIVA DO DESASTRE

O escritor checo, Milan Kundera, em um de seus ensaios onde reflete sobre a arte do romance, vai afirmar que os romances não examinam realidades, mas sim a existência. Essa existência de que fala Kundera estaria relacionada não ao que ocorreu, mas primordialmente ao campo das possibilidades humanas, daquilo que os autores podem tornar-se: “os romancistas desenham o mapa da existência descobrindo esta ou aquela possibilidade humana” (Kundera, 2016, p. 50). Ampliando a experiência de exame das existências pela ficção, o pesquisador de estudos literários, Alexandre Nodari (2024) inclui também o ato da leitura ao inferir que escrever tanto como ler ficção propiciam alterações, mudam a própria posição existencial para uma não-existência descoberta pela ficção. A esse exercício é atribuído o crescimento do interesse pela ficção científica em diálogo com um cenário de transformações climáticas e da ideia de “fim do mundo”. A ficção atuaria nesse sentido, para possibilitar a sensação de algum controle das situações pela imaginação.

O romance “O mapeador de ausências” de Mia Couto, distante de qualquer atribuição de ficção científica, também pode ser interpretado como um exercício da existência e das possibilidades de que falam Milan Kundera e Alexandre Nodari. Neste contexto, o “fim do mundo” é o fim de alguns mundos e no caso de Moçambique, está relacionado tanto aos riscos que um desastre socioambiental apresenta como ao silenciamento do passado. São fins ao mesmo tempo concretos e simbólicos que possibilitam, pela ficção, alguma noção de controle. A referência ao ciclone, que inicia e encerra o romance, é também o aviso ininterrupto de que a qualquer momento tudo pode ser perdido. A noção de fim do mundo é percebida no diálogo entre Diogo e Benedito Fungai, o antigo empregado da família Santiago. Na conversa, falam sobre a aproximação do ciclone Idai na Beira e logo em seguida são acionados pelas memórias de infância de outro ciclone e as descrições de uma paisagem que é transformada.

— Isto vai ser o fim do mundo — vaticino.

— Já estamos habituados aos fins do mundo — reage Benedito.

— Este pode ser o último — digo. É o medo que me faz falar assim (Couto, 2021a, p. 269)

— Lembras-te do ciclone que passámos juntos em 1963? Este vai ser bem pior — assegura Benedito, enquanto sintoniza o rádio do carro à procura das últimas notícias.

Espreito a cidade: nuvens de chumbo rasgam-se de encontro aos prédios. As imagens do ciclone Claude, que varreu a nossa infância, chegam-me como se viessem trazidas por rajadas de vento. Durante horas, a cidade perdeu a solidez, o que era pedra se tornou barro e o que era água ganhou asas e voou. Quando o vento amainou as ruas pareciam flutuar, súbitos afluentes do oceano. Cardumes de peixes mortos boiavam no coração da cidade. Em estado de delírio o meu pai largou o livro que estava a ler e pôs-se a passear na estrada, a água pelos joelhos. A mãe chamou-o, zangada. Mas ele não obedeceu. Precisava de sentir que ainda havia um chão sustentando este nosso mundo. (Couto, 2021a, p. 269)

O texto literário é aqui compreendido, portanto como a construção de um saber por meio da exploração das possibilidades e perspectivas humanas, “mas também um saber sobre o homem que se dá por meio do estranhamento em relação à imagem e perspectiva que dele temos: um espelho que não nos devolve a nossa própria imagem, mas a deforma, fazendo-nos colocá-la em questão” (Nodari, 2024, p. 14). A noção de uma imagem que é refletida e devolvida deformada pode ser percebida já nas primeiras linhas do romance, quando ao retornar para a sua cidade natal, Diogo Santiago percorre os lugares de sua infância

Nestes dias, caminhei pelos lugares da minha infância como quem passeia num pântano: pisando o chão com as pontas dos pés. Um passo em falso e corria o risco de me afundar em escuros abismos. Eis a minha doença: não me restam lembranças, tenho apenas sonhos. Sou um inventor de esquecimentos. (Couto, 2021a, p. 14)

A referência ao pântano como o solo incerto do passado da personagem demonstra a vulnerabilidade dessa existência, construída com lembranças e sensações que não são completamente suas e, portanto, apresentam vácuos e lacunas que não se sabem de início como preencher. Diogo Santiago, assim como o pai há mais de meio século, durante o ciclone Claude em 1963, precisa sentir o contato com o chão para atestar a sua própria existência. Como aponta Paul Ricoeur (1991, p. 190) ao analisar a identidade narrativa no âmbito das histórias de vida e histórias literárias, “as histórias vividas de uns são emaranhadas nas histórias de outros. Partes inteiras de minha vida fazem parte da história da vida dos outros, de meus pais, de meus amigos, de meus companheiros de trabalho e de lazer”. Esse emaranhamento será percebido por Diogo no decorrer do romance e será atrelado a identidades que a personagem nem considera em um primeiro momento.

Ao retornar para a sua cidade a convite, Diogo espera receber uma homenagem pelos anos de trabalho, em uma festa que o lembra a dos antigos colonos nos tempos de sua infância, como confessa ao porteiro (Couto, 2021a). Mas o que se seguirá ao encontro com Liana

Campos, a mestre de cerimônias, e o recebimento de uma caixa, é um envolvimento amoroso e uma transformação da busca por sua identidade. O personagem perceberá que suas memórias sobre o passado estão mais profundamente entranhadas com a história do seu próprio país, processo similar ao ocorrido nas vivências do autor, Mia Couto, sublinhando que “narrativas literárias e histórias de vida, longe de se excluírem, completam-se, a despeito ou por causa de seu contraste” (Ricoeur, 1991, p. 193).

Como mencionado, o anúncio do ciclone é introduzido nas primeiras páginas do romance, trata-se do ciclone Idai que atingiria a cidade da Beira em março de 2019. Na história, Diogo toma conhecimento do ciclone por uma rápida conversa com o porteiro que ao se despedir, sugere que Diogo tome o outro lado da rua, já que há um pássaro morto no meio da passagem.

— *É curioso* — comenta ele, virando e revirando a ave com a biqueira do sapato. — *Este é um “kondo”, um desses pássaros que anunciam desgraças. Isto quer dizer que essa tempestade vem encomendada por alguém.*

— *Que tempestade?* — pergunto.

— *Dizem que vem por aí um ciclone. Estão a transmitir na rádio.*

O aviso meteorológico podia estar certo. Mas o porteiro estava enganado. Não há apenas uma ave morta na estrada. Uma dezena de aves que eu conheço como “cabeça de martelo” jazem no asfalto. Uma estranha brisa dá-lhes um sopro de vida, as penas escuras rodopiam sobre o asfalto. (Couto, 2021a, p. 16-17)

No diálogo entre Diogo e o porteiro é interessante notar a confluência entre saberes tradicionais e científicos. O kondo, como o pássaro que anuncia o ciclone, faz referência a uma diversidade de práticas e saberes próprios dessas comunidades, que se utilizam da observação do ambiente para a antecipação e preparação de eventos climáticos. O kondo é uma nomeação da língua shona, um dos idiomas tradicionais na província de Sofala, que se refere ao *Scopus umbretta*, uma ave pelecaniforme, popularmente conhecida como pássaro cabeça-de-martelo, pelo formato da sua cabeça. Habitante de pântanos subsaarianos africanos, a ave possui o hábito de adornar seu ninho em forma de cúpula com todo tipo de elementos, como lixos, ossos e até mesmo detritos domésticos. Cocker (2013) destaca que em algumas partes do sul africano, comunidades temem esse pássaro e se sentem particularmente cautelosas se um deles pousar próximo de suas casas. Para essas culturas, o kondo é associado a morte, desastres e raios. Esses significados atribuídos a ave também reforçaram no interior dessas culturas a ideia de que não devem ser feridos.

A referência ao pássaro já havia sido mobilizada anteriormente por Mia Couto no romance “Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra”, também como um sinal de

mau agouro ao personagem. A relação entre as aves e questões climáticas encontram um vasto campo de referências nas tradições orais moçambicanas. Dos tempos de infância na Beira, o escritor lembra que para compreender os ciclos das marés, era instruído a prestar atenção nos pássaros. Assim, um pequeno pássaro cinza chamava a enchente enquanto outro, maior e de asas brancas, convocava a maré baixa, de tal forma a guiar a presença humana naqueles espaços (Couto, 2022). O anúncio da aproximação da tempestade, contudo, colocado à prova por Liana, representa o contraponto dessa tradição: “— Está com medo da tempestade? — pergunta ela, com ar irónico. — Fique tranquilo. Quando as anunciam com esta gravidade, não chegam nunca a acontecer” (Couto, 2021a, p. 18).

Do encontro com Liana, Diogo Santiago recebe uma caixa contendo uma variedade de papéis em seu interior, documentos e registros de existência desconhecidos por Diogo. Junto a caixa, está a explicação de Liana sobre a natureza daqueles registros e os motivos de terem sido entregues por ela ao poeta

Caro professor:

O meu avô foi o inspetor da PIDE que, há mais de quarenta anos, prendeu o seu pai. Os documentos contidos nesta caixa fazem parte desse processo. Fique com eles, esse passado não me pertence. Durante todo este tempo, o meu avô guardou estes papéis como se fossem a única parte viva da sua vida. No final dos seus dias, pediu-me que tomasse conta desse espólio. Como sabe, os arquivos da PIDE em Moçambique foram queimados logo depois da queda do regime colonial. Estes documentos são raros sobreviventes desse tempo tão triste. Cuide deles. Espero que lhe sejam úteis.

Sua admiradora,
Liana Campos. (Couto, 2021a, p.18)

Entre os documentos guardados na caixa e aqui a relação aos relatórios esquecidos na Torre do Tombo e desvelados apenas recentemente, é perceptível, estão documentos oficiais da PIDE, como relatórios, cartas, transcrições, depoimentos e telegramas; folhas de diários de familiares; anotações e poemas de Adriano Santiago e escritos do próprio Diogo. Trata-se de um vasto acervo que reconta a história desta família e ecoa os receios de Diogo: “Tanto eu queria fugir das lembranças e tenho agora o leito coberto de passado” (Couto, 2021a, p. 19). Diogo, no entanto, não está sozinho nesse percurso. Sendo filho de pais que eram contrários ao poder colonial e que atuaram na desmobilização do regime a nível local, sua história é oposta à de Liana. Filha de um dos inspetores da PIDE na Beira, Liana confessa a Diogo ter vergonha do passado, que acredita que por ser de seu avô, também pertence a ela: “É injusto herdar passados, é como se nos amarrassem o tempo aos nossos pés” (Couto, 2021a, p. 19). Em

conversa com Diogo, Liana revela que muitas vezes considerou queimar aqueles documentos, como foi a prática comum após a derrubada do regime colonial, visando apagar os vestígios das ações da polícia política portuguesa.

Há na relação despertada entre as personagens outra discussão: a veracidade dos documentos da caixa. Diogo Santiago, como poeta, acredita que o passado é inventado e ao afirmá-lo, desperta em Liana o desejo de saber se não lhe ocorre duvidar da autenticidade dos papéis. Em resposta, Diogo revela as características que o fazem acreditar na autenticidade

Os documentos da polícia estão datilografados em papel timbrado. E há os meus próprios papéis, e sobre esses não pode haver engano...

Liana — Não imagina o que se pode falsificar nos dias de hoje.

Eu — Acha que não reconheceria a minha própria caligrafia? Na verdade, reconheço a minha letra, mas tenho dificuldade em ler grande parte dos papéis. A maior parte deles foi atacada pela humidade... (Couto, 2021a, p. 20)

No âmbito do confronto sobre o quanto os documentos podem ser confiáveis está posta a relação que este país desenvolveu com o seu passado. Ou seja, a forma como as violências do poder colonial foram estrategicamente silenciadas ou minimizadas, buscando um discurso que fosse favorável à imagem do colonizador. Após a independência, a Frelimo enquanto poder vigente, também buscou articular um passado através de uma narrativa particular que contasse a história desejada, apagando os contrastes e contradições deste percurso.

Coelho (2009) destaca que o Acordo de Paz em 1992 que daria fim à guerra civil baseou-se no esquecimento, delegando a memória coletiva dos anos pós-independência a um plano secundário, assim “a Frelimo viria como que a perder o monopólio da versão da história inscrita na sua modernidade. Deixou de haver uma só versão do passado, uma só explicação; passaram a competir várias, contraditórias” (Coelho, 2009, p. 65). O diálogo escrito por Mia Couto articula a discussão de Alexandre Nodari (2024) acerca da mimese no campo literário. Aqui o que é mimetizado pelo escritor não são ações, fatos ou estados internos, mas a forma como o passado moçambicano foi referido por diversos agentes, os discursos que o envolveram e as múltiplas perspectivas possibilitadas nas últimas décadas.

Em outro momento, Diogo irá descobrir no interior da caixa o livro “Um retrato à procura de feições”, uma reunião de poemas de seu pai, Adriano. Novamente, o objeto será motivador para recordar um episódio de sua infância quando a PIDE foi a sua casa à procura de Adriano.

Lembro o dia em que a polícia fascista veio a nossa casa apreender exatamente esse livro. Teria eu uns sete anos quando alguém bateu à nossa porta. Eram dois homens de fato e gravata, abanando o chapéu como se fosse um leque.

— Somos da polícia. Queremos falar com o poeta. — Da polícia? — perguntou a minha mãe. — E não têm farda?

Um dos agentes fez questão de apresentar um cartão de identificação, mas o outro — que parecia ser o chefe — suspendeu os seus intentos. E repetiu, com voz pausada:

— Somos da polícia. O seu marido está?

— Está no escritório, a dormir a sesta — esclareceu a minha mãe. — Mas podem entrar.

— Acordamo-lo nós?

— É melhor. Comigo fica muito maldispuesto. (Couto, 2021a, p. 21)

Diogo então recorda que ao entrarem os inspectores em sua “missão secreta” no interior de sua casa, seguiram-se todos os familiares curiosos até o escritório.

No grande sofá do escritório, deitado de bruços, dormitava o meu pai. O inspector deu uma volta pelo aposento e depois deteve-se a examinar demoradamente a estante. Separou uns tantos livros e um ou dois discos de vinil e anunciou:

— Estes vão comigo! — Da mesa retirou um outro livro e soletrou o título em voz alta: — Um retrato à procura de feições. Vou levar este também. Agora, deu-me para ler versos.

— Esse livro não sai daqui — protestou o meu pai, ainda deitado e de olhos fechados.

— Vai o livro e vai você, senhor poeta.

Conduziram à força o meu pai, com o seu coçado pijama às riscas, pelo corredor da casa e, depois, ao longo do passeio público. Atrás seguia a minha família em chorosa procissão. E a mãe, mais curiosa que pesarosa, insistia: — Vão levá-lo? Deixem ao menos que lhe calce umas chanatas decentes.

Num esforço derradeiro, já na soleira da porta, dona Virgínia ergueu a voz, com cuidado para não parecer indelicada: — Tudo isto por causa de um livro? Será que tem erros ortográficos? (Couto, 2021a, p. 21-22)

A lembrança de Diogo, uma criança quando ocorreu a prisão de seu pai, possibilita perceber pela ficção, a atuação estratégica da polícia política, conduzindo investigações que mapeavam não apenas os guerrilheiros da Frente, como intelectuais e artistas que se opunham ao regime. A censura de livros e jornais que ocorria na metrópole, refletia também a condução de vigilância no interior das colônias. Uma das entradas do diário de Óscar Campos, o inspector da PIDE responsável pela prisão de Adriano, será descoberta pelo protagonista posteriormente. Nas linhas escritas no dia primeiro de maio de 1973, o inspector revela guardar um dos muitos romances recolhidos pela censura nas livrarias da colônia. O livro em si é “Capitães de Areia” do escritor Jorge Amado, que é entregue a Adriano.

Um segundo aspecto que a memória de Diogo possibilita perceber é a figura de Virgínia, que parece não compreender os delitos que são atribuídos ao marido e tampouco, os significados apresentados pelo seu acervo de livros. Embora neste momento, a figura de Virgínia seja rememorada com certa ingenuidade, no decorrer do romance, será revelada uma

Virgínia que, contrária ao envolvimento direto do marido com a oposição, tampouco concorda com a violência e discriminação do regime. E para além, atua como uma figura de proteção para os filhos e para o sobrinho Sandro, que naquele momento, não compreendiam completamente o que ocorria. Fernando Amado Couto, o irmão mais velho de Mia, recorda, e nesse momento, não pela ficção, de como os livros do pai representavam uma ameaça:

Ficou-me na espuma da memória o dia em que os seus amigos da esplanada do café “Capri”, local de encontro dos oposicionistas (desde monárquicos a comunistas), unidos num jogo misterioso chamado de “31” e fazendo comentários graciosos sobre as belezas femininas que ousavam passar no passeio, invadiram, com grande precipitação e agitação, a nossa tranquila casa, falando apressadamente com a minha mãe. Tudo se passava na ausência de meu pai. Foram directos às estantes, escolhendo vários livros “sagrados” e, para nosso espanto, os regaram, com petróleo, queimando-os no quintal. Olhava incrédulo para o meu irmão Mia, ambos sem percebermos o que estava a acontecer. Saíram com a mesma pressa com que entraram e, em unísono, deixaram-nos um apelo de calma. Então, a nossa mãe, numa voz conformada, mas bastante apreensiva, chamou-nos e deu a explicação: o nosso pai estava preso pela PIDE, órgão de repressão política do regime colonial. E depois de um longo silêncio, desabafou: eu bem o avisei. E chorou. Nós, na nossa ignorância, perguntamos-lhe o porquê da sua prisão: se havia porventura roubado, ou mesmo matado alguém. Ela respondeu-nos: Não, meus filhos, é a maldita da desgraçada política em que ele anda metido. Vamos é jantar, tentando desvalorizar o seu estado de alma. (Couto, 2024a, p. 13)

Ao entrar em contato com os registros de diários de seu pai e do inspetor Óscar Campos, Diogo Santiago, como manifestação do próprio autor, passará por uma experiência do pensamento (Ricoeur, 1991). Neste exercício, Diogo coloca à prova o que conhece sobre si mesmo e o que é enquanto sujeito, a mesmidade na perspectiva proposta por Ricoeur (1991) em troca do que passará a ser após conhecer a história registrada nos papéis, a ipseidade, como o movimento de responsabilizar-se por suas ações. Os documentos deixados por Liana propiciam ao personagem se organizar através de narrativas em um amplo espaço de variações. O passado da família redescoberto por Diogo no decorrer do romance, para além de abordar o transcurso de um momento turbulento no país, retrata as relações com a natureza e os vínculos com o presente, particularmente, com os significados que são atribuídos culturalmente ao ciclone que se aproxima.

Nesse sentido, é possível apreender as representações que o escritor Mia Couto faz da história dessa personagem e da iminência de chegada do ciclone com o olhar da história ambiental. Particularmente, das interações entre cultura e natureza, mas também das forças que operam no mundo independente da interferência humana. Como discute Worster (1991) ao lidar com fenômenos como ciclos hidrológicos e sistemas atmosféricos, como é o caso das formações de ciclones, depara-se com energias autônomas. Essas energias, contudo, são capazes de

interferir diretamente na vida humana, originando aquilo que denominamos desastres socioambientais.

Worster propõem três níveis de análise para os processos interacionais entre cultura e natureza. O primeiro nível “trata do entendimento da natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado; incluí-mos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o orga-nismo humano” (Worster, 1991, p. 202). O segundo nível de análise é caracterizado como o estudo “do do-mínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente” (Worster, 1991, p. 202). Nesta esfera são consideradas as ferramentas e trabalhos, as relações sociais que se originam dessa atividade e as formas como diferentes povos criam e produzem bens a partir de recursos naturais. Para a análise do texto literário de Mia Couto, é pertinente o terceiro nível proposto por Worster (1991), tratando-se das interações intangíveis e exclusivamente humanas, no “qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (Worster, 1991, p. 202). O historiador destaca que embora organizadas em três níveis, essas esferas de investigação estão estritamente relacionadas, como será possível compreender nas representações da paisagem produzidas em “O mapeador de ausências”, em que a presença colonial marcou também as relações sociais e de trabalho com o ambiente dominado.

Na caixa entregue por Liana, Diogo descobre folhas do seu diário de adolescente, onde há registros de sua viagem a Inhaminga no ano de 1973. Essa localidade, localizada a 193 quilômetros da Beira, foi sede do distrito de Cheringoma e durante período colonial, sua vila ferroviária foi considerada o segundo maior centro urbano da província, atrás da Beira. Inhaminga, no entanto, também é conhecida por ter sido palco de um dos mais violentos massacres da colonização portuguesa, como se verá adiante. Na ocasião da viagem e sem o conhecimento de Virgínia, Diogo acompanhava o pai, que havia recebido o convite de um amigo português chamado Faustino Pacheco, ligado ao partido comunista. Como jornalista, Adriano Santiago seguia a missão de documentar em texto e foto, a violenta presença do exército colonial.

Quero saudar a sua coragem em viajar para Inhaminga, num momento tão conturbado. Na semana passada os guerrilheiros da Frente de Libertação atacaram nessa região um comboio da Trans-Zambezia Railways. Para nós, comunistas portugueses, solidários que somos com a luta pela independência de Moçambique, esse ataque foi uma conquista fundamental. O meu empregado doméstico referiu o incidente desta maneira: o mundo é um comboio que descarrilou em Inhaminga. E ele tem toda a razão. Chegam-nos informações de que, como retaliação a essa emboscada, terríveis atrocidades estão a ser cometidas pelo exército colonial contra a população negra.

Esses crimes precisam ser confirmados e devidamente denunciados. (Couto, 2021a, p. 28-29)

Nos seus registros anotados no diário, o adolescente Diogo relata o impacto das cenas que viu, particularmente, ao longo da linha férrea, onde as esposas dos funcionários em greve da Trans-Zambézia Railways ocupavam a linha, como obstáculos humanos para qualquer tentativa de movimentação dos vagões. É neste momento que Diogo descobre, através do pai, que toda a economia baseada em exploração que ocorre naquele lugar pertence ao português António Champalimaud, proprietário “das minas, da fábrica, das plantações, das serrações, tudo aquilo estava nas mãos de um só homem” (Couto, 2021a, p. 38). E continua: “E era fácil ver, de acordo com o meu velhote: com a construção da barragem de Cahora Bassa todos aqueles negócios se encaixavam como as bonecas russas” (Couto, 2021a, 38).

Segundo Dimande (2002), a barragem de Cahora Bassa integrou o projeto econômico encarregado pelo poder colonial, visando a exploração do rio Zambeze. No ano de 1958 já havia sido construída junto à fronteira entre Zâmbia e Zimbábue, a barragem de Kariba. E em 1974, foi inaugurada a de Cahora Bassa. Naquele contexto, a barragem tinha como objetivo o fornecimento de energia elétrica barata aos países da região, principalmente África do Sul. Também era esperado que o projeto desencadeasse o desenvolvimento da região do Baixo Zambeze, com o estabelecimento de indústrias e a ampliação da oferta de empregos. Mais do que isso, a construção da barragem, iniciada em 1969, era em si uma propaganda do governo português durante os anos em que se intensificou a luta armada pela independência. Propaganda como sendo uma das melhores e maiores do mundo, os efeitos ambientais foram ocultados e os raros estudos de impactos, permaneceram sem serem divulgados.

Os nacionalistas, por sua vez, creditavam à obra o esforço português em perpetuar o poderio sobre o território moçambicano. Os impactos ambientais iniciais foram amplos e incluíram o deslocamento forçado de comunidades e a destruição de outros viventes na região. Dimande (2002, p. 5) destaca que anteriormente à barragem, o sistema ecológico do Baixo Zambeze “esteve adaptado a largas flutuações do escoamento do rio. Contudo, depois da construção da barragem, o rio foi regulado, o que fragmentou e alterou o ecossistema ribeirinho e das planícies de inundação à jusante”.

As variações da água eram fundamentais para a manutenção da vida animal e vegetal e, portanto, as transformações do padrão sazonal do escoamento, trouxeram efeitos profundos no ecossistema. Diamante (2002) reforça que essas mudanças, associadas a um contexto de guerra que se seguiu pelo menos até 1992 na região culminaram na destruição de alternativas de

sobrevivência, fomentando a pressão demográfica e o desemprego da população ativa. Desse modo, como o personagem de Adriano Santiago revela ao filho, todos os empreendimentos de Inhaminga funcionavam como uma boneca russa, visando aos objetivos do poder colonial.

É nesta paisagem de exploração econômica e ambiental, que Mia Couto também descreve o massacre testemunhado por Adriano Santiago, pelo filho e pelo empregado, Benedito. Ao chegarem em Inhaminga, dirige-se ao centro da praça, onde é confrontado com a imagem de centenas de corpos negros amontados, nus e cobertos de poeira (Couto, 2021a). Os corpos são guardados por soldados portugueses que impedem a aproximação de qualquer pessoa, mas há uma explicação fixada em um letreiro próximo onde é possível ler: “Isto é o que acontece a quem ajuda os terroristas” (Couto, 2021a, p. 39). O massacre havia sido uma resposta aos ataques dos guerrilheiros da Frente de Libertação. Meneses (2023) relata que o massacre de Inhaminga tirou a vida de cerca de três mil pessoas, muitas destas tendo sido enterradas vivas pelo exército português.

Desnortado com a cena, Adriano Santiago retorna ao carro e juntos, os três personagens assistem a chegada de uma mulher negra, vestida de uma túnica branca e carregando uma pá. Benedito Fungai, que nasceu naquela região, reconhece a figura como sendo Maniara. A mulher então, executa uma dança ritualística na praça. Um dos soldados sugere que a ação seja reprimida, mas logo outro soldado incentiva que não interfiram, alegando que a mensagem fixada no letreiro é inútil pois ali ninguém sabe ler e que, portanto, a mulher representa em si a mensagem. Somam-se à Maniara, dois padres, o holandês José Martens e o moçambicano, Januário. As figuras religiosas desejam levar os corpos para que tenham um enterro digno e para que possam ser identificadas, o que é impedido pelos soldados, que observam a ordem para que os corpos permaneçam na praça até o dia seguinte, como um aviso. Maniara então começa a falar em sua língua, o chissena e nomeia cada uma das pessoas assassinadas enquanto continua sua dança. Ao terminar, revela:— Sou como eles, sou terra. Eu morri junto com os meus irmãos” (Couto, 2021a, p. 41).

Depois começou a rezar, sempre na sua própria língua. Mantinha o tom que usara antes, como se falar e rezar fossem a mesma coisa. E foi assim que falou com Deus, a quem chamou de Mulungo.

— Escuta, Mulungo, Deus dos Va-sena: fizemos-te vivo para que, em troca, nos desses Vida. Olha em volta e o que vês? Olha para nós, não sentes vergonha?

Quando parecia que não havia mais a dizer, a mulher voltou a erguer os braços para pedir aos mortos que fossem generosos e que encolhesse até se tornarem do tamanho de crianças. — Façam isso, por favor — implorou Maniara. — É que não há mais espaço na terra para os que ainda vão morrer. (Couto, 2021a, p. 41-42)

A representação do massacre de Inhaminga pelas lembranças de Adriano e Diogo Santiago são importantes à medida que elucidam uma exploração colonial que afetou diretamente o ambiente, consumindo de forma desmedida tudo o que foi nomeado como recursos naturais. Essa exploração foi sistematicamente associada aos corpos e identidades locais, também estes atrelados à natureza. A possibilidade de perder o controle sobre o território e os indivíduos durante os anos de luta armada, acentuaram as ações violentas do exército português, à medida em que massacres como o de Inhaminga foram repetidos em diferentes territórios de Moçambique. Mais do que dar uma resposta aos ataques, as mortes eram postas como exemplos que visavam amedrontar a sociedade civil e torná-la avessa aos guerrilheiros da Frelimo, caracterizados como os “traidores” e responsáveis pelo cenário de guerra instalado.

Os relatos da violência colonial, atrelados à exploração ambiental e expostos no texto literário pelas memórias de Adriano e Diogo Santiago mobilizam a noção de paisagem como uma composição de diferentes sedimentos que envolvem memórias, mitos, lendas, crenças, conforme reflete Schama (1996). Em “O mapeador de ausências”, portanto, a paisagem não é apenas descrita, mas também construída e percebida no âmbito das relações entre o poder colonial e as comunidades moçambicanas, a luta armada, a oralidade e crenças locais e os significados atribuídos à natureza. Como reflete Schama (1996, p. 16-17):

E, se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto, estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. (Schama, 1996, p. 16-17)

No decorrer da narrativa, a espera pelo ciclone será acompanhada de outras composições de paisagem em que é possível perceber as inscrições da cultura no ambiente e as decorrentes modificações, “e esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos” (Schama, 1996, p. 17). Impactado pelo contato com as memórias do passado, Diogo resolve percorrer os espaços da Beira que outrora preencheram seu tempo de infância. Em determinado momento, chega ao Beira-Terrace, um aterro na parte baixa da cidade que se estende sobre um estuário, próximo ao porto. Ao encontrar o lugar da sua infância deteriorado e em ruínas, recorda de como aquele espaço era anteriormente um espaço de socialização, ocupado para atividades de lazer e marcava também as distinções sociais na cidade.

Antes da independência, os colonos vinham aqui passar as tardes de domingo. Os ingleses e os portugueses mais abastados frequentavam uma esplanada onde tomavam chá, dançavam e se esqueciam de África. O salão de chá tinha reservado o direito de admissão. A minha família nunca ali entrou. O nosso empregado Benedito comentava, surpreso: existem raças mesmo entre os brancos.

Um estreito riacho, o Chiveve, desagua a uma centena de metros. É pequeno, lamacento e malcheiroso. Apesar disso, os beirenses sentem um enorme orgulho naquele riachinho. A tal ponto que se chamam a si mesmos de “os do Chiveve”. Podiam ter escolhido como insígnia o grande rio Punguè, que desagua junto à cidade. Mas preferiam rever-se neste riozinho. Sabem que aquele é o nome que se dá à maré cheia que avança sobre o lodaçal e vai soando como uma toada: Chi-ve-ve-ve-ve.

No tempo da minha infância esse riachinho separava os antros pecaminosos dos lugares da virtude. Agora, o Chiveve já não tem a pretensão de dividir o mundo. Quatro décadas depois reina ali o mesmo cheiro ácido das águas paradas. Enganosa é a ideia do paraíso como um lugar frondoso e perfumado. O universo começou num pântano igual a este. (Couto, 2021a, p. 47)

O Chiveve, como o rio da infância de Diogo, é também a representação do processo de urbanização da cidade. O rio foi essencial para o estabelecimento da cidade da Beira pela colonização portuguesa em 1887, atuando como um porto natural e possibilitando o desenvolvimento da cidade às suas margens (Maloa, 2016). As mudanças na paisagem advindas do processo de urbanização, seguiram o modelo de urbanização ocidental de Lisboa, onde na margem esquerda foram construídas residências, edifícios administrativos e comerciais e na margem direita, a central dos caminhos de ferro e os edifícios da Companhia de Moçambique (Maloa, 2016). No decorrer das décadas, a massiva ocupação trouxe consequências como grandes níveis de poluição, que dificultaram os processos naturais de drenagem das águas pluviais e o bloqueio dos canais do rio. Essas condições acentuaram os níveis de danos em situações de fenômenos climáticos.

Apenas recentemente e com os danos causados pelo desastre após a passagem do ciclone Idai, o governo moçambicano com incentivos estrangeiros, como Banco Mundial e Banco Alemão de Cooperação, desenvolveu o Parque de Infraestruturas Verdes na Cidade da Beira, inaugurado em dezembro de 2020. O objetivo do parque é melhorar os processos de drenagens naturais do Chiveve, ao longo das três bacias do rio, buscando contribuir para a diminuição das inundações e revitalizar os espaços em ruínas, com a criação de novos ambientes socioeducativos, atuando como um espaço de resiliência climática.

Em “O mapeador de ausências”, o Chiveve também surge pela perspectiva de Óscar Campos, o inspetor da PIDE, em um dos papéis da caixa. Nas folhas do diário, o militar narra sua autobiografia dos tempos em que viveu no solo africano. Em uma das entradas em novembro de 1951, Campos relata a vida em Lourenço Marques, quando a esposa Vitória

enfrentava problemas psiquiátricos. Naquele momento, o inspetor era atormentado pela presença de africanos em sua casa: o enfermeiro negro responsável pelos cuidados da esposa e Danai Fumo, a empregada da casa e que viria a se tornar a ama de sua filha, Almalinda. Receoso da sua perda de controle, como um eco a perda do controle português naquele território, o inspetor conta um de seus pesadelos

Nessa tarde acordei assaltado por premonitórios pesadelos. Sonhei-me velho, mais idoso que o meu próprio pai. E vi-me a mim mesmo no fim dos tempos, sentado na margem do rio Chiveve com os pés afundados na lama escura. Contemplei o horizonte para confirmar uma angustiante suspeita: eu era o único branco em todo o continente africano. Os indígenas tratavam-me como uma relíquia viva. Eu era uma estátua protegida por um enorme sombreiro. Os negros deitavam-me moedas e limpavam-me das sujidades das aves. De repente, daquele mesmo pouso, vi o enfermeiro negro passeando de braço dado com a minha esposa. Furioso, tentei erguer-me mas tropecei nos meus próprios pés. Só então senti o peso de uma pedra que me pendia do peito e onde se podia ler a seguinte inscrição: “último colono em terras africanas”. (Couto, 2021a, p. 224)

Aqui o Chiveve, o rio que representou o início da exploração na Beira é também simbolicamente situado como o fim do domínio, o encerramento da presença colonial. E o inspetor português é visto como artefato dos anos de guerra, um último vestígio dos que empreenderam a violência no território. Nesse sentido, é possível pensar a experiência literária de “O mapeador de ausências” pela noção de obliquação refletida por Nodari (2024). Acionando Lévi-Strauss (2003), o autor discorre sobre as dificuldades inerentes às ciências humanas ao tomarem o outro como objeto de conhecimento. Para enfrentar essa questão, torna-se necessário que o sujeito da investigação se “objetive” como um outro sujeito e “veja o mundo e a si mesmo com os olhos deste, que veja a si mesmo como um outro - como um objeto” (Nodari, 2024, p. 98), assumindo uma dupla identidade enquanto sujeito e objeto.

Este exercício de obliquação, enquanto um deslocamento do olhar, pode assumir algumas posições, como ver o outro; ver a si mesmo como objeto; ver como o outro sujeito; e, ver a si mesmo como o outro (sujeito) o vê. Para Nodari (2024), este movimento das ciências humanas é o mesmo posto na experiência literária. Os personagens de ficção, ou egos experimentais na perspectiva de Milan Kundera (2016), demandam que escritores e leitores passem pela experiência de obliquação, ao subjetivar o outro, objetivando a si. E este parece ser o caminho empreendido por Mia Couto ao construir personagens tão próximos de sua experiência pessoal e outros tão distantes. A complexidade dos dilemas dos personagens recusa qualquer simplificação ou dicotomia entre colonizador/colonizado ou branco/negro, antes busca salientar as interferências e nuances dessas identidades.

A obliquação, no texto analisado, também percorre os diferentes significados atribuídos ao ambiente e que só podem ser compreendidos neste exercício de deslocamento do olhar. Maniara, a personagem encontrada por Adriano e Diogo em Inhaminga, constrói um relato significativo das diferenças percebidas por ela enquanto africana e mulher

Os brancos, todos sabemos, são pessoas estranhas: constroem casas de cimento e fazem toda a vida dentro delas. Dormem com a cabeça virada para o poente. Cozinham, urinam e defecam sem sair das suas construções. A água corre em poços escavados dentro das paredes. As casas deles crescem como árvores em direção aos céus. Erguem-nas de um tamanho e, depois, como resultado das suas rezas, essas casas vão ganhando altura. Alguns que lá moram ficam tontos e lançam-se para o chão como pássaros cegos. Morrem como as andorinhas nos dias de tempestade.

Uma coisa é certa: nós, os negros de Inhaminga, podemos ter os nossos medos, mas os brancos vivem com muito mais medos. Têm receio dos feitiços dos outros brancos. E são ainda mais atormentados com nossos feitiços. É por isso que usam panos em todo o lado. É assim que afastam os maus espíritos. Cobrem as mesas com panos. Comem em cima de panos. Usam-nos por cima da cama. E estendem-nos a tapar as janelas. Por essa razão pensei que seria bom mudar a bandeira dos portugueses. Para que eles ganhassem as simpatias dos nossos antepassados. Foi isto que lhes quis explicar. Mandaram-me calar. É assim que fazem com as mulheres. Têm medo delas quando falam. Mas têm ainda mais medo quando calamos. (Couto, 2021a, p. 89-90)

A experiência literária, portanto, possibilita não apenas que o sujeito fale, mas também que o outro (o próprio escritor ou os leitores) sejam falados. Ao acessar o texto literário, vivencia-se o exercício de pensar em si, na vida e contexto. Para Nodari (2024), esta inevitabilidade do texto literário não se deve exclusivamente porque o sujeito realiza comparações com os personagens (reflexividade), às situações descritas ou ao próprio texto, mas também porque o próprio sujeito é comparado por eles (obliquação, ficcionalização). Segundo Nodari (2024, p. 114) “o que há numa ficção são múltiplas perspectivas textuais que se cruzam, se chocam, se alternam, produzindo ‘lugares vazios’ nos quais as perspectivas se encavalgam, se sobrepõem, se contradizem e que devem ser ocupados pelo leitor”.

Em determinado momento da narrativa, envolto nas lembranças do passado e determinado a auxiliar Liana em descobrir o seu, Diogo Santiago reencontra com o farmacêutico goês, Natalino Fernandes. Nos tempos de sua infância, Natalino havia participado dos encontros secretos organizados por Adriano Santiago, os “toupeiras brancas”. Interessado em seguir a carreira como médico, inclinou-se para o ofício de farmacêutico por orientação da mãe, que receava que por ser um “caneco²⁶”, os portugueses se recusariam a ser atendidos por

²⁶ Caneco é um termo depreciativo utilizado em tempos coloniais para designar católicos com origem na antiga Índia Portuguesa. Compreendidos como mestiços em um contexto majoritariamente negro, tinham uma origem identitária expressamente indiana (Zamparoni, 2012).

ele. O nome “tão lusitano” (Couto, 2021a, p. 137), por outro lado, poderia enganar os potenciais clientes ao pensarem que estariam lidando com um branco da metrópole. Após a tomada de Goa pelo governo indiano em 1962, Natalino foi detido pela PIDE. Após ser libertado, encontrou refúgio na casa dos Santiagos e passou a participar da oposição ao poder colonial. Com mais de noventa anos, o farmacêutico é descrito por Diogo como um homem que traz “a prisão dentro da alma” (Couto, 2021a, p. 138) e que “mantém intactas as suas antigas convicções e ainda sonha derrubar o imperialismo” (Couto, 2021a, p. 138). Ao abraçar Diogo, o farmacêutico confessa que sente estar abraçando seu antigo camarada, Adriano Santiago.

É Natalino quem será o responsável por realizar a mediação que levará Diogo, Liana e Benedito para a Vila do Búzi, local onde Liana espera encontrar mais informações sobre o passado da mãe. No entanto, Natalino esclarece que esta deverá ser uma viagem rápida, devido ao ciclone que se aproxima. E aconselha Diogo: “E tu, filho do Santiago, tens a certeza de que não queres voltar para Maputo enquanto é tempo?” (Couto, 2021a, p. 139). A pertinência do conselho é apreciada por Diogo. Mas o envolvimento com as memórias do passado o impede de ir embora, mesmo diante da ameaça do ciclone. Esta decisão expressa a relação entre o desejo de recuperar uma história dada como esquecida e o receio de perdê-la definitivamente diante do desastre.

Um medo, que no texto de Mia Couto, demonstra ser compartilhado mesmo por aqueles que já passaram por experiências similares e que, talvez, por esse mesmo motivo, temam repetir uma história de destruição: “Vou ficar. Já antes assisti um ciclone, aqui nesta mesma cidade. O velho Natalino sorri e relembra o lema dos beirenses: ‘Natural não treme’. O seu aceno de despedida desmente essa tão proclamada firmeza” (Couto, 2021a, p. 139). A noção de resiliência descrita no lema falado por Natalino é contraposta pelo que Ndapassoa (2023) denomina de danos irreversíveis dos desastres socioambientais. No caso de Moçambique, referindo-se às dificuldades de recuperar o tecido social nas zonas afetadas que se sobrepõem à tarefa de reabilitar vítimas dos diversos conflitos armados que assolaram o país no pós-independência.

Os danos também são atravessados pelas dificuldades de recuperação dos traumas coletivos diante dos desastres socioambientais. Ndapassoa (2023, p. 26) destaca que “as pessoas, que perderam tudo em um ápice, tornam-se dependentes em praticamente tudo, necessitando, portanto, de um forte apoio psicológico para se refazerem dos efeitos do trauma sofrido”. Os meios e condições para propiciar esses atendimentos são, contudo, incipientes na maioria dos casos. Em “O mapeador de ausências”, ao retornar ao hotel após o encontro com

Natalino, Diogo relembra o ciclone que marcou sua infância e as diferenças na forma com que sua mãe e seu pai lidam com a tempestade

Apetece-me calcorrear a cidade, quero lembrar esse ciclone que tanto me marcou a infância. Na altura eu tinha nove anos e foi como se nunca antes tivesse visto o vento. Da janela de nossa casa víamos a Beira a ser arrancada pelas raízes, as árvores rasgando-se, placas de zinco voando como folhas de papel. Sandro e eu corremos para junto da minha mãe. Era a última fortaleza que nos restava. Bastaria que ela tivesse dito o meu nome e a tempestade se dissiparia. Bastaria que tivesse acariciado o meu rosto e o vento se enroscava como um gato na concha da sua mão. Mas Virgínia Santiago tremia como varas verdes. Essa fragilidade atemorizou-me mais que a própria tempestade. Num certo momento o telhado de lusalite da sapataria Lusitana passou esvoaçando frente aos nossos olhos. Com a nossa ajuda, a minha mãe pôs-se a reforçar as portas e as janelas com apoio de mesas e armários. No meio deste fim de mundo, o que fazia o meu pai? Num canto, lia um livro. Assustada, a nossa mãe interpelou-o repetidas vezes. “Nestes casos”, justificou-se ele, “o melhor que há a fazer é não fazer nada.” No dia seguinte, a tempestade já passada, o pai mandou que abrisse as janelas. Como eu demorasse, ele mesmo se ergueu, rodou os fechos de cobre e escancarou as portadas. Fazia-o como se nunca o tivesse feito antes, como se a janela fosse uma recentíssima invenção. Olhou o dia luminoso, inspirou fundo e disse:
— Vem, meu filho, vem ver o mundo pela primeira vez. (Couto, 2021a, p. 140)

A viagem até a Vila do Búzi é guiada por Periquito, o empregado de Natalino Fernandes. No ancoradouro da Praia Nova, na Beira, Diogo Santiago observa as mudanças na paisagem daquilo que havia registrado em sua infância, quando os barcos saíam do cais Manarte. No seu tempo de menino, Diogo recorda que Praia Nova era apenas um extenso areal marginado por uma floresta de mangal, agora completamente derrubada. Periquito explica que a derrubada das árvores foi justificada porque ali se escondiam muitos bandidos (Couto, 2021a). Diogo observa que a antiga paisagem de sua memória é agora ocupada por barracas, palhotas, lixeiras e ruelas alagadas. Periquito compartilha sua revolta “Como deixaram construir um bairro no meio do matope? Quando vier o ciclone vão culpar o clima, a chuva, a natureza. Culparão tudo menos a má governação” (Couto, 2021a, p. 141).

A urbanização desmedida em uma área que naturalmente serviria de obstáculo para os danos provenientes de desastres é ainda descrita pela movimentação de “mulheres carregadas com peixe seco, enquanto, no alto da duna, dezenas de bicicletas transportam sacos de carvão” (Couto, 2021a, p. 141). Mais à frente, os personagens encontram crianças que jogam futebol com bolas feitas de plástico e envolvidas em preservativos: “— Tanta camisinha desperdiçada! Fazem falta campanhas de educação — lamenta Liana. O nosso cicerone tem outra opinião: — O que falta, dona Liana, são bolas para as crianças brincarem” (Couto, 2021a, p. 141). A divergência de opiniões entre os personagens é significativa ao demonstrar como as realidades são apreendidas de formas diversas. A ausência de programas de conscientização e educação

apontados por Liana, é percebida como um problema ainda mais complexo por Periquito. O personagem, conhecedor daquela realidade, compreende que aquela imagem retrata as condições de desigualdade e vulnerabilidade ali presentes, designando um sentimento de abandono. Já embarcados, Diogo atesta que não apenas as árvores deram lugar a construções e a areia ao lixo, mas as águas do rio também foram afetadas com as transformações na paisagem da Beira.

A embarcação balança acossada pela ondulação, que bate a estibordo. — As águas estão lamacentas — comento. O capitão parece ofendido com o meu comentário. E declara, sobranceiro: — Estão assim por causa do ouro. — Faço de conta que não há surpresa dentro de mim e o marinheiro volta a atacar: — Lá mais acima, junto da nascente, estas águas estão carregadinhas de ouro. — Solta as duas mãos do leme e confessa: — Um dia destes, largo o mar e vou garimpar para lá, onde a água nasce da cor do sol. (Couto, 2021a, p. 142)

Aqui novamente é revelado como as condições de desigualdades criadas neste território, propiciaram a exploração desmedida, com o objetivo de superar uma realidade cerceada por vulnerabilidades. Posteriormente, já hospedados na Vila do Búzi, Diogo e Liana encontram com um pescador local de nome Arlito Muporofeta. O pescador foi o responsável por salvar Almalinda, a mãe de Liana, anos antes, da sua tentativa de suicídio. Ao encontrar com os visitantes, o pescador reflete sobre como as mudanças no clima também interferiram na relação dos locais com o mar e na atividade da pesca: “O céu do Búzi sofre de marés” (Couto, 2021a, p. 149) revela, e os peixes percebem essas mudanças nas estações. “— Quando o céu está baixo — afirma Arlito — os peixes ficam confusos, nadam à superfície e é uma maravilha, nem precisamos de redes. Caçamo-los à mão” (Couto, 2021a, p. 149). Logo em seguida, o pescador faz uma correção, dizendo que assim o faziam antigamente: “Agora já nem sei, o mundo anda todo ao contrário” (Couto, 2021a, p. 149).

Posteriormente, será o mesmo pescador quem anunciará para Diogo e Liana o adiamento da viagem de retorno, em função do mau tempo. Assustada, Liana interroga se o mau tempo é o ciclone que já havia chegado no Búzi. Muporofeta responde se tratar do filho do ciclone: “Os ciclones são assim, mandam os filhos à frente” (Couto, 2021a, p. 169). O texto literário revela no decorrer das suas páginas como as tradições locais mantêm também uma relação de respeito com os fenômenos e particularmente, com a água. Atribuída por sentidos religiosos e simbólicos, a água é compreendida como fronteira e ponte para as identidades ali circulantes.

Impedidos de retornar à Beira, Diogo e Liana passeiam pelas ruas do Búzi até o ancoradouro, que se encontra vazio diante do anúncio da tempestade. Liana decide entrar no mar enquanto Diogo descreve a importância da água para aquelas culturas: “as margens do rio que ela vai pisando são um território sagrado: as crianças são enterradas junto do leito. Não se enterra em terra seca quem ainda não é pessoa” (Couto, 2021a, p. 170-171). E complementa em seu caderno: “A vida é um percurso da água para a terra, do barro para o osso” (Couto, 2021a, p. 171).

Conduzidos por Benedito Fungai, que leva Diogo para revisitar os espaços da sua infância, os três personagens retornam a Inhaminga, a região que anos antes testemunhou o massacre português. Diogo descreve as mudanças na paisagem quando os trajetos se afastam dos cursos de água e abrem-se para a visão de uma seca devoradora. A sensação narrada pelo personagem é de abandono, mas logo corrige-se ao revelar que todos os terrenos cultivados ali possuem dono, embora diante da seca ninguém consiga colher nada, com uma única exceção: “O único camponês que ainda tira produtos da machamba é um velho moçambicano que regressou há pouco do Zimbabwe. Ninguém acha que a razão desse sucesso seja a sua perseverança. Acusam-no de feitiçaria” (Couto, 2021a, p. 251). O destino da viagem é a casa da família Fungai, onde reside Maniara, mãe de Benedito. Diante das notícias sobre o ciclone que se aproxima, a mulher discorre sobre a origem das chuvas na sua crença

A rádio comunitária local tem difundido avisos, pedindo às pessoas para se retirarem das zonas baixas. Maniara considera que os “de agora” — é assim que ela refere os mais jovens — já não sabem explicar esses destemperos do clima. Em Inhaminga, diz a anfitriã, há um chão que é muito extenso. Por baixo desse chão há uma lagoa. Essa lagoa engravida todos os anos e gera, de cada vez, um filho que, na língua local, se chama mvura. Em português chama-se chuva. Por vezes as pessoas não deixam que o chão e a lagoa namorem. É então que acontecem as secas e as tempestades como essa que se anuncia. (Couto, 2021a, p. 251-252)

A partir da fala de Maniara, é possível capturar o sentido de desestruturação comunitária de que trata a historiadora Teresa Cruz e Silva (2015), em que os conhecimentos tradicionais que orientam a relação entre comunidade e fenômenos ambientais em Moçambique, foram desmobilizados pelo processo colonial. Por essas rupturas, as novas gerações não acessam as relações que seus antepassados construíram com o solo, com a água e com outros elementos. Desse modo, a visão de Maniara simboliza a perspectiva dos que ainda detêm os conhecimentos ancestrais. Diante das explicações da mãe, Benedito interroga se Maniara pretende permanecer ali durante a passagem do ciclone, o que é confirmado pela mulher. A decisão de permanecer não é sem motivo, para Maniara o ciclone também é a esperança de retorno do cunhado Lucas

Joaquim, um maquinista que anos atrás desapareceu junto à tripulação do navio Angoche: “Com o ciclone o mar vai desaguar nos rios. E talvez o meu cunhado Lucas regresse do oceano. Vocês procuraram o Sandro, eu vou encontrar o meu cunhado” (Couto, 2021a, p. 252). Assim, pode-se observar como a chegada do ciclone é em diferentes momentos da narrativa, associada com a busca pelo passado e por aquilo que é compreendido como perdido.

A mulher acende um cigarro, aspira o fumo e a voz dela se esfuma enquanto nos explica a gentileza de rios e mares. As pessoas não entram na água, assegura ela. A água é que, educadamente, se afasta. É preciso pedir autorização. É preciso pedir licença ao mar. Licença para levar, licença para devolver. (Couto, 2021a, p. 252)

Em sua jornada para mapear as ausências em sua história, Diogo descobre sobre os motivos que levaram Adriano Santiago à prisão. Oficialmente, Adriano Santiago havia confessado o assassinato de Almalinda, a agente infiltrada da PIDE. No entanto, a confissão era falsa e tinha como objetivo proteger a mulher, que tendo se envolvido também com a Frente de Libertação, apresentava uma ameaça aos interesses da polícia portuguesa. Confessando o assassinato, Adriano tornou público o questionamento da versão oficial divulgada pela polícia portuguesa. Conhecedora dos planos e das violências cometidas em silêncio, Almalinda tornou-se o bode expiatório propício da PIDE e da Frelimo. Em uma carta redigida pelo inspetor Óscar Campos para o prisioneiro Adriano, o militar confessa que:

Você aparece e complica tudo. Porque proclama que é o culpado e as pessoas, que o conhecem como figura pública de esquerda, vão imaginar que existem motivações políticas nesta morte. O suicídio passa, assim, a homicídio. Este era o vosso plano, não era? [...]

Estou no final da minha carreira. Não tenho nada a perder. Não quero comentar, mas começaram a surgir rumores de que Almalinda se tinha embebeado por um militar de alta patente, ligado à extrema-esquerda. No assassinato da minha filha coincidem então os interesses do regime e os do inimigo. Por um lado, o regime queria fazer calar uma agente secreta dupla. Almalinda convertera-se num perigo para a PIDE. Por outro, e no sentido inverso, a minha filha passara a ser um risco mortal para os comunistas. (Couto, 2021a, p. 244)

Um acidente vascular cerebral será o motivo da morte do poeta Adriano Santiago na prisão. O inspetor, por outro lado, irá romper com o regime. Diante da morte da filha pelos seus, um grave dilema ético se abate sobre o militar: “O relatório da PIDE dizia que ela se tinha atirado de um prédio. Mas eu, melhor que ninguém, sabia que aquele suicídio escondia um homicídio. A minha filha foi morta pela minha gente” (Couto, 2021a, p. 280-281). O inspetor decide redigir uma carta de demissão, “como se mais do que da corporação, eu me estivesse destituindo do meu passado” (Couto, 2021a, p. 281). No entanto, o pedido é negado, pois o

inspetor conhece muito sobre as atividades da polícia política e, portanto, fora dela, pode se tornar uma ameaça. Assim, o inspetor é condenado a ser um pido até o fim do regime.

O ciclone Idai chega na Beira no desfecho de “O mapeador de ausências”. Na ocasião, Benedito leva Diogo para a casa de Liana, onde reside o avô da mulher, o ex-inspetor, Óscar Campos, agora um homem idoso. Já no terreno, Diogo encontra com um jardineiro que empurra um carrinho de mão carregado de tijolos e diz estar ocupado em construir um abrigo.

— Um abrigo para si? — pergunto. — Para os meus patos — responde. Trouxe-os ontem de sua casa no bairro da Munhava, onde ele, há anos, tem uma numerosa criação. Trouxe os patos para aqui para não morrerem com o ciclone. Coloco o pé no primeiro degrau e o jardineiro adverte-me: — Se o senhor entrar nessa casa não vai poder sair. — E prossegue, passando a mão pelos tijolos: — Está a ver a terra? Tudo isso vai mudar, meu amigo, a areia vai ser toda convertida em escamas. — Enquanto fala vai ajeitando os tijolos empilhados no carrinho de mão. — Vai chover tanto que a terra vai ficar com pele de peixe. — E o homem vai-se afastando e os seus gemidos confundem-se com o chiar do carrinho de mão. (Couto, 2021a, p. 270)

O lembrete de que tudo era mudar após o ciclone também é uma metáfora para a incursão de Diogo sobre o passado de seu pai, do inspetor Óscar Campos e de muitas formas, do seu país. Refere-se também aos muitos modos como a história pode e é registrada e de como se objetiva lembrar. Nos diálogos que se seguem entre Diogo e Óscar há rugosidades, mágoas por parte do jovem poeta e arrependimentos por parte do ex-pido. Óscar Campos fala sobre como substituiu os diários pelo gravador, onde registra seus pensamentos e onde deixará um último depoimento para o filho de Adriano Santiago. Nas paredes da casa, Diogo visualiza antigos retratos emoldurados: “Parece um museu colonial. As imagens exibem invariavelmente homens solenes e brancos, todos de fato e gravata” (Couto, 2021a, p. 273).

A grande surpresa para Diogo, no entanto, é a chegada de Natalino Fernandes, o farmacêutico gôês que foi preso e torturado pela PIDE e o mesmo que havia lido o lema da cidade: natural não treme. Natalino parece familiar à casa e Diogo descobre que o antigo farmacêutico está ali para mais uma partida de xadrez com Óscar. A imagem de uma reconciliação surpreende o jovem poeta:

— O senhor reconciliou-se com o doutor Natalino?
 — Quem disse que me reconciliei? — pergunta Óscar Campos.
 — E você, doutor? — dirijo-me ao gôês Natalino. — Já se esqueceu de quem o torturou a si e aos seus companheiros?
 — Eu venho jogar xadrez — responde o velho farmacêutico.
 — Mas vocês tornaram-se amigos? — insisto.
 — Amigos? — pondera o farmacêutico. — Não diria. Nós temos apenas os mesmos esquecimentos. (Couto, 2021a, p. 274)

O diálogo entre os dois personagens antagônicos é significativo por representar os modos como essas duas figuras encontraram para lidar com o passado. Ambos compartilham do esquecimento e aqui é possível acionar novamente Ricoeur (2007) ao discutir sobre os abusos da memória e particularmente, sobre os perigos da história autorizada, da história oficial. A imposição de uma narrativa canônica sobre o passado constrói também uma forma ardilosa de esquecimento, que destitui dos atores sociais o poder de narrarem a si mesmos. Esse movimento, contudo, é acompanhado de uma cumplicidade, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semiativo.

É o que Ricoeur (2007) denomina de um esquecimento de fuga, ou seja, o desejo de evitar as memórias motivada pela vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido, de não querer saber. No caso de Moçambique retratado nas páginas de “O mapeador de ausências”, esse esquecimento de fuga é ainda atrelado a formas de esquecimentos institucionais, em que os abusos da memória são acompanhados por abusos de esquecimento. Nesse cenário, mesmo os Estados não manifestam o desejo de recuperar as violências cometidas. Com a chegada do ciclone, Benedito, já tendo retornado a casa, comenta:

— É estranho, o mundo vai acabar e sabem em que é que eu penso? — pergunta Benedito. — Penso que a campa do meu pai vai ficar coberta de água. Nunca mais ninguém saberá onde ele ficou enterrado.
De repente uma janela se despedaça de encontro à parede e vemos, lá fora, um bando de patos rodopiando num demoníaco redemoinho. Sobem aos céus como pequenas naves espaciais descontroladas. A chuva tomba na sala e atravessa os corpos como se tudo, casa e gente, fosse feito de terra. Mais longe o mar é um cavalo incendiado. A cidade inteira se ajoelha e até os seus ossos se vergam para não quebrarem. Vejo a igreja do Macúti desabar, as paredes estalando como vidro. Deus atravessa o chão do templo e os seus pés estão cheios de sangue. (Couto, 2021a, p. 276-277)

A chegada do ciclone também cumpre com a função de sublinhar o apagamento do passado, a partir do momento em que o desastre socioambiental instalado requer que os esforços estejam voltados para questões como reestruturação e recuperação, quando possível, dos danos. A perda da materialidade que atesta o passado é acompanhada de perto pelo desejo dos que viveram de não falarem sobre o assunto, de não mobilizarem memórias guardadas. Mas há também quem deseje lembrar, como é o caso de Benedito, que lamenta que o ciclone faça desaparecer definitivamente a lápide do pai assassinado.

Neste capítulo, buscou-se analisar o romance de Mia Couto, com a associação entre o desastre socioambiental decorrente da passagem do ciclone Idai em março de 2019 e a história da luta de independência em Moçambique entre os anos de 1960 e 1970. Pela proposta da história ambiental em que se torna possível capturar as representações da natureza aqui

dispostas no texto literário, foi possível compreender como o escritor mobilizou múltiplos aspectos de suas experiências, das histórias de família e da experiência do ciclone para construir um texto ficcional com pungente caráter social. Assim, essa experiência de análise atesta a relevância em mobilizar a literatura para discutir e compreender os desastres socioambientais como condições e contextos mais amplos aos dos fenômenos climáticos combinados com cenários de vulnerabilidades.

4 “HAVIA UM CÉU CINZA-CHUMBO”: O DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO ITAJAÍ (2008) EM UMA HISTÓRIA DA CHUVA

Este capítulo discute o desastre socioambiental do Vale do Itajaí em novembro de 2008 e como esse evento foi abordado pela narrativa literária do escritor Carlos Henrique Schroeder no livro “História da chuva”, publicado em 2015 pela editora Record. Para tanto, inicialmente será apresentado um breve histórico da relação dessa região com os desastres socioambientais, apontando as principais características dessas relações, como a criação de um cenário de vulnerabilidade, originado no início da ocupação desse território. Portanto, falar da história da chuva, como o título da obra literária provoca, é também falar sobre os intentos humanos de domínio sobre os rios, florestas e o ambiente de forma geral, retratando o processo em que o uso das águas e de suas várzeas para a manutenção da vida humana foram ao longo do tempo convertidos em recursos econômicos, a partir da lógica de desenvolvimento capitalista, como discute o arquiteto João Paulo Neves Gouvêa (2016). Essa lógica guiou o processo de urbanização das cidades que formam o Vale do Itajaí.

As características geográficas e geológicas do Vale do Itajaí tornaram essa região propensa a fenômenos climáticos intensos, incluindo períodos com altos índices de pluviosidade, em que as águas dos rios transbordam para suas margens e encharcam os solos, tornando-os propensos a movimentos de massa. No entanto, o desencadeamento de um desastre originado por um evento climático específico apenas pode ser inteiramente compreendido trazendo à discussão, o modelo de colonização adotado nessa região e como esse modelo guiou as atividades econômicas e as formas de ocupação do território nas décadas que se seguiram.

Como pontuado pelo historiador Stuart B. Schwartz (2015) ao olhar para as catástrofes ambientais no Caribe, os furacões sempre foram fenômenos naturais na região, mas foram tornados catastróficos em decorrência da ação humana ao longo do tempo. Essas ações, expressas na degradação ambiental, na produção de monoculturas, na exploração e poluição de rios e mares, tornaram o ambiente, incluindo as vidas humanas, mais vulneráveis aos efeitos desses fenômenos. Aqui, é possível compreender que as chuvas no Vale do Itajaí originaram os desastres socioambientais à medida em que as relações humanas com o ambiente foram caracterizadas por esses mesmos princípios de degradação.

No segundo momento de discussão do capítulo, é abordada a trajetória literária do escritor Carlos Henrique Schroeder, nascido na cidade de Trombudo Central, no Alto Vale do

Itajaí. Percorrer a trajetória do autor possibilita compreender o perfil criativo por trás da obra literária e definir algumas das relações entre a vida do escritor e os acontecimentos narrados. Adiante, é realizada a análise do romance, apreendendo elementos do texto que possibilitam dialogar com a História Ambiental.

4.1 “HISTÓRIA DA CHUVA”: A CHEGADA DAS CHUVAS E A PRODUÇÃO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO ITAJAÍ (2008)

O Vale do Itajaí compreende a Região Geográfica Intermediária de Blumenau, uma das sete regiões do estado de Santa Catarina, composta por sessenta municípios, representado em verde no mapa (Figura 1). Nesta região também está localizada a Região Hidrográfica do Vale do Itajaí, abrangendo duas bacias hidrográficas do estado, a Bacia do Rio Itajaí-Açu e a Bacia do Rio Camboriú (IBGE, 2017). A Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu compreende o mais extenso sistema hidrográfico da vertente atlântica do estado, integrando duas sub-bacias hidrográficas: Itajaí-Açu, com 13.327 km² e Itajaí-Mirim, com 1.673 km², com uma área total que representa 16,15% do estado de Santa Catarina (Aumond; Santos, 2017).

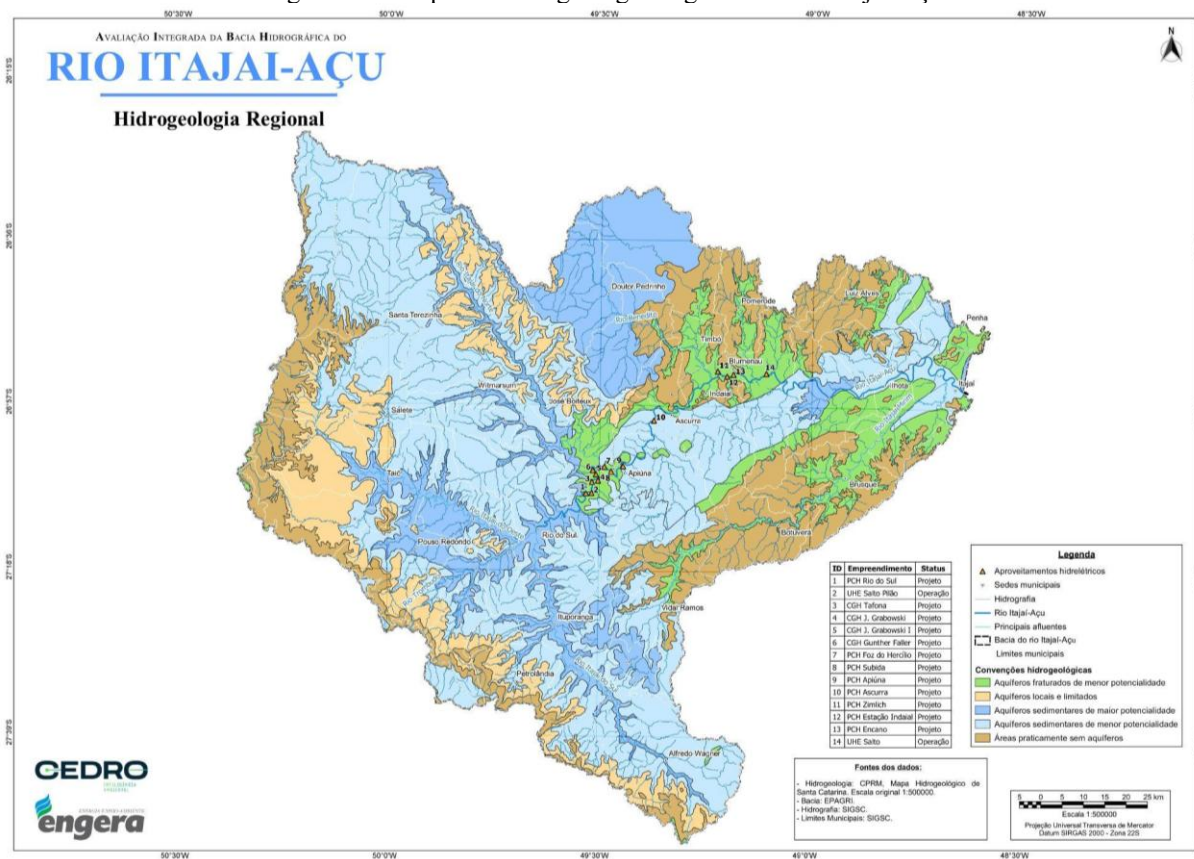
Figura 16 – Mapa das Divisões Geográficas Intermediárias de Santa Catarina



Fonte: Rainer Lesniewski, 2022.

O Rio Itajaí-Açu, principal rio da Região Hidrográfica, forma-se pela junção dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, no município de Rio do Sul e cujas nascentes encontram-se na Serra do Espigão, próximas do município de Rio de Campo (Figura 2). Sua foz no Oceano Atlântico, está localizada entre os municípios de Itajaí e Navegantes. Caracterizado como um rio de grande sinuosidade (Santa Catarina, 2017), possui comprimento de 273 quilômetros e seus maiores afluentes são o Rio Itajaí do Norte, Rio Benedito e Rio Luís Alves pela margem esquerda e Rio Itajaí Mirim pela margem direita.

Figura 17 – Mapa da Hidrogeologia Regional do Rio Itajaí-Açu



Fonte: Engera; Cedro, 2021.

O relatório do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (PERH/SC) apresenta dados importantes em relação aos eventos da Região Hidrográfica (RH) entre os anos de 2003 e 2015. Nesse período, foram constatados 89 eventos de seca na RH, todos concentrados na Bacia do Rio Itajaí-Açu, com uma média de sete episódios anuais, afetando principalmente os municípios de José Boiteux, Agrolândia e Rio do Campo. No entanto, os eventos que se sobressaem nesta RH são as inundações. No período de doze anos, foram 311 ocorrências, uma média de 24 eventos por ano e com predominância no Rio Itajaí-Açu (291

inundações) contra 20 episódios ocorridos no Rio Camboriú neste período. A intensa atividade de secas e, particularmente, de inundações, tornaram ao longo dos anos a região do Vale do Itajaí sujeita a desastres. Embora esses eventos estejam associados às condições físicas da região, incluindo características geológicas, geomorfológicas, edáficas e climáticas, o fator antrópico contribuiu para que estes eventos tomassem proporções cada vez mais destrutivas, ocasionando intensos desastres socioambientais.

A especialista em gestão de recursos hídricos, Beate Frank e a pesquisadora do direito ambiental, Noemia Bohn (2017) refletem que dos 417 desastres socioambientais registrados na Bacia do Itajaí entre os anos de 1995 e 2014, pelo menos metade foram causados por enxurradas, 61 por inundações e 59 por estiagens. Aqui torna-se importante esclarecer algumas diferenciações terminológicas que corroboram na compreensão acerca das dimensões dos desastres nesta região. Inserido na vertente atlântica do estado, o Vale do Itajaí apresenta um relevo recortado e acidentado, com cotas que variam de zero a 1.700 metros, esculpidos pelos rios formadores da bacia (Tachini et al., 2017). Ao longo de milênios, a erosão das partes mais elevadas produziu sedimentos que foram acumulados nas planícies. A maior extensão desses sedimentos está depositada em superfícies planas na foz do Rio Itajaí.

As precipitações na região, ao entrarem em contato com os cursos do rio, provocam o aumento da vazão por determinado período, cujo acréscimo dos níveis da água recebem o nome de cheia ou enchente. Esse processo refere-se, em suma, a um aumento temporário dos níveis de água em um canal de drenagem, acometidos pela elevação dos níveis de vazão (Tachini et al., 2017). Por outro lado, quando o acúmulo de água no canal de drenagem do rio, propiciado por precipitações intensas e/ou contínuas, extravasa os níveis suportados, e ocupa as áreas marginais, ocorre o processo denominado de inundação (Tachini et al., 2017).

Na região do Vale do Itajaí, as ocorrências de desastres socioambientais, como as inundações, ocupam um papel central no cotidiano de milhares de famílias. Para além das ocorrências periódicas que ao longo do tempo foram incorporadas na rotina dos que vivem na região, episódios específicos foram particularmente registrados e lembrados em razão dos impactos destrutivos que ocasionaram. Trata-se, a exemplo, dos desastres de 1852, 1880, 1911, 1927, 1983/1984, 1992 e, posteriormente, 2008. Siebert (2017) reflete que historicamente as inundações periódicas foram sendo incorporadas ao cotidiano, processo em que as comunidades foram desenvolvendo estratégias de convivência com esses impactos. Segundo Siebert (2017, p. 330)

Mesmo as grandes inundações de 1983 e 1984, que atingiram mais de 15 metros e aproximadamente 70% da área urbana de Blumenau, foram enfrentadas como um inimigo conhecido. O capital social manifestado nas práticas coletivas e solidárias de convivência com as inundações – saber a cota de enchente da sua rua; acompanhar pelo rádio a elevação do nível do rio; conhecer rotas de fuga e abrigos; estocar água e mantimentos; mover carros, máquinas e móveis para áreas altas; esperar as águas baixarem; e dar início imediatamente à limpeza – tornou-se símbolo da perseverança, e, supostamente, da resiliência da comunidade.

A convivência com os impactos desses eventos, no entanto, desvela um processo mais complexo da ocupação desmedida do território e de um projeto de desenvolvimento que desconsidera os limites e as atividades ambientais presentes neste espaço. A ocupação do Vale do Itajaí no século XIX foi constituída no âmbito da política imigratória imperial para a colonização, que visou a implementação do sistema fundiário de pequena propriedade familiar. Assim, desde o início da ocupação, os rios tiveram um papel central no processo de colonização, pois era por esses meios que os imigrantes chegaram e foram nas suas margens onde primeiramente foram se estabelecendo. Mattedi et al., (2017) sublinha que os lotes coloniais foram fixados de forma perpendicular aos rios, ribeirões e riachos, com a frente para o rio e os fundos para encostas. Nesse processo, os rios foram tratados tanto como meio de demarcação territorial como de comunicação. Entre as consequências desse modelo de ocupação destaca-se a sobrecarga da capacidade regenerativa do ambiente, pela retirada da cobertura vegetal, particularmente, da mata ciliar, para a ocupação.

Adão (2023) destaca que as primeiras colônias na província de Santa Catarina datam do final da segunda década do século XIX. Em 1835, famílias oriundas da colônia de São Pedro de Alcântara foram reassentadas na região do baixo Rio Itajaí-Açu. Como esses assentamentos não corresponderam por completo aos anseios do governo provincial de ocupação do território, em 1850 foi estabelecida no Vale do Itajaí, a colônia Blumenau, processo que acompanhou a instalação de outras colônias na região ao longo da década seguinte. Siebert (2017) reflete que nesse período, como prática regular naquele momento no restante do país, não houve a preocupação em se manter áreas públicas de preservação, tampouco exigências relacionadas à preservação da vegetação nativa dos lotes.

Aumond e Santos (2017) pontuam que a degradação ambiental no Vale do Itajaí nos primeiros momentos de ocupação no século XIX foi menos expressiva, embora existente, como se observou no processo de desmatamento. Mas nesse período, a ocupação era contrabalanceada pela estabilidade morfodinâmica das vertentes, marcada pela presença da Mata Tropical Atlântica, que cumpria a função de proteção das cabeceiras e áreas ribeirinhas. Segundo Aumont e Santos (2017, p. 67), “Nos períodos de intensa precipitação a vegetação

desempenhava a função de proteção dos solos causando pouca ou nenhuma diminuição da profundidade do leito dos cursos de água pelo processo de assoreamento”. Esse contexto, atenuou a ascensão das águas nos períodos de chuva e por conseguinte, os níveis dos processos geomorfológicos erosivos.

O avanço da colonização, no entanto, transfigurou a paisagem do Vale do Itajaí, em que a presença humana tanto modificou e influenciou a paisagem como foi influenciada e condicionada por esta. Mattedi et al. (2017) reforça que além do modelo de ocupação hidráulica do Vale do Itajaí e, particularmente, de Blumenau, no século XIX, outro fator importante para a intensificação da exploração ambiental e por conseguinte, da criação de um cenário propício aos desastres, corresponde a dinâmica de industrialização. Assim, a industrialização em Blumenau vai corresponder ao efeito emergente dos processos de intermediação interna, ou seja, do excedente extraído da relação colono-vendeiro e da intermediação externa, com o sistema de importação e exportação. O capital concentrado em Blumenau no final do século XIX, propiciou o estabelecimento de indústrias do setor têxtil como a malharia Hering em 1880 e as tecelagens de algodão Karsten em 1882 e Garcia em 1885. O desenvolvimento dessas indústrias acarretou o surgimento de outros setores e a posterior diversificação da atividade industrial, convertendo Blumenau de um centro de desenvolvimento agrícola para uma cidade industrial.

No decorrer do século XX, o crescimento populacional acompanhado por um ideal de desenvolvimento baseado na exploração do ambiente constituiu um processo histórico de gradativa e acentuada degradação ambiental (Aumond; Santos, 2017). Entre as transformações que provocaram o cenário de vulnerabilidade e riscos no Vale do Itajaí estão a ocupação das encostas íngremes, principalmente pelas comunidades com menor poder aquisitivo, propiciadas pela especulação imobiliária na região (Aumond; Santos, 2017) e pela inexistência de uma política habitacional para a população de baixa renda (Siebert, 2009). Essa ocupação se deu em grande parte, de forma desordenada e sem estrutura, a partir da retirada da vegetação das vertentes e abertura de ruas. A criação de loteamentos clandestinos, igualmente destinados aos grupos desprovidos de poder aquisitivo, provocou o truncamento de solos e a instalação comunitária sobre leitos de cursos de água, limitando a vazão das águas. Destaca-se que a problemática habitacional é acompanhada de perto pela especulação imobiliária na região. A construção de moradias irregulares, implantação de ruas, abertura de estradas para acessos a loteamentos e áreas rurais, bem como estradas que serviam de acesso à extração de madeira,

fomentaram cortes verticais nas encostas íngremes, tornando-se locais propensos a movimentos de massa.

Nesse período, observou-se ainda o desmatamento das áreas serranas, como na Serra do Itajaí, que viria a se tornar uma Unidade de Conservação (UC) com a criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí em 2004, pelo Decreto s/nº de 04 de junho de 2004²⁷. Também são observadas modificações no sistema de drenagem natural dos rios, com obras que cumpriram a retificação do canal de drenagem e a respectiva retirada da mata ciliar; intensificando o potencial erosivo nas margens. Assim como a canalização da drenagem em muitas obras, em sua grande maioria apresentando diâmetro insuficiente que se torna incapaz de realizar o escoamento do volume de água nos períodos de intensa precipitação e resultando, no escoamento superficial sobre as vias públicas. O século XX e XXI também acompanhou a construção de pontes e travessias na bacia hidrográfica, que em muitas situações estrangulam o canal de drenagem, propiciando a retenção de detritos e lixo, dificultando o escoamento e favorecendo as inundações. Essa situação foi observada no desastre de 2008, quando diversas pontes locais foram danificadas e inviabilizadas para uso em razão do acúmulo de material orgânico e lixo nas colunas de sustentação (Aumond; Santos, 2017).

O que se observa nesse contexto é um processo de expansão urbana, incentivado pelo poder público e pela industrialização, que desrespeitou as características ambientais do Vale do Itajaí. O crescimento desordenado propiciou conflitos socioeconômicos e socioambientais, conduzindo famílias a ocuparem espaços caracterizados como irregulares, denominados áreas de risco. No caso do Vale do Itajaí, essas áreas de risco são justamente àquelas que foram exploradas e ocupadas desde o início da colonização, ou seja, as margens dos rios e ribeirões e as encostas dos morros. As primeiras, vulneráveis às inundações e as segundas, aos movimentos de massa. São diversos os aterramentos e construções em planícies de inundação, margens e canais de drenagem, que nos períodos de precipitação, tornam-se verdadeiras bombas relógio para os desastres socioambientais, além da construção de muros de gabiões²⁸ nas encostas, com pouco ou nenhum efeito de contenção. Contribuem ainda para o cenário de vulnerabilidade o descarte irregular de lixo nas vias públicas e cursos de água.

²⁷ O Parque Nacional da Serra do Itajaí incide sobre os municípios de Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu Ramos e Vidal Ramos. Com o bioma de Mata Atlântica, compreende uma área de 57.528.97 hectares, com predominância de floresta ombrófila densa (94,78%) e floresta ombrófila mista (5,21%).

²⁸ O muro de gabiões funciona da mesma maneira que o muro de arrimo. São constituídos por gaiolas metálicas preenchidas com pedras britadas arrumadas manualmente e construídas com fios de aço galvanizado em malha hexagonal com dupla torção, isso garante que a estrutura seja drenável (UFSC, 2013).

No processo de colonização e ocupação do território do Vale do Itajaí e posteriormente, no desenvolvimento industrial de cidades como Blumenau, é preciso destacar a presença indígena, também essa afetada pelas dinâmicas de exploração ambiental. Como ocorreu em muitos dos processos de ocupação, partia-se da ideia e do imaginário de um vazio demográfico que viria a ser preenchido pela presença dos imigrantes. No caso do Vale do Itajaí, desconsiderou-se a presença milenar dos Laklãnõ Xokleng, povo indígena de língua macro-jê. Fontoura e Oliveira (2022, p. 74-75) refletem que:

O Povo Indígena Laklãnõ/Xokleng, detentor de uma história e cultura milenares (6 mil anos), originariamente ocupava extensões territoriais no sul do Brasil. Integravam suas áreas de trânsito majoritário, o litoral e planalto catarinense, ao longo do rio Itajaí-Açu. O processo de colonização por imigrantes europeus na região sul do país, iniciado no século XVIII, significou um contexto intersocietário, em que o choque e as tensões foram inevitáveis. O indígena antes invisibilizado passa a ser conhecido, culturalmente inferiorizado, expulso de seu território milenar e confinado em outro, para atender os reclames de defesa criados pelo/no imaginário da sociedade regional. O conflito provocado - entendido pela sociedade colonizadora como agressão e invasão indígena à população e terras recém ocupadas - significava o oposto, ou seja, movimentos de defesa do território e territorialidades tradicionais.

Essas comunidades também foram afetadas quando na década de 1960 iniciou-se uma série de obras de barragem que tinham como objetivo solucionar o problema das enchentes. A decisão pela construção de obras estruturais de retenção foi resultado da pressão popular alinhada aos radialistas do Vale do Itajaí que tinham vivenciado apenas em 1957, quatro episódios de enchentes. A reivindicação era de que o poder público tomasse providências capazes de extinguir ou ao menos atenuar o risco de desastres. Espíndola e Nodari (2016) apontam que mesmo antes desse período são registradas reivindicações relacionadas a necessidade de obras estruturais, a exemplo de um artigo escrito pelo empresário e engenheiro alemão, Otto Rohkohl e publicado no jornal Blumenauer Zeitung de 1929, em que reflete que após conversas com especialistas em engenharia fluvial, foi convencido de que a solução definitiva para o problema das enchentes seria a obstrução das torrentes com a construção de barragens e reservatórios de contenção.

Em outubro de 1957, o presidente da república, Juscelino Kubitschek nomeou um Grupo de Trabalho para estudar e planejar as medidas cabíveis para minimizar a ocorrência dos desastres no Vale do Itajaí. E durante a década de 1960, obras de intervenção estiveram presentes nas políticas governamentais, entre eles o Projeto de Regularização do Rio Itajaí e seu Aproveitamento Múltiplo propôs a construção de sete barragens no Vale do Itajaí, com o objetivo de aproveitamento hidroelétrico, irrigação e controle das cheias (Espíndola; Nodari,

2016). As obras na década de 1960, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), órgão federal que coordenava obras estruturais no país, não seguiram o projeto por completo proposto pelo Grupo de Trabalho. Para além, as obras realizadas não consideraram os históricos de enchentes anteriores na região, como os eventos de 1852, 1880 e 1911, tendo atingido cotas de 16 metros. A referência para a construção das obras esteve restrita a cota de 9,90 metros registrada em 1931 (Espíndola; Nodari, 2016).

Em 1973, teve início às atividades da barragem de Taió (Barragem Oeste), com o objetivo de conter a vazão do Rio Itajaí D'Oeste e três anos mais tarde, a barragem de Ituporanga (Barragem Sul), represando as águas do Rio Itajaí do Sul. A Barragem de José Boiteux (Barragem Norte), controlando o Rio Hercílio, foi concluída em 1992 e foi marcada por violência contra os Xokleng, por ter sido construída em território indígena. Espíndola e Nodari (2016, p. 164) destacam que as décadas que antecederam a inauguração da barragem foram caracterizadas por “graves entraves ambientais, gerando conflitos com populações ribeirinhas e alagamentos de terras indígenas”. A pesca havia se tornado parte integrante do cotidiano dessas comunidades, que viviam próximas ao rio Hercílio e à medida em que houve o alagamento da Barragem Norte e o assoreamento do rio, tiveram suas vidas comprometidas. Ndili (2015, p. 25) constrói um retrato dos impactos que a construção da Barragem Norte trouxe para as populações indígenas

A Barragem Norte foi a terceira grande intervenção desestruturante da economia e da sobrevivência Xokleng Laklãnõ. A primeira foi o confinamento na reserva e a segunda foi a mudança nas práticas de subsistência. A BN²⁹ provocou inicialmente a exploração de madeiras e palmito Jussara e levou a quase destruição de toda mata no interior da TI³⁰. Hoje parte do povo Xokleng sofre e lamenta a construção da barragem. Na época da sua construção nenhum indígena foi consultado e não foram realizados estudos antropológicos e ambientais. Também não foram previstas medidas de indenização ou qualquer projeto de reestruturação da economia indígena, ao contrário, com a BN intensificou-se o desmatamento de espécies nativas nas encostas e na beira do rio Hercílio como cedro, peroba, ipê, canela e sassafrás. A justificativa era de que as águas da barragem cobririam todo o solo e melhor seria aproveitar a madeira.

A barragem, construída como uma resposta aos anseios da população do Vale do Itajaí para a diminuição dos impactos das inundações, que por décadas ameaça a vida cotidiana das famílias, trouxe na prática outros impactos diretos à biodiversidade da região. Diversas espécies nativas como bugio, anta, capivara, carpa e veado foram ameaçadas por não encontrarem os

²⁹ Barragem Norte.

³⁰ Terra Indígena.

meios para existência (Ndili, 2015). Além disso, nos períodos de chuvas intensas, a Barragem Norte inunda as estradas que dão acesso à Terra Indígena Laklãnõ, prejudicando a locomoção dessas comunidades, tornando-os isolados e fomentando o processo de erosão e movimentos nas encostas, ameaçando as vidas de humanos e animais. Espíndola e Nodari (2016) caracterizam essas e outras ações de mitigação que seriam criadas posteriormente como ações unilaterais, por desconsiderar questões ambientais e em muitos casos, não atuarem em diálogo com a sociedade civil.

O contexto dos desastres socioambientais no Vale do Itajaí, combinados com as ações que foram tomadas desde o século XX tendo em vista a mitigação dos efeitos, particularmente, das enchentes, ilustra, assim como no caso da Usina de Belo Monte, discutida no primeiro capítulo e do ciclone Idai, em Moçambique, discutido no segundo capítulo, a concepção de fratura colonial de Malcom Ferdinand (2022). Nessa perspectiva, os desastres, ainda lidos em muitos casos como “naturais” traduzem as experiências e as historicidades de grupos particulares, com suas (in)ações diante das situações catastróficas e suas formas de habitar a Terra. Assim, Ferdinand (2022) defende que grande parte dos desastres são narrados a partir de um centro geográfico e temporal, denominado de um *oikos* colonial. São esses centros, concentrados no norte global, que definem a relevância ou não da catástrofe e que direcionam as ações conforme a ameaça que determinado desastre assume para o seu modo de viver.

Nesse cenário, que dialoga com a História Ambiental Global, um evento catastrófico apenas é considerado relevante em escala global, se os seus impactos ameaçam diretamente a reprodução do *oikos* colonial, de sua composição étnica, social e sexual, de suas maneiras de habitar a Terra. No caso dos diferentes desastres que acometeram o Vale do Itajaí no decorrer das décadas, é possível notar que as definições das ações e da importância dada a catástrofe também são definidas apenas por grupos restritos e particulares e que suas decisões são tomadas tendo como referência apenas os seus modos de viver e de habitar a terra. Diante disso, os desastres também são utilizados como condições e pretextos que possibilitam a manutenção dos modos de habitar. Como reflete, Ferdinand (2022, p. 88):

Conhecendo essas construções sociais e políticas das catástrofes, conhecendo seus efeitos diferenciados, em que os mais pobres, as minorias, as mulheres e os idosos sofrem mais as consequências, não é possível compreender como elas continuam a se repetir, ano após ano, sem reconhecer que alguém se beneficia delas. Alguém têm interesse na manutenção dessas desigualdades, dessas maneiras de habitar a Terra e, portanto, nas catástrofes. Como aponta Aimé Césaire, a tempestade tramada pelo senhor permite preservar seus bens ultramarinos ao mesmo tempo que traz humanos para sua posse, como um navio negreiro.

No intuito de compreender a dimensão social e as correspondências dos desastres do Vale do Itajaí com outras perspectivas globais, é possível abordar a ecologia da arca de Noé discutida por Ferdinand (2022). Nessa metáfora, o engenheiro ambiental discorre sobre quem são os atores sociais escolhidos para embarcar na arca e serem salvos diante do colapso ambiental, dismantelando a ideia da Terra como a casa da humanidade. A ecologia da arca de Noé constrói o sujeito universal, um “sujeito global”, com a pretensão de uma universalidade, mas que na prática permanece definindo um sujeito específico, pronunciado por homens, ex-colonizadores, habitantes dos países do Norte. Como reflete o autor, “Disfarçada de bons sentimentos, essa ecologia da arca de Noé reproduz os mecanismos de subjugação e dominação entre os que entram na arca e os que não entram nela, entre os eleitos e os excluídos” (Ferdinand, 2022, p. 105).

A política de embarque na arca é, na proposta de Ferdinand (2022) composta por cinco figuras que definem os que são aptos a embarcar: o indiferente, como sendo aquele que constrói um muro psíquico e/ou físico diante dos outros. Seu objetivo é o de se desvincular e romper qualquer relação com indivíduos diferentes de si mesmo. Segundo Ferdinand (2022, p. 105), “Ele não experimenta os pratos dos pobres, não sente o odor nauseabundo nos arredores das fábricas [*plants*] e zonas industriais, não toca as peles arrefecidas pela miséria, não vê as discriminações raciais e de gênero nem ouve os gritos de apelo por um mundo”. O xenoguerreiro ou xenocida é a segunda figura da política de embarque, caracterizado por ser aquele que cria uma separação entre o “nós” e o “eles”, atribuindo aos “outros” a responsabilização pela catástrofe. Para os xenoguerreiros, os “outros”, não constituindo parte integrante da comunidade nacional, são excluídos do direito de ter direitos.

O sacrificador é a terceira figura e designa os sujeitos que, acompanhados de um pretenso discurso científico, apontam as parcelas sociais que excedem a manutenção da comunidade e, portanto, devem ser sacrificadas em prol do bem comum. Alegam que a eliminação de grupos específicos é uma ação infeliz, mas necessária para a sobrevivência: “Com seu gesto e seus discursos, ele *fabrica* a necessidade dessa permuta infame: a preservação dos ecossistemas contra a vida dos Pretos, dos pobres e de outros subalternos” (Ferdinand, 2022, p. 106). O senhor-patriarca é a quarta figura e é caracterizado por aqueles que aceitam o embarque de determinados grupos desde que sua presença esteja atrelada a servir o seu senhor. A permissão para estar a bordo é condicionada a sua invisibilidade, os grupos permitidos devem permanecer “fora da vista”, ocultos da convivência.

Por fim, o autor apresenta a figura do devorador de mundo, cuja existência se estabelece pelo consumo das outras formas de vida e de outras formas de ser. Em prol de sua existência e dos seus, o devorador de mundo destrói florestas, devasta vales habitados por povos indígenas, como ocorreu com os Xokleng, compromete terras férteis, ecossistemas e economias locais. O objetivo do devorador de mundo é obter todos os recursos necessários para a manutenção da sua arca: “A existência de seu mundo é sinônimo do consumo das outras cosmogonias” (Ferdinand, 2022, p. 107).

Para o autor, a ecologia da arca de Noé e a presença dessas cinco figuras de dominação estão presentes em muitos cenários pelo mundo. No caso dos desastres socioambientais do Vale do Itajaí também é possível apontar essa presença, particularmente, porque os grupos mais afetados pelos desastres, são justamente os que foram designados para as margens da sociedade, obrigados a ocuparem áreas de risco, como margens dos rios e encostas, por não terem condições econômicas que os possibilitem habitar outro lugar. Acerca das condições de moradia no contexto do desastre de 2008 no Vale do Itajaí, Gessele, Avila e Silva (2017, p. 239) relatam que

Os grupos com maior recurso econômico também possuem melhor estrutura de moradia, residem em construções mais seguras, têm sua propriedade segura, o que lhes possibilita recursos para a reconstrução, minimiza os danos e as perdas e amplia as condições de sobreviver ao desastre. Por outro lado, a população mais empobrecida frequentemente perde tudo ou quase tudo, e não dispõe de meios para a reconstrução, para subsistir adiante como aconteceu com parte dos atingidos pelo desastre de 2008. Como exemplo, lembramos que em 2008, enquanto os que possuíam maior recurso econômico reconstruíram rapidamente suas moradias e voltaram a residir nelas, a população pobre ficou por meses, e até por anos, residindo em abrigos públicos.

Do mesmo modo, as intervenções estruturais realizadas pelos órgãos governamentais seguem um padrão paliativo, resolvendo o problema apenas até as próximas condições climáticas intensas, quando não ocasionando o agravamento das condições para o desastre, cenário visível, por exemplo, no desmatamento para a construção dessas obras. Acerca desse cenário, Ferdinand (2022) reflete que mesmo o desmatamento e a perda da biodiversidade constituindo um grave problema, a ecologia da arca de Noé irá compreender essas ações como impasses de interesse ambiental e técnico. Para essa perspectiva, a análise técnica, por si só seria suficiente para solucionar, descrevendo a quantidade de hectares de floresta derrubada e de espécies extintas. Assim, também as políticas de reflorestamento, ainda que indispensáveis, não apreendem por completo as violências cometidas contra comunidades humanas e não humanas.

Como mencionado anteriormente, os desastres socioambientais ocasionados por inundações marcaram a história do Vale do Itajaí desde o início da colonização deste território, a ponto dos períodos de intensas chuvas e cheias serem incorporados ao cotidiano das comunidades que ali residem. Em novembro de 2008, no entanto, índices inéditos de pluviosidade combinados com uma diversidade de condições, desencadeou um cenário de colapso que não era esperado. Segundo dados apresentados pela Defesa Civil de Blumenau, foram registrados 1.001 mm de chuva durante o mês de novembro de 2008, com 496 mm apenas entre os dias 22 e 23 daquele mês. A quantidade de chuva provocou a combinação de eventos de inundações, enxurradas e movimentos de massa distribuídos em todas as regiões do Vale. Aumond e Silva (2017) destacam que o desastre daquele novembro foi provocado pela combinação das chuvas excepcionais e torrenciais localizadas, concentradas em dois dias, após um duradouro período de chuvas e a vasta ocupação irregular em áreas já conhecidas por serem ambientalmente suscetíveis aos movimentos de massa e inundações.

A ocorrência do desastre de 2008 teve uma componente de surpresa associada a vários fatores somados (características físicas das nuvens de chuva, quantidade excessiva de chuva, posicionamento espacial não usual das nuvens e distribuição geográfica irregular da chuva, características orográficas da região do Baú, entre outros) e à incapacidade de previsão com as ferramentas disponíveis (telemetria, imagens de satélite e de radar e modelos numéricos) (Aumond; Silva, 2017, p. 45).

As condições que possibilitaram a intensidade das chuvas foram posteriormente explicadas pela intensidade dos ventos de leste e por um gradiente de pressão entre o litoral e o continente, impulsionando o ar frio sobre o oceano em direção ao litoral e continente adentro. A fusão do ar frio com o ar continental motivou a condensação e potencializou as condições para a formação das chuvas. No entanto, a intensidade das chuvas foi apenas uma das condições que possibilitaram a criação do cenário de desastre. Os registros de ocorrências pelos órgãos de Defesa Civil do Vale revelam a expressiva quantidade de casos de deslizamentos, termo popular que designa a variedade de movimentos gravitacionais de massa (MGM), como resultado da atuação da gravidade sobre condições ambientais instáveis. Esses movimentos podem ocorrer em diferentes velocidades, dependendo das condições apresentadas, variando entre rastejos quase imperceptíveis a movimentos mais rápidos. Apesar de referir-se a um processo natural, as condições de instabilidade, como as estabelecidas durante aqueles dias de novembro no Vale do Itajaí, podem induzir sua ação de forma mais crítica.

Ouriques, Sacco e Bueno (2017) destacam que em Blumenau, um dos municípios do Vale do Itajaí mais afetado pelo desastre de 2008, os movimentos de massa já eram

acompanhados no decorrer da ocupação do território, mas em novembro de 2008 tiveram maior visibilidade por alcançarem índices inéditos, foram mais de dois mil pontos de movimentos registrados e que resultaram em um total de 24 mortes. No município de Ilhota, a comunidade do Complexo do Morro do Baú, localizada entre a margem esquerda do rio Itajaí-Açu e a margem direita do rio Itajaí-mirim, também foi afetada pelos movimentos de massa e sua economia comprometida. Espíndola, Nodari e Lopes (2015) discutem que os moradores dessa comunidade viviam antes do desastre do cultivo de banana, arroz e da palmeira australiana, além do cultivo, extração e beneficiamento de madeira de *Eucalyptus* e *Pinus*. Com os movimentos instigados pelas chuvas, toda essa produção e as residências dos moradores foram destruídas, resultando na morte de 47 pessoas. Também foram contabilizadas 475 pessoas desabrigadas apenas na Comunidade (1.300 pessoas no total do município de Ilhota) e uma pessoa desaparecida.

Análises realizadas por órgãos como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) localizaram 61 pontos de deslizamento nesta comunidade, sendo que 85% desses pontos estavam presentes em áreas com intervenção antrópica recente, o que segundo os autores, reforça a responsabilidade da ação humana no desastre socioambiental de 2008 (Espíndola; Nodari; Lopes, 2015). Analisando os grandes movimentos de massa ocorridos em todo o Vale nesse período, verificou-se que sua grande maioria ocorreu em áreas desmatadas, ocupadas pela presença humana ou com vegetação secundária e plantios homogêneos de espécies como *Eucalyptus sp*, bananeiras e *Pinus sp*. Nestas últimas áreas, por sua vez, os movimentos foram visivelmente maiores do que nas áreas em que predominava a cobertura de vegetação nativa (Bacca; Aumond, 2017).

Nesse sentido, a interferência humana não apenas propiciou o cenário do desastre, como também teve papel central no processo pós-desastre, em que são observadas ações com nulo ou insuficiente impacto na mitigação do risco de desastres. A magnitude do desastre de 2008 motivou mudanças na ação governamental, principalmente em razão das exigências de soluções pela comunidade civil e pelo alcance midiático que trouxe os olhares do país e do mundo para o Vale do Itajaí. No entanto, as ações que sucederam os meses e anos seguintes foram caracterizadas como reproduções das situações de risco e vulnerabilidade. Entre os diversos problemas, ocorreram os desvios dos donativos que chegavam no Vale de diferentes partes do país; a fragilidade das operações da Defesa Civil, inaptas a atuarem em situações similares; e a construção de obras de infraestrutura frágeis e que não consideraram os aspectos técnicos e ambientais cruciais para seu sucesso. Segundo Bacca e Aumond (2017, p. 86):

Em que pese todas as lições da catástrofe de 2008 (DESASTRE de 2008 no Vale do Itajaí, 2009) e da oportunidade de conscientização ambiental geral dela decorrente, observa-se, paradoxalmente, que a quase totalidade dos municípios não tem adotado políticas nem/ou procedimentos objetivando a minimização de impactos ambientais e controle de erosão, dando a impressão de que as lições da tragédia foram pouco ou nada absorvidas por muitos administradores públicos. Ocupações urbanas acontecem em áreas proibidas por lei por serem declivosas, ou por constituírem Áreas de Preservação Permanente (APP) de margens de rios e topos de morros e mesmo áreas de risco, sob as vistas grossas do poder público, que não tem se revelado eficaz na coibição dessas perigosas e não recomendáveis ocupações.

Os autores também reforçam que a preservação dos ecossistemas florestais constitui um impacto muito mais eficaz na mitigação dos riscos de desastres do que a construção de obras estruturais. Isso em razão da capacidade das florestas de reterem as águas das chuvas. Segundo análise (Bacca; Aumond, 2017) considerando a existência e preservação de um mínimo de 66% de cobertura florestal de boa qualidade na bacia hidrográfica do Vale do Itajaí, “pode-se deduzir que um impressionante volume de ordem superior a 500 milhões de metros cúbicos de água de chuvas razoavelmente intensas possam ser interceptados, retidos e/ou ter seu escoamento retardado por ecossistemas florestais e seus solos bem protegidos” (Bacca; Aumond, 2017, p. 88). O volume apontado pelos autores superaria a soma da capacidade das barragens de contenção construídas no Vale (Ituporanga, Taió e José Boiteux). Nesse sentido, o movimento a ser realizado não seria o de desprezar obras estruturais, mas torná-las mais integradas à paisagem, observando a atuação do ambiente e buscando as melhores soluções para a minimização dos efeitos de inundações e movimentos de massa.

Ao todo, o desastre socioambiental de 2008 no Vale do Itajaí afetou 1,5 milhão de pessoas, onde 63 municípios decretaram estado de emergência e 14 decretaram estado de calamidade pública. Foram registrados 135 óbitos, sendo 26 apenas no município de Ilhota, compreendendo a comunidade do Complexo do Baú e 24 óbitos em Blumenau. Um total de 78.656 pessoas foram desabrigadas ou desalojadas durante o mês de novembro e 7.154 residências foram completamente destruídas. Também foram observados danos nas rodovias, com a obstrução das vias por quedas de barreiras e a destruição parcial do Porto de Itajaí (Siebert, 2017).

As primeiras ações efetuadas pela Defesa Civil foram o alojamento das famílias afetadas nos abrigos provisórios. Esses abrigos funcionaram pelo período de três meses, onde as doações eram organizadas e distribuídas para as famílias. Passado esse período, as famílias que tiveram suas residências liberadas pela Defesa Civil, retornaram para suas casas. Outra parte, no entanto, foi transferida para moradias provisórias, com permanência prevista de até dois anos,

até a entrega da residência definitiva. De acordo com Beckedorff e Peixer (2017) as seis moradias provisórias foram instaladas nas regiões onde estavam concentrados os desabrigados, organizadas em galpões de fábricas, oficinas ou metalúrgicas.

Cada núcleo familiar recebeu um espaço de aproximadamente 50 m², mas precisavam compartilhar com outros grupos os banheiros, cozinhas e lavanderias comunitárias. Após os dois anos previstos para as moradias provisórias se encerrarem, 260 famílias ainda se encontravam nessa situação. Apenas em 2011 foram entregues as unidades habitacionais construídas no bairro Progresso, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (Geselle; Avila; Silva, 2017). Essas políticas públicas também receberam críticas, já que as moradias definitivas foram padronizadas e não consideraram as diversas constituições familiares, tampouco as características culturais prévias desses indivíduos.

No período pós-desastre os governos dos municípios do Vale do Itajaí, em conjunto com os governos estadual e federal, e com o incremento de iniciativas de órgãos internacionais procuraram somar forças para a mitigação dos riscos de desastres na região. A política de gestão dos desastres, no entanto, tem se revelado incapaz de resolver as problemáticas que dão origem ao cenário do desastre. Segundo Mattedi et al, (2017, p. 231), “uma boa política de gestão dos desastres com o tempo deveria se tornar progressivamente inútil. Todavia, o que se verifica no período Pós-2008 em Blumenau é justamente o contrário: as ações governamentais se tornam sempre mais necessárias, porém cada vez menos suficientes”. Tomada como exemplo, as políticas efetuadas em Blumenau se expandem para outros municípios do Vale, contribuindo para a ampliação dos níveis de vulnerabilidade com a contínua ocupação de áreas de risco. Conforme sublinha Mattedi et al (2017) enquanto alguns grupos preferem que ações de proteção não sejam tomadas porque são beneficiados com a reprodução dos desastres, outros tantos grupos são impedidos de proteção porque não são integrados politicamente.

Nesse sentido, é possível mobilizar o pensamento político da catástrofe, conforme abordado por Ferdinand (2022) quando discute as representações dos desastres no cinema e na literatura. Para o autor, a linguagem cinematográfica que aborda os desastres, elaborada pelo *oikos* colonial, habitou-se a anular dessa discussão as relações entre pessoas, entre países, entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre brancos e não brancos, como se os desastres só pudessem ser observados e representados através dos cientistas do *oikos* colonial, que ditam as políticas a serem seguidas. Segundo Ferdinand (2022) é preciso que o pensamento político da catástrofe transponha na arte cinematográfica e na literatura, essa dupla fratura em que são separados os textos literários e filmes que tratam de realidades sociais e políticas de minorias

dos que abordam as catástrofes globais, na qual “ora se abordam as injustiças sociais, as discriminações raciais decorrentes da história colonial do mundo, ora se fala do derretimento das geleiras e das ameaças ambientais globais (Ferdinand, 2022, p. 150).

O autor, enfim, defende a necessidade de se constituírem escritas do mundo que conservem sua pluralidade constitutiva, “uma literatura com narrativas-florestas em que todos encontrem uma árvore sob a qual se abrigar” (Ferdinand, 2022, p. 150). Portanto, é imperativo que se observe que o que ocorre com a Terra, com os solos, com as águas, com as florestas, possui uma repercussão e impacto no corpo dos humanos, tanto quanto em suas condições de vidas sociais e políticas, e também no sentido inverso. Este é, afinal, o processo que se observa no contexto do desastre de 2008 do Vale do Itajaí, assim como nos casos de desastres abordados nos capítulos anteriores. Os textos literários analisados, portanto, corroboram nesse exercício de ruptura de dupla fratura colonial, uma vez que suas análises possibilitam pensar como os desastres estão interligados com as condições históricas de exploração do ambiente e de humanos e com a criação de vulnerabilidades. Adiante, será abordado o romance “História da chuva”, do escritor catarinense Carlos Henrique Schroeder. Trata-se de uma escrita literária, que instigada pelo desastre de 2008, pode demonstrar pela narração da história de vida de uma personagem, o entrelaçamento entre a história da chuva e as histórias de cada um de nós.

4.2 “FALAR DO OUTRO TAMBÉM É FALAR DE MIM”: A TRAJETÓRIA DE CARLOS HENRIQUE SCHROEDER

Na ocasião do lançamento do livro “História da chuva” em outubro de 2015, o escritor Carlos Henrique Schroeder, então com trinta e oito anos, declarou para uma reportagem assinada pelo jornalista Marciano Diogo para o jornal ND+, que “falar do outro é também falar de mim, da minha experiência de mundo, falar de mim é, sobretudo, falar do outro” (Schroeder, 2015a), referindo-se aos seus anseios no campo literário. O escritor complementa: “eu não dissocio vida e literatura, as duas experiências têm o mesmo peso para mim, e não quero optar por uma ou por outra: se a literatura pode mudar a minha vida porque a minha vida não pode mudar a visão que tenho da literatura? Então essa transformação é constante” (Schroeder, 2015a).

Essas palavras do autor ecoam a dimensão literária dos desastres socioambientais demonstradas pelos autores analisados nos capítulos anteriores, Maria José Silveira e Mia

Couto. Os três textos literários pensados nessa tese compartilham do entendimento de um entrelaçamento entre vida e escrita, narrativa e experiência, como também da noção de uma experiência do pensamento, como a proposta por Ricoeur (1991) e discutida no capítulo anterior. Assim, de antemão, é possível assumir que o desastre do Vale do Itajaí em 2008, tornado narrativa literária por Schroeder, provocou reflexões sobre a própria vida do autor e de suas relações.

Carlos Henrique Schroeder nasceu no ano de 1978, no município de Trombudo Central, uma área de 109,648 km², localizado no Alto Vale do Itajaí. Esse território, inicialmente ocupado por indígenas, foi colonizado em 1904 por imigrantes alemães e italianos vindos de Blumenau, que atuaram na região com culturas agrícolas e criação de animais. Neste momento, o território pertencia ao município de Porto Belo e posteriormente, passou para a jurisdição de Blumenau. Em 1933, Trombudo Central seria elevado à categoria de distrito do município de Rio do Sul e apenas em 1958 teria sua emancipação política como município. Atualmente, Trombudo Central conta com uma população de 7.274 habitantes (IBGE, 2026a). Ao rememorar os anos da infância, Schroeder (2026) relata³¹

Quando eu nasci, a cidade, eu acho que tinha, sei lá, oito mil habitantes, hoje ela deve ter o mesmo número, oito mil habitantes, essas cidades agrícolas do Alto Vale elas ficam estagnadas, né? Tem gente que chega, gente que sai, mas elas ficam geralmente estagnadas, né? A única que cresce um pouco e às vezes decresce é Rio do Sul.

De fato, a população de Trombudo Central em 1980 era de 7.098 habitantes, segundo censo realizado pelo IBGE (AMAVI, s.d.). No seu relato, o autor ainda retrata que nos anos iniciais da infância viveu entre o município de Braço do Trombudo e a região de Serril, uma localidade rural e que servia de ligação entre o planalto serrano e o litoral catarinense, caracterizada por estradas precárias, onde as primeiras décadas do século XX fazia-se o transporte em lombo de animais e posteriormente, por carroceiros (IBGE, 2026b). Servindo como passagem obrigatória para quem dirigia-se ao oeste catarinense vindos de Rio do Sul, a região do Serril foi desenvolvida com a criação de diferentes estabelecimentos comerciais.

Schroeder (2026) conta que sua família era proprietária de um hotel nessa região entre os anos de 1950 e 1960 e seu avô materno mantinha um açougue e comércio: “E depois, tudo quando passa para BR-470, esses comércios, esses hotéis, toda essa vida que pulsava em redor, tudo murcha. E hoje é uma região meio fantasma, lá no Serril” (Schroeder, 2026). Revistando

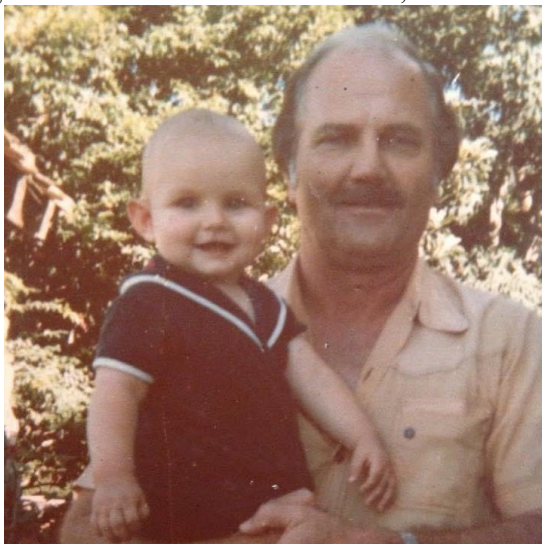
³¹ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2026 a partir da metodologia da História Oral, para o objetivo dessa pesquisa. A íntegra da entrevista pode ser acessada pelo Youtube no link <https://youtu.be/9DBQuiGtonQ>.

o espaço da infância em 2025, o escritor compara a região de Serril com a paisagem erma do seriado televisivo *Twin Peaks* de 1990. A paisagem rural da infância também influenciou nas relações desenvolvidas por Schroeder e que em sua reflexão, são muito distantes daquelas vividas por seus filhos no presente (Schroeder, 2026)

E a minha infância foi uma infância de criança criada em uma área rural, vendo boi, vendo vaca, gosto de terra na boca, porque não tinha asfalto, não tinha pedras, brincando na rua, brincando de coisas que machucam, subir árvore, quebrar árvore, cair. É uma outra realidade, hoje, por exemplo, da dos meus filhos, que são, tipo, piá de prédio, como dizem. É uma outra realidade. E aí você tinha outras relações e outras dinâmicas sociais, porque você está criado na rua, tinha um horário para voltar.

Para o escritor, o contexto de sua infância foi marcado por dinâmicas geopolíticas locais e por uma sensação de liberdade que já era percebida desde criança. Em razão da rotina de trabalho dos pais, Schroeder recorda de ter sido criado de forma mais livre e de manter uma relação estreita com os avós, especialmente a oma, Uta Holetz Schroeder, sua avó paterna. Em 1947, Uta atuava como estenógrafa e tradutora de inglês na concessionária Ford, Casa do Americano S/A, localizada em Blumenau. Após o casamento com Heinz, passaram a viver no município de Braço do Trombudo, constituindo sua família com cinco filhos. Posteriormente, durante o governo estadual de Celso Ramos entre os anos de 1961 e 1966, Uta foi nomeada escrevente juramentada do Cartório de Registro Civil (Wolniewicz, 2022). Seu marido, Heinz Schroeder (Figura 3) fez carreira política, atuando primeiramente como vereador em Rio do Sul, quando Braço do Trombudo ainda fazia parte de sua jurisdição e posteriormente como o primeiro prefeito do município em 1958 (Wolniewicz, 2022).

Figura 18 – Heinz Schroeder com o neto, Carlos Henrique



Fonte: Schroeder. Foto. Instagram, 11 out. 2021.

Assim, Schroeder retrata duas configurações familiares que contribuíram para suas experiências de infância. Por um lado, a família materna, com os avós como proprietários de açougue e muitos filhos. Em sua descrição, o autor compara o lado materno com uma família napolitana dos romances de Elena Ferrante (Schroeder, 2026), pseudônimo de uma escritora italiana que mantém sua identidade em sigilo e que é conhecida por explorar em seus romances as relações familiares, principalmente compostas por núcleos femininos. Ao falar de suas lembranças de infância do lado materno, o autor registra uma cena mental:

Todo mundo falando, ela com 13 filhos e tal. Super matriarcado, onde ela coordenava. E até a sua morte, coordenava toda a família, ajudando os filhos, muitos dos filhos. Eu acho que a cada... A cada três filhos, um era alcoólatra. Então eu também fui criado vendo essas questões do álcool (Schroeder, 2026)

Da outra parte de sua família, os avôs paternos, que eram vizinhos, representavam uma tradicional família burguesa, com fortes ligações políticas na cidade. Schroeder (2026) relata que sua infância foi caracterizada por habitar esses dois núcleos. De um lado, vivências próprias do meio rural, com cenas cotidianas de abate de animais, em que Carlos auxiliava na retirada de peles dos animais e no processo de curtimento do pelo, em um “mundo de muito sangue” (Schroeder, 2026). Do outro lado, a presença do patriarcado, onde todos esperavam que o avô se sentasse à mesa para que pudessem comer. Utilizando das referências literárias para contar sua história, Schroeder (2026) compara o lado paterno da família aos romances do escritor alemão Thomas Mann, textos envolvidos por intelectualidade e por explorar os conflitos internos de núcleos burgueses europeus. A casa de Uda e Heinz Schroeder, onde Carlos passou boa parte de sua infância, abriga atualmente a Casa de Cultura do município de Braço do Trombudo (Figuras 3 e 4).

Figura 19 – Casa da Cultura de Braço do Trombudo



Fonte: Schroeder. Foto. Instagram, 11 dez. 2022.

Figura 20 – Casa da Cultura de Braço do Trombudo



Fonte: Schroeder. Foto. Instagram, 11 dez. 2022

Dos seus avós paternos, Schroeder ainda destaca o contato com obras literárias clássicas, através da biblioteca dos avós, em que era possível encontrar obras de Guy de Maupassant (1850-1893), Ernest Hemingway (1899-1961) e Annie Ernaux (1940). Segundo Schroeder (2026)

Eu fui criado entre esses dois mundos, um mundo bem proletário de sangue, com meus tios desempregados, e o outro mundo dos burgueses, dos Schroeder. E isso é muito interessante, essas coisas me marcaram profundamente. Ver meus tios bêbados brigando na rua, pelo lado da família Machado, ver os açougues, ver o tio amarrado, porque estava, na época, como se diz, estava desintoxicando.

Nesse processo, a construção do referencial de experiências durante a infância contribuiu sobremaneira para a construção do escritor Carlos Henrique Schroeder. Acionando a escritora citada por Schroeder na entrevista, ao responder uma pergunta se o romance *Dias de Abandono* (2002) poderia ser definido como um romance feminista, Elena Ferrante responde: “Quando escrevo, construo uma história. Eu a fabrico com minha experiência, meus sentimentos, minhas leituras, minhas convicções e, sobretudo, com minhas profundezas mais secretas e descontroladas” (Ferrante, 2017, p. 92). Assim, é possível compreender que os textos literários que seriam escritos por Schroeder anos mais tarde, incluindo “História da chuva”, tiveram influência das leituras que realizou durante sua infância e adolescência. Acerca disso, o autor relata que não apenas a biblioteca dos avós paternos, com seu acervo permeado de clássicos, o fascinava:

Sempre associei a minha formação de leitor, sobretudo a biblioteca do meu avô paterno, e da minha *oma* também, porque eles tinham uma biblioteca grande e tal. Mas eu sempre soterrei os livrinhos vagabundos de faroeste dos meus tios alcoólatras, que eram muito interessantes. Eu lia um de tarde, porque eram livrinhos de umas coleções... Nem lembro como eram essas coleções, mas as histórias eram sempre as mesmas. Então, às vezes, eu lia dois, três num dia, porque eram cem páginas, livrinhos assim. Era sempre um homem, um forasteiro, um xerife, que chegava em uma cidade e tinha que resolver um problema. Bem Jornada do Herói, assim. Todas eram iguais, só mudavam os cenários. Eventualmente, tinha uma heroína-mulher, mas geralmente era de um prazer da leitura, de ler essas porcarias. Não diria que é porcaria, faz parte de um processo de formação de leitor. Não vamos colocar em escalas a importância de leitura, mas o quanto disso eu li, o quanto disso eu fui feliz lendo aquilo. Eu fui criado nesses mundos. Enquanto meus primos, eu gostava muito de brincar, mas eu gostava de ter o meu canto também. Ficava no meu cantinho, no sofá da minha avó, falecida avó, ficava lá lendo o livrinho. (Schroeder, 2026)

Outra obra literária que contribuiu para a formação leitora de Schroeder e posteriormente para os anseios da escrita foi o romance Robinson Crusoe publicado em 1719 pelo jornalista inglês Daniel Defoe. Esse livro de aventura conta a história de sobrevivência de um marinheiro naufragado que vive sozinho em uma ilha tropical próxima à foz do rio Orinoco por vinte e oito anos. Schroeder (2026) relata que leu o romance quando tinha doze ou treze anos e que ficou “absolutamente dopado por aquele livro” (Schroeder, 2026) e a partir dessa leitura, buscou reviver a sensação através de outras leituras, confluindo para experiências de escrita.

Entre o final da infância, adolescência e início da vida adulta, o escritor morou em outras cidades do Vale do Itajaí como Agrolândia e Rio do Sul e, posteriormente, em Balneário Camboriú. Em 1998, com vinte anos de idade, Schroeder publicou sua primeira novela, “O publicitário do diabo” pela editora independente Manjar das Letras. Em 2003 também publicou “A ilha navegante” pela editora Scortecci, uma seleção de quatorze contos de realismo mágico. No começo dos anos 2000 e já morando em Jaraguá do Sul, o escritor também percorreu a produção teatral com a Companhia Resistência Teatral. O grupo teatral foi responsável por encenar peças de autoria de Carlos, como o texto “Às avessas” em 2004. O escritor também se envolveu diretamente com o processo de produção, atuando não apenas como dramaturgo, mas como “o cara que recebia o ingresso, e o cara que fazia sonoplastia, como é teatro” (Schroeder, 2026). O autor relata que apesar de se divertir na produção teatral durante esses anos, era na escrita que se encontrava, especialmente por ser um trabalho sozinho

[...] me encontro na solitude do texto. Ler 300 vezes o mesmo texto, achar os problemas, e na evolução que o texto te dá. Então a cada livro que eu venho escrevendo, eu não sei se estou, mas eu me considero um pouco mais maduro, e isso

me trava mais. Eu começo a ter um senso de responsabilidade maior. O último livro que eu publiquei já faz seis anos. Tem gente que quer publicar todo ano, tem gente que precisa ter a angústia da relevância, está sempre publicando, publicando, publicando. Eu não estou nessa mais. Eu acho que a escritura tem um tempo muito próprio também. Você deixar o texto descansando, você voltar ao texto, você reescrever [...] (Schroeder, 2026)

A partir de 2005, Carlos Henrique Schroeder atuou também como produtor editorial da revista “Móin-Móin – Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animada”, uma publicação conjunta da Sociedade Cultural Artística (SCAR) de Jaraguá do Sul e do Programa de Pós-graduação em Teatro da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). As publicações cumpriram um papel importante na divulgação do Teatro de Formas Animadas. O escritor também foi o fundador da Feira do Livro de Jaraguá do Sul, em 2007. Dois anos antes, o autor publicou o romance “A rosa verde” pela editora da UFSC. A história desse romance inicia-se na década de 1930, com o personagem Bertoldo entrando na Ação Integralista Brasileira, na cidade de Jaraguá do Sul. Inspirado em acontecimentos reais, o autor explora o cenário político da época e também constrói um salto geracional, ao contar a vida de personagens como um técnico de computadores e dois escritores setenta anos depois.

Em 2006, o autor publicou “Ensaio do vazio” pelo selo Rocinante da editora 7Letras. O romance apresenta o personagem Ricardo, um artista visual perturbado e suas relações com o antigo amigo e poeta, Fernando e seus três amores. O romance foi adaptado para o formato de quadrinhos em 2012 pelos artistas Diego Gerlach, Pedro Franz, Berliac, Manuel Depetris e Leya Mira Brander. Em 2008, Carlos aproximou-se da produção de cinema ao ser um dos vinte selecionados para compor a oficina de roteiro da Festa Literária Internacional de Paraty, onde teve aulas com a cineasta argentina, Lucrecia Martel e com o cineasta brasileiro, Sérgio Machado. Em 2010, publicou a coletânea de contos “As certezas e as palavras”, pela Editora da Casa, em que atuava como editor desde 2007. Com essa publicação, Schroeder recebeu no mesmo ano o Prêmio Clarice Lispector, da Fundação Biblioteca Nacional. Ainda em 2010, foi contemplado com a Bolsa Funarte de Criação Literária para produção do romance inicialmente intitulado “A mulher sem qualidades”. Em 2012, foi responsável por idealizar o Festival Nacional do Conto, que teve sua primeira edição ocorrida em Jaraguá do Sul. Em 2014, publicou um dos seus livros mais conhecidos, “Fantasias Eletivas”, pela editora Record. O livro, a exemplo dos outros textos de sua produção, retrata as percepções das transformações da paisagem. Neste caso, especificamente, as de Balneário Camboriú, cidade em que Carlos passou grande parte de sua juventude. Acerca do tema do livro, Schroeder (2026) destaca que

As Fantacias Eletivas, passa em Balneário Camboriú nos anos finais dos anos 90, e a narrativa é toda entremeada por aquilo que já foi Balneário Camboriú. Era um polo universitário nos anos 90, não existiam universidades no interior, os alunos iam para lá, então existia uma cena noturna. Depois tudo isso foi soterrado pela especulação imobiliária. Balneário Camboriú já não é isso há uns 20 anos.

A obra foi inspirada no conto “Os recepcionistas”, anteriormente publicado pelo autor na coletânea “As certezas e as palavras” (2010) e conquistou destaque em prêmios literários, sendo semifinalista do Prêmio Oceanos - Prêmio de Literatura em Língua Portuguesa, na edição de 2015 e eleito o melhor romance do ano de 2014 pela Academia Catarinense de Letras. O romance também integrou a lista de leituras obrigatórias para os vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) (Soares; Franco, 2023). No conto original, assim como na obra posterior, há muitos dos aspectos experienciados pelo autor. Durante os anos em que viveu em Balneário Camboriú, Schroeder trabalhou como recepcionista de hotel durante as madrugadas para pagar a faculdade de Psicologia. Vendo e ouvindo diferentes pessoas que circulavam pela cidade turística, era inspirado a escrever contos sobre as figuras enigmáticas que encontrava.

O livro “As fantasias eletivas” é construído enquanto uma narrativa-homenagem ao escritor, cartunista, dramaturgo e desenhista argentino Raul Damonte Botana, conhecido como Copi e que foi vítima de AIDS no ano de 1987. No enredo, são apresentados dois personagens: Renê é um recepcionista de hotel em Balneário Camboriú e que leva uma vida solitária após o abandono do filho de uma tentativa de suicídio. Em determinada noite, Renê conhece Copi, uma travesti argentina que é escritora, fotógrafa e poeta e que assim como Renê busca lidar com o passado na cidade turística. Sem nenhuma rede de apoio, Copi vive da prostituição e escreve seus textos poéticos inspirados em fotos que registra com uma câmera Polaroid. Soares e Franco (2023) destacam que nesta obra, Schroeder eleva a narrativa a um espaço de fragmentação e experimentalismo, ao unir elementos diversos como fotografia, prosa e poesia, para conduzir a história e para a caracterização dos personagens. Além disso, articula as diversas identidades contemporâneas, muitas vezes marginalizadas, tornando o texto ficcional um propiciador de “mundos possíveis, além de reavaliar os espaços ocupados pelas identidades abjetas” (Soares; Franco, 2023, p. 104).

Durante o período de publicação de “As fantasias eletivas”, o escritor já desenvolvia o texto de “História da chuva”, unindo vivências e referências de sua vida com ideias de sua

imaginação. Segundo Schroder (2026) a ideia do romance nasceu do impacto observado em 2008 com o desastre do Vale do Itajaí:

A tragédia... Que aconteceu em Blumenau, e aqui do lado teve aquele desmoronamento. Então, foi muito impactante para quem... Mesmo nós, que somos acostumados aqui, temos dois rios aqui, o Itapocu e o Jaraguá, acostumados. Em alguma medida, a cada dois anos o rio subir, pegar uma ou outra rua, isso é normal. Quem vive em cidade com rio é normal. Blumenau nem se fala. Mas foi bem peculiar. Muito diferente. Porque não parava de chover. Com intensidades às vezes baixas, intensidades mais altas. Então, aquilo foi muito marcante para mim. Fiquei algum tempo depurando tudo aquilo. (Schroeder, 2026)

A reflexão do autor sobre as particularidades dos eventos de 2008 ilustra as discussões realizadas anteriormente sobre como os habitantes do Vale do Itajaí foram ao longo do tempo, compreendendo os períodos de chuvas e inundações como partes integrantes de suas rotinas, aguardadas em determinadas épocas do ano e do mesmo modo, como em 2008, a reunião de condições, tornou o evento maior do que o esperado. Ao falar dos dias vividos em 2008, o autor ainda complementa sobre a ruptura de um relacionamento na época e sobre as dificuldades para desenvolver o trabalho na revista *Móin-Móin*, principalmente pela ausência de incentivos financeiros para trabalhos que envolvessem o teatro de formas animadas. Esse contexto, alinhado com a proximidade do desastre, tornaram novembro de 2008, um período marcante na vida do autor e que inspiraria a escrita do romance anos mais tarde. Como reflete o autor: “Tudo isso gerou uma série de perguntas e dúvidas. Quando você escreve um livro, você vai à procura de algo, e às vezes não é a resposta, são as outras perguntas que vêm no caminho, que te levam adiante da narrativa. E aí comecei. Comecei a fazer os rascunhos” (Schroeder, 2026).

Ao relembrar o processo de escrita do romance, Schroeder (2026) comenta sobre a dificuldade em desenvolvê-lo, principalmente por entender que esta era uma história intrincada, reunindo em um único texto temas diversos como teatro, as chuvas e os relacionamentos. Os desafios de escrita quase impediram a continuação do projeto, que por diversas vezes Schroeder pensou em abandoná-lo. O incentivo para continuar, conforme relata o próprio autor (2026) foi a contemplação de uma bolsa de Criação Literária pelo Programa Petrobras Cultural em 2012, fomentado pela Petróleo Brasileiro S.A, que periodicamente abre seleções públicas para a inscrição de projetos em diversas esferas artísticas. Diante do compromisso estabelecido pelo edital, o autor continuou o projeto. Sobre a temática do romance, o autor descreve (Schroeder, 2026):

É muita coisa. É muita ramificação. O Teatro de Formas Animadas, a chuva. E o legal é que o livro realmente promete uma coisa. Alguns colegas que leram: Pô, eu pensei que ia ler realmente uma história realista sobre as enchentes, mas é outra coisa, fala sobre outras coisas. Fala sobre o que é ser artista, sobre o que é ser artista no Brasil, sobre o que é ser artista aqui, sobre o Teatro de Formas Animadas, e muito pouco, realmente sobre a chuva. Mas, ao mesmo tempo, também fala sobre o que é a chuva. Mas eu desistiria, tá? Eu ia desistir do livro. Tinha colocado um horizonte muito longo.

O romance atravessa diferentes espaços e tempos, mas seu intuito é refletir sobre as vidas perdidas no desastre. Desse modo, o fato de não apresentar dados ou uma cronologia do desastre aportada em fontes, sejam elas jornalísticas, orais ou de outra natureza, pelo menos não caracterizadas, não exime seu esforço em contar uma história realista sobre as enchentes. Assim, “História da chuva” insere-se nas pretensões de um texto literário, ou seja, pensar a realidade e a experiência a partir das ficções. De fato, “História da chuva”, publicado em 2015 pela Editora Record, aborda diferentes temas, embora sua premissa e ambientação parta das inundações que atingiram o Vale do Itajaí em novembro de 2008 e, particularmente, no município de Blumenau. A partir do relato das cenas do desastre, os leitores conhecem as histórias de Arthur e Lauro, dois amigos que compartilham a paixão pelo teatro de animação, onde atuaram muitos anos como diretores do Grupo Extemporâneo de Formas Animadas (GEFA). Diante do falecimento de Arthur Sobrossa no desastre, Lauro vive um conturbado período de incertezas, repensando vários aspectos de sua vida, até decidir buscar na história do amigo as motivações que o tornaram um apaixonado pelas artes.

A partir desse momento, a história volta-se a contar quem foi Arthur, retrocedendo anos em sua vida para relatar sua trajetória e seu envolvimento com as artes até sua morte em 2008. Nesse sentido, o romance também enfatiza a importância de que as vítimas dos desastres não sejam simplificadas a índices, uma vez que se trata de vidas interrompidas pelo desastre e que carregavam sonhos, expectativas e diferentes relações. No romance, há ainda a presença vívida de uma terceira figura, a do narrador Carlos H. Schroeder, um alter-ego do escritor, que percorre diferentes cidades de Santa Catarina, organizando eventos literários e fugindo de uma figura feminina misteriosa.

Para a construção de “História da chuva”, Schroeder (2026) denominou o processo como matemático, buscando encaixar na narrativa distintas camadas das histórias que tinha projetado. Além disso, o escritor tinha em mente o compromisso em construir uma narrativa que falasse do desastre sem exceder o sentimentalismo, ou o que chamou de “pieguice” ou que criasse a ideia de “mártires da chuva” (Schroeder, 2026). Existia, segundo o autor, o senso de um dever histórico e o entendimento de que a literatura deve se servir de outras áreas, como

História, Geografia, Psicanálise, Estudos Culturais, entre outros, sem estar exclusivamente a serviço desses campos. Schroeder (2026) também relembra a metodologia adotada para a estruturação do romance, buscando equilibrar o sentimento atribuído à história que estava sendo contada com a racionalidade para inserir temas tão diversos. Para tanto, utilizou-se dos referenciais de escritores como Ricardo Piglia e Amos Oz, buscando despertar na narrativa o interesse de leitura:

[...] eu tive que criar escaletas, estruturas para fazer, para dar conta. Preciso falar sobre isso, preciso falar sobre aquilo. Então eu tive que fazer uma estrutura muito, muito calcada, inicialmente no racional, para colocar ali adiante. Preciso falar sobre isso, sobre aquilo, sobre aquilo e tal, mas eu falei sobre isso aqui e lá. Então vira um grande mapa, um grande... O Ricardo Piglia, que é um escritor argentino, ele sempre fala uma coisa muito legal ali nos diários dele, que ele fala o seguinte: a diferença entre viver e escrever ficção é a mesma de você nadar na piscina e nadar no mar aberto. Então eu tive que fazer uma espécie de piscina de mar aberto, uma certa segurança e testar a insegurança para fazer o História da Chuva ficar de pé. E o Amos Oz, que é o escritor israelense, ele fala uma coisa interessante que todo livro é, na verdade, você está naquele livro e a história começa, um contrato entre o escritor e o leitor e o contrato se firma pelo interesse. Então a narrativa, ela precisa ser interessante e que levar o leitor adiante até o seu término. Então eu preciso estabelecer esse contrato. Então eu tinha temas muito complexos que eu havia prometido para um edital e que eu havia prometido para mim mesmo, para tratar enchente, teatro de formas animadas, a exclusão, viver de arte no interior do país, solidão, procrastinação. E eu precisava dar jeito nisso tudo, colocar no caldeirão, só que se eu colocar no caldeirão e ficar batendo, vai sair uma gosma onde está tudo muito misturado. Então eu precisava botar uma ordenzinha dos temperos e aí eu começo a estruturar o livro e começo a pensar os capítulos. Eu pego uma peça de teatro e dissecó para botar ela de uma forma que ela se espelhe com o outro restante da narrativa. Nada ali está por acaso. Eu precisei dar jeito a um monte de problemas que eu criei para mim mesmo (Schroeder, 2026).

Na percepção do autor, a publicação do romance em 2015 foi inicialmente abafada pela popularidade de “As fantasias eletivas”, que lançado um ano antes, ainda percorria um caminho exitoso na conquista de leitores, especialmente quando integrou a lista dos vestibulares. “As fantasias eletivas” também foi adaptado para curta-metragem com direção e roteiro de André Gevaerd e lançado em 2020. Assim, Schroeder (2026) localiza em 2020 como o ano em que “História da chuva” começou a ser mais comentado e buscado por leitores, o que para o autor é muito interessante por revelar que a literatura não tem um tempo próprio (Schroeder, 2026) e como determinados temas são mais buscados em determinados períodos.

O livro daqui a pouco pode sumir de novo. Daqui a 20 anos, alguém, um outro crítico, pega o livro e volta. Então, essa é a magia da literatura. É isso que me deixa... Me dá um pouco de esperança. Porque existem pautas que são importantíssimas, que são pautas urgentes, que são de hoje. Que a literatura está tratando de trazer. Existem livros que não têm pauta. Eles ficam em pé por suas idiossincrasias, por suas discussões. E uma não é melhor que a outra. As coisas, eu acho que... Tem que caminhar juntas ou não. (Schroeder, 2026)

Em 2016, Carlos Henrique Schroeder recebeu a Medalha Cruz e Sousa, um reconhecimento da Fundação Catarinense de Cultura, que homenageia anualmente autores de obras literárias, artísticas, educacionais ou científicas relativas a Santa Catarina. Em 2020, publicou o livro “Aranhas”, pela editora Record. A coletânea de contos aborda por diferentes vias, o aracnídeo, aparecendo ora como personagem, ora como inspiração para nomes, aparências e comportamentos, perfazendo uma teia narrativa. Segundo Schroeder (2026), a ideia do livro surgiu durante suas vivências no município de Garopaba, em que diariamente encontrava diferentes espécies de aranhas. Por esse livro, Carlos recebeu em 2022 o Prêmio Catarinense de Literatura na categoria conto. Em 2025, publicou em coautoria com Guilherme Karsten (Blumenau) e Patrícia Galelli (Florianópolis), a obra “Migrações Fantásticas” pela editora Nave. A obra bilíngue, traduzida para o francês, contou com recursos do governo de Santa Catarina pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), recursos do governo federal e da Polícia Nacional Aldir Blanc. O tema percorre as migrações de animais migratórios e animais fictícios, organizados em três capítulos: Ar, Terra e Água. O atual trabalho de Schroeder, segundo relatado em entrevista, é o livro “Assunção”, que se passa entre o município onde reside atualmente, Jaraguá do Sul e a capital paraguaia, Assunção: “sempre com um rescaldo social, político e histórico. [...] E sempre com um pouco desses ecos da infância” (Schroeder, 2026).

Por fim, é possível capturar através da trajetória de Carlos Henrique Schroeder e a exemplo do romance “História da chuva”, que será melhor abordado adiante, como os textos literários criados pelo autor possuem um ancoramento social, especialmente, do contexto do Vale do Itajaí, que contemplam cidades onde Schroeder viveu em diferentes momentos de sua vida. São textos que exploram as complexidades humanas e suas relações e, embora ficcionais, ambientadas em cenários que são familiares ao escritor e tornam-se familiares aos leitores que conhecem ou já passaram por essas paisagens. A inspiração nas vivências do escritor para a construção de textos ficcionais é, na perspectiva do autor, um caminho obrigatório.

Tudo que você escreve traz um pouco de você em alguma medida. Por mais que eu possa escrever um romance medieval da década de tal, uma fantasia, tudo é meio auto, tudo é um pouco ficção. Então, o que acontece? Muitas das coisas que estão na História da Chuva aconteceram. Toda parte ligada ao teatro de formas animadas é ficção. (Schroeder, 2026)

Tendo crescido em ambientes tão distintos, como os oferecidos pelo lado materno e paterno de sua família, Carlos pode capturar diferentes nuances da natureza humana, observando em suas vivências quem eram os atores vulneráveis da sociedade e como o próprio meio social é capaz de moldar essas identidades. Como declarou, a sua relação com a literatura e a história é uma relação de alimentação: “São os historiadores que vão me dar uma segurança. Vão me dar segurança para poder trabalhar, escrever ficção” (Schroeder, 2026). E assim, embora não contemple nenhum compromisso com a história, esclarece que em suas obras mantém firmemente um compromisso com o contexto explorado e com as realidades sociais expostas. Pela análise de “História da chuva” adiante, se buscará compreender esse compromisso, explorando como o desastre do Vale do Itajaí em 2008 pautou a relação entre os personagens Arthur e Lauro.

4.3 ENTRE FRAGMENTOS DO REAL E DA FICÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO DESASTRE NO ROMANCE “HISTÓRIA DA CHUVA”

A ensaísta e crítica literária Beatriz Sarlo (2007), ao tratar da experiência em narrativas testemunhais ou literárias, reflete que o ato de narrar o passado traz inevitavelmente as marcas do presente, referenciando o dramaturgo italiano Italo Svevo ao dizer que o presente dirige o passado como um maestro coordena seus músicos. Em “História da chuva” cabe atentar que o presente conduz o passado assim como um titereiro manipula suas marionetes em um espetáculo. O escritor Carlos H. Schroeder, narrador de “História da chuva” e o artista Lauro guiam a narrativa acionando o passado para lidar com seus próprios desafios no presente. Para Lauro, o desafio é compreender como retomar a vida após a perda de um amigo em uma situação de desastre.

Aqui, o texto ficcional corresponde a um dos muitos caminhos de diálogos entre a história e a literatura dispostos pela historiadora Luciana Murari (2017), como, por exemplo, a de uma leitura histórica empreendida por uma produção literária ficcional, em que o texto literário em si apresenta uma motivação historiográfica ou sociológica própria, constituindo uma interpretação da história ou do presente do narrador, ainda que não seja um movimento necessariamente consciente. Neste caso, como as milhares de vidas e famílias impactadas pelo desastre socioambiental do Vale do Itajaí puderam seguir suas vidas após o mês de novembro

de 2008 e de que formas os poderes públicos atuaram na recuperação estrutural e social pós-desastre.

Na narrativa, as chuvas que assolam o Vale do Itajaí e que interrompem de forma trágica a vida de Arthur, são condutoras da história que se vai desenvolver e que percorre o passado buscando sentido para o presente. Em suas primeiras linhas, o narrador Carlos H. Schroeder descreve o início de um dia que seria comum, não fossem as inundações em Blumenau. Rememorando àquela manhã, o personagem destaca que enquanto fazia ações cotidianas, como preparar um sanduíche, seu amigo era vitimado pelo desastre.

Supus algum tempo depois que, enquanto mastigávamos os sanduíches e conversávamos sobre o casamento, o corpo de Arthur navegara por onde outrora era uma rua movimentada, fizera um longo percurso até se enroscar numa pequena árvore de galhos robustos, parcialmente coberto pela água. Inchado, rijo e numa posição semifetal. A primeira pessoa a vê-lo foi Maria Elisabete, empregada doméstica, que, temerosa de perder seu emprego, resolveu se arriscar com água pela cintura para tentar chegar na casa da patroa. Ela viu aquela coisa, mas fez que não viu, não era problema seu. Mas avisou um dos botes dos bombeiros, a poucas quadras. (Schroeder, 2015b, p. 7)

A descrição construída pelo personagem atribui ao cenário de Blumenau a concepção de uma paisagem do medo, como discutido pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (2006). Nesse cenário, os rios que foram explorados, afastados ou desviados para dar espaço à presença humana, retomam as cidades de forma incontrolável. As paisagens, enquanto elaborações da mente humana, abordam diferentes esferas, como o medo do sobrenatural ou o medo do escuro, mas também o medo que é gerado a partir da experiência do desastre. Os medos, experimentados de formas distintas por diferentes indivíduos são por si só subjetivos, mas podem ser originados a partir de um ambiente visto como ameaçador. No caso do Vale do Itajaí, indivíduos experimentaram diferentes níveis de medo, relacionados ao grau de vulnerabilidade em que se encontravam diante do cenário do desastre. A empregada que mesmo diante das chuvas intensas decide sair de casa rumo ao trabalho, teme sua vida, como também teme a possibilidade de que sua ausência, mesmo que justificada, comprometa seu sustento. Da mesma forma, ao ver o corpo de um desconhecido enroscado na árvore, teme qualquer envolvimento direto, seja pela possibilidade de ameaça à sua própria vida ao colocar-se em risco e que a imagem de Arthur reforça em sua mente, seja novamente pela possibilidade de ao envolver-se diretamente, possa perder seu emprego.

Yi-Fu Tuan (2006) define as paisagens do medo como as infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas, compreendendo que as forças que originam o caos são

onipresentes tanto quanto as tentativas humanas de controlá-las. São as paisagens do medo, por exemplo, que provocaram ao longo da história, a construção de paisagens materiais de casas, campos de cultivo e cidades. As casas atuam como verdadeiras fortalezas de defesa dos seus ocupantes dos elementos externos, como um lembrete vívido da vulnerabilidade humana (Tuan, 2006). Para o geógrafo, o histórico de construções de fronteiras pela humanidade, desde cercas vivas nos jardins até muralhas nas cidades, é demonstrativo das tentativas de manter controladas as forças hostis (Tuan, 2006).

O aspecto das paisagens do medo também endossa os relatos de resistência em abandonar moradias em áreas de risco no Vale do Itajaí, para além da impossibilidade econômica de morar em regiões seguras e da falta de assistência habitacional por parte do poder público, as casas, ainda que construídas em áreas suscetíveis aos desastres, constituem para esses moradores um último reduto de proteção. Sobre isso, Sevegnani et al. (2009) relata as histórias registradas pela Defesa Civil no caso do Vale do Itajaí, de pessoas que foram acordadas nos fatídicos dias de novembro com o barulho das paredes de suas casas sendo forçadas pela terra que era acumulada no lado externo ou pelas pessoas que acompanharam o acúmulo de água lamacenta adentrando suas moradias, atingindo bens materiais, muitos que já haviam sido erguidos, mas não o suficientemente para impedirem o contato com a água: “a impotência diante da água que chegava e ocupava lugar, obrigando a saída urgente sem nada levar, sabendo que tudo estava se perdendo” (Sevegnani et al., 2009, p. 112). Para essas pessoas, a perda da moradia representa para além de um dano social, danos emocionais, porque seus bens estão ancorados à identidade do grupo familiar e de seus membros individualmente e nos múltiplos papéis que desempenham no mundo público e privado (Valencio, 2009a).

Sevegnani et al. (2009) ainda registram relatos de empregados, como a da personagem Maria Elisabete de “História da chuva” que tendo suas moradias ameaçadas pela chuva ou por deslizamentos, não obtiveram de seus empregadores a dispensa formal de suas ocupações para que pudessem salvaguardar o que ainda era possível, tendo que optar entre tentar salvar documentos, móveis ou eletrodomésticos ou garantir seu vínculo empregatício (Sevegnani et al., 2009). Também foram identificados casos de empregados que tiveram seus dias de trabalho descontados em suas folhas de pagamento por não comparecer a seus postos de trabalho, mesmo aqueles que foram impedidos em função das interdições em rodovias ou, ainda, dos que tiveram horas de sua jornada descontadas de suas folhas de pagamento em razão da precariedade de locomoção dos transportes, diante do desastre (Sevegnani et al., 2009).

Para o geógrafo, Yi-Fu Tuan (2006) as diferentes paisagens do medo tem suas particularidades diluídas diante da experiência de uma vítima, porque produzem duas sensações: primeiramente, do medo de um colapso iminente de seu mundo, aqui o mundo como cada pessoa conhece e vive, o mundo de Maria Elisabete em que o cargo como empregada doméstica pode ser a garantia de sobrevivência sua e de sua família; o medo de Arthur, que viu a aproximação da morte e sua incapacidade de controlar a força da natureza; e o medo de Lauro, de não ter conseguido auxiliar o amigo, desinformado da situação e sem saber como prosseguir. A outra sensação posta por Tuan (2006) é de que o ambiente caótico é personificado, gerando o sentimento de que a força hostil possui vontade própria. Ainda na cena do café da manhã, o narrador reflete sobre como a inundação que tirou a vida do amigo, compreende um contexto mais amplo de desastres naquele espaço, em que Arthur se tornava mais uma vítima.

Naquele novembro de 2008, com Blumenau debaixo d'água, e dezenas de mortos contabilizados em toda a região, Arthur era apenas estatística. Mais um corpo. O caos se espalhara por todo o Vale do Itajaí, eu morava em Jaraguá do Sul, cidade vizinha de Blumenau, onde os rios sempre foram mais traiçoeiros: mais de quarenta enchentes nos últimos cinquenta anos. Inclusive, uma das maiores festas populares do Brasil, a Oktoberfest, foi criada depois de uma forte enchente em 1984, para recuperar a economia e levantar o moral dos moradores. Chovia sem parar havia muitos dias, mas não importava. Nada importava. Nem as roupas que não secavam ou viver sempre com os pés molhados ou a umidade escorrendo das paredes ou o cinza-chumbo que se tornara a cor do céu ou os guarda-chuvas se digladiando na Avenida Marechal. (Schroeder, 2015b, p. 8)

Os marcos históricos traçados pelo personagem ao falar das inundações no Vale do Itajaí e do céu cinza-chumbo que reverbera em sua memória correspondem também à necessidade aferida por Tuan (2006) de que as paisagens do medo sejam abordadas tanto do ponto de vista do indivíduo quanto do grupo. Isso se deve especialmente ao fato de que as naturezas do medo que constroem essas paisagens são mutáveis de acordo com o nível de amadurecimento do indivíduo, ou seja, como uma criança percebe os riscos à sua volta e como esses riscos passam a ser notados ao longo da vida adulta, tornando-os mais complexos. Como também grupos contextualizados desenvolvem essas percepções em relação ao medo.

O contexto de criação da Oktoberfest em Blumenau no ano de 1983, citado pelo narrador, é exemplo da percepção coletiva do medo. Neste caso, o festival de cerveja inspirado pela festa celebrada em Munique, na Alemanha, desde 1810, buscou solucionar duas questões que se apresentavam em 1983: uma forte crise econômica caracterizada pelo enfraquecimento das indústrias na cidade, principalmente a têxtil, fomentando a disseminação de subempregos e os eventos de inundações ocorridos em 1983 e 1984 (Frotscher, 1998). Em julho de 1983,

Blumenau havia decretado estado de calamidade pública, figurando como a segunda maior enchente da história do município até aquele momento. Esse contexto propiciou, como discute Frotscher (1998), o projeto de reconstrução de Blumenau, com um apelo a reatualização do mito da “capacidade de trabalho alemã” e que teve como objetivo constituir a atividade turística como novo fator econômico da cidade e utilizar das inundações como catalisador do apoio da sociedade (Frotscher, 1998). O objetivo foi alcançado e a origem da festa é vinculada a um ideal de superação das dificuldades pela população da cidade, como é exposto pelo narrador de “História da chuva”.

Diante do cenário de desastre em 2008, o medo também é percebido no esvaziamento da história de vida das vítimas, reduzidas a números nos noticiários. Essa percepção é exposta no fragmento anterior em que o narrador aponta que Arthur tornou-se estatística, assim como os 135 óbitos do desastre do Vale do Itajaí (Siebert, 2017), que ao serem noticiados e propagados, também reduzem as 135 histórias de vida a um número. Buscando compreender o processo de esvaziamento da história de Arthur, o narrador descreve com detalhes a formação do grupo de teatro Gefa pela dupla Arthur e Lauro e a importância de Arthur para a produção artística da região.

Foi a Inglaterra de Shakespeare e Gordon Craig que consagrou o Gefa, o Grupo Extemporâneo de Formas Animadas, na Europa: a partir de lá passaram dois anos percorrendo festivais, teatros obscuros, escolas e universidades com *Olhos de vidro*, em que Arthur e Lauro, manipulando bonecos feitos de espelhos, potes de vidro, óculos e lunetas, arrancavam gargalhadas e lágrimas. Eles eram bons, mas um deles agora estava morto, e o que me deixou mais chocado foi que não saiu nenhuma foto dele nos jornais, nem sequer um obituário. Arthur, a alma de uma das melhores companhias de teatro da América Latina. Morto. E nenhuma linha, em nenhum jornal, aqui, neste Brasil ingrato. Na Índia, quando um boneco fica muito velho e deixa de ser usado, um pequeno ritual é feito ao pôr do sol e ele é imerso em um rio e carregado em procissão. Mas Arthur não era um boneco velho, e sabia nadar muito bem. Morreu a quatro quarteirões de seu apartamento, no centro de Blumenau. (Schroeder, 2015b, p. 9)

A comparação de Arthur a um boneco velho ilustra o intento do narrador de buscar a humanização do personagem, evitando que a memória sobre Arthur seja destinada ao esquecimento e reforçando que a perda não foi apenas material, mas de uma vida. Espíndola e Nodari (2015) reforçam que para as pessoas que não são diretamente afetadas pelos desastres, a memória acerca dos acontecimentos tem uma curta duração, sendo esquecidas tão logo as atividades cotidianas sejam recuperadas ou a cobertura midiática migre para outros temas. Os envolvidos diretamente no desastre costumam preservar por mais tempo as memórias acerca dos traumas vividos, embora o assunto também dilua com o passar do tempo. O assombro de

Carlos H. Schroeder em constatar que a morte de Arthur não gerou nenhuma mobilização midiática reflete as discussões do historiador ambiental Greg Bankoff ao tratar dos perigos da simplificação na análise de desastres. Para Bankoff (2003), desastres socioambientais não devem ser reduzidos a “estudos de laboratório” ou dos comportamentos individuais ou coletivos em situações extremas, tampouco devem ser geradores de categorização de grupos como analfabetos, pobres ou vulneráveis, descaracterizando indivíduos e tratando os afetados como uma massa abstrata.

Como Valencio (2009b) discute, os desastres possibilitam visualizar a banalização da vida, com suas múltiplas correspondências a estruturas de classes e etnias. No desastre, aqueles que sofrem, por terem sido atingidos ou pela perda de conhecidos, possuem narrativas incompletas acerca das insuficiências operativas dos poderes atuantes que fomentaram a dimensão do desastre e os que morrem, dispõem do testemunho da indiferença (Valencio, 2009b). Impossibilitados de narrarem a si próprios, o silenciamento dos mortos em desastres gera uma narrativa acessível aos que podem ver e que é expressa na quantidade de vítimas de uma determinada localidade, nos corpos que permanecem insepultos por tempo prolongado, pelos que são dados como desaparecidos, pelos que são localizados com mutilações e traumas e também pelos que são ignorados por desinteresse. Incapazes de serem vistos, as narrativas dos mortos destinam-se ao silêncio, como é demonstrado no pensamento de Carlos em “História da chuva”:

Eu nem podia imaginar que naquela manhã, quando me despedi melosamente de Deborah e sentei na minha dura cadeira giratória [...] o corpo de Arthur seria levado para um depósito num dos pontos mais altos do centro da cidade, onde estavam outros corpos, ainda não identificados. (Schroeder, 2015b, p. 10)

Ao relembrar o processo de escrita de “História da chuva”, Schroeder (2026) relata que o tema da desumanização nas descrições da morte de Arthur e na consequente vivência do luto, não foi propositalmente colocado: “Os personagens são meio cínicos, talvez o Lauro e o Arthur são apaixonados por aquilo que eles fazem, eles têm um sentido, mas o escritor Carlos ali é meio cínico, os outros personagens são meio cínicos, sempre querendo alguma coisa...” (Schroeder, 2026). Foi apenas com o distanciamento temporal desde a publicação da obra, que o autor identificou na narrativa e nas relações dos personagens como o tema é exposto, inserindo os casos de desastres em um panorama mais amplo da relação da sociedade com o capital e com os modelos de desenvolvimento atuantes: “Quando o capital passa a valer mais do que a vida,

mais do que um ideal, mais do que qualquer coisa, e o capital só tem poder, só funciona para algumas pessoas, então todo o restante das pessoas não valem nada” (Schroeder, 2026).

Como as análises realizadas desde o primeiro capítulo têm revelado, os desastres estão vinculados aos sistemas de desenvolvimento e do capital, inclusive atuando como ferramentas de manutenção de poder para determinados grupos e nos cenários dos desastres, é possível identificar como grupos específicos são mais privilegiados ou afetados que outros. Mattedi et al. (2009) destaca o paradoxo dos desastres no Vale do Itajaí ao apontar que a região comporta um dos mais altos índices de desenvolvimento humano registrados em regiões metropolitanas do país, ao tempo em que compreende uma comunidade altamente vulnerável aos desastres. Assim, para Schroeder (2026), o sentido de desumanização capturado em “História da chuva” amplia-se para outros sentidos, como da banalização da violência, do humor e do amor. As chuvas que assolaram o Vale do Itajaí e culminaram na morte de Arthur também inspiraram ideias artísticas para uma peça que Arthur preparava e que é revelado por Lauro em uma entrevista por telefone para Carlos. A conversa entre os amigos já revelava a preocupação de Lauro com a permanência de Arthur na cidade diante do cenário que era apresentado:

Na última e estranha conversa que tiveram, antes que as linhas telefônicas do centro de Blumenau deixassem de funcionar, antes da água toda, antes do rio, de lágrimas, eles discutiram. Lauro queria, melhor, ordenava, que Arthur tentasse sair da cidade o quanto antes, pois tudo poderia piorar, já que a chuva não cessava. Ele se recusava, queria ficar, dizia que estava com ótimas ideias, e que a chuva e também a dança do rio sobre a cidade estavam ajudando na concepção do espetáculo.

— A corda, Lauro, vamos molhar a corda, entendes, uma delas estará seca e a outra molhada, entendes o que eu quero dizer? (Schroeder, 2015b, p. 10)

Em seguida, o narrador Carlos elabora sobre a questão do luto e da representação da morte para quem vive da arte, como Arthur e Lauro, e aqui o cinismo citado por Schroeder (2026) anteriormente é percebido de forma mais evidente. Para tratar da morte de Arthur no desastre, o narrador recorre a Tadeusz Kantor, um artista polonês nascido em 1915 e que percorreu diferentes campos artísticos, atuando como ator, pintor, cenógrafo, escultor, desenhista, entre outros. O que se destaca na trajetória do artista são as vivências: o teatro de Kantor possui uma forte ligação com as artes plásticas e com as vanguardas do século XX, como o Construtivismo, Bauhaus, Dadaísmo, Surrealismo e Expressionismo. Além disso, sua trajetória é marcada por ter desenvolvido sua arte concomitante aos horrores das duas guerras mundiais do século XX, o que o inspirou a explorar o tema da morte, tendo intitulado uma das suas correntes de criação como Teatro da Morte (Cintra, 2012).

Nas elaborações artísticas de Kantor, a tomada de consciência de qualquer morte reforçaria na mente humana a certeza de sua finitude. Diante desse conhecimento, os seres humanos, amparados por seus referenciais culturais, buscaram encontrar meios de aliviar o medo em relação à morte, cercando-se de imagens que a representam, como a cruz cristã. Nesse sentido, a arte como elaboração da mente humana também foi largamente mobilizada para pensar o tema, como forma de o artista encontrar alguma sensação de controle sobre o mundo material e sua realidade (Cintra, 2012).

Buscando consolo diante da consciência de sua finitude, as artes em suas diferentes expressões auxiliaram os seres humanos a construírem imagens que lembram a morte, tornando-a familiar e menos ameaçadora. No entanto, há imagens sobre a morte que antagonizam qualquer sensação de conforto, sendo perturbadoras e causando inquietações, como as imagens da guerra e também dos desastres, e é nesse cenário que Kantor concentra suas manifestações artísticas dentro do teatro (Cintra, 2012). Durante o processo de escrita de “História da chuva”, o autor revela que leu muitas das obras de dramaturgia de Kantor, com peças que pensavam não apenas a narrativa, mas a existência (Schroeder, 2026). Nesse sentido, o escritor percebe como as vivências traumáticas das guerras estiveram intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento artístico de caráter transgressor na Polônia e de certo modo, como isso também poderia ser aplicado ao contexto do desastre no Vale do Itajaí: “Se você observar, historicamente, a Polônia foi massacrada quantas vezes? Guerras de todo lado. A Europa de um lado, a Rússia de outro, os impérios de outro. E eles acabaram desenvolvendo uma arte muito poderosa, muito ligada às transgressões” (Schroeder, 2026). O narrador de “História da chuva” utiliza dessa concepção de Kantor para falar sobre a morte de Arthur, tornando suas as palavras do artista polonês:

“Plantaremos os limites desta fronteira que se chama a condição da morte, porque constitui o ponto de referência mais avançado, e não amenizado por nenhum conformismo sobre a condição do artista e da arte. Só os mortos se fazem perceptíveis (para os vivos) e obtêm assim, por esse preço, o mais elevado, sua singularidade, sua silhueta resplandecente, quase como no circo”, afirmou Kantor em seu manifesto mais famoso.

Confesso que quando soube da morte de Arthur, num primeiro momento, de mesquinhez absoluta, fiquei feliz; pois, quando os bons se vão, sobra espaço para os ratos. E também achava que Lauro merecia sofrer um pouco, para apagar aquele sorriso de realizado dele. A vida, este teatro sem ensaios, onde deus é Beckett (rogai por nós, pecadores, agora e na hora de nossa morte), reservou o lado mais dolorido para Lauro, pois quem morre, realmente, é quem fica. Mas depois uma tristeza irremediável se apoderou de mim e liguei para Lauro. (Schroeder, 2015b, p. 13)

Nesse momento, o narrador chama a atenção para a perspectiva dos que vivem e precisam lidar com o luto de amigos ou familiares que morreram no desastre e como essas experiências são em si traumáticas. O historiador Dominick LaCapra (2023) defende a perspectiva de que o trauma e suas causas são aspectos a serem observados pela história e que não devem ser disfarçados ou negados. As interpretações dos traumas, no entanto, não devem ser resumidas a uma incompreensibilidade essencial, porque estão envolvidos em experiências pessoais e sociais que devem ser levadas em consideração. Os esforços para compreender as origens dos traumas pela perspectiva da história, possibilitam, segundo LaCapra (2023, p. 136), “abrir futuros possíveis e diminuir ou eliminar causas de traumas históricos, como o preconceito, a eleição de bodes expiatórios e as extremas diferenças de riqueza, status e poder”. A perspectiva do narrador sobre o trauma de Lauro e a vivência de seu luto pelo amigo é em seguida estendida para a população do Vale do Itajaí e especificamente, do município de Jaraguá do Sul, lugar de onde o narrador escreve, nos dias que se seguiram ao desastre. O ponto identificado pelo narrador é a criação de um sentimento de fragilidade que parece ser compartilhado por todos os habitantes da cidade

Mesmo com todo o caos, eu costumava caminhar pelo centro da cidade para olhar o rio. Ia com meu guarda-chuva tamanho família (que mesmo assim não evitava que molhasse meus pés) e olhava aquele bloco de água feroz, que lambia e quebrava pequenas árvores nas margens. Chovia ininterruptamente havia mais de dois meses em Jaraguá do Sul: os desmoronamentos eram frequentes, e alguns bairros ficaram incomunicáveis por dias a fio. Sair à rua a pé ou de carro passou a ser uma loteria, pois uma rua que estava alagada num dia, no outro já não estava, e uma rua que até pouco tempo atrás parecia impossível de alagar ficava totalmente submersa.

Sabe-se lá de onde surgiram tantos sapos, em pleno centro da cidade, provavelmente empurrados das encostas dos rios pela fúria das águas barrentas. Treze pessoas morreram num desmoronamento na Rua Ângelo Rubini, no bairro Barra do Rio Cerro, algo que impôs um silêncio orquestrado na cidade. O galpão do Gefa, também na Barra do Rio Cerro, foi alagado e vários projetos técnicos de bonecos e materiais foram danificados. Durante alguns dias as pessoas evitavam falar, diziam apenas o estritamente necessário. Uma tristeza consentida, partilhada. Mil e setecentas pessoas ficaram desalojadas, apenas em Jaraguá do Sul. Em todo o estado, mais de cento e cinquenta pessoas morreram em decorrência das chuvas: a morte estava em toda parte, mas confesso que não pensava muito nela. (Schroeder, 2015b, p. 14-15)

As descrições literárias da paisagem pós-desastre e do comportamento dos moradores de Jaraguá do Sul nos dias que se seguiram às inundações e movimentos de massa atestam o trauma vivido não apenas pelos que foram diretamente afetados, como por todos da comunidade. Nesse trecho, é possível perceber como a construção do desastre é internalizada no cotidiano da sociedade, em que os dias seguidos de chuva têm transformado a paisagem. As

peessoas passam então a lidar com esses fatores, pois a vida e suas demandas cotidianas seguem sem interrupção e aquilo que em um primeiro momento poderia despertar um alarde, como um desmoronamento, torna-se recorrente, o que desencadeia também a perda de sensibilidade para eventos como esses. Nesse processo, os humanos se veem obrigados a lidar com o ambiente e a encarar de frente as consequências de todo o tempo em que explorou a natureza para benefício próprio. Nesse sentido, há uma inversão, não é mais o humano quem controla a natureza, decidindo onde haverá rua, onde será possível o tráfego, a travessia. A água torna-se a nova guia, que determina onde será possível passar e quais áreas ficaram suspensas por mais tempo. E para os humanos, resta apenas aprender drasticamente a lidar com essa nova realidade em que sua fragilidade é exposta.

Do mesmo modo, a “fúria das águas barrentas” aproximam animais como sapos do convívio humano. Afastados da urbanização, essas espécies encontraram em poucos redutos da cidade modos de sobrevivência que também passam a ser ameaçados diante do desastre. E, portanto, são impelidos a retornarem para o espaço urbano, também buscando a sobrevivência. Ao explorarem o ambiente, os humanos contribuem não apenas para o fim de sua própria espécie, como de tantas outras. O narrador reforça como a morte é encontrada em todos os lados, referindo-se particularmente a mortes de humanos. Mas é importante considerar como o desastre culmina na morte de diferentes seres, entre espécies animais e vegetais. O trecho do romance também ilustra as vivências do escritor Carlos Henrique Schroeder durante as temporadas de chuva em novembro de 2008. Ao tratar dos aspectos reais e ficcionais em “História da chuva”, o autor destaca a peculiaridade dos dias que antecederam o desastre e como o comportamento das águas foi destituído da normalidade esperada pelos habitantes do Vale:

A ideia do livro era justamente equiparar a ficção e aquilo que se pode chamar de realidade, que a realidade também não existe. São campos de visão [...]. Existem alguns grupos ali que eu cito, tipo o Giramundo. É um grupo que existe, um grupo que funcionou. Mas o restante, toda a história do Lauro, a história do outro grande titereiro lá, que é a inspiração deles, que ensina, é toda ficcional. E isso me deu muito prazer ao escrever. Me deu muita vontade. E o livro nasce justamente por eu passar muitas coisas que aconteceram durante aquela temporada de chuva que rolou. Não foi brincadeira noventa dias de chuva sem parar. Eu acho que Joinville também teve essa temporada aqui. Não sei se... Mas aqui foi muito difícil, cara. Água escorrendo pela parede, umidade. Eu saía de casa... Um dia era uma rua fechada, no outro dia era outra. A tragédia... Que aconteceu em Blumenau, e aqui do lado teve aquele desmoronamento. Então, foi muito impactante para quem... Mesmo nós, que somos acostumados aqui, temos dois rios aqui, o Itapocu e o Jaraguá... Acostumados, em alguma medida, a cada dois anos o rio subir, pegar uma ou outra rua, isso é normal. Quem vive em cidade com rio é normal. Blumenau nem se fala. Mas foi bem peculiar. Muito diferente. Porque não parava de chover. Com intensidades às vezes baixas, intensidades mais altas. Então, aquilo foi muito marcante para mim. Eu fiquei algum tempo depurando tudo aquilo. (Schroeder, 2026)

Rafaloski et al. (2020) ao analisarem os impactos psicossociais observaram que o desastre de 2008 trouxe transformações profundas no modo de reação da comunidade, especialmente pelo fato de que a associação de inundações e deslizamentos das encostas eram inesperadas até então. A ampliação dos prejuízos e a constatação dos riscos trouxe danos diretos à saúde mental da população. A ruptura da realidade cotidiana possibilitou o trauma e por conseguinte, a desorganização mental de crianças, adultos e idosos, causando uma anulação na continuidade da vida. Conforme descrevem Rafaloski et al. (2020, p. 234), “A intensidade do que é vivenciado é tanta que impede a elaboração de seus conteúdos, podendo aparecer como sintoma o rompimento da articulação entre os afetos”. O impacto psicossocial é ainda mais presente nas famílias com baixas condições econômicas, que não dispõem de recursos próprios para retomar a realidade, fazendo com que facilmente a realidade perca seu sentido.

Desse modo, os autores aproximam a noção de trauma ao contexto do desastre, a partir da denominação de uma síndrome disruptiva. O desastre, portanto, assume o caráter de desorganização, desestruturação e ruptura da vida que até então era vivida. O aspecto disruptivo é ainda considerado relacional porque depende da forma como cada pessoa impactada internaliza o evento traumático: algumas pessoas podem assumir o desastre como parte integrante de sua própria subjetividade, entendendo sua incapacidade para lidar com suas consequências e outras pessoas que podem despertar um sentimento de solidão ou isolamento social (Rafaloski et al., 2020).

A transformação na paisagem familiar também contribui para a ação disruptiva, pois como descreve o narrador Carlos H. Schroeder ao falar das ruas intransponíveis ou da perda dos projetos artísticos do galpão de teatro, ruas e até mesmo bairros inteiros podem deixar de existir por conta dos movimentos de massa. Assim, a transformação na paisagem também desencadeia a ruptura de relações sociais e a perda das referências familiares de quem antes morava próximo (Rafaloski et al., 2020). Segundo Samagaia e Angioni (2009), o desastre do Vale do Itajaí fomentou o sentimento de perda ao de impotência, originando um medo coletivo e no desassossego por parte dos moradores ao verem o céu se cobrir de nuvens e a cada chuva morte, como um lembrete constante das perdas e do sofrimento vivido.

Em “História da chuva”, o trauma de Lauro é notado pelo narrador quando as ligações dão lugar às visitas ao apartamento do dramaturgo. Passando os dias escrevendo, Schroeder nota que Lauro “estava se protegendo, e usava uma máscara para falar de Arthur e dele, como se tudo fosse muito distante, uma história que se passara havia muito tempo” (Schroeder, 2015b,

p. 17). E, posteriormente, notando como o comportamento de Lauro repetia-se todos os dias, atravessando a sala em direção à sua estante de livros, escolhendo um exemplar, retornando ao sofá e depositando o livro ao lado de um copo de uísque e logo em seguida, o choro. O narrador então revela que Lauro recentemente divorciou-se da esposa e que em suas falas, “sempre começava falando dela para enfim chegar no Arthur, num discurso artificial” (Schroeder, 2015b, p. 18). Os objetivos dos encontros entre Lauro e Schroeder são o de recuperar a trajetória de Arthur através das memórias de Lauro sobre o amigo, mas o narrador parece não compreender totalmente a incapacidade de Lauro em desenvolver uma narrativa que Carlos considere de qualidade e à altura de suas obras de dramaturgia, alegando que Lauro parecia um amador (Schroeder, 2015b). Diante disso, Lauro expõe quais as dificuldades que enfrenta após a perda do amigo e do rompimento inesperado em várias áreas de sua vida, incluindo seu casamento.

— O problema é viver das memórias. Elas não salvam nada, nem o presente, e muito menos um casamento. Você pode rememorar um milhão de vezes o nascimento do seu filho, a conquista do seu primeiro imóvel, o momento em que você subiu no altar, e quando vocês superaram a mais dura das adversidades; mas são apenas memórias. Certo dia você acorda e descobre que não tem mais nada para dizer à sua companheira, e nada que ela possa dizer tampouco lhe interessa. Vocês são apenas dois barcos à deriva, rumo ao olho do furacão. E foi assim, assim que estraguei minha vida. Primeiro trai a mim mesmo, depois Arthur e por fim Sandra e meu filho. Sou um traidor, um mal tradutor do que é humano. (Schroeder, 2015b, p. 18)

O desabafo de Lauro é importante à medida em que revela sua vulnerabilidade diante da perda e do desastre, um sentimento que parece ser incompreendido pelo narrador, que apesar de também conhecer Arthur, não mantinha com o titereiro nenhuma relação de afeto. Nesse espaço, o conceito disruptivo conforme proposto por Rafaloski et al. (2020) está instalado, tornando invisível qualquer sentimento de resiliência, como a capacidade de reconhecer os riscos, de preparação e enfrentamento do cenário desafiador. A exposição a experiências traumáticas e desorganizadoras podem ocasionar um adoecimento como desequilíbrio emocional e/ou psíquico. Nesse processo, “a perda e o luto não resolvidos trazem um imenso sofrimento psíquico a essas pessoas” (Rafaloski et al., 2020, p. 235).

Com o passar da narrativa, as histórias dos personagens são exploradas, em pequenos relatos que são capturados pelo narrador, sem necessariamente seguirem uma ordem cronológica. Lauro, aos poucos, relata seu processo formativo no teatro, desde as experiências na infância e nas relações com os pais. Schroeder, em muitos momentos, parece não acreditar nos relatos do interlocutor, que em sua percepção, conta múltiplas versões do mesmo fato. De

todo modo, o exercício de rememorar e de narrar a si mesmo parece causar um efeito positivo em Lauro, ao capturar sentidos para sua vida que pareciam esquecidos no tempo. Assim, as falas sobre o desastre do Vale do Itajaí vão aos poucos dando espaço para outras memórias e narrativas, de tal maneira que os personagens parecem esquecerem, por um tempo, o motivo dos encontros e dos exercícios narrativos que estão desenvolvendo.

Lauro conta sobre a primeira vez que assistiu a um espetáculo de bonecos, ainda criança, na Igreja Luterana de sua cidade, em uma montagem ao estilo Kasperle, de origem alemã e que faz referência ao principal personagem de teatro de bonecos, comumente encontrado na forma de fantoches (bonecos de luva) e marionetes (manipulados por fios) (Sieverdt, 2025), comumente construído em formas desproporcionais. Na narrativa, Lauro recorda como mais do que a história contada, seu encanto foi pelas formas como os bonecos eram produzidos e sua curiosidade em saber como criá-los. De tal forma o interesse foi despertado, que Lauro deixou de esculpir em madeira, atividade que fazia desde muito jovem, para se aprofundar na produção dos bonecos Kasperle para grupos de teatro amadores de sua cidade, até que ele próprio ingressasse em um destes grupos. O envolvimento com a produção teatral também foi crucial para os conflitos com o pai, caracterizado como um “homem duro, um verdadeiro homem do mato” (Schroeder, 2015b, p. 33).

Durante as sessões de conversa com Schroder, Lauro dedica parte do tempo para falar do pai, João. Nesses relatos, Schroeder têm a impressão de se tratar de lendas e daquilo que irá denominar como um “processo de automitificação perpetuada” (Schroeder, 2015b, p. 33), característica que não impede o narrador de ouvir Lauro pacientemente. É a partir dessas conversas que o narrador descobre que João aprendeu com seu pai, avô de Lauro, a arte de esculpir em madeira, acompanhando o pai nas atividades desde os oito anos de idade, primeiro observando e posteriormente, ocupando o cargo de assistente. É nesse tempo remoto que mora a origem do desejo de João para que seu filho seguisse as práticas da família.

As referências culturais desses grupos familiares acompanham também a transformação da paisagem no norte catarinense. Em determinado momento, é revelado que quando criança, João subia nas árvores com um serrote para escolher os melhores galhos que seriam a matéria-prima para as esculturas, mas que conforme os anos foram passando, a paisagem foi sendo tomada por plantações de eucaliptos para fins industriais e para as residências, onde “os ricos gostavam da opulência da árvore naquele tempo” (Schroeder, 2015b, p. 35). O menino João tinha receio de subir nos eucaliptos pela ausência de copas e pela vastidão do solo sempre à vista. Em uma análise visual realizada logo após o desastre de 2008 no Vale do Itajaí, Bacca e

Aumond (2017) constataram que a maioria dos movimentos de massa de maior impacto ocorreram justamente em áreas desmatadas e que foram ocupadas pela presença humana ou serviram para o cultivo de vegetação secundária e plantios homogêneos de espécies exóticas, como *Eucalyptus spp*, bananeiras e *Pinus sp.*. O desmatamento da cobertura nativa combinados com a ocupação irregular das encostas, além de provocarem a instabilidade dessas encostas, erosão ao longo do tempo e movimentos de massa, também cobriram as planícies com sedimentos (Bacca; Aumond, 2017).

A relação entre as florestas de vegetação secundária e a dimensão do desastre analisado sublinham o aspecto social do desastre, ligado a um ideal de desenvolvimento historicamente localizado. No caso da silvicultura em Santa Catarina, intrinsecamente relacionado à fundação das primeiras colônias de imigrantes europeus entre os séculos XIX e XX, em que a floresta era fonte de lenha e de matéria-prima para a construção de casas, móveis e celeiros, além de fornecer insumos a partir da extração, como a erva-mate e o provimento de alimentos (Moretto, 2024). Posteriormente, na segunda metade do século XX, no contexto da ditadura militar, os projetos desenvolvimentistas construídos para o país tinham em pauta não apenas a exploração dos recursos hídricos, discutidos no primeiro capítulo, como o reflorestamento de múltiplas áreas nativas, tendo em vista a exploração para fins econômicos. A historiadora ambiental Samira Peruchi Moretto (2024) observa neste contexto a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), atuante entre os anos de 1967 e 1989 e que previa a promoção do desenvolvimento do setor florestal brasileiro e a proteção da fauna e flora brasileira com a criação de áreas de proteção. Segundo Moretto (2024, p. 11-12)

Com os incentivos econômicos disponibilizados pelo governo, o setor de reflorestamento foi o que teve maior destaque na atuação do órgão ao longo de sua existência, podendo-se considerar que os objetivos ligados à preservação dos recursos naturais ficaram em segundo plano (Cesar, 2010). Estima-se que a área de florestas plantadas tenha aumentado de 500 mil hectares para cerca de 6 milhões de hectares no período, em sua maioria com monoculturas de espécies exóticas, sendo três milhões de hectares plantados somente com eucalipto (*Eucalyptus spp*), dois milhões de hectares com *Pinus spp* e um milhão com outras espécies florestais.

Em “História da chuva”, os ensinamentos do avô de Lauro ao filho, sobre a arte de esculpir a madeira, eram acompanhados de outros saberes, próprios de quem dependia da natureza para sobreviver. Entre esses saberes: como identificar o peso dos galhos por sua extensão e pela espécie de madeira como também pelo esforço exigido para efetuar o corte da madeira, além de observar o comportamento dos animais, reconhecendo o canto dos pássaros e os costumes das cobras, especialmente das que subiam em árvores. Desse modo, é relatado que

o avô de Lauro sentia “um prazer secreto no corte de árvores, uma sensação de poder, a força do braço subjugando a natureza, e, quando o galho ia ao chão, uma sensação de vitória” (Schroeder, 2015b, p. 36). O poderio sobre a natureza que anos mais tarde seria invertido, com as inundações que assolaram o Vale do Itajaí e que revelaram a vulnerabilidade humana.

O desenvolvimento da região despertou outras perspectivas para João, que aos dezoito anos comunicou ao pai que iria deixar o trabalho do corte de árvores para trabalhar na indústria, especificamente na empresa Tigre, fundada em 1941 pelo empresário João Hansen Júnior no município de Joinville, inicialmente atuando na fabricação de pentes, leques e acessórios e a partir da década de 1950, na fabricação de tubos e conexões de PVC. A ruptura com a atividade familiar foi um marco importante na família e que teria reflexos no futuro, quando Lauro também romperia com a vida que conhecia para se dedicar com a produção artística no teatro

Embora parecesse aceitar, nunca digeriu muito bem a traição do primogênito, que trocou a arte de lidar com a madeira pela manipulação de produtos plásticos. Não entendia como João trocara a liberdade de trabalhar em horários alternativos, em meio à natureza, com algo que era realmente vivo, pulsante, como a madeira, por ficar trancafiado num depósito, cheirando plástico oito horas por dia (Schroeder, 2015b, p. 36-37)

Trabalhando em Joinville, João conheceu Sarah, filha de imigrantes alemães que mantinham a Serraria Vogelmann em Pomerode, fundada no início do século XX. Do casamento de João e Sarah e a posterior aposentadoria de Vogelmann, o casal assumiria a gerência dos negócios. Foi neste espaço que Lauro cresceu, com “o ruído cortante da serra como trilha sonora” (Schroeder, 2015b, p. 37). E foi também este o contexto que Lauro quis romper, assim como o pai fizera antes anos com o avô. Dessa vez ingressando em um grupo de teatro e posteriormente mudando-se para Florianópolis, onde ingressaria no curso de artes cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina no final da década de 1980, sob resistência de João, que alertava para que não contasse a ninguém na cidade sobre isso.

Por outro lado, o narrador revela que insatisfeito e duvidoso dos relatos de Lauro, decide ir para a cidade natal de Arthur, onde conseguiria reunir fontes mais confiáveis e não contaminadas pelo presente para “montar parte deste intrincado quebra-cabeça de sua formação teatral” (Schroeder, 2015b, p. 38). É neste contexto que o narrador visita Betim, município de Minas Gerais, a pouco mais de trinta quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte. Na cidade, conhece a loja Sobrossa Tecidos, administrada pelos pais de Arthur durante sua infância e no presente pelo irmão mais velho de Arthur. Foi nesse ambiente que Arthur, ainda criança, sonhou em ser estilista e também onde aprendeu a técnica do crochê junto à mãe, embora logo tenha

abandonado a função diante das piadas feitas pelo pai e irmão. Em Belo Horizonte, na juventude, desenvolveu ainda mais o desejo de viver como estilista, criando a marca de roupas Zaumm, incentivada pelo namorado. O empreendimento logo foi frustrado porque as peças elaboradas e com tecidos refinados não conseguiam clientes que pagassem seu valor. Conforme o narrador destaca.

Esse foi o primeiro embate entre arte e mercado de Arthur, e também a primeira desilusão amorosa do nosso intrépido herói. O fato é que Arthur nunca largou o estilismo, e mesmo no dia de sua morte, com os pulmões cheios de água e olhos esbugalhados, os bombeiros se espantaram com suas vestimentas refinadas. Morreu de costume, calça de linho e sapato (Schroeder, 2015b, p. 40)

E é após esse período, que Arthur se envolve com o teatro de formas animadas, através do contato com o Giramundo Teatro de Bonecos, um grupo de Belo Horizonte fundado em 1971 por artistas plásticos e professores da Universidade Federal de Minas Gerais. No grupo, Arthur desenvolveu sua técnica de desenho, atentando-se para os detalhes exigidos por diversas produções. Primeiro, encantando-se com os bonecos do teatro de sombras, depois por fantoches, além dos bonecos de varas e os de manipulação direta. No contexto do Giramundo, Arthur desenvolveu diferentes técnicas na criação de bonecos, atuando também junto a outros grupos de menor expressão da cidade. Apenas tempo depois decide romper com o Giramundo, buscando alcançar outros patamares na carreira.

É nesse período que se reúne ao marionetista argentino, Raul Molina, que conhecera no contexto das apresentações teatrais. Os dois criam um teatro desmontável, capaz de ser comportado na Brasília 1973 de Arthur e cuja primeira produção foi uma adaptação de Dom Quixote. A produção independente alcançou grande sucesso, percorrendo diferentes ruas das cidades mineiras, mas ao fim de dois anos transitando, Molina faleceu em decorrência do vício em álcool.

Diante do falecimento do mestre, que acredita que “juntos poderiam fazer os maiores espetáculos de bonecos de rua do país” (Schroeder, 2015b, p. 71), o narrador descobre em sua pesquisa que Arthur continuou a apresentar a adaptação itinerante em bonecos de Dom Quixote. No entanto, outro cenário desolador na década de 1990 o fez mudar de direção. A profusão da aids na juventude belo-horizontina condenou muitas vidas à morte, incluindo amigos e ex-namorados de Arthur. As apresentações deixaram de ocupar as ruas: “Na época era impossível viver com a aids, o jogo era simples: definhar e morrer” (Schroeder, 2015b, p. 71-72).

A perda de amigos combinada com a perda da mãe, vítima de câncer, impulsionam Arthur a buscar outros caminhos, o que o levou a apresentar *Dom Quixote* no Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (Fitub). A decisão de permanecer na cidade veio logo em seguida, e então iniciou uma nova fase itinerante do teatro de bonecos, percorrendo várias cidades de Santa Catarina com a Brasília, com apresentações em postos de combustíveis, igrejas, clubes, associações e escolas (Schroeder, 2015b). Nesse percurso com a peça, que Arthur conheceu Lauro, uma relação que é descrita com detalhes pelo narrador, que busca demonstrar ao leitor a complexidade do envolvimento dos dois indivíduos através da arte

Foi numa série de apresentações de *Dom Quixote* em Pomerode, num sábado ensolarado, durante as comemorações de aniversário da cidade, que Lauro viu pela primeira vez o trabalho de Arthur. Pelo menos duzentas pessoas se acotovelavam na Praça Jorge Lacerda para assistir uma das atrações das festividades do município, em cima de um coreto improvisado.

Uma faixa pendurada entre duas árvores anunciava: *Dom Quixote* em bonecos, com Arthur Sobrosa.

Uivos, gritos, palmas. E o cavaleiro errante digladiava-se com moinhos ou com portas fechadas na cara.

Alguns, mais eufóricos e embalados pelos chopes artesanais vendidos em barraquinhas próximas, suspiravam e gritavam, como se aquele fosse o maior espetáculo da Terra.

Lauro esperou todos os curiosos conversarem e baterem fotos com Arthur. Então, timidamente se apresentou como um estudante de Artes Cênicas que estava pesquisando as formas animadas. Seu trabalho de conclusão do curso era um olhar sobre o mamulengo (tipo de fantoche típico do Nordeste brasileiro, especialmente no estado de Pernambuco) partindo de poemas de João Cabral de Melo Neto. Até ali Arthur não se mostrara nada receptivo, e sim um tanto ressabiado, mas quando Lauro disse que fazia bonecos também, de madeira, todas as convenções caíram, e a conversa evoluiu rapidamente. Lauro ajudou Arthur a desmontar a estrutura do espetáculo e, quando guardaram a última parte na Brasília, já estavam em plena sintonia, contando piadas sobre bêbados e os possíveis estragos que porções generosas de chope, chucrute e joelho de porco podem causar nos desavisados. (Schroeder, 2015b, p. 83-84)

No decorrer do exercício de Carlos H. Schroeder em recontar a trajetória de Arthur e o envolvimento com Lauro no teatro de bonecos, o que se observa em “História da chuva” é uma metaficção, que se utiliza das inundações de 2008 e da morte de Arthur como elemento que dará início a jornada do herói. Aqui, a escolha por *Dom Quixote* de La Mancha do espanhol Miguel de Cervantes como a obra central para o despertar criativo de Arthur e Lauro não é aleatória. A narrativa da obra clássica está entrelaçada na própria história de Arthur, que busca na expressão artística uma forma de se expressar e destacar socialmente, assim como Alonso

Quixano almeja pela fantasia realizar grandes feitos. A arte, nesse sentido, cumpre para o personagem uma função social definida. Do mesmo modo, como recontar a história desse homem que morreu no desastre cumpre para o narrador e para o Lauro, a função de não deixar esquecida as contribuições de Arthur para o teatro. E novamente, como a escrita de “História da chuva” manifesta a intenção de registrar pela literatura o que foi o desastre socioambiental do Vale do Itajaí. Assim, o escritor compreende os propósitos em escrever ficção.

O compromisso do ficcionista é entregar um prédio cheio de janelas para os leitores encontrarem suas próprias paisagens e terem ali algum momento de reflexão ou de entretenimento ou de desespero, o que seja. Então, eu tive que pegar esses estilhaços todos, históricos, geográficos, pessoais, e botar de pé, fazer uma colagem (Schroeder, 2026)

Antonio Candido (2006) ao tratar do espaço da literatura na sociedade, irá defender que a grandeza de uma obra está relacionada a sua intemporalidade e universalidade, e estas relacionadas a função social que são capazes de exercer, suprimindo sua ligação a um momento e espaço determinados. Ao relacionar o desastre socioambiental e a vivências nas produções artísticas, é possível observar que “História da chuva” cumpre com essas intenções. Como destaca Candido (2006, p. 79), “as manifestações artísticas são inerentes à própria vida social, não havendo sociedade que não as manifeste como elemento necessário à sua sobrevivência”. Esse entendimento está exposto na trajetória de Arthur recontada por Lauro e Carlos H. Schroeder, tanto quanto pelo próprio autor. E aqui autor e personagens interligam-se:

O seu caráter mais peculiar [das manifestações artísticas], do ponto de vista sociológico, com importantes consequências no terreno estético, consiste na possibilidade que apresentam, mais que outros setores da cultura, de realização individual. Isto permite, ao mesmo tempo, uma ampla margem criadora e a possibilidade de incorporá-la ao patrimônio comum, fazendo do artista um intérprete de todos, através justamente do que tem de mais seu. (Candido, 2006, p. 80).

A realização individual, de que trata Candido, é notada no desejo de Arthur de impulsionar suas criações para outros e maiores públicos, como atesta o narrador ao dizer que Arthur “queria fazer algo relevante” (Schroeder, 2015b, p. 86) e “poder criar espetáculos que realmente testassem seus limites como ator-manipulador e diretor, enquanto Lauro queria se testar como dramaturgo e como bonequeiro” (Schroeder, 2015b, p. 86). Desse modo, a narrativa busca demonstrar como ambos os personagens convergem em seus propósitos, o que destaca ainda mais o luto de Lauro após a perda do amigo no desastre. Arthur e Lauro desejavam “fugir de fórmulas estabelecidas e criar suas próprias regras na animação, sair de todas e quaisquer

zonas de conforto. Para eles, teatro é sobretudo risco, a todo instante, na escolha dos bonecos, dos personagens, da abordagem, dos movimentos, das palavras” (Schroeder, 2015b, p. 94).

Foi da comunhão desses desejos, que os dois amigos fundaram o seu próprio grupo de teatro de bonecos, utilizando as instalações de um antigo rancho dos avós maternos de Lauro. Naquele ambiente, os dois desenvolveram textos e bonecos originais que correspondiam aos seus anseios de se destacar pela arte. O narrador revela que no tempo em que atuaram juntos, Arthur desenhou e projetou vinte e cinco bonecos, que seriam expostos em agosto de 2009, meses após a morte de Arthur no desastre, no hall do Teatro Municipal de Pomerode, em uma homenagem póstuma ao artista.

As sessões de conversas entre Lauro e Carlos foram interrompidas de maneira abrupta pelo primeiro. Carlos apenas recebeu a instrução para que não citasse seu nome nem do grupo que ele e Arthur haviam criado, o que não foi cumprido já que a própria narrativa é fruto das conversas que o narrador manteve com Lauro após o desastre. Como o narrador revela no final: “Eu sabia entrar na alma dos meus personagens, mas não era capaz de entender as pessoas que estavam ao meu redor. Esta é a história de Lauro e Arthur, mas também a minha, de Melissa e de Deborah, e de nenhuma maneira é a história da chuva” (Schroeder, 2015b, p. 153). Nesse trecho, o narrador alude a uma tentativa de distanciamento do ambiente e particularmente, das chuvas que culminaram na morte de Arthur. Distanciar-se, nesse sentido, também cumpre com o esforço de retomar um certo controle sobre a realidade que é perdida diante do desastre.

Colocar-se “fora desse mundo” destruído, isolar-se, o que também pode significar uma tentativa de isenção perante o ocorrido. Afinal, em nenhum momento o narrador considera que o desastre que culminou na morte de Arthur tenha, de uma forma ou de outra, a contribuição humana, a influência dele próprio. Nesse sentido, a visão do personagem reflete uma perspectiva comum aos desastres no imaginário social, ou seja, de que se trata de uma calamidade natural, de um desastre que foge de qualquer responsabilidade humana. O final da narrativa conduz ao início, onde o desastre do Vale do Itajaí recebe novamente destaque, desta vez com as reflexões do próprio narrador, que compreende que o desastre que tirou a vida de Arthur não pode se sobressair sobre a história da artista, como de nenhum outro indivíduo.

Carlos também revela uma visão holista acerca do ambiente ao refletir que “desde os primórdios, os animais de toda espécie correm atrás da chuva, da água, e sempre quando somos tocados pela chuva, tal qual títeres, somos conduzidos para além de nosso próprio desejo” (Schroeder, 2015b, p. 154). A reflexão parece simular a história do Vale do Itajaí, com o rio sendo o grande condutor das primeiras ocupações e posteriormente do ideário de

desenvolvimento implantando em todo o vale. Da mesma forma, como as águas que possibilitaram o crescimento da região, também marcaram episódios trágicos na história dessas comunidades, resultado de uma série de fatores, incluindo a ação exploratória dos humanos. Ao sair na chuva e aproximar-se do rio, o narrador continua:

O rio estava ali, a poucos metros dos meus pés. Somos todos chuva, sobre a terra. Observei por um bom tempo aquela massa compacta de água barrenta que friccionava outra massa. Arthur não sobreviveria numa correnteza dessas. Mas mesmo assim fiquei imaginando ele indo e voltando, de uma margem à outra, com precisão e graça, com a verdadeira volúpia de quem sabe nadar, com a postura correta, com o corpo deslizando, a cabeça imersa. Nadando até cansar, até sentir que o corpo pertencia àquela água, até ter vontade de não viver mais, de seguir a correnteza, como fez Virginia Woolf, até ter vontade de sumir da história, da sua história, de todas as histórias. (Schroeder, 2015b, p. 154-155)

A imagem de um pertencimento à água, de um controle sobre a situação, em que Arthur nada de forma harmoniosa nas águas é imaginada pelo narrador logo após ele próprio associar a água à morte. Descendo um barranco escorregadio, o autor imagina que com um mínimo descuido, poderia ser levado pelas correntezas, marcando o seu fim (Schroeder, 2015b). Uma relação harmoniosa com a água, e com o ambiente como um todo, parece estar restrita apenas à imaginação do narrador, que em sua vista apenas consegue vincular a água ao sofrimento. O que Carlos H. Schroder desconsidera em suas reflexões, é como a morte de Arthur e de tantos outros no desastre do Vale do Itajaí foram resultado dos percursos da urbanização e exploração ambiental na região, discutidos no início deste capítulo. Um processo que continua a ocorrer e que tem caracterizado um ecocídio, uma destruição massiva dos ecossistemas (Marques, 2018). Acerca desse movimento, o historiador Luiz Marques (2018) aponta como o ecocídio nos ecossistemas de água doce é fulminante em razão da sua vulnerabilidade à exploração humana, com a pesca, a poluição e as interferências na hidrografia com grandes construções.

Mesmo diante de desastres como o vivenciado no Vale do Itajaí, a poluição e a destruição hidrográfica ainda são defendidas por alguns grupos com o argumento de que este é um preço razoável a ser pago diante da possibilidade de desenvolvimento e crescimento urbano, gerando prosperidade para vários setores. No entanto, como aponta Marques (2018) e como a experiência no Vale do Itajaí têm demonstrado, a curva da relação custo ambiental versus benefício econômico do capitalismo está irreversivelmente em fase negativa, já que as consequências dessa destruição são impagáveis já para as gerações presentes, que sentem e vivenciam os impactos dessas ações. O desastre socioambiental narrado em “História da chuva”

está estritamente relacionado ao processo de urbanização, ainda que os personagens do romance não captem de forma direta essa associação.

O final do romance em que o narrador traça uma relação direta entre o desastre e a perda da história, aqui tratada na sua pessoalidade, ilustra a noção de uma paisagem do medo, conforme apresentada por Tuan (2006) e que é despertada com o desastre. A abordagem ambiental está exposta no romance, à medida em que percorre tanto os processos de modificações na paisagem com o desastre, como as consequências psicológicas despertadas pelo luto e por um sentimento de tristeza compartilhado. A narrativa também expõe como facilmente as vítimas do desastre são resumidas a índices, sendo esvaziadas de suas histórias, especialmente pela abordagem midiática. Essas pessoas são resumidas pelo seu fim. Além disso, de forma implícita, a narrativa expõe os significados atribuídos aos rios. O processo de colonização e posterior urbanização no Vale do Itajaí destinou aos rios uma função utilitarista, servindo ora como fonte de alimento e demarcação, ora como fonte para a geração de energia com a construção de usinas hidrelétricas. No entanto, os rios do Vale, como o rio Itajaí-Açu, também foram percebidos em muitos momentos da história como obstáculos para o desenvolvimento, resultando em sua massiva degradação e no represamento de suas águas, dando lugar à urbanização.

O que se pode observar, neste caso, é que a relação com o rio no Vale do Itajaí reflete uma perspectiva mais ampla, ligada à colonização no Brasil. Freyre (2013), por exemplo, quando publicou o livro “Nordeste” em 1937 já denunciava como as monoculturas da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro tornaram as águas dos rios verdadeiros mictórios de caldas fedorentas das usinas de cana, sacrificando as vidas marinhas em prol do sucesso econômico (Freyre, 2013). Processo que ocorreu, por exemplo, no rio Goiana, em Pernambuco, onde o cheiro de peixes podres misturava-se ao cheiro das frutas podres nas margens dos rios (Freyre, 2013).

O sociológico reflete como a relação com o rio foi transformada a partir de sua exploração, onde os rios foram continuamente humilhados, contrapondo os tempos em que os rios eram ambientações para conversas noturnas nas pontes e nos cais, tempos transformados em memórias de um passado dos rios e que são desacreditadas por aqueles que não viveram esses tempos (Freyre, 2013). A exploração dos rios no Nordeste pela atividade da cana-de-açúcar tornaram-os secos e sem dignidade, sendo prostituídos. Neste cenário, Freyre aponta como esses mesmos rios explorados são os que a qualquer momento se revoltam, engolindo tudo o que encontram às suas margens, incluindo as casas dos pobres (Freyre, 2013), obrigados

a viverem nos locais mais vulneráveis. Esta é uma imagem do país nos séculos XVI e XVII que parece persistir ao longo do tempo. Assim, a cana-de-açúcar vai dando lugar a outros elementos, a outros propósitos e lógicas de exploração econômica, enquanto os rios permanecem a serem vistos em sua condição utilitarista, destituídos de sua dignidade. É um processo que se observa também no Vale do Itajaí, enquanto as revoltas dos rios refletem cada vez mais as explorações às quais são submetidos. A ocorrência dos desastres também expõe os grupos mais vulneráveis, revelando a crueldade humana, que persiste mesmo após a experiência do desastre. Pensando os anos que se seguiram ao desastre de 2008, o escritor Carlos Henrique Schroeder reflete que:

Os grupos mais vulneráveis continuam praticamente os mesmos, e a vulnerabilidade não foi sanada. Ao mesmo tempo que a gente consegue expor essa questão da vulnerabilidade, a gente consegue ver a canalhice. Tem relatos de pessoas cobrando para passar nos terrenos, lá em Blumenau, na época da enchente, aqui também. O que acontece? Quando... As grandes tragédias expõem as grandes canalhices humanas, então é quando você consegue ver. (Schroeder, 2026)

Em “História da chuva”, contar a história de Arthur pela perspectiva de quem conviveu com ele corresponde a um desejo de resiliência de Lauro e também do narrador, frente ao desastre, buscando significar a perda através da história de quem partiu. Nesse sentido, a literatura nesse romance pode atuar como uma singular lição para a produção de um ambiente socialmente resiliente não apenas no Vale do Itajaí, como em outros lugares em que os desastres socioambientais tiveram consequências e condições similares. Como reflete o escritor, nesse âmbito, a literatura pode ser compreendida como o conhecimento pela imaginação, alcançado pela mediação que é feita para a vida de outras pessoas (Schroeder, 2026).

Nesse exercício imaginativo, em que se respira e se vive com o personagem (Schroeder, 2026), transforma-se a própria perspectiva sobre o mundo, compreendendo o sofrimento de outras pessoas e vivendo aquilo que não seria vivido de outra forma, não fosse pela imaginação. Schroeder (2026) identifica na literatura o acesso a um grande catálogo de humanidade, onde estão registrados, pela ficção, sofrimentos, sonhos, frustrações, delírios de uma época, delírios de grandeza e de morte. Portanto, é possível entender que “História da chuva” contempla esses aspectos ao abordar o desastre socioambiental do Vale do Itajaí. A ficção, imbuída de sua função social, não apenas pode retratar realidades, como indicar caminhos para lidar com o presente que é construído e vivenciado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese apresentada buscou compreender como narrativas literárias podem ser mobilizadas como fontes para a História Ambiental para pensar a produção e a experiência do desastre socioambiental em uma história global. Para a análise dessa questão, foram investigados três romances literários que abordam em suas narrativas, eventos de desastres socioambientais: o terremoto de Ancash em 1970, na costa peruana e a construção e operação da UHE Belo Monte, no Pará, presentes na narrativa de “Maria Altamira”; o ciclone Idai que atingiu o sul moçambicano em março de 2019, abordado no romance “O mapeador de ausências” e, por fim, as inundações e movimentos de massas ocorridos em decorrência de altos índices pluviométricos no Vale do Itajaí em 2008, abordado no livro “História da chuva”. A análise destes textos literários foi desenvolvida a partir de um olhar amparado pela História Ambiental, buscando identificar os entrelaçamentos entre história e ficção e a construção de noções de paisagens literárias diante dos eventos de desastres.

A partir da análise do conjunto de obras literárias, foi possível aferir que os textos foram construídos tendo como referência não apenas os eventos de desastres, como as vivências dos seus respectivos autores, suas experiências de vida antes e após desastre, o conjunto de leituras que os formaram e suas perspectivas acerca dos objetivos da literatura. Em “Maria Altamira”, é possível compreender que a narrativa construída por Maria José Silveira apenas foi possível a partir de sua vivência no Peru, no período em que viveu no exílio junto ao seu marido e quando teve o primeiro contato com os vestígios da cidade soterrada pelo terremoto de Ancash. Do mesmo modo, quando a partir da observação da janela de seu apartamento, visualizou uma manifestação indígena contrária à UHE Belo Monte e que despertou seu desejo de compreender mais sobre este caso, inspirando uma viagem até o Xingu. Para além disso, experiências advindas da sua formação, do contato direto com questões políticas, a partir da atividade profissional do pai, fomentaram em Maria José, um olhar sensível para o mundo no seu entorno.

Em “O mapeador de ausências”, a relação de Mia Couto com o desastre é amparada pela relação do escritor com seu falecido pai. A análise do romance possibilitou identificar diversos pontos comuns entre vida e ficção. Em um território onde a ocorrência de desastres denuncia a cada novo evento, os níveis de vulnerabilidade vividos por seus habitantes, a busca pela memória torna-se um importante movimento de resistência. No romance, essa busca é exemplificada quando o autor opta por relacionar a espera pelo ciclone Idai, nas semanas que

antecederam o mês de março de 2019, com o período que antecedeu a consagração da independência moçambicana em meados da década de 1970. A decisão do personagem em permanecer na cidade, mesmo avisado sobre a aproximação do fenômeno, ilustra a ideia de lutar contra o apagamento das violências cometidas pelo Estado colonial.

O romance “História da chuva” também evoca muitas das vivências do escritor Carlos Henrique Schroeder. Nascido e criado em Trombudo Central, uma pequena cidade do Vale do Itajaí, o escritor desde tenra idade teve contato com as transformações da paisagem em decorrência dos processos de desenvolvimento e urbanização ocorridos neste território. Essas experiências, aliadas com os meses que precederam o desastre do Vale do Itajaí, onde o escritor relembra da singularidade do evento, possibilitaram a construção de uma narrativa sensível. A análise do romance possibilitou compreender como o escritor desenvolveu pelo texto uma paisagem do medo, onde a vivência do luto e a melancolia, em muitos dos casos, orientam os dias subsequentes ao desastre, particulado, quando são ausentes no interior das comunidades, os mecanismos de resiliência para lidar com as consequências de eventos dessa dimensão.

Mobilizar as obras literárias para uma análise pela História Ambiental, para além da possibilidade de entrever no texto ficcional, elementos do vivido, ou o que Piglia (1986) denominou de zonas indeterminadas, permitiu identificar como se deu o trabalho de escrita e os sentidos que foram atribuídos aos desastres, também estas construções da mente humana. Nos três romances analisados, foi possível compreender que as intenções dos respectivos autores, além de exercerem sua identidade como ficcionistas, foi a de destacarem os casos de desastres, contribuindo para que não sejam esquecidos ou naturalizados pela sociedade. É nesse sentido, que as obras analisadas operam na construção de paisagens literárias, uma vez historicamente amparadas, as narrativas articulam no texto a transformação da paisagem ao longo do tempo, especialmente com gerência humana sobre o ambiente pautada em bases coloniais, o que, nestes casos, possibilitou as condições para a ocorrência dos desastres.

Os aspectos sensíveis de observação que pautaram a produção de paisagens literárias por esses autores, mobilizando suas experiências pessoais nesse movimento, demonstram que em cada um dos casos é presente a política do ciclone colonial de que trata Malcom Ferdinand (2022). Nos casos discutidos, observa-se a ausência de qualquer neutralidade, ao revés, os desastres serviram para a manutenção das desigualdades que foram historicamente produzidas nesses espaços, lembrando injustiças passadas. No caso de Belo Monte, os grupos originários e beiradeiros, que ao longo de séculos foram postos em um espaço “fora do mundo”, foram os primeiros a sentirem e conviverem com os impactos da construção da usina hidrelétrica. As

suas vozes foram por vezes abafadas pelos agentes detentores de poder na região, que viram nessas vidas e nas outras vidas animais e vegetais, sacrifícios adequados para o desenvolvimento perseguido.

No caso de Moçambique, a experiência do desastre revelou como os diferentes grupos que compõem essa sociedade foram historicamente tratados como descartáveis e massas de manobra à serviço do poder. Usados pela empresa colonial portuguesa e posteriormente, pelo partido que assumiu após a independência, esses grupos foram estrategicamente fragmentados, seus conhecimentos tradicionais apagados, produzindo um desastre ininterrupto, na qual a dupla fratura da modernidade (Ferdinand, 2022) se faz presente. Caso similar é observado no Vale do Itajaí, onde grupos marginalizados historicamente, delegados aos espaços mais fragilizados na composição das cidades, são também os primeiros e em muitos casos, os únicos a sentirem os impactos irreversíveis do desastre, dispondo obrigatoriamente suas vidas para a manutenção de outras vidas.

A política do ciclone colonial possibilitou compreender os casos de desastres pela perspectiva da História Ambiental Global. Para tanto, os casos apontaram que os desastres mantêm uma relação profunda com o eurocentrismo e, particularmente, com os modos de habitar o mundo, em que algumas vidas são postas como mais importantes que outras e em que o humano é colocado como ser dominador do ambiente. A análise em uma dimensão micro, observando cada desastre individualmente, sublinhou a relevância de se pensar o local para entender o passado global, na proposta de Conrad (2019). Nesse caso, o desastre foi tomado como ponto de partida da análise, guiando o olhar para além das fronteiras políticas e revelando como os impactos e a gerência realizada sobre os desastres estão integrados. Desse modo, as experiências de desastres em cada um desses espaços demonstram os aspectos relacionais de vulnerabilidade e poder que operam nessa grande casa que é a Terra.

O primeiro capítulo abordou o romance “Maria Altamira”. Para tanto, foi demonstrado, em um primeiro momento, como a noção de desastre foi historicamente construída e articulada por diferentes áreas de investigação. Em muitos momentos, sendo associada a razões exclusivamente externas ao domínio humano, incluindo justificativas mítico-religiosas, que viam na ocorrência de desastres, formas de punição para a vida humana. Com o desenvolvimento das ciências, esses discursos perderam espaço, embora exemplos contemporâneos, demonstram como ainda existam tentativas de imputar aos desastres, razões mítico-religiosas. Também foram discutidas as diferentes noções de vulnerabilidade, características sociais que possibilitam a ocorrência dos desastres. Em mais de um caso, é

possível perceber a combinação de mais de uma categoria de vulnerabilidade em um mesmo contexto.

Na sequência, é tratada a trajetória de Maria José Silveira até a publicação do romance “Maria Altamira”, nessa etapa também foi analisada a entrevista realizada com a autora a partir da metodologia da História oral, em que foi possível capturar nuances atribuídas ao texto que não poderiam ser percebidas com apenas com a análise de conteúdo. Em seguida, foi apresentado o histórico do projeto da UHE Belo Monte, desenvolvido no âmbito da ditadura militar brasileira e que viria a tomar forma no período democrático. A análise do romance também possibilitou identificar as noções de desastres que foram articuladas pela autora.

No romance de Maria José Silveira, a personagem Maria Altamira compreende desde cedo que a degradação ambiental na Volta Grande do Xingu é consequência da construção da usina. Assim, há uma clara associação do desastre com o tratamento que alguns grupos humanos, particularmente os envolvidos diretamente no projeto da UHE, dispõem sobre o ambiente. Para a personagem, é evidente o aspecto socioambiental do desastre. De todo modo, Maria José faz questão de complexificar essa compreensão, ao construir personagens que mesmo inseridos na paisagem do Xingu, tendo crescido e vivido boa parte de suas vidas, veem na construção da UHE, uma possibilidade de ascensão social. Neste caso, Maria José intenta ilustrar como o ambiente é, em muitos casos, disposto como um preço a ser pago para o alcance de um desenvolvimento forjado.

O segundo capítulo abordou o romance “O mapeador de ausências” de Mia Couto. Em um primeiro momento, foi investigada a relação de Moçambique com eventos de desastres socioambientais. As condições ambientais e geográficas do país tornaram Moçambique um território vulnerável a essas ocorrências, especialmente eventos atmosféricos, em virtude da aproximação com o Oceano Índico. No entanto, como foi demonstrado, os desastres tornaram-se mais destrutivos em razão das condições de vulnerabilidade presentes no país e que foram projetadas a partir da experiência da colonização portuguesa até meados da década de 1970. A violência infligida às comunidades locais teve como alvo as diferentes culturas e ambientes, em prol do desenvolvimento e enriquecimento da metrópole. A experiência colonial reduziu drasticamente a capacidade de resiliência dessas comunidades, que mesmo após o fim do período colonial, vivem as consequências do período, demonstradas nas fragilidades das estruturas administrativas e no rompimento de vários de seus saberes tradicionais.

Ainda no segundo capítulo, foi abordado o processo de independência em Moçambique, considerando a relevância desse momento histórico no âmbito da narrativa de Mia Couto. Nesse

sentido, foi possível compreender que o processo de independência, como havia sido o período colonial, aproximou-se de um desastre, à medida em que desarticulou as diversas identidades culturais presentes no país, degradou o ambiente para fins econômicos e rompeu com laços comunitários em prol da produção de uma unidade nacional. A discussão também possibilitou visualizar como diversas violências cometidas pelo Estado colonial em seus últimos suspiros foram abafadas das narrativas oficiais. É o caso abordado das caixas de um fundo documental descoberto em 2025, onde são revelados os crimes cometidos pela Polícia Política portuguesa durante os anos de guerra que antecederam a independência.

A referência às caixas que protegem, ao mesmo tempo que escondem fragmentos importantes de uma história desconhecida, traz conexões diretas com o romance de Mia Couto, quando o protagonista desta história recebe uma caixa que guarda registros importantes sobre o passado do seu pai e do país. O ciclone que se aproxima representa também a ameaça de perder os últimos vestígios de memória de um passado, que por muitos motivos, é desejado que seja esquecido, como o massacre de Inhamitanga.

Em seguida, é traçada a trajetória literária de Mia Couto, cotejada com diferentes aspectos de sua vida pessoal, já que o autor teve uma atuação muito próxima do processo de independência, como também no período que sucedeu a chegada do ciclone Idai em março de 2019, quando o romance já estava sendo desenvolvido. A última parte que compõe este capítulo analisa o romance “O mapeador de ausências”. No romance, assim como em “Maria Altamira”, foi possível identificar distintos sentidos atribuídos ao desastre. Destaca-se os conhecimentos demonstrados nas falas de vários personagens de que os fenômenos, como ciclones, são resultado dos modos de habitar a terra.

Há, nesse sentido, referências importantes à poluição dos rios da Beira, como o Chiveve, contaminados pelo processo de urbanização orientado pela colonização, assim como a derrubada de árvores e a construção de moradias em solos argilosos. São essas as áreas destinadas às populações mais vulneráveis. No âmbito dos saberes tradicionais, há conhecimentos que são despercebidos por aqueles que não integram a comunidade, como o anúncio da chegada do ciclone demonstrado pela morte sem explicações do pássaro kondo. Saberes estes, que também foram desarticulados pela presença colonial e mesmo depois, pela atuação da Frelimo nos anos que se seguiram à independência. Nesse sentido, o ciclone é inserido na narrativa também como símbolo da independência anunciada na década de 1970, ou seja, o anúncio de uma transformação iminente para todos, capaz de gerar muitas movimentações, mas sem que exista, de fato, algum preparo para sua chegada. A

independência, tal qual o ciclone, atua como esse personagem invisível, sempre à espreita, e de forma recorrente tomado como tema das conversas mais cotidianas. Sua chegada, à exemplo dos ventos que arrancam tudo que veem pela frente, sem que se conheça o destino, é o símbolo de uma sociedade que se percebe obrigada a ser reorganizada, sem referências ou parâmetros que possam guiar esse movimento e que, portanto, gerenciada de forma equivocada, é capaz de dar espaço para um novo desastre.

O terceiro capítulo abordou o romance “História da chuva”. Em um primeiro momento, foi discutido o processo de ocupação e colonização europeia na região do Vale do Itajaí, destacando como as características desse processo, permeadas pela degradação ambiental e pelo uso dos rios como recursos econômicos, contribuíram para a criação de contextos de vulnerabilidade na região. Assim como na discussão de “O mapeador de ausências”, a região do Vale do Itajaí é geograficamente suscetível a sofrer com fenômenos climáticos adversos. No entanto, o desempenho da atividade humana na região tornou o Vale do Itajaí mais vulnerável a estes eventos, ocasionando os desastres. Incluem-se nesse processo, a ocupação de áreas de risco por grupos que, na ausência de políticas habitacionais do poder público, se veem obrigados a conviverem diariamente com os riscos. A discussão desse processo também demonstrou como a frequência de eventos climáticos adversos contribuiu para uma naturalização dos desastres no meio social.

Ainda no terceiro capítulo, foi discutida a trajetória do escritor Carlos Henrique Schroeder. Nesse momento, a produção e análise de uma entrevista com o autor a partir da metodologia da História Oral contribuiu para preencher lacunas de sua trajetória, que não puderam ser investigadas por outras fontes, além de captar os sentidos atribuídos pelo autor ao texto de seu romance, particularmente com o distanciamento temporal desde sua publicação e a percepção do autor de que o romance tem sido mais procurado e lido nos últimos anos. Adiante, foi realizada a análise de “História da chuva”, o que possibilitou compreender que o desastre socioambiental é tratado neste texto literário de forma distinta dos romances anteriores.

Enquanto “Maria Altamira” e “O mapeador de ausências”, o desastre é presente em praticamente todo o texto, em “História da chuva”, o desastre é tratado como o mobilizador para a condução da história dos personagens, em que temas como solidão, luto e viver da arte ganham espaço. No entanto, as consequências do desastre se fazem presente pela forma como os personagens e, particularmente, o narrador, optam por conduzir a narrativa. O que se destaca na análise é a percepção da necessidade de resiliência para que a vida continue após o desastre. No texto, os personagens não constroem associações diretas entre a ingerência humana sobre o

ambiente e a ocorrência dos desastres, aproximando-se mais da noção de um desastre como consequência da manifestação da natureza.

No entanto, a descrição de paisagens do medo pelo autor demonstrou que essa desassociação não é fruto de acaso, ao revés, em muitas situações, representa as formas como indivíduos percebem os desastres. Esse entendimento é exposto nas descrições do passado do personagem, onde é narrado como a produção de monoculturas de *Eucalyptus sp* propiciou a devastação da paisagem ou como diante das chuvas de 2008, a tomada das ruas pelas águas propiciou um sentimento de incerteza e medo na população.

O conjunto de obras literárias, a partir de suas análises individuais, possibilitou compreender como os diferentes contextos de desastres são acionados pela escrita literária empenhada por autores que possuem proximidade com o evento, seja por serem integrantes da comunidade afetada ou por manifestarem interesse sobre o tema. Em todos os casos, a autora e os autores destacam seu compromisso como ficcionistas, manifestado pelo desejo de uma liberdade criativa para imaginar situações, criar personagens e descrever cenários. De todo modo, e ainda no âmbito do compromisso como ficcionistas, essas narrativas possuem uma potente ligação com a História, por evidenciarem eventos de desastres e por se preocuparem em conduzir um olhar sensível sobre essas memórias. Os romances que abordam desastres socioambientais, como os analisados nesta tese, contribuem para a sociedade por manterem em evidência os casos de desastres, provocando reflexões sobre os motivos que os desencadearam e as formas como os grupos atingidos lidam com esse cenário, além de retratar as transformações da paisagem ao longo do tempo.

Nesse sentido, esta pesquisa contribui para o campo da História Ambiental, à medida que discute como textos literários podem ser mobilizadores e mobilizados para o aprofundamento e compreensão de temas sensíveis e difíceis como são os desastres. Dessa forma, a tese apresenta-se como um caminho possível para investigar o tema, nas suas apreensões sobre as transformações da paisagem, pelas atribuições que são realizadas ao ambiente e pelos sentidos associados aos desastres e que são construídos pela ficção. A tese também possibilitou a compreensão de que os casos de desastres discutidos não são neutros e estiveram envolvidos por intenções políticas e estratégicas, que se utilizaram dos desastres para promover a manutenção de seu poder, dando continuidade a um sistema de desigualdade social e de intensificação dos cenários de vulnerabilidade.

A literatura, portanto, têm muito a contribuir para o trabalho desenvolvido por historiadoras e historiadores ambientais, não apenas como fontes complementares, mas como

elementos principais de análise. A pesquisa aqui apresentada buscou demonstrar essa possibilidade. Também se destaca a viabilidade para a condução de pesquisas futuras que possam apresentar outros resultados relevantes ao campo, como, por exemplo, compreender as recepções das obras literárias analisadas, caracterizando os perfis de leitores que entraram em contato com esses textos e como a experiência de leitura pode ou não contribuir para a construção das percepções individuais e coletivas acerca dos desastres. Estes são caminhos a serem percorridos.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLI, Cláudio. **Amazônia/A Batalha de Altamira**. Manchete. 11 mar. 1989. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/44884_20180301_111957.PDF. Acesso em: 30 out. 2024.
- ACOSTA, Virgínia García. Enfoques teóricos para el estudio histórico de los desastres naturales. In: MASKREY, Andrew. (org.). **Los desastres no son naturales**. Lima: La Red, 1993. p. 128-137
- ADÃO, Everson Felipe. **Colonização, trabalho e litígio: a construção da Estrada Blumenau - Curitibaanos**. 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. cap. 6. p. 155-202
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39>. Acesso em: 31 out. 2024.
- ANANIAS, Alana Moreira. **Impactos ambientais de construção e operação de Usinas Hidrelétricas Reversíveis no Brasil**. Orientador: Rodrigo de Almeida Mohedano. 2022. TCC (Graduação) - Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237676>. Acesso em: 12 set. 2024.
- ANDRETA, Bárbara Loureiro. Respiración artificial: autoritarismo e ditadura no romance argentino contemporâneo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e44541/40078>. Acesso em: 12 set. 2024.
- AUMOND, Juarês José; SANTOS, Gilberto Friedenreich dos. Aspectos geológicos e geomorfológicos do Vale do Itajaí e a vulnerabilidade aos desastres ambientais. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 57-71
- AUMOND, Juarês José; BACCA, Lauro Eduardo. Vegetação, meio ambiente e os desastres. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 73-89

BACCA, Lauro Eduardo; AUMOND, Juarês José. Vegetação, meio ambiente e os desastres. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 73-89

BANKOFF, Greg. **Cultures of disaster**. Society and natural hazard in the Philippines. London: Taylor & Francis e-Library, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Revista Cadernos do Tempo Presente**, v. 11, n. 2, p. 3-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BECKEDORFF, Frederico Ferrarezi; PEIXER, Keila Tyciana. Desabrigados, deslocados e reassentados: estratégias, ações governamentais e políticas públicas habitacionais pós 2008. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 263-275

BELO Monte - Anúncio de uma guerra. Direção: André D'Elia. Produção de Cinedelia Produções. Brasil. 2012. Prime Video.

BENTIVOGLIO, Julio; ANDRADE, Kelly Alves. **História & Literatura: o uso de obras literárias como fontes históricas**. Vitória: Editora Milfontes, 2023.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 139-153, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PHk7yHnkGkM6DzytNpNT8WB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BERMANN, Célio. O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 15, n. 1, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10827>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BIÉ, Alberto José. **Ciclones tropicais no Sudoeste do Oceano Índico: representação em reanálises atmosféricas e experimentos de sensibilidade com modelo regional acoplado**. 2022. Tese (Doutorado em Meteorologia) - Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-488641>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/anexo/and96652-88.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso na cerimônia de assinatura de contratos de concessões para construção e exploração de novas usinas hidrelétricas**. Brasília, 23 abr. 2002. 6 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2002/47.pdf/view>. Acesso em: 07 nov. 2024.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó**: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BUESCU, Helena Carvalhão. Paisagem literária: imanência e transcendência. In: REIS, Carlos; BERNARDES, José Augusto Cardoso; SANTANA, Maria Helena (orgs.). **Uma coisa na ordem das coisas**. Estudos para Ofélia Paiva Monteiro. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2012. p. 194-203

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

CAN, Nazir Ahmed. **O campo literário moçambicano**: Tradução do espaço e formas de insílio. São Paulo: Kapulana, 2020.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARDONA, Omar Darío A. Evaluación de la amenaza, la vulnerabilidad y el riesgo. “Elementos para el Ordenamiento y la Planeación del Desarrollo”. In: MASKREY, Andrew. (org.). **Los desastres no son naturales**. Lima: La Red, 1993. p. 45-65

CARNEIRO, Raphael Marco Oliveira; NOVODVORSKI, Ariel. Entrevista com Felipe José Lindoso. **Cadernos de Tradução**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 308–322, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2020v40n1p308>. Acesso em: 13 set. 2024.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da História Oral. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/125/115>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CAVACAS, Fernanda. Mia Couto: palavra oral de sabor quotidiano/palavra escrita de saber literário. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006. p. 57-72.

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CINTRA, Wagner Francisco Araujo. **No limiar do desconhecido**: reflexões sobre o objeto no teatro de Tadeusz Kantor. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

COCKER, Mark. **Birds and people**. London: Jonathan Cape, 2013.

COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 106, p. 153–166, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/handle/258/1059>. Acesso em: 5 fev. 2026.

COELHO, João Paulo Borges. E depois de Caliban? A história e os caminhos da literatura no Moçambique contemporâneo. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (orgs.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009. p. 57-68.

COELHO, João Paulo Borges. Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 217-252.

COELHO, João Paulo Borges. Memory, History, Fiction: a note on the politics of the past in Mozambique. In: *Il était une fois les indépendances africaines... La fin des empires?*, **École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)**, Paris, 21–22 out. 2010. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/media/jp%20borges%20coelho%20text.pdf. Acesso em: 5 fev. 2026.

COELHO, João Paulo Borges. Política e História Contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1–19, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/146896>. Acesso em: 5 fev. 2026.

COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CONRAD, Sebastian. **O que é a história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

CONVENTS, Guido. Ciné Clubs Au Mozambique: Un Lieu D'Émancipation Politique, Résistance Contre La Dictature Et Lutte Pour Une Meilleur Connaissance Du Cinéma (1953-2010) [1ere Partie]. In: MACEDO, Felipe (org.). **Cuadernos de los cineclubes**. Recife: FICC, 2010. p. 61-74

COUTO, Fernando Amado. O legado de meu pai. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 11–15, 2024a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/issue/view/2814>. Acesso em: 5 fev. 2026.

COUTO, Mia. **O mapeador de ausências**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a.

COUTO, Mia. A metáfora é tão rigorosa como a aritmética. [Entrevista cedida a] Lu Thomé. **Revista TAG Curadoria**, Porto Alegre, p. 4-8, jul. 2021b.

COUTO, Mia. A varanda sobre o tempo. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 15–17, 2024b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/issue/view/2814>. Acesso em: 5 fev. 2026.

COUTO, Mia. **Antes de nascer o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COUTO, Mia. Celebrar o que há ainda por fazer. **Jornal Tribuna de Macau**, Macau, ano 1, n. 2, 24 jun. 2013, Suplemento Lusofonias, p. 8.

COUTO, Mia. O sal e a água. **Revista Amarelo**, ano xiii, n. 42, primavera 2022. Disponível em: <https://amarelo.com.br/2022/10/cultura/o-sal-e-a-agua/>. Acesso em: 7 fev. 2026.

COUTO, Mia. **Vozes anotecidas**: contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COUTO, Mia; MUIANGA, Celso (org.). **Fernando Leite Couto**: uma voz cheia de vozes. Maputo: Fundação Fernando Leite Couto, 2015.

DADÁ, Yasser Arafat. 50 anos de choques climáticos em Moçambique Vulnerabilidade, adaptação e perspectivas para o futuro. **Destaque Rural**, n. 342, p. 1-11, ago. 2025. Disponível em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2025/08/DR-342.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026.

DIAS, Maria Assunção Faus Da Silva. Furacões e tornados: um espetáculo de rotação na atmosfera terrestre. **Revista USP**, n. 72, p. 44-53, fev. 2007. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/pt_BR/article/view/13567. Acesso em: 5 fev. 2026.

DIMANDE, Germano Maússe. **Impacto ambiental da barragem de Cahora Bassa**: estudo do caso da Ilha de Inhangoma, 1978-1997. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2022.

ECCARD, Frederico Pinto. A importância da Eletrobras para o desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro: In: **Monografias Premiadas**: Eletrobras 50 anos. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Eletrobras, 2012. p. 11-44

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; NODARI, Eunice Sueli. A região do Vale do Itajaí, SC: as barragens para contenção de cheias sob a perspectiva da história ambiental. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (org.). **América de múltiplas regiões**. Passo Fundo: UPF Editora, 2016. p. 159-177

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; NODARI, Eunice Sueli. Desastres surpreendentes, enchentes rotineiras: vulnerabilidade e políticas públicas em Rio do Sul (SC). In: NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (orgs.). **Desastres socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 68-94

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. A vida enfrenta o risco: as políticas públicas no Complexo do Morro do Baú após o desastre de 2008 no Vale do Rio Itajaí (SC). In: NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (orgs.). **Desastres socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-28

FERREIRA, Leila da Costa. Idéias para uma sociologia da questão ambiental - teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p.

77-89, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3096>. Acesso em: 14 out. 2024.

FEARNSIDE, Philip M. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. **Environmental Management**, v. 38, n. 1, p. 16-27, 2006. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Preprints/2006/Belo%20Monte%20dec%20making-EM-3.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERRANTE, Elena. **Frantumaglia: os caminhos de uma escritora**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

FIGUEIREDO, Anderson Ribeiro da et al.. Mudanças climáticas e impactos sócio territoriais dos desastres glaciais na Cordilheira Branca, Peru. **Confins**. Revista franco brasileira de Geografia, Online, 47, 2020. Disponível <https://journals.openedition.org/confins/33198#quotation>. Acesso em: 12 set. 2024.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141–156, 2013. Disponível em: scielo.br/j/asoc/a/bzmFrBhVYLhJXQcbcQKB8XN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 set. 2024.

FONTOURA, Georgia Carneiro da; OLIVEIRA, Lilian Blanck de. Povo Laklãnõ/Xokleng no/do Vale do Itajaí: cosmologia e memórias e/m re-existências. **Siwo**, n. 1, v. 15, p. 73-109, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/siwo/article/view/16707/25018>. Acesso em: 28 mar. 2026.

FRANCESCO, Ana Alves de. **Terror e resistência no Xingu**. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2021.

FRANCINI, Malu Villas Bôas. **Olhar para o escuro: temas fraturantes na literatura infantil de Mia Couto**. 2025. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) - Programa de Estudos Pós-graduados em Literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

FRANK, Beate; BOHN, Noemia. História da gestão do risco de inundações na bacia do Itajaí. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 117-149

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem**. São Paulo: Global, 2013.

FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

GESSELE; Cleide; AVILA, Maria Roseli Rossi; SILVA, Maria Salete da. A Política de Assistência Social e os desastres: reflexões sobre a realidade em Blumenau. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí**: água, gente e política: aprendizados. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 235-261

GORGULHO, Silvestre. **Hidrelétrica de Belo Monte**: de Kararaô a Belo Monte: começa a construção da Usina do rio Xingu. 2011. Disponível em: <https://folhadomeio.com.br/2011/03/belo217/>. Acesso em: 12 set. 2024.

GOUVÊA, José Paulo Neves. **A presença e a ausência dos rios de São Paulo**: acumulação primitiva e valorização da água. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vicente, 1990.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil. Biblioteca IBGE. Braço do Trombudo. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=32132&view=detalhes>. Acesso em: 28 mar. 2026.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil. Cidades e Estados. Trombudo Central. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/trombudo-central.html>. Acesso em: 28 mar. 2026.

Kararaô vira Belo Monte, única concessão ao índio. **Diário Popular**. 24 fev. 1989. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/kararao-vira-belo-monte-unica-concessao-ao-indio>. Acesso em: 30 out. 2024.

KUNDERA, Milan. **A arte do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LACAPRA, Dominick. Trauma, história, memória, identidade: o que resta?. In: LACAPRA, Dominick. **Compreender outros**: Povos, Animais, Passados. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 131-178

LAPIDUS, Ângela Maria Álvares. **Cayapós, caminantes da história e da ficção em Guerra no coração do cerrado, de Maria José Silveira**. Orientador: Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves. 2020. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2020.

LARANJEIRA, Pires. Mia Couto, o escritor improvável. **Muitas Vozes**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 57-62, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/3601>. Acesso em: 6 fev. 2026.

LIMA, Tânia Stolze. **Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva**. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTi, 2005.

LINDOSO, Pedro. José Lindoso em família. O pai, o avô, o amigo. In: **Manaus: Revista da Academia Amazonense de Letras**, 2020.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas, percursos para a liberdade: africanos e descendentes na Capitania de Guayazes**. Orientador: Élio Cantalício Serpa. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

LÜBKEN, Uwe. Migração e desastre. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza (orgs.). **Migrações e natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 11-28.

MACHEL, Graça. Discurso de abertura proferido por S. Excia. o Ministro de Educação. In: UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Relatório do I Seminário sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas**. Maputo: INDE-UEM/NELIMO, 1989. p. 3-5

MALOA, Joaquim Miranda. **A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

MASKREY, Andrew; ROMERO, Gilberto. Como entender los desastres naturales. In: MASKREY, Andrew (org.). **Los desastres no son naturales**. Lima: La Red, 1993. p. 6-10.

MATOS, Júlia Silveira. Tendências e debates: da Escola dos Annales à História Nova. **Historiae**, v. 1, n. 1, p. 113-130, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MATTEDI, Marcos Antônio; FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lucia; BOHN, Noemia. O desastre se tornou rotina... In: FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lucia (org.). **Desastre de 2008 no vale do Itajaí: água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 13-21

MATTEDI, Marcos Antonio et. al.. A economia política da gestão dos desastres em Blumenau. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 217- 234

MAUCH, Christof; PFISTER, Christian. **Natural disasters, cultural responses**. Case studies toward a global environmental history. Plymouth: Lexington Boos, 2009.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 80, p. 91–104, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79685>. Acesso em: 13 set. 2024.

McNEILL, John Robert. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. **History and Theory**, v. 4, n. 42, 2003, p. 5-43.

MEGILL, Allan. Literatura e História. In: MALERBA, Jurandir. **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 299-306.

MEJÍA, José Antonio Salazar. Huaraz a 52 años del terremoto de 1970: lecciones no aprendidas. **Desde el Sur, Lima**, v. 14, n. 1, p. 1-23. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S2415-09592022000100006&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 01 abr. 2025.

MENESES, Maria Paula. Os missionários católicos que denunciaram o colonialismo português. **Setenta e Quatro**, p. 1-8, mar. 2023. Disponível em: https://ces.uc.pt/ficheiros2/files/setentaequatro_pt-Os%20missionarios%20catolicos%20que%20denunciaram%20o%20colonialismo%20portugues.pdf. Acesso em: 7 fev. 2026.

MOCAMBIQUE, Indicadores Sócio-Demográficos. **IV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO**. 2017. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz/documents/20119/44355/INDICADORES%20SOCIO-DEMOGRAFICOS%20-%20MOCAMBIQUE%2020062022.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas - 2013-2025**. Maputo: Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, 2012. Disponível em: https://biblioteca.biofund.org.mz/biblioteca_virtual/estrategia-nacional-de-adaptacao-e-mitigacao-de-mudancas-climaticas/. Acesso em: 5 fev. 2026.

MONTEIRO, Marcos Yauri. **Áncash o la biografía de la inmortalidad**. Nuevo planteamiento de sus problemas culturales. Lima: Ediciones P.L.V., 1972.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **“Qual desenvolvimento? o deles ou o nosso?”: a UHE de Belo Monte e seus impactos nos direitos humanos dos povos indígenas**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MONTEIRO, Telma. **As hidrelétricas do Madeira: as lições não aprendidas que se repetem em Belo Monte**. Observatório dos Investimentos na Amazônia. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), 2011.

MORETTO, Samira Peruchi. Lastro da ditadura: os incentivos legais aos monocultivos florestais no Sul do Brasil e seus desdobramentos. **Acervo**, v. 37, n. 3, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/2199>. Acesso em: 28 mar. 2026.

MORAIS, Tomé Pedro. Os clérigos católicos e a luta de libertação nacional em Moçambique: o caso dos padres de Macúti - Beira. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 87-103, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14341>. Acesso em: 6 fev. 2026.

MOTA, Thago Henrique. A Universidade Eduardo Mondlane no projeto pós-colonial de educação em Moçambique, 1976-1993. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 54, p. 189-226, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/23710>. Acesso em: 6 fev. 2026.

MUNIZ JR., José de Souza; SZPILBARG, Daniela. Edição e tradução, entre a cultura e a política: Argentina e Brasil na Feira do Livro de Frankfurt. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 671-692, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6167>. Acesso em: 17 out. 2024.

MURARI, Luciana. “O Velho e o Diabo”, ou: do que falamos quando falamos de “história e literatura”? **História em Revista**, v. 23, p. 7-19, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/15911>. Acesso em: 28 mar. 2026.

NASCIMENTO, Evando. **O pensamento vegetal**. A literatura e as plantas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

NATUSCH, Igor. A memória é um ciclone. **Revista TAG Curadoria**, Porto Alegre, p. 5-7, jul. 2021.

NDAPASSOA, Anastásio Miguel. Experiência de Moçambique na gestão de calamidades e recuperação pós- desastres socioambientais (2049-2023). **Veredas do Direito – Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 20, p. 1-30, set. 2023. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/2565>. Acesso em: 5 fev. 2026.

NDILI, Neuton Calebe Vaipão. **Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklânô a partir da construção da Barragem Norte**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NOA, Francisco. Literatura moçambicana: os trilhos e as margens. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula. **Moçambique: das palavras escritas**. Porto: Ed. Afrontamento, 2008. p. 35-45.

NODARI, Alexandre. **A literatura como antropologia especulativa (conjunto de variações)**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2024.

NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (orgs.). **Desastres socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

NORTE ENERGIA. UHE Belo Monte, a maior usina hidrelétrica 100% brasileira. 2023. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/a-usina>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVAES, Washington. Quem é birrento? O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 maio 2002. **Espaço Aberto**, p. A2. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/quem-e-birrento>. Acesso em: 07 nov. 2024.

NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Maria José. Beira. Destruir e silenciar. **Público**. Lisboa, 12 jul. 2025b. Disponível em: <https://www.publico.pt/multimedia/interactivo/crimes-pide-dgs-mocambique-provas-violencia-terror/beira-destuir-silenciar>. Acesso em: 5 fev. 2026.

OLIVEIRA, Maria José. Os crimes da PIDE/DGS em Moçambique (1964-1974). **Público**. Lisboa, 22 jun. 2025a. Disponível em: <https://www.publico.pt/multimedia/interactivo/crimes-pide-dgs-mocambique-provas-violencia-terror>. Acesso em: 5 fev. 2026.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 3, n. 65, p. 315-346, maio/ago 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2024.

OURIQUES, Juliana Mary de Azevedo; SACCO, Francine; BUENO, Roberto Lucio Correa. Defesa Civil de Blumenau: da Gestão do Desastre para a Gestão de Riscos de Desastres. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 183-197

PAIVA, Eduardo F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo F.; ANASTÁCIA, C. M. (orgs.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002. p. 187-207

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, v. 6 (suplemento), p. 793-811, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/r5gKD459yyB5YcTvXqhxyC/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estud. av.**, vol. 24, n. 68. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem e fundação de Jaraguá-GO. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 153-170, 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2000>. Acesso em: 12 set. 2024.

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 115-127, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6158>. Acesso em: 12 set. 2024.

PIGLIA, Ricardo. **Crítica y ficción**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1986.

PIMENTA, Fernando Tavares. A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Moçambique. In: POLÓNIA, Amélia et al. (org.). **Não nos deixemos petrificar**: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021. p. 149-174.

PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história**. Como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PLÁCIDO, Elane; RODRIGUES, Roniê. Representações da loucura feminina em A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas. **Opiniões**, São Paulo, Brasil, n. 12, p. 261–274, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/143355>.. Acesso em: 13 set. 2024.

POST-CYCLONE IDAI CABINET RECONSTRUCTION. **Mozambique cyclone Idai**: Post Disaster Needs Assessment. 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/mozambique-cyclone-idai-post-disaster-needs-assessment-pdnadna>. Acesso em: 5 fev. 2026.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 271-283, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/9745>. Acesso em: 14 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 116-142.

QUIJANO, Manuel Valladares. **Yungay en la memoria**. Lima: Pakarina, 2011.

RAFALOSKI, Alessandra Rossoni et. al.. Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. **Saúde Debate**, v. 44, n. especial 2, p. 230-241, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/WwM6CrcsqdjXrzSvwpc4VRP/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2026.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M.. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

RIGBY, Kate. **Dancing with disaster**. Environmental Histories, Narratives, and Ethics for Perilous Times. Charlottesville: University of Virginia Press, 2015.

RODRIGUES, Aldair. Quem eram as negras e os negros minas da Capitania de Minas Gerais no século XVIII? In: STOLZE, Ivana; RODRIGUES, FARIAS, Juliana; RODRIGUES, Aldair (orgs.). **A Diáspora Mina**: africanos entre o Brasil e o golfo do Benim. Rio de Janeiro: Nau, 2020. p. 323-356

SAMAGAIA, Jacqueline; ANGIONI, Marilda. Situação dos desabrigados/atingidos pelo desastre e a assistência (des)organizada. In: FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lucia (org.). *Desastre de 2008 no vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 138-146

SAMPAIO, Thayse Edith Coimbra. **O incidente da suspensão de segurança como um dispositivo biopolítico**: os povos originários afetados pela construção da UHE de Belo Monte. Curitiba: Appris, 2020.

SANSONE, Livio. Eduardo Mondlane and the social sciences. **Vibrant**: Virtual Brazilian Anthropology, v. 10, n. 2, p. 73–111, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/nGKFbbxyvXBZZ3pYGF6GRhS/?lang=en>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SANTANA, Jacimara Souza. Mulheres de Moçambique na revista Tempo: o debate sobre o lobolo (casamento). **Revista de História da UFBA**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 82-98, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/26684>. Acesso em: 6 fev. 2026.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAÚTE, Nelson. Fernando Couto. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 48–55, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/issue/view/2814>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHROEDER, Carlos Henrique. [Entrevista concedida a] Marciano Diogo. **Jornal ND+**, Florianópolis, outubro, 2015a. Disponível em: <https://ndmais.com.br/literatura/escritor-catarinense-carlos-henrique-schroeder-lanca-ldquo-historia-da-chuva-rdquo/>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SCHROEDER, Carlos Henrique. **História da Chuva**. Rio de Janeiro: Record, 2015b.

SCHWARTZ, Stuart B. **Mar de tormentas**. Uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória - contribuições para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza (orgs.). **Migrações e natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-202.

SEVEGNANI, Lucia et. al.. Gente socorrendo gente. In: FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lucia (org.). **Desastre de 2008 no vale do Itajaí: água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 110-127

SIEBERT, Claudia. (Des)controle urbano no vale do Itajaí. In: FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lucia (org.). **Desastre de 2008 no vale do Itajaí: água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 38-51

SIEBERT, Claudia. 2008+10 no Vale do Itajaí: Resiliência Reativa ou Evolutiva? In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 323-339

SIEVERDT, Willian. Kasperl em Santa Catarina: herança cultural alemã através do teatro de bonecos. **Móin-Móin - Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas**: migrações, diálogos interculturais, v. 1, n. 31, p. 98-114, 2025. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/moin/article/view/27318>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SILVA, David Rodrigues da. **Ensino de História das independências africanas: a missão suíça e a luta de libertação em Moçambique**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha: Revolução, autocritica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)**. Orientadora: Maria Aparecida de Aquino. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Teresa Cruz E. Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975). **Lusotopie**, v. 5, n. 1, p. 397-406, 1998. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=189823372>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SILVA, Teresa Cruz E. et al. Rupturas e Continuidades em Moçambique: Entrevista com Teresa Cruz e Silva. **Ponto Urbe**, n. 16, jul. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2667>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SILVEIRA, Maria José. **Sexta de Crônicas: Portas que fecham**. Blog de Maria José Silveira. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://mariajosesilveira.wordpress.com/2021/07/30/sexta-de-chronicas-portas-que-fecham/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SILVEIRA, Maria José. **De onde vêm as histórias**. São Paulo: Biruta, 2024.

SILVEIRA, Maria José. **Maria Altamira**. São Paulo: Editora Instante, 2020.

SOARES, Luiz Henrique Moreira; FRANCO, Adenize Aparecida. Tornar-se corpo, desejo e palavra: a personagem travesti no romance As fantasias eletivas, de Carlos Henrique Schroeder. **Revista Letras Raras**, n. 1, v. 7, p. 89-107, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1563>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SOPA, António. Fernando Couto: esboço para um retrato. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 26-47, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/64823> . Acesso em: 5 fev. 2026.

SOU autor do meu nome - Mia Couto. Direção: Solveig Nordlund. Lisboa: Real Ficção, 2019. 1 filme (52 min). Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p9043/sou-autor-do-meu-nome-mia-couto>. Acesso em: 6 fev. 2026.

STELLA, Marcello Giovanni Pocai; JACKSON, Luiz Carlos. Prêmio Camões e a (Re)Fundação de um Espaço Literário Transnacional de Língua Portuguesa (1989-2018).

Dados, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 1-31, 2025. Disponível em:

<https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=1341>. Acesso em: 6 fev. 2026.

TACHINI, Mario; SEVERO, Dirceu Luis; SILVA, Hélio dos Santos; AUMOND, Juarês José. Apreender a hidrologia e a prevenção de desastres. In: MATTEDI, Marcos; LUDWIG, Leandro; AVILA, Maria Roseli Rossi (org.). **Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: água, gente e política: aprendizados**. Blumenau: Editora da FURB, 2017. p. 31-41

TRINDADE, Catarina Casimiro. Além do econômico: reflexões sobre os significados do xitiki, uma prática informal de poupança de Maputo, Moçambique. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 285–308, dez. 2018. Disponível em:

<https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11711>. Acesso em: 5 fev. 2026.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Unesp, 2006.

VALENCIO, Norma. O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009a. p. 19-33

VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009b. p. 3-18

VERDUM, Ricardo. **As Obras de Infraestrutura do PAC e os Povos Indígenas na Amazônia brasileira**. [S.l.]: INESC, 2012. Disponível em: <https://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Obras-de-Infraestrutura-do-PAC-e-Povos-Indigenas.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

VICENTINI, Juliana de Oliveira; ALBUQUERQUE, Carolina de. O Discurso Desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Contexto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 19, n. 54, p. 28–47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10999>. Acesso em: 12 set. 2024.

VIEIRA, Julio Cesar. Desembaralhando os nós, as malhas e os vazios: pensando vivências migrantes em Joinville, SC pela mediação literária. In: ROCHA, Elizabete Sanches (org.). **Cultura como facilitadora na integração de pessoas em situação de refúgio**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2022. p. 97-116.

VIEIRA, Julio Cesar Vieira. **“As areias do imperador” no contar de uma paisagem in(visível): a trilogia de Mia Couto em uma perspectiva decolonial.** 2022. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2022.

VIEL, Ricardo. **Sobre a ficção:** conversas com romancistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

VILLAS-BÔAS, André (org.). **De olho na Bacia do Xingu.** Série Cartô Brasil Socioambiental. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Regime Militar: da Ideologia ao Pragmatismo. **Locus:** Revista de História, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 38–63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/36329>. Acesso em: 12 set. 2024.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas:** Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

WILCHES-CHAUX Gustavo. La vulnerabilidad global. In: MASKREY, Andrew. (org.). **Los desastres no son naturales.** Lima: La Red, 1993. p. 11-44.

WOLNIEWICZ, Carice E. L.. **Casa da Cultura Uta Holetz Schroeder.** Portal de Turismo Braço do Trombudo, 2022. Disponível em: <https://turismo.bracodotrombudo.sc.gov.br/casa-da-cultura-uta-holetz-schroeder/>. Acesso em: 28 mar. 2026.

WORSTER, Donald. Por uma história ambiental planetária. [Entrevista cedida a Elenita Malta, Sara Fritz e Denis Henrique Fiuza]. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 31, n. 56, 2024.

WORSTER, Donald. **La Historia como Historia Natural.** Anápolis: Editora UniEVANGELICA, 2024.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324>. Acesso em: 7 fev. 2026.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique.** Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.

ZARRILLI, Adrián. Argentina, tierra de promisión. Una interpretación historiográfica de las relaciones entre la historia rural y la historia ambiental. **Hib:** Revista Historia Iberoamericana, v. 7, n. 1, p. 107-132, 2014. Disponível em: <https://ojs.uc.cl/index.php/hib/article/view/46855>. Acesso em: 04 nov. 2024.